



DIÁRIO

República Federativa do Brasil
DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 65

QUARTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 1992

BRASILIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 22, DE 1992

Aprova o texto da Convenção nº 154, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre o incentivo à negociação coletiva, adotado em Genebra, em 1981, durante a 67ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção nº 154, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, sobre o incentivo à negociação coletiva, adotado em Genebra, em 1981, durante a 67ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de maio de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Convenção 154

CONVENÇÃO SOBRE O INCENTIVO
À NEGOCIAÇÃO COLETIVA

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho:

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, e reunida naquela cidade em 3 de junho de 1981, em sua sexagésima sétima reunião;

Reafirmando a passagem da Declaração da Filadélfia onde reconhece-se “a obrigação solene de a Organização Internacional do Trabalho de estimular, entre todas as nações do mundo, programas que permitam (...) alcançar o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva”, e levando em consideração que tal princípio é “plenamente aplicável a todos os povos”;

Tendo em conta a importância capital das normas internacionais contidas na convenção sobre a liberdade sindical e a proteção do direito de sindicalização, de 1948; na convenção sobre o direito de sindicalização e de negociação coletiva, de 1949; na recomendação sobre os tratados coletivos, de 1951; na recomendação sobre conciliação e arbitragem voluntárias, de 1951; na convenção e na recomendação sobre as relações de trabalho na administração pública, de 1978, e na convenção e na recomendação sobre a administração do trabalho, de 1978;

Considerando que deveriam produzir-se maiores esforços para realizar os objetivos de tais normas e especialmente os princípios gerais enunciados no art. 4º da convenção sobre o direito de sindicalização e de negociação coletiva, de 1949, e no § 1º da recomendação sobre os contratos coletivos, de 1951;

Considerando, por conseguinte, que essas normas deveriam ser complementadas por medidas apropriadas baseadas nas ditas normas e destinadas a estimular a negociação coletiva livre e voluntária;

Após ter decidido adotar diversas proposições relativas ao incentivo à negociação coletiva, questão esta que constitui o quarto ponto da ordem do dia da reunião; e

Depois de ter decidido que tais proposições devem se revestir da forma de uma convenção internacional, adota com a data de 19 de junho de mil novecentos e oitenta e um, a presente Convenção, que poderá ser citada como a Convenção sobre a negociação coletiva, de 1981:

Parte 1. Campo de Aplicação e Definições
Definições

Artigo 1

1. A presente Convenção aplica-se a todos os ramos da atividade econômica.

2. A legislação ou a prática nacionais poderão determinar até que ponto as garantias previstas na presente Convenção são aplicáveis às forças armadas e à polícia.

EXPEDIENTE	
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL	
MANOEL VILELA DE MAGALHÃES Diretor-Geral do Senado Federal AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor Executivo CARLOS HOMERO VIEIRA NINA Diretor Administrativo LUIZ CARLOS BASTOS Diretor Industrial FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA Diretor Adjunto	DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal ASSINATURAS Semestral Cr\$ 70.000,00 Tiragem 1.200 exemplares

3. No que se refere à administração pública, a legislação ou a prática nacionais poderão fixar modalidades particulares de aplicação desta Convenção.

Artigo 2

Para efeito da presente Convenção, a expressão "negociação coletiva" compreende todas as negociações que tenham lugar entre, de uma parte, um empregador, um grupo de empregadores ou uma organização ou várias organizações de empregadores, e, de outra parte, uma ou várias organizações de trabalhadores, com o fim de:

- a) fixar as condições de trabalho e emprego; ou
- b) regular as relações entre empregadores e trabalhadores, ou
- c) regular as relações entre os empregadores ou suas organizações e uma ou várias organizações de trabalhadores, ou alcançar todos estes objetivos de uma só vez.

Artigo 3

1. Quando a lei ou a prática nacionais reconhecerem a existência de representantes de trabalhadores que correspondam à definição do anexo b do artigo 3 da Convenção sobre os representantes dos trabalhadores, de 1971, a lei ou a prática nacionais poderão determinar até que ponto a expressão "negociação coletiva" pode igualmente se estender, no interesse da presente Convenção, às negociações com tais representantes.

2. Quando, em virtude do que dispõe o parágrafo 1º deste artigo, a expressão "negociação coletiva" incluir também as negociações com os representantes dos trabalhadores a que se refere o parágrafo mencionado, deverão ser adotadas, se necessário, medidas apropriadas para garantir que a existência destes representantes não seja utilizada em detrimento da posição das organizações de trabalhadores interessadas.

Parte II. Métodos de Aplicação

Artigo 4

Na medida em que não se apliquem por meio de contratos coletivos, laudos arbitrais ou qualquer outro meio adequado à prática nacional, as disposições da presente Convenção deverão ser aplicadas por meio da legislação nacional.

Parte III. Estímulo à Negociação Coletiva

Artigo 5

1. Deverão ser adotadas medidas adequadas às condições nacionais no estímulo à negociação coletiva.

2. As medidas a que se refere o parágrafo 1º deste artigo devem prover que:

- a) a negociação coletiva seja possibilitada a todos os empregadores e a todas as categorias de trabalhadores dos ramos de atividade a que se aplique a presente Convenção;
- b) a negociação coletiva seja progressivamente estendida a todas as matérias a que se referem os anexos a, b e c do artigo 2 da presente Convenção;
- c) seja estimulado o estabelecimento de normas de procedimentos acordadas entre as organizações de empregadores e as organizações de trabalhadores;
- d) a negociação coletiva não seja impedida devido à inexistência ou ao caráter impróprio de tais normas;
- e) os órgãos e procedimentos de resolução dos conflitos trabalhistas sejam concedidos de tal maneira que possam contribuir para o estímulo à negociação coletiva.

Artigo 6

As disposições da presente Convenção não obstruirão o funcionamento de sistemas de relações de trabalho, nos quais a negociação coletiva ocorra num quadro de mecanismos ou de instituições de conciliação ou de arbitragem, ou de ambos, nos quais tomem parte voluntariamente as partes na negociação coletiva.

Artigo 7

As medidas adotadas pelas autoridades públicas para estimular o desenvolvimento da negociação coletiva deverão ser objeto de consultas prévias e, quando possível, de acordos entre as autoridades públicas e as organizações patronais e as de trabalhadores.

Artigo 8

As medidas previstas com o fito de estimular a negociação coletiva não deverão ser concebidas ou aplicadas de modo a obstruir a liberdade de negociação coletiva.

Parte IV. Disposições Finais

Artigo 9

A presente Convenção não revê nenhuma convenção ou recomendação internacional de trabalho existentes.

Artigo 10

As ratificações formais da presente Convenção serão comunicadas, a fim de serem registradas, ao Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Artigo 11

1. Esta Convenção obrigará apenas os Membros da Organização Internacional do Trabalho cujas ratificações tenham sido registradas pelo Diretor-Geral.

2. Entrará em vigor doze meses após a data em que as ratificações de dois Membros tenham sido registradas pelo Diretor-Geral.

3. A partir do referido momento, esta Convenção entrará em vigor, para cada Membro, doze meses após a data em que tenha sido registrada sua ratificação.

Artigo 12

1. Todo Membro que tenha ratificado esta Convenção poderá denunciá-la ao término de um período de dez anos, a partir da data em que tenha entrado em vigor, mediante ata comunicada, para seu registro, ao Diretor-Geral da Secretaria Internacional do Trabalho. A denúncia não surtirá efeitos até um ano após a data em que tenha sido registrada.

2. Todo Membro que tenha ratificado esta Convenção e que, no prazo de um ano após a expiração do período de dez anos mencionado no parágrafo precedente, não faça uso do direito de denúncia previsto neste artigo ficará obrigado durante um novo período de dez anos e, futuramente, poderá denunciar esta Convenção por ocasião da expiração de cada período de dez anos, nas condições previstas neste artigo.

Artigo 13

1. O Diretor-Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de quantas ratificações, declarações e denúncias lhe tenham sido comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Ao notificar aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe tenha sido comunicada, o Diretor-Geral informará aos Membros da Organização sobre a data em que entrará em vigor a presente Convenção.

Artigo 14

O Diretor-Geral da Secretaria Internacional do Trabalho apresentará ao Secretário-Geral das Nações Unidas, de acordo com o registro e em conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, uma informação completa sobre todas as ratificações, declarações e atas de denúncia que, de acordo com os artigos precedentes, tenham sido registradas.

Artigo 15

Sempre que julgar necessário, o Conselho de Administração da Secretaria Internacional do Trabalho apresentará à Conferência uma memória sobre a aplicação da Convenção e considerará a conveniência de incluir na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

Artigo 16

1. Caso a Conferência adote uma nova Convenção que implique uma revisão total ou parcial da presente, e a menos que a nova convenção contenha disposições contrárias:

a) a ratificação, por um Membro, da nova convenção revisora implicará, ipso jure, a denúncia imediata desta Con-

venção, não obstante as disposições contidas no artigo 12, desde que a nova convenção revisora tenha entrado em vigor;

b) a partir da data em que entre em vigor a nova convenção revisora, a presente Convenção cessará de estar aberto à ratificação pelos Membros.

2. Esta Convenção continuará em vigor em qualquer hipótese, para aqueles membros que a tenham ratificado, em sua forma e conteúdo atuais, e não tenham ratificado a convenção revisora.

Artigo 17

As versões inglesa e francesa desta Convenção são igualmente autênticas.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, e eu, Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1992

Aprova o texto do Protocolo Substitutivo do art. VI do Acordo Cultural de 23 de setembro de 1964, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, em Brasília, em 14 de fevereiro de 1984.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo Substitutivo do art. VI do Acordo Cultural de 23 de setembro de 1964, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, em Brasília, em 14 de fevereiro de 1984.

Parágrafo único. Estão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do presente Protocolo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de maio de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

**PROTOCOLO SUBSTITUTIVO DO ARTIGO VI
DO ACORDO CULTURAL DE 23 DE SETEMBRO
DE 1964 ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SENEGAL**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Senegal

Resolvem celebrar um Protocolo ao Acordo Cultural de 23 de setembro de 1964, nos seguintes termos:

Artigo 1

O Artigo 6 do Acordo Cultural, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Senegal, aos 23 de setembro de 1964, passa à ter a seguinte redação:

1. Cada Parte Contratante dará conhecimento, anualmente, e por via diplomática, no âmbito de um programa de intercâmbio estudantil, do número de estudantes da outra Parte que poderão, sem vestibular, ingressar no primeiro ano (ou no primeiro semestre) dos cursos de seus estabelecimentos

de ensino superior. Esse número será determinado por áreas de estudos.

2. Os estudantes que se beneficiarão desse programa deverão ser escolhidos pela Comissão de seleção nomeada pelo Chefe da Missão diplomática da Parte que oferece as vagas disponíveis de acordo com critérios estabelecidos de conformidade com o disposto na legislação vigente em cada país.

3. A transferência no estabelecimento de ensino superior, após designação oficial do candidato pela Missão diplomática, será subordinada à anuência do instituto ou faculdade para o qual o estudante deseja ser transferido.

4. Cada uma das Partes Contratantes reconhecerá, para fins exclusivos de admissão nos respectivos estabelecimentos de ensino superior, os diplomas e certificados de estudos expedidos aos nacionais da outra Parte por seus estabelecimentos de ensino competentes na matéria.

5. As duas Partes Contratantes acordam em estender, na medida de suas possibilidades, o programa de intercâmbio

estudantil ao nível de especialização. Os candidatos de cada uma das Partes só poderão ter ingresso a tais níveis de especialização quando cumpridos os pré-requisitos previstos pela legislação em vigor em cada país.

Artigo 2

Cada Parte Contratante notificará à outra o cumprimento das formalidades constitucionais necessárias para a aprovação do presente Protocolo, que entrará em vigor na data da última notificação e integrará o Acordo Cultural de 23 de setembro de 1964.

Feito em Brasília, aos 14 dias do mês de fevereiro de 1984, em dois exemplares originais em português e francês, ambos fazendo igualmente fé.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Ramiro Saraiva Guerreiro.

Pelo Governo da República do Senegal: Moustapha Niasse.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 75ª SESSÃO, EM 12 DE MAIO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nºs 187 a 192, 194 e 195/92 (nºs 142 a 147, 151 e 152/92, na origem), de agradecimento de comunicações.

— Nº 193/92 (nº 148/92, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Ofício do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 103/92, comunicando a aprovação das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1990 (nº 1.854/89, na Casa de origem), que cria a Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União e seus cargos, fixa os valores e vencimentos, e dá outras providências.

— Nº 104/92, comunicando a rejeição da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 31/92 (nº 2.747/92, na Casa de origem), que dispõe sobre a política nacional de salários e dá outras providências.

1.2.3 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 58/92, de autoria do Senador César Dias, que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola agrotécnica federal no Município de Normandia, Estado de Roraima, e dá outras providências.

1.2.4 — Comunicações da Presidência

— Recebimento de ofício da Federação das Associações de Militares da Reserva Remunerada e de Pensionistas das Forças Armadas e Auxiliares, encaminhando ao Senado Federal requerimentos versando sobre a demarcação da área destinada aos índios Yanomamis.

— Recebimento do ofício da Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, expondo ao Senado Federal o fenômeno do alastramento das ocupações de terras em todo o Território Nacional, e sugerindo a regulamentação dos arts. 184 e 185, da Constituição Federal, bem como a criação da Justiça Agrária.

1.2.5 — Requerimentos

Nº 252, de 1992, de autoria do Senador Maurício Corrêa, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 1991.

Nº 253, de 1992, de autoria do Senador César Dias, solicitando que as Emendas de nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei do Senado nº 256/89 sejam remetidas à Comissão de Assuntos Econômicos.

1.2.6 — Comunicações da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

— Recebimento do Ofício nº S/5, de 1992 (nº 88/92, na origem), do Governador do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado Federal para a rolagem em mercado de 7.366.136.807 Letras Financeiras do Tesouro do Estado da Bahia — LFTBA.

1.2.7 — Apreciação de matéria

Requerimento nº 249, de 1992, lido em sessão anterior, de autoria do Senador Albano Franco, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 5 e 6 do corrente mês. Aprovado.

1.2.8 — Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPLEY — Apuração das denúncias de irregularidades no Orçamento da União para 1992. Contestação da notícia veiculada no jornal Folha de S. Paulo, e assinada pelo jornalista Lúcio Vaz, sobre acordos de partidos na elaboração do Orçamento de 1992.

SENADOR PEDRO SIMON — Clima de impunidade que reina no Brasil. Necessidade da apuração de fatos denunciados pelo Sr. Pedro Collor, na revista *Veja*, envolvendo o "PC".

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 26/92 (nº 32/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Claro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Iporá, Estado de Goiás. **Aprovado.** À Comissão Diretora para a redação final.

— Projeto de Resolução nº 15, de 1992, que dispõe sobre a representação do Congresso Nacional na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. **Aprovado.** À Comissão Diretora para a redação final.

— Requerimento nº 17, de 1992, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 1991, de sua autoria, que altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de junho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos. **Aprovado,** tendo usado da palavra o Sr. Maurício Corrêa.

— Requerimento nº 75, de 1992, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos editoriais publicados nos jornais *Zero Hora* e *Folha de S. Paulo*, intitulados "Prostituição de meninas" e "Crianças escravizadas". **Aprovado.**

— Requerimento nº 169, de 1992, de autoria do Senador Divaldo Suruagy, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 12 e 24, de 1992, que dispõem sobre a criação de novas situações de movimentação da conta vinculada do trabalhador do FGTS. **Aprovado.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1992 (nº 134/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia, em 29 de julho de 1991. **Aprovado.** À Comissão Diretora para a redação final.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 13/92 (nº 379/90, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, em La Paz, a 2 de agosto de 1988. **Aprovado.** À Comissão Diretora para a redação final.

— Projeto de Lei do Senado nº 244, de 1991, que proíbe a exportação de pedras preciosas e semipreciosas *in natura*. **Apreciação sobrestada,** nos termos do Requerimento nº 255/92, de audiência à Comissão de Assuntos Econômicos, após parecer favorável ao projeto, tendo usado da palavra os Srs. Jutahy Magalhães, Maurício Corrêa e Cid Sabóia de Carvalho.

— Projeto de Lei da Câmara nº 125/91-Complementar (nº 60/89, na Casa de origem), que disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal. **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de quorum para votação do Requerimento nº 245/92, de extinção da urgência, lido em sessão anterior.

1.3.1 — Matéria apreciada após a Ordem do Dia
— Requerimento nº 253, de 1992, lido no Expediente da presente sessão. **Votação adiada** por falta de quorum.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia
SENADOR MAURÍCIO CORRÊA — Degradação do meio ambiente causada pelos modelos econômicos dos países ricos.

SENADOR NEY MARANHÃO — Solidariedade ao Ministro Ricardo Fiúza, por considerá-lo inocente em denúncias de irregularidades que teriam sido cometidas por aquele Ministro.

SENADOR AUREO MELLO — Rio 92 e as postulações da Amazônia.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Revisão do indexador aplicado aos débitos da agricultura. Recebimento de carta subscrita pelo Presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária, Sr. Reinaldo Fischer, tratando da participação do sistema ferroviário nos recursos provenientes da cobrança do novo imposto sobre distribuição de combustíveis e da necessidade de reforçar a malha ferroviária nacional.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Apelo para maior celeridade no exame, pela Câmara dos Deputados, dos projetos aprovados pelo Senado.

SENADOR NELSON WEDEKIN — Pressões da Eletrosul sobre a Associação de Profissionais da Eletrosul — APROSUL, em face das denúncias de irregularidades naquela empresa.

1.3.3 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 15 minutos, com Ordem do Dia que designa.

— Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1991, sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 76ª SESSÃO, EM 12 DE MAIO DE 1992

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 59/92, de autoria do Senador Márcio Lacerda, que altera dispositivos referentes à ação penal privada subsidiária, com vistas a adequá-los ao disposto no art. 5, inciso LIX, da Constituição Federal.

2.2.2 — Requerimentos

— Nº 256/92, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1992 (nº 1.445/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de juntas de conciliação e julgamento nas regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências.

— Nº 257/92, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 35/92 (nº 2.646/92, na Casa de origem), que cria o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.

2.3 — ORDEM DO DIA

Requerimento nº 242/92, de autoria do Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da "Carta de Fortaleza" como conclusão do XXV Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Fortaleza, Ceará, no período de 29 de abril a 3 de maio do corrente ano. **Aprovado.**

2.3.1 — Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

— Requerimentos nºs 256 e 257, de 1992, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados.**

— Requerimento nº 253, de 1992, lido na sessão anterior. **Aprovado.**

2.3.2 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR MÁRCIO LACERDA — Apelo para agilização da conclusão do inquérito do servidor público Sr. Ney de Souza Beixiga, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, atingido pela denúncia do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Correio que teria cometido fraude na venda de cupons na promoção "Goleada de Prêmios".

2.3.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 40 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 77ª SESSÃO, EM 12 DE MAIO DE 1992

3.1 — ABERTURA**3.2 — EXPEDIENTE****3.2.1 — Requerimentos**

— Nº 258/92, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 37/92, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

— Nº 259/92, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 38/92 (nº 2.671/92, na Casa de origem), que cria o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

3.3. — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 166, de 1992, de autoria do Senador Mansueto de Lavor, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo publicado no jornal *Correio Braziliense*, de autoria de Dom Aparecido José Dias, sob o título "Violência contra os índios", edição de 12 de abril de 1992. **Aprovado.**

3.3.1 — Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

— Requerimentos nºs 258 e 259, de 1992, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados.**

3.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**3.4 — ENCERRAMENTO****4 — MESA DIRETORA****5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Ata da 75ª Sessão, em 12 de maio de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Dirceu Carneiro,

Rachid Saldanha Derzi e Jutahy Magalhães

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Amir Iando — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dirceu Carneiro — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — José Eduardo — José Paulo Bisol — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourival Baptista — Lucéfio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Odacir Soares — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 44 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do expediente.

É Lido o Seguinte

EXPEDIENTE**MENSAGENS****DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

— Nºs 187 a 192, de 1992 (nºs 142 a 147/92, na origem), de 8 do corrente, de agradecimento de comunicações, refe-

rentes à aprovação das matérias constantes das Mensagens SM nºs 47, 50, 51, 55, 56 e 57, de 1992, respectivamente;

— Nº 193, de 1992 (nº 148/92, na origem), de 11 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1991 (nº 4.618/90, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que “dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais”, e que se transformou na Lei nº 8.421, de 11 de maio de 1992; e

— Nºs 194 e 195, de 1992 (nºs 151 e 152, na origem), de 11 do corrente, de agradecimento, de comunicações, referentes à aprovação das matérias constantes das Mensagens SM nºs 54 e 58, de 1992, respectivamente.

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

— Nº 103/92, de 7 de maio do corrente ano, comunicando a aprovação das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1990 (nº 1.854/89, na Casa de origem), que cria a Carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União e seus cargos, fixa os valores de vencimentos, e dá outras providências. (Projeto enviado à sanção em 7 de maio de 1992)

— Nº 104/92, de 6 de maio do corrente ano, comunicando que aquela Casa rejeitou a emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1992 (nº 2.747/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a política nacional de salários e dá outras providências. (Projeto enviado à sanção em 6 de maio de 1992)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58, DE 1992

Autoriza o Poder Executivo a criar uma escola agrotécnica federal no Município de Normandia, Estado de Roraima, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma escola agrotécnica federal no Município de Normandia, Estado de Roraima.

Art. 2º O estabelecimento de ensino de que trata esta lei manterá cursos técnicos de agricultura, pecuária e mineração.

Art. 3º As despesas decorrentes da instalação e funcionamento da escola agrotécnica federal de Normandia correrão por conta de dotações específicas, a serem consignadas no Orçamento da União, para os exercícios seguintes à aprovação da presente lei.

Art. 4º O Poder Executivo, ouvido o Ministério da Educação e as Secretarias de Educação Estadual e Municipal, regulamentará esta lei no prazo de noventa dias, contados a partir de sua vigência.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se disposições em contrário.

Justificação

Normandia, cidade sede do menor município de Roraima, dista 185km de Boa Vista, Capital do Estado. A população

do município é predominantemente rural com cerca de 17.000 habitantes e com alta taxa de jovens (54,3%) na faixa etária compreendida entre 0 e 19 anos.

A principal atividade econômica do Município consiste na pecuária, que data dos primórdios da colonização portuguesa.

Além disso, o Estado como um todo sofre hoje o impacto dos constantes fluxos migratórios que demandam o ouro nos garimpos fronteiriços com a Venezuela e vêm provocando a desestruturação tanto da agricultura como da pecuária pela carência de mão-de-obra permanente e qualificada.

A oferta de mais uma escola voltada para o setor primário poderia parecer supérflua, uma vez que, no interior do Estado, a utilização da capacidade instalada da rede escolar de 2º grau, que já dispõe de uma escola agrotécnica em Boa Vista, só atingia, em 1989, o percentual de 7,7%.

Contudo, os jovens deveriam, através de cursos adequados às suas reais motivações e mais próximos de seu habitat natural, ser atraídos para estudos que tivessem na agricultura, na pecuária e também no extrativismo mineral sua fonte maior de interesse.

A instalação de uma escola agrotécnica federal no Município de Normandia pode, com a ajuda da União, fazer parte de uma política educacional que leve em conta as reais necessidades do Estado nessa fase, ainda não concluída, de sua sedimentação institucional.

Na verdade, o artigo 211, § 1º, da Constituição Federal, prescreve a assistência técnica e financeira da União aos Estados e Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

A Proposição insere-se, portanto, no contexto maior do preceito constitucional e servirá, sem dúvida, de poderoso estímulo à consolidação das estruturas educacionais do Estado.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1992. — Senador César Dias.

(À Comissão de Educação — decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

FAMIR

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MILITARES DA RESERVA REMUNERADA E DE PENSIONISTAS DAS FORÇAS ARMADAS E AUXILIARES

(Fundada em 17 de setembro de 1989)

Brasília, DF., 29 de abril de 1992

OFÍCIO NR./92

Exmº Sr. Presidente do Congresso Nacional

Em nome da Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas do Paraná (ASMIR/PR) e do Exmº Sr. General de Exército Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, encaminho a Vossa Excelência dois requerimentos versando sobre a demarcação da área destinada aos índios ianomamis.

Informo a V. Exª que a Famir apóia e corrobora os termos e argumentos dos requerimentos em tela, encarecendo o acolhimento e a mais breve solução para os mesmos.

Atenciosamente, — Antonio de Souza Garcia, Presidente.

**ASSOCIAÇÃO DOS MILITARES
DA RESERVA REMUNERADA,
REFORMADOS E PENSIONISTAS
DAS FORÇAS ARMADAS**

Curitiba, 9 de março de 1992

Ao Exmo. Sr.
Senador Mauro Benevides
Presidente do Congresso Nacional
Assunto: Requerimento

REQUERIMENTO

A. À vista da promulgação do Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991, do Exmº Sr. Presidente da República, Dr. Fernando Collor de Mello e da publicação da Portaria nº 580, de 15 de novembro de 1991, do Exmº Sr. Ministro da Justiça, Cel. Ref. Jarbas Passarinho, os signatários deste documento, titulares da atual Diretoria da Associação dos Militares da Reserva Remunerada, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas do Paraná — ASMIR/PR, Presidente Cel. Ref. Roberto Monteiro de Oliveira, ident. 014198480-7; Pres. do Cons. Fiscal Cel. Ref. Waldemar Oswaldo Bianco, ident. 0139831002; membro do CD Cel. R/1 Frederico Soares Castanho, ident. 050934960-1; membro do CD Cel. R/1 Joaquim Carlos Guerreiro Maia, ident. 018669350-3; 1º Vice-Presidente Ten. Cel. Ref. Luiz Eduardo Barreto César, ident. 014370060-7; 3º Vice-Presidente Ten. Cel. RR. FAB Marcos D'Amato Jr., ident. 105127; Tesoureiro Maj. Ref. Boleslau Balkowski, ident. 05025174-02, 2º Vice-Presidente Cap. Ref. Trajado de Iara, ident. 5G127/7; membro do CD Cap. Ref. Vazulmiro Lima de Fontoura, ident. 032317030/8, 2º Secretário Ten. Ref. Orlando Ferreira, ident. 5G249-46; Relações Públicas Pensionistas Tília Maria Noll, ident. 059500122-3; e Dep. Jurídico (Advogado) Ten. Ref. Pedro Roberto Neto, Ident. 0515304906, em seus próprios nomes, no dos associados da Asmir/PR, e de todos os demais cidadãos brasileiros que, voluntária e explicitamente, aderiram a este pedido, vêm a presença de V. Exª para requerer que o Congresso Nacional tome as medidas necessárias para sustar — na forma do inciso V, do art. 49 da Constituição Federal — os citados atos normativos daquelas duas autoridades do Poder Executivo, que exorbitaram do seu poder regulamentar, invadindo a competência privativa do Congresso Nacional e do Conselho de Defesa Nacional. Apresentamos a V. Exª e aos membros do Congresso Nacional as seguintes razões:

1. INTRODUÇÃO:

1.1. Antecedentes:

Já fazem parte do acervo histórico do nosso País, conhecido de todos os brasileiros dignos deste nome, as várias e repetidas tentativas, todas elas originadas em países do chamado Primeiro Mundo, de se arrebatar, arrancar, despojar ou usurpar a soberania plena de nossa Nação sobre a Amazônia brasileira.

Por mais que se tenha tentado negar essas tentativas, ridicularizadas insistentemente como teoria conspiratória ou dissimulando-as com “nobres intenções” sempre mal interpretadas pelos militares — radicais incorrigíveis — essa verdade tem tanta força, e atinge o nosso patriotismo com tanto impacto, que ninguém mais tem a ousadia de negá-la com seriedade.

Não precisamos descrever essas tentativas, o que seria ocioso, pois outros já as denunciaram com muito mais competência do que nós seríamos capazes de fazê-lo.

1.2. As ameaças atuais:

Em dias atuais, novas tentativas, estas muito mais sutis, utilizando-se de meios e técnicas muito mais sofisticados, vêm aplicando seus esforços em extenuar, gradual e progressivamente, a nossa soberania sobre a área amazônica, utilizando-se de teses sem nenhum valor científico, mas dotadas de indiscutível apelo altruístico e forte motivação emocional, tais como:

- Amazônia “pulmão do mundo”;
- Amazônia “patrimônio da humanidade”;
- Amazônia, principal fonte mundial de umidade, indispensável à defesa contra o “efeito estufa”;
- Amazônia, indispensável à preservação da “diversidade biológica” do planeta;
- a “defesa dos direitos territoriais dos indígenas”;
- a preservação dos “costumes e da cultura dos povos da floresta”; et alia...
- entre as quais, com especial destaque, a defesa dos direitos da “Nação” uanomami;

Todas essas teses e slogans têm sido repetidos e orquestrados ad nauseam pela mídia internacional, secundada servilmente pelos nossos principais órgãos de comunicação de massa.

1.3. As circunstâncias atuais:

a) No passado, diante até mesmo das mais dissimuladas tentativas, os nossos Presidentes da República, pessoas experimentadas, bem preparadas para a função, impermeáveis às pressões alienígenas, e insensíveis às influências dos órgãos de comunicação social, apoiados por fortes lideranças civis e alertados por chefes militares de grande tirocínio, sempre repeliram com ativez e coragem todas essas tentativas, sem qualquer temor às represálias que, afinal, nunca se concretizaram.

b) Hoje, as circunstâncias são perigosamente outras:

1) “O término da bipolaridade político-militar liberou os EUA de suas preocupações em relação à URSS, permitindo-lhes atuar — com inusitada desenvoltura — como braço armado dos interesses mundiais, na defesa da democracia, dos direitos humanos e das minorias raciais ou grupos étnicos ameaçados” etc., etc., etc.

— “os acontecimentos militares recentes comprovam que os EUA podem ampliar, impunemente, resoluções da ONU invocando interesses mundiais, e outros valores, segundo sua própria interpretação e arbítrio;”

— “o novo mapa do poder mundial, com o nítido predomínio do Grupo dos Sete (G-7), identifica indiscutivelmente a Amazônia como um dos pontos onde os interesses americanos e europeus podem vir a estar ameaçados, e inaugura um indistigável neo-colonialismo.

2) Por outro lado, “com a utopia preservacionista e a histeria ecológica, a questão ganhou novo ângulo: o Brasil não teria capacidade para gerenciar esse patrimônio da humanidade” e poderá degradá-lo ou destruí-lo.

Diante dessas circunstâncias extremamente desfavoráveis, de nada valerá o princípio da autodeterminação dos povos, pois a ameaça de se “internacionalizar a Amazônia, ou se limitar a soberania do Brasil sobre a área, ou se exercer sobre ela uma administração compartilhada, são apenas as variantes de uma mesma estratégia” — hoje perigosamente

possível — para se concretizar a extinção da soberania plena do Brasil sobre a sua Amazônia.

As inúmeras concessões de imensos territórios às várias “nações” indígenas, com especial ênfase quanto à desproporcional área dos ianomamis, concedidas mediante pressões internacionais insuportáveis sobre o Governo brasileiro, constituem apenas um capítulo dessa nova tentativa, já em acelerado curso de implementação.

c) Desafortunadamente, o Senhor Presidente da República, permeável às pressões internacionais e sensível às teses orquestradas pela mídia nacional e internacional, vem admitindo sem qualquer atitude mais enérgica, inúmeras interferências de autoridades estrangeiras sobre assuntos de nossa exclusiva competência.

Essa autoridade tem feito concessões repetidas a todas as teses alienígenas, até às mais discutíveis, a despeito dos insistentes alertas de líderes civis e do parecer das autoridades militares que a têm assessorado em algumas dessas questões, em especial quanto à demarcação do “território ianomami”, totalmente situado dentro da faixa de fronteira indispensável à defesa nacional, ocupando área contígua a outro território indígena análogo do lado da Venezuela, configurando essa contigüidade inegável, ameaça à integridade do território nacional, mormente se considera a imensa área concedida.

2. JUSTIFICATIVAS:

2.1. Apresentamos a V. Exª as seguintes justificativas:

a. Formais:

Este petição é feito com base nos direitos assegurados pela Constituição Federal, como exposto no art. 5º, incisos XXI e XXXIV, verbis:

Art. 5º

XXI — as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

XXXIV — são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade do abuso de poder;

Além disso o Estatuto da Asmir/PR, em seu art. 2º, inciso III, diz explicitamente que ela é organizada para “representar seus associados” etc., donde todos os que a ela se filiarem, outorgam à Diretoria legalmente eleita o direito de representá-los judicial ou extrajudicialmente, o que torna legítima esta petição, feita de pronto em caráter individual por todos os signatários, mas também como representantes dos sócios da citada Associação.

b. Jurídicas:

1) A nosso juízo, o Decreto nº 22/91 do Senhor Presidente da República, não poderia ter estabelecido normas e regulado procedimentos genéricos para o reconhecimento da posse, a delimitação e a demarcação de terras públicas “tradicionalmente ocupadas pelos índios”, sem excepcionar ou distinguir as terras situadas na faixa de fronteira, e/ou aquelas cuja área fosse superior a 2.500 Ha., para as quais deveria ter previsto procedimentos específicos, posto que, em relação a estas, existem dispositivos constitucionais que atribuem ao Congresso Nacional e ao Conselho de Defesa Nacional competência privativa sobre a matéria.

a) Quanto às terras públicas situadas na faixa de fronteira, por força do inciso II e do § 2º do art. 20 da Constituição Federal, verbis:

Art. 20. São bens da União:

I — as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares das vias federais de comunicação e a preservação ambiental, definidas em lei.

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

É de se notar que estes dispositivos, combinados com o inciso III, § 1º, do art. 91 da Constituição Federal, tornam o Poder Executivo mero cumpridor de tudo o que o Congresso Nacional tiver “regulado em lei”, e fiel aplicador dos critérios e das condições de utilização que o Conselho de Defesa Nacional propuser em relação a elas:

Art. 91. O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República.....

§ 1º Compete ao Conselho de Defesa Nacional:

III — propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.

Está evidente que os constituintes quiseram submeter à mais alta geratriz de leis — o Congresso Nacional — qualquer decisão quanto à ocupação e uso dessa importantíssima faixa do território nacional, sendo de absoluta ineficácia jurídica pretender regular essa matéria por portaria ministerial, mesmo invocando em seu socorro vários artigos da Constituição Federal, e o Decreto do Presidente da República como o fez a citada portaria. Em reforço de nossa tese acode o art. 91, § 1º, inciso III, quando atribui ao Conselho de Defesa Nacional a competência para “propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional”... Propor a quem? Obviamente ao único poder competente para regular esse assunto, por força do preceito explícito no § 2º, do art. 20 da Constituição Federal, *in fine*..., ou seja, ao Congresso Nacional.

Este dispositivo da nova Constituição, como tantos outros, não foi ainda regulamentado por lei nova.

Estamos, portanto, diante de duas alternativas: ou continua em vigor a chamada “legislação da faixa de fronteira”, recepcionada pela nova Constituição, ou temos uma vacatio legis. Em qualquer das duas alternativas, o Congresso Nacional e o Conselho de Defesa Nacional (este, como sucessor do Conselho de Segurança Nacional, ou por força do inciso III, § 1º, art. 91 da Constituição Federal), têm atribuições privativas que o Decreto nº 22/91 e a Portaria Ministerial nº 580/91 ignoraram e invadiram.

Admitindo, por conseguinte, que se considere que essa legislação especial foi abrogada pela Constituição Federal, nesta hipótese, deveria ter sido consultado o Conselho de

Defesa Nacional, órgão que detém agora a competência para “propor os critérios e condições de utilização de áreas” na faixa de fronteira. Ao contrário, ignorando a competência do Congresso Nacional e do Conselho de Defesa Nacional, o Decreto nº 22/91 estabeleceu que:

Art. 2º A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios será precedida de identificação por grupo técnico, que procederá aos estudos e levantamentos, a fim de atender ao disposto no § 1º do art. 231 da Constituição.

§ 9º Aprovando o processo, o Ministro da Justiça declarará, mediante portaria, os limites da terra indígena, determinando a sua demarcação.

Se essas terras públicas cuja “posse permanente” e o usufruto foram concedidos pela Portaria Ministerial nº 580/91 estivessem fora da “faixa de fronteira”, nossa objeção seria questionável. Estando dentro dos limites dessa faixa, é indiscutível que, tanto atribuições do Congresso Nacional quanto do Conselho de Defesa Nacional, foram invadidas pelos dois atos normativos aqui impugnados.

Aliás, o item 2 do Despacho nº 358/91, do Ministério da Justiça ressalva que “oportunamente, quando se fizer necessário deliberar sobre o uso das terras em processo de demarcação, aquele colegiado deverá ser ouvido... etc.”. Ora, a “posse” e o usufruto dessas terras já ficaram definidos pela Portaria nº 580/91, a bem da verdade invadindo as citadas atribuições do Conselho de Defesa Nacional, que deveria ter sido consultado a priori sobre a matéria, e não a posteriori como acena o Ministro da Justiça.

b) Quanto às terras com área superior a 2.500ha

O inciso XVII do art. 49 da Constituição Federal impediria que o Poder Executivo delimitasse, e “de iure” concedesse a “posse permanente” — sem a audiência prévia do Congresso Nacional — sobre os 9.430.000ha de terras públicas da União na faixa de fronteira, para quem quer que fosse, até mesmo para indígenas:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVII — aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

É princípio pacífico que onde a Lei não excepciona ou não distingue, não é lícito aplicá-la com exceções que ela não contém. Qual o título invocado para que o Governo reconhecesse o direito à “posse permanente” — explícita na Portaria Ministerial nº 580/91 — e o usufruto dessa imensa área de faixa de fronteira para os Yanomami? Respondemos: a posse desde “tempos imemoriais”, segundo o Parecer nº 2/91 adiante estudado.

Por conseguinte, essa Portaria Ministerial que estamos impugnando, quando reconheceu explicitamente a “posse permanente” de terras públicas na faixa de fronteira para alguém — indígena ou não — as extraiu das “terras públicas da União” e concedeu o seu usufruto aos indígenas, sem considerar que cabe ao Congresso Nacional “aprovar, previamente, ... a concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares”.

Embora este dispositivo (anteriormente atribuição do Senado), tenha sido aplicado até hoje com exceções que, a rigor, sua redação não admitiria (terras públicas para indígenas, por exemplo), o certo é que, na faixa de fronteira, e com a desproporcional área concedida, esta tese deve ser agora argüida, posto que não é possível excepcionar ou distinguir onde a lei não faz.

2) Isso sem considerar que a Portaria Ministerial nº 580/91 provoca um autêntico desmembramento “de Fato” de uma extensa área do Estado de Roraima e Amazonas, o que se nos afigura invasão de outra atribuição do Congresso Nacional, verbis:

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

VI — incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas:

A realidade é que, da Portaria Ministerial aqui impugnada, resulta completa e real ablação de vasto território dos dois Estados e da área quase total de vários Municípios.

c) Do mérito:

Quando o Decreto nº 22/91, pelo art. 2º, § 9º, delega competência ao Ministro da Justiça para “aprovar o processo” e “declarar, mediante portaria, os limites da terra indígena”, na realidade está delegando, de fato, ao Grupo Técnico, a definição dos Critérios de “ocupação e utilização” da área, e ao Ministro a aprovação desses Critérios, aprofundando o conflito com a Constituição Federal e legislação citada, o que macula o processo de delimitação com grosseira ilegalidade.

Assim, todas as decisões tomadas em relação às “terras Yanomami” passaram a depender da precisão, ou não, de um parecer técnico, o Parecer nº 2 de 10 de julho de 1991, da antropóloga Isa Maria Pacheco Rogedo (D.O.U.) de 25 de julho de 1991). Ora, esse parecer está recheado de erros grosseiros, decisões arbitrárias e imprecisões primárias, como vamos provar:

a) A primeira conceituação arbitrária decorre da decisão (já antiga) de se considerarem “Grupo Yanomami” (segundo muitos “Nação Yanomami”) os 4 (quatro) grupos de indígenas que existem na área limítrofe com a Venezuela, a saber:

— Yanomami, Sanoman, Yanomano e Yanam (Existe ainda o grupo minoritário Mayongong ou Yekuana, que foi excluído dos Yanomami, o que agrava a arbitrariedade científica).

Esses quatro grupos nada têm em comum:

— falam 4 (quatro) idiomas diferentes, (e alguns dialetos);

— têm costumes diferentes pois alguns subgrupos são predominantemente caçadores e pescadores, embora todos pratiquem uma agricultura rudimentar;

— as culturas são bastante diferenciadas, dependendo da constância dos contatos com comerciantes e caçadores brancos e, mais recentemente, com garimpeiros; existem grupos tão primitivos que matam seus primogênitos quando são mulheres, pois é de sua escala de valores que o primeiro filho deve ser homem; aliás, alguns dos subgrupos desses índios já deveriam estar incluídos na classificação do inciso II do art. 4º da Lei nº 6.001/73, considerados como “em vias de integra-

ção", tantos têm sido os seus contatos com os brancos (os da região de Maturacá, por exemplo);

— os tipos físicos são, também, diferentes em função dos ambientes que habitam (cursos superiores dos rios, ou planícies);

— os quatro grupos não têm entre si qualquer interação social.

Ao contrário, quando ocorre contato entre dois grupos diferentes, normalmente acontecem ações agressivas, com lutas e combates entre eles, incluindo até o seqüestro de mulheres. Por conseguinte, a decisão (que não deve ser imputada à Relatora) de agrupar as quatro tribos em um único "Povo", "Nação" ou "Grupo" é uma arbitrariedade "científica", necessária para justificar a concessão de uma área tão extensa ao suposto "Povo" ou "Grupo" Yanomami. Não nos convence apelar para o "método glotocronológico" para tentar justificar o agrupamento de tribos tão diferentes em um único "Povo".

b) Não existem no território brasileiro mais de 3.500/4.500 índios de todas as quatro tribos. Em 1989, em 100 (cem) pousos da FAB, em todas as malocas do Sistema Parima, e entre Paapiú e Ericós, foram contados Todos os índios existentes naquela área.

Assim, foram contados 2.850 índios na área do Parima e pouco mais de 1.000 na área do Parque Nacional do Pico da Neblina, o que daria um total máximo de 4.000 índios.

c) Atribuir a ocupação "desde tempos imemoriais", de enorme área contínua agora concedida aos Yanomami, também é imprecisão grave ou mera arbitrariedade "pseudocientífica" pseudo "científica", pois bastará compulsar os mosaicos semicontrolados de radar que o Projeto Radambrasil fez desta área na década de 1970, para se comprovar que, naquela época, não havia uma única maloca no curso médio do rio Demini, nem no curso inferior e médio dos rios Marauí e Caauburi, e no curso inferior do Catrimani.

Ao longo destes 20 anos, os índios desceram dos cursos superiores desses rios, atraídos pelas povoações brancas, tais como Caracará, Serrinha, Jaqueira, Jandiá e Santa Izabel do Rio Negro e outros.

Isso também pode ser comprovado por relatório elaborado em 1972 pelo Comando Militar da Amazônia (CMA), por ocasião de um reconhecimento feito em conjunto com a agência do SNI de Manaus, ao longo de alguns desses rios, quando nenhum índio, de qualquer tribo, foi avistado ou contactado nos cursos médio e inferior dos rios citados.

Tais reconhecimentos foram realizados para comprovar insistentes notícias sobre a presença de pesquisadores estrangeiros clandestinos na área, dos quais aliás foram encontrados vestígios e indícios vários.

É provável que o(s) Relatório(s) possam ser agora recuperados para servir de fontes de informações e os militares envolvidos consultados.

A "ocupação imemorial" é, pelo menos, um equívoco grave, ou presunção "científica" infundada, mas é necessária para que se possa conceder área tão extensa a essas tribos.

d) A Relatora afirma que "quase a metade" do território ora concedida é "inadequada à agricultura".

No volume nº 8, página 407 e seguintes, do Projeto Radambrasil, que analisa o "uso potencial da terra" se afirma que, excetuadas as áreas "não significantes" ou de preservação "por imposição legal", uma parte expressiva (1/4?) é considerada de avaliação "Baixa" para "lavoura e criação de gado", mas não considera a metade da área como "inadequada", tal como quer a Relatora. Ressalte-se que as páginas 278

em diante, do volume 8 citado, fazem análise bastante técnica que discorda; em parte, da apreciação da Relatora.

Mas essa avaliação de solo "inadequado" é necessária para justificar a concessão de área tão extensa aos índios ocupantes. O que a Relatora deixou de citar foi a existência de enormes riquezas minerais, localizadas exatamente na área concedida, constatadas desde o Projeto Radambrasil, bastando compulsar as páginas 101 até 114 do volume nº 8 já citado para comprovar, que já àquela época, existia a convicção sobre a presença de minerais raros (cádmio, nióbio, urânio, tantalita, ouro e outros no subsolo daquele território).

e) A Relatora diz que "estudos especializados" indicam que a área mínima requerida para prover uma aldeia Yanomami com todos os "recursos necessários à sua reprodução física e cultural é de 640 Km. quadrados" (porque não 650, ou 660, ou 645?).

Uma vez que, segundo a Relatora, existem "não menos de 150 aldeias" ... logo, o território a conceder será de 94.000 Km²!

Tudo bem "pesado, medido e contado" para se atingir os já intrigantes 9.419.000ha, ora concedidos.

Observe-se que, mesmo considerando a existência de 10.000 índios, como quer a Relatora, caberia a cada um deles individualmente, a desproporcional área de 940 hectares ... Absurdo indefensável, obviamente.

f) As áreas dos índios Yanomami já tinham demarcação administrativa homologada pelo Presidente Sarney, em 16 de fevereiro de 1989, pelos Decretos nºs 17.512, 17.513, 17.514, 17.515, 17.516, 17.517, 17.518, 17.519, 17.520, 17.521, 17.522, 17.523, 17.524, 17.525, 17.526, 17.527, 17.528, 17.529 e 17.530/89.

Todos esses citados Decretos do Presidente Sarney foram revogados em 19 de abril de 1991, por um único Decreto sem número, dessa mesma data (D.O.U. de 22 de abril de 1991).

O "Memorial Descritivo da Delimitação" que acompanha a Portaria Ministerial nº 580/91, aqui estudada, tem data de 27 de julho de 1991.

Como a data do Parecer nº 2/91 é de 10 de julho de 1991, e a sua aprovação pela Comissão Especial é de 16 de julho de 1991, logo a "delimitação" de tão extensa área se realizou em apenas 6 (seis) dias, o que nos revela que não foi feita nenhuma verificação no terreno.

A precisão extremamente grosseira das coordenadas geográficas (aproximadas) dos pontos que balizam o perímetro da área concedida, vem comprovar o aodamento e a falta de objetividade com que esse assunto foi tratado recentemente, citando:

Descrição do Perímetro

Leste: Partindo do Marco H-2, de coordenadas geográficas aproximadas 04°09'22"N e 62°03'38"Wgr., localizado no limite internacional Brasil/Venezuela nas proximidades da cabeceira do rio Icabaro (do lado venezuelano); daí, segue por uma linha reta até o Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 04°8'30"N e 62°03'05"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 04°02'05"N e 62°02'07"Wgr., localizado na confluência com outro igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 3 de

coordenadas geográficas aproximadas 04°00'10"N e 62°05'45"Wgr., localizado na confluência com o rio Amajari; daí, segue por este no sentido jusante até o Ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 03°57'30"N e 62°03'22"Wgr., localizado na confluência com um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta até o Ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas 03°56'55"N e 62°04'55"Wgr., localizado na confluência do rio Traída com um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido montante até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 03°57'00"N e 62°07'38"Wgr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta até o Ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas 03°55'40"N e 62°08'37"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este no sentido jusante até a confluência com outro igarapé sem denominação;

Como seguir cursos de "igarapés sem denominação"?

Qualquer geógrafo ou topógrafo, mesmo inexperiente, sabe que levantar coordenadas geográficas precisas é operação bastante fácil e muito rápida. O que será difícil será demarcar, no terreno, "coordenadas geográficas aproximadas" e "igarapés sem denominação".

O fato é que o processo foi invertido: fez-se antes o "Memorial Descritivo da Delimitação" com pontos de cartas de escala muito grande o que explica a imprecisão das coordenadas aproximadas. Só depois dessa delimitação, é que se fará a demarcação precisa no terreno.

O inverso é que seria mais prudente a se fazer, e o mais responsável também, já que estamos lidando com terras que podem conter pequenos agrupamentos humanos, que só podem ser expulsos da área se a demarcação for absolutamente precisa. O levantamento preciso de todas as aldeias deveria ter sido a primeira e principal medida, já que são elas — segundo o Parecer nº 2/91 — que definem a área "tradicionalmente ocupada", da terminologia do art. 231 da Constituição Federal.

2.2. Outros dados:

Exmº Senhor Senador Mauro Benevides, Presidente do Congresso Nacional.

Reconhecemos que algumas das impugnações aqui apresentadas constituem teses novas, que não serão pacíficas, mas que resultam necessariamente da radical mudança de tratamento da questão indígena que a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, impôs por força do caput do art. 231. Não vamos contestar a Constituição Federal, pois para isso está programada uma reforma constitucional em 1993. O fato é que, todas as constituições anteriores prescreviam em relação aos indígenas brasileiros que a União deveria buscar a "incorporação dos silvícolas à comunhão nacional" (letra o, inciso XVIII, Art. 8º, da Constituição Federal de 1969), inclusive até mesmo por força da adesão do Brasil à Convenção nº 107 da OIT (homologada pelo Decreto Legislativo nº 20/65), cuja redação era mais terminativa ainda, ou seja, "integração progressiva (da população indígena) na vida dos respectivos países".

Agora, sob a égide do art. 231 da Constituição Federal, "já não se buscará alfabetizar o índio em português, vesti-lo, cristianizá-lo e desenvolver nele o sentimento de brasilidade, tal como vinha sendo feito desde a descoberta do Brasil".

"Esta nova postura consagrou, na Constituição, as teses dos antropólogos, indigenistas e missionários de tendência

ideológica de esquerda radical, e produzirá como consequências (desejáveis, segundo eles) a segregação perene das populações indígenas dentro de suas vastíssimas reservas, e a manutenção do estágio atual de sua cultura. Enquistar-se-ão, desta forma, verdadeiras nações dentro da Nação, configurando uma ameaça potencial à integridade territorial do Brasil, mormente se algumas delas lograrem explorar com êxito as suas vastíssimas reservas, principalmente as que estão na faixa de fronteira".

E, o que é pior, no caso ianomami, essas tribos não podem sequer ser consideradas com precisão como "brasileiras" pois, no território venezuelano contíguo, existe também uma multidão de ianomami, circunstância que dá a esse "povo" nítida condição de apátrida em relação aos dois países.

Nessas circunstâncias, conceder-se a esses indígenas de nacionalidade mais do que discutível, a posse e uso dessa imensa área situada na faixa de fronteira, é nada menos do que decisão imprudente, pois impõe ao nosso País o risco gravíssimo de ter — em futuro próximo — a sua soberania contestada sobre grande área de seu território, aliás possuidor de enormes riquezas minerais.

Reclamar para o "povo" ianomami a auto determinação e a soberania sobre esse território, será mera questão de tempo.

B. O REQUERIMENTO:

B.1. À vista da extensa argumentação retro, e com base na legislação citada, requeremos que se submeta o pedido ora encaminhado, por intermédio de V. Exª, ao Congresso Nacional, para que:

— sejam sustados, na forma do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, o § 9º do art. 2º do decreto nº 22/91, do Senhor Presidente da República e a Portaria Ministerial nº 580/91, do Senhor Ministro da Justiça;

— seja submetida a matéria objeto deste requerimento ao Conselho de Defesa Nacional para efeito do art. 91, § 1º, inciso III, da mesma Carta Magna.

B.2. Senhor Presidente:

Os signatários deste requerimentos são todos velhos soldados, com 30, 40 e até 50 anos de vida militar dedicados ao nobre ofício de prover, sem desfalecimento, a Segurança Nacional.

Nenhum objetivo menos nobre nos move, mas sim a certeza de que os atos aqui impugnados representam gravíssimo atentado à integridade territorial do Brasil.

Recorremos ao Congresso Nacional onde Vossas Excelências, verdadeiros "Pais da Pátria", saberão tomar as medidas legais que a gravidade do assunto exige.

Curitiba, 9 de março de 1992. — Roberto Montelro de Oliveira, Cel. Ref. Presidente DE — Frederico Soares Castanho, Cel. R/1. membro do CD — Luiz Eduardo Barreto Cesar, Ten. Cel. Ref. 1º Vice-Presidente — Marcos D'Amato Junior, Ten. Cel. RR. FAB — Vice-Presidente — Vazulmiro Lima de Fontoura, Cap. Ref. membro do CD — Waldemar Oswaldo Bianco, Cel. Ref. Pres. Cons. Fiscal — Joaquim C. Guerreiro Maia, Cel. R/1 membro do CD — Trajano de Lara, Cap. Ref. 2º Vice-Presidente — Boleslau Balkowski, Maj. Ref. — Tesoureiro — Orlando Ferreira, Ten. Ref. 2º Secretário — Túlia Maria Noll, Pensionista — Rel. Públicas — Pedro Roberto Neto, Ten. Ref. — Advogado.

ADESÕES

Nome: Vasé Sprickrandel Brandão
 Posto: CEL R.R.
 Idt: 050.214.830-7

Nome: Agostinho Stange
 Posto: Cel Ref.
 Idt: 56-15.424

Nome: Domínguez de Costa Lima Sobrinho
 Posto: Sen. Ref.
 Idt: 010 941570-3

Nome: PLAÍDINO GUERRINI BRILHATO
 Posto: Professor
 Idt: 021421820-3 M. EX

Nome: PAULO SERGIO ALVES
 Posto: DA CRUZ
 Idt: ECONOMISTA
 Idt: CORECON 077.605

Nome: Hector Cuitate
 Posto: Executivo A.C.M
 Idt: W 557558

Nome: Sergio Brasil
 Posto: CEL R.R.
 Idt: 018818490-7

Nome: Eduardo de O. F. Pereira de F. 10
 Posto: General-de-exército
 Idt: 011639130-4

Nome: ANTENOR DE SANTA CRUZ
 Posto: GEN. EX
 Idt: 01 2966450-2

Nome: AMÉRICO B. DE PAULA CHAVES
 Posto: OAB/RJ 16428
 Idt: CIC 029 617 377-18

Nome: TANILSON LASSA CAARAZ
 Posto: ADVOGADO
 Idt: 57.803 OAB RJ

Nome: JURGE RIBEIRO JACOB
 Posto: Advogado - P. OAB ILHA
 Idt: 32628 OAB/RJ

Nome: Miguel Veiros
 Posto: Médico
 Idt: CRM 52.21401.4

Nome: JOSÉ LUIZ PARRERA
 Posto: Cap. Ref.
 Idt: 15.329.481

João Vinícius
 Nome: JOSE JOAQUIM CORREIA SILVA
 Posto: TEN. CEL R1
 Idt: 018106820-6 (MUN. EX.)

Bettera
 Nome: CEL ANTONIO BETTERA
 Posto: CEL PA RL
 Idt: 344089 PA

João Brito Neto
 Nome: JOÃO BRITO NETO
 Posto: Cel R1
 Idt: 014575910-6

Tou Le de Moraes
 Nome: TAU LE DE MORAES
 Posto: Cel. Ref.
 Idt: 0114596105

Edwercel A. Lins
 Nome: EDWERCEL A. LINS
 Posto: Cel. R1
 Idt: 35-257444

Mário Stedler F. Souza
 Nome: MARIO STEDLER F. SOUZA
 Posto: Ten. Cel Cav
 Idt: 19-481009-MGX

ANTONIO DE S. GARCIA
 Nome: ANTONIO DE S. GARCIA
 Posto: 2º TEN R1
 Idt: 018010430-9

ARCIA
 Nome: Antonio Carlos M. Garcia
 Posto: Professor FEDF
 Idt: 862.324

Admiral
 Nome: ADIRAR MATEOS COELHO
 Posto: CEL R1
 Idt: 010931450-2

Jairo
 Nome: JAIR ROBERTO FELIZ
 Posto: TC/R1
 Idt: 032978230-4

Henrique
 Nome: HELO B. CORRADINI
 Posto: Cel Ref
 Idt: RG. 933-426

Lenise Josevi
 Nome: LENISE JOSEVI
 Posto: TEN CEL R1
 Idt: 5613276 MEX

Elvis Vidal
 Nome: ELVIS VIDAL
 Posto: ST. Ref.
 Idt: 051415100-0

Vitor
 Nome: VITOR VIEIRA
 Posto: CAP. REF.
 Idt: 050167010-3

Garcia
 Nome: DARLANE SILVA GARCIA
 Posto: Professora FEDF
 Idt: 1089374

Flavio
 Nome: J. B. d. Ser. Figueres
 Posto: 1. Consel
 Idt: RG. 363328

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1992

Ao Exmº Sr.
Senador Mauro Benevides
Presidente do Congresso Nacional

REQUERIMENTO

Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, General-de-Exército reformado, ident. nº 011636130-4, na condição de ex-comandante da 8ª Região Militar, que abrangia o Estado do Pará, o então Território do Amapá e o Município de Imperatriz do Estado do Maranhão, nos anos de 1976, 1977 e princípio de 1978, e de ex-comandante do Comando Militar da Amazônia, que incluía quase toda a Amazônia Legal, nos anos de 1981, 1982 até meados de 1983, com cerca de quatro anos de serviço naquela imensa área, responsável pela defesa de toda a fronteira, autor dos reconhecimentos, escolha pessoal e localização dos postos de vigilância nos vazios da linde com a Colômbia e a Venezuela — Iauaretê, Querari, São Joaquim, Surucucu e Auaris — em alguns dos quais havia trânsito de indígenas mercadores de “epadu”, matéria-prima para a fabricação de cocaína, ocupação depois confirmada no plano de desenvolvimento e segurança denominado “Calha Norte” e agora abandonado por falta de continuidade administrativa do atual Governo, em reforço àqueles que em documento datado de 9 de março de 1992, encabeçado pelo Coronel Roberto Monteiro de Oliveira, meu ex-chefe do Estado-Maior QG da 8ª Região Militar e ex-chefe de gabinete na 3ª Subchefia do Estado-Maior do Exército, requerem ao Congresso Nacional a anulação ou suspensão, de acordo com o art. 49 da Constituição Federal, do Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991, do Exmº Sr. Presidente da República, Dr. Fernando Affonso Collor de Mello que intempestivamente mandou demarcar em plena faixa de fronteira a exorbitante área de 9.430.000ha., reservando-a para usufruto de um insignificante número de indígenas Yanomami, os mais primitivos seres humanos da superfície terrestre.

Justificação

Em acréscimo aos argumentos apresentados naquele citado documento, com os quais estou de pleno acordo e julgo suficientes para a sustação do mencionado ato presidencial, apresento a V. Exª mais os seguintes:

a) Os Ianomami vivem em grupos isolados na faixa de fronteira brasileira e no território da Venezuela, não ultrapassando a cem indivíduos. Quando se encontram, lutam pelo direito de exploração do terreno, pela caça ou pelo apresamento de mulheres. Suas casas são malocas, habitação comum para todas as famílias sem nenhuma separação. Suas mulheres quando estão amamentando e tem um segundo filho, abandonam-no no mato porque sabem não ter condições de alimentar mais de um. Os adultos não chegam a altura de 1.50m, provavelmente por falta de proteína e cálcio em sua alimentação. O desenvolvimento intelectual é quase nulo, afora a construção de suas palhoças e a fabricação artesanal de armas de madeira com lâminas e pontas de osso, cestos e outros utensílios domésticos, não lhes permite quaisquer outras manifestações de criatividade. Andam inteiramente nus, sem nenhuma proteção contra mosquitos e outros insetos e contra as intempéries. São mansos e afáveis. Vivem de acordo com a Natureza, exatamente como os irracionais. Gostam de presentes, calções, camisetas, sandálias e utensílios que substituam os seus rudimentares. Não há possibilidade de evoluir, nem mesmo para aumentar sua sobrevivência, enquanto

permanecerem afastados da civilização branca. Só quem não conhece a selva pode pensar em mantê-los naquelas condições, ou, então, preferível planejamento adequado e a educação por pessoal habilitado.

É o que aconselha o bom senso.

b) Além dos Ianomamis outros povos indígenas vivem nas proximidades das nossas fronteiras e teriam os mesmos direitos que aqueles. São naturalmente mais evoluídos, muitos já aculturados até prestam serviço militar voluntariamente. Entre eles podemos citar os Ticuna, com cerca de 5.000 indígenas na fluência do Brasil com a Colômbia e o Peru. A área que os Ticuna reivindicam é também muito grande, inclui parte da cidade de Tabatinga, a área do Batalhão de Fronteira e o aeroporto. Mais ao norte, na região denominada Cabeça de Cachorro, fronteira com a Colômbia, encontram-se os Tucano abrangendo Pari Cachoeira, Iauaretê e Querari, aculturados pelos padres e freiras missionários. Alguns desses indígenas cultivam o “epadu” em quantidades acima de suas necessidades de consumo em natura, sendo o excesso levado para Mitú, na Colômbia. Em Maturacá, próximo ao Pico da Neblina, estão os Ianomami aculturados pelo padre Carlos, que faz um trabalho excepcional sob todos os aspectos. Sendo italiano e lá vivendo entre os índios há mais de cinquenta anos, foi condecorado pelo Exército brasileiro. No atual Estado de Roraima, em toda a sua região norte, uma imensa planície que se estende até a fronteira da Venezuela e a da Guiana, estão os Macuxi, que também teriam direito a uma reserva abrangendo toda aquela imensidão. Mais ao sul, próximo a Caracará, a cavaleiro da estrada Manaus — Boa Vista, estão os Waimiri — Atroari, agora pacificados, chefiados pelo meu amigo Tuchaa Viana. A concessão e interdição dessa área interromperia os transportes entre as duas capitais. Na orientação de nosso mui digno presidente não há como negar a eles o mesmo direito concedido aos Ianomami. No Estado do Pará, na fronteira com o Suriname, encontram-se também indígenas na região de Tiriós, e, na fronteira do estado do Amapá, ao longo do Rio Oiapoque até a sua voz, os índios vivem nas duas margens, a brasileira e a francesa. Como poderia o Governo interditar todas estas áreas, como demarcá-las, quem fiscalizaria todo este incomensurável perímetro? Mesmo que fosse possível, quanto custaria tanta leviandade?

Conclusão

Senhor Presidente, para evitar prejuízos imediatos e funestas consequências no futuro, em defesa das nossas fronteiras, para salvar aqueles brasileiros do abandono em que ficarão, manda a prudência que aquele ato seja anulado incontinenti. A proteção, não só dos Ianomami mas de todos os indígenas, poderá ser obtida, não pelo abandono, mas com outras medidas menos dispendiosas e mais eficazes se o Governo souber aconselhar-se com os bons funcionários da Funai, que existem e, as Forças Armadas, particularmente, o Exército, que ocupa o terreno, e a Aeronáutica, que garante o suprimento em qualquer ponto. Estes nunca descuidaram das medidas mais urgentes que tomam por sua própria iniciativa, mesmo com o sacrifício de seus integrantes. A melhor defesa de nossas fronteiras deve ser proporcionada por sua ocupação e o seu desenvolvimento. Este é o princípio que defendemos.

Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, General-de-Exército reformado — ident. nº 011636130-4 — Endereço: Rua Castro Baiana, 400/903 — Copacabana CEP 2207 — Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O expediente lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde já tramita projeto de decreto legislativo de autoria do nobre Senador César Dias, versando sobre a mesma matéria.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Itaici-SP, 6 de maio de 1992

P. nº 352/92

Ao Exmº Sr.

Senador Mauro Benevides

Senado Federal

Excelência,

A Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, por encargo recebido dos 269 membros da sua 30ª Assembléia Geral, vem, por intermédio de Vossa Excelência, apresentar ao Senado Federal os seguintes problemas que julgamos graves, urgentes e do maior interesse do povo brasileiro.

1. Preocupa-nos, em primeiro lugar, o fenômeno do alastramento das ocupações de terra em todo o território nacional, como único caminho de acesso à terra pelos que dela precisam para viver e trabalhar, uma vez que não existe ainda instrumento legal de reforma agrária.

Ondas de famílias, sacrificadas pela situação de miséria em que vivem, estão abandonando cada vez mais o campo, arriscando tudo, inclusive a vida de seus membros, na perigosa busca de soluções pelas próprias mãos, para mudar a situação, na falta de reforma agrária legal.

Permitimo-nos lembrar as palavras do Papa João Paulo II, em São Luís do Maranhão, a 14 de outubro do ano passado: "Confio em que a auspiciada reforma agrária possa ser realizada, conforme as profundas aspirações do povo brasileiro".

No dia 29 de abril deste ano, a imprensa noticiou que a regulamentação da reforma agrária estaria entre os nove projetos que poderão ser votados pelo Congresso Nacional ainda neste semestre.

Apelamos, pois, para a consciência cívica dos Senhores Senadores que bem conhecem a sofrida situação do povo brasileiro e as reais expectativas da maioria dos que os elegeram, para que, sem delongas nem omissões, enfrentem com lucidez e coragem a regulamentação dos artigos 184 e 185 da Constituição.

2. Em segundo lugar, queremos fazer nossa a proposta, tantas vezes dirigida ao Congresso Nacional, da criação de Justiça Agrária que atenda ao povo do campo com presteza, isenção e capacitação nas questões de terra. Com efeito, a atual morosidade das soluções já é por si só, grave injustiça e causa dano, às vezes irreparável, à vida de quem encontra o único sustento da família no trabalho da terra.

Contamos, pois, que os Senhores Senadores, com senso patriótico e respeitando os princípios cristãos de nosso povo, nestas graves questões, assumam, com sabedoria e prudência, sua responsabilidade, em vista das exigências do Bem Comum.

Com toda estima — Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB — Serafim Fernandes de Araújo, Vice-Presidente — Antônio Celso Queiroz, Secretário-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O expediente lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos, para ser juntado e processado com o Projeto de Lei nº 13, de 1991, de autoria do nobre Senador Fernando Henrique Cardoso. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 252, DE 1992

Requeiro, com fundamento no art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 1991.

Sala das Sessões, 7 de maio de 1992. — Senador Maurício Corrêa.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O requerimento lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, letra c, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 253, DE 1992

Requeiro, nos termos do art. 255, letra c, do Regimento Interno do Senado Federal, que as Emendas nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei do Senado nº 256/89 sejam remetidas à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1992. — Senador César Dias.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O requerimento lido será apreciado após a Ordem do Dia, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada a apreciação de vetos presidenciais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência recebeu, do Governo do Estado da Bahia, o Ofício nº S/5, de 1992 (nº 88/92, na origem), solicitando, nos termos da Resolução nº 58, de 1990, do Senado Federal, autorização para a rolagem em mercado de 7.366.136.807 (sete bilhões, trezentos e sessenta e seis milhões, cento e trinta e seis mil, oitocentos e sete) Letras Financeiras do Tesouro do Estado da Bahia — LFTBA.

A matéria será despachada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 249, de 1992, de autoria do Senador Albano Franco, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 5 e 6 do corrente mês, quando esteve ausente dos trabalhos da Casa para, no Rio de Janeiro, manter encontros com empresários sobre política salarial e, em São Paulo, assistir à inauguração do Centro de Atividades Antônio Ermírio de Moraes.

O requerimento deixou de ser votado, naquela oportunidade, por falta de quorum.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão. (Pausa.)

S. Ex^a declina da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Rachid Saldanha Derzi. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPlicy (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente Mauro Benevides, Sr^s e Srs. Senadores, na semana passada, o Ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, encaminhou ao Presidente Mauro Benevides esclarecimentos relativos ao processo de elaboração do Orçamento da União.

Ao final da sessão da última quinta-feira, tive oportunidade de fazer alguns esclarecimentos. Mas, dada a importância do assunto, venho encaminhar, agora, Sr. Presidente, um ofício a V. Ex^a, mostrando as razões pelas quais considero insatisfatórias as explicações dadas pelo Ministro Ricardo Fiúza, bem como colocando esclarecimentos a respeito de suas afirmações.

Ofício nº 87/92

Brasília, 12 de maio de 1992

Senhor Presidente,

Diante das afirmações do Sr. Ministro Ricardo Fiúza encaminhadas a Vossa Excelência no último dia 7, como resposta ao Ofício nº 81/92, de nossa autoria, temos a apresentar as seguintes considerações:

1 — Com relação à reivindicação do Partido dos Trabalhadores para a aquisição de ônibus para a Prefeitura Municipal de São Paulo, acatada pelo Sr. Relator-Geral, deve ser ressaltado que a emenda tramitou regularmente na Comissão Mista de Orçamento, tendo sido apresentada e aprovada em seu parecer final, bem como as emendas relativas a outros municípios com a mesma finalidade. Sendo assim, não houve qualquer caráter de excepcionalidade como deixou transparecer o Ministro.

2 — Como se verifica da transcrição da ata da reunião do dia 18-12-91, resta claro que o Deputado Eduardo Jorge utilizou-se do termo “precário” referindo-se a erros formais, de redação, existentes no parecer do Relator-Geral, e não com a conotação de conteúdo que dá a entender o Ministro Ricardo Fiúza em suas explicações.

“**O SR. EDUARDO JORGE** — Além disso, há imprecisões que realmente precisam ser corrigidas. Se acontece aqui, deve estar acontecendo em outros locais. No crédito para a cidade de São Paulo, por exemplo, aparecem 4 bilhões para Taquaral, Distrito de Campinas; 1,5 bilhão para Piracicaba, para Itacarambi, que fica em Minas Gerais, e até para o agudo Bodocongo, em Campina Grande. Talvez porque a Prefeitura paraibana está no crédito da cidade de São Paulo.”

3 — O Ministro omitiu o trecho fundamental da ata, onde por proposta do próprio Relator, aprovada pela Comissão Mista de Orçamento, estão colocadas as limitações a serem respeitadas na análise dos destaques transformados em indicações:

“**O SR. PRESIDENTE** (Senador Ronaldo Aragão) — Seria um destaque de texto, corretivos?

Com a palavra o Relator, Deputado Ricardo Fiúza.

O SR. DEPUTADO RICARDO FIÚZA — Acho extremamente louvável a intenção do Deputado Felipe Mendes. Se S. Ex^a permitisse, eu poderia fazer uma adaptação. Por coincidência, estava pedindo ao Presidente que autorizasse os companheiros que fizeram o trabalho comigo, que sabem que cometi umas trinta injustiças, pelo que pude detectar hoje, a realizarem uma triagem preliminar em todos os destaques que contivessem erro material, ou seja, correção de fonte, correção de rubrica de Estados etc. Por exemplo, hoje um companheiro, não me lembro quem, me disse que havia o nome de dois municípios em uma emenda. Pensaram que um bairro era município e escreveram “município tal e Campinas”.

Eu não sei — há uma comissão de acompanhamento e depois será feito um longo trabalho de computação — se a Comissão poderia delegar ao Relator, fiscalizando e prestando contas a todos os partidos através da Comissão de Acompanhamento, as seguintes tarefas: corrigir erros tipicamente materiais e comprováveis, fazendo com que se possa comprovar qualquer dúvida imediatamente; remanejar verba indicada por um mesmo Deputado, a pedido, por escrito, do próprio. Assim, eliminaríamos um núcleo imenso. Se a Comissão concordar, repito, o Relator poderá corrigir erros materiais ou erros de computação comprovados, guardando a memória dessas correções para elucidar qualquer dúvida. A Comissão de Acompanhamento seria informada de todos os passos dessas correções. Poderíamos ainda fazer as modificações sugeridas pelo Parlamentar, de acordo com a verba indicada por ele. Por quê? Porque muitos Parlamentares estão dizendo: “Eu assinei esta emenda a pedido. Não tenho interesse nela. Esse município não me interessa, mas outro sim. O Relator pode deslocar?” Se formos votar todas as emendas, é um nunca acabar. Mas se o Relator for autorizado a mexer na emenda apresentada por um Deputado a pedido dele, por escrito, guardando a memória para a Comissão, facilitará muito. O Deputado terá que me pedir por escrito. Eu atenderei com base na verba do Deputado. No caso de duplicidade de destaques referentes à verba de um Deputado, eu poderia juntar os dois. Portanto, os companheiros que tivessem apresentado destaque nesse sentido, no momento da tirariam os destaques ou pediriam à secretaria para retirá-los. Eliminaríamos pelo menos um terço dos problemas.

Gostaria de submeter esta proposta à Comissão e aos companheiros dos Partidos.

(Não identificado) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Nobre Relator, acho que o destaque já poderia servir como uma solicitação ao nobre Relator. Não seria preciso fazer nova solicitação.

O SR. DEPUTADO RICARDO FIÚZA — Também serve, mas os que não tiverem apresentado o destaque poderão encaminhá-lo ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Ronaldo Aragão) — Em votação a sugestão do Relator.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada no Senado Federal.”

Tal lacuna é extremamente gravosa, pois o ofício que encaminhamos a Sua Excelência Senador Mauro Benevides, baseia-se nas limitações impostas pelo plenário da Comissão Mista de Orçamento ao Sr. Relator, que, no entanto, não as considerou.

Fica claro, portanto, pela transcrição acima, que o Sr. Relator poderia apenas:

- a) corrigir erros formais;
- b) remanejar emendas aprovadas por outras destacadas de um mesmo parlamentar.

4 — A essência de nosso trabalho constituiu-se em verificar se os limites aprovados pela Comissão Mista haviam sido respeitados. Assim sendo, tivemos de nos basear no parecer do relator que teve como anexo listagens datadas de 17/12 e 18/12. A bem da verdade, vale destacar que tais documentos contêm os mesmos registros de informações apenas agrupados de forma diversa. O primeiro (17/12) apresenta as emendas aprovadas em cada setor de relatoria parcial, listando-as em ordem alfabética por parlamentar; o segundo (18/12) traz todas as emendas protocoladas na Comissão Mista, cadastradas em ordem numérica e colocando seu status — aprovada ou rejeitada.

5 — Outro ponto importante que devemos considerar diz respeito ao documento sugerido pelo Ministro Ricardo Fiúza para base de comparação entre o Orçamento sancionado e o Orçamento aprovado, pois é o texto que foi entregue ao Presidente Mauro Benevides, em 7 de fevereiro de 1992, e que evidentemente contempla todas as alterações efetuadas após o prazo estipulado pela Comissão Mista de Orçamento, não é o texto de seu parecer que foi apresentado e aprovado pelos membros do Congresso Nacional.

Nosso trabalho está centrado em comparar-se o que foi aprovado pela Comissão Mista de Orçamento e o que efetivamente foi enviado para sanção presidencial. Portanto, as sugestões do Sr. Ministro referentes aos documentos que deveriam ser objeto de comparação são totalmente descabidas, pois caso levássemos em consideração a colocação de Sua Excelência, estaríamos analisando os vetos presidenciais e não questionando se o que foi aprovado pelo Congresso Nacional é o que efetivamente consta no documento enviado a Vossa Excelência para os autógrafos.

Realizamos extensa pesquisa para identificar estritamente as emendas que foram acrescentadas e não apenas aquelas que foram substituídas. Aprovar acréscimos de emendas constitui competência exclusiva do Congresso Nacional.

Neste contexto, a proposta do Deputado Paulo Hartung, formulada às primeiras horas do dia 19 de dezembro de 1991, impôs restrições adicionais ao trabalho da Relatoria, uma vez que estabeleceu limites temporais à análise dos destaques, transformados em indicações, que deveria estar concluída até às 16 horas daquele mesmo dia.

Ante todo o exposto, não podem ser consideradas como satisfatórias as explicações ora apresentadas pelo Sr. Relator, hoje Ministro Ricardo Fiúza, ao Presidente do Congresso Nacional.

Em anexo estamos enviando recortes de jornais dos meses de janeiro e fevereiro que relatam as suspeitas de alterações orçamentárias introduzidas após a aprovação da Lei de Meios pelo Plenário do Congresso Nacional.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.”

Gostaria, ainda, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de comentar a reportagem da *Folha de S. Paulo*, assinada pelo jornalista Lúcio Vaz, na qual estão contidas algumas informações que não estão exatamente de acordo com a verdade dos fatos. Refiro-me, em especial, à parte em que diz que “acordo entre partidos permitiu irregularidades, que Fiúza recebeu poderes que contrariam a Constituição e que Suplicy, concordando com a decisão, incluiu emenda de 45 bilhões”.

Vamos mostrar com clareza que os fatos não se deram nessa ordem de coisas. Vamos, primeiro, recordar como funciona a tramitação da mensagem orçamentária no Congresso Nacional.

Em primeiro lugar, o Executivo envia — e o faz em final de agosto — a mensagem orçamentária, a Lei de Meios. É feita a leitura na sessão do Congresso Nacional. Abre-se a fase de apresentação de emendas. Apresentadas as emendas, são examinadas pela Comissão Mista. São realizados os relatórios parciais, que, uma vez aprovados, são encaminhados ao relator-geral, para que este faça o seu relatório final. Entre exatamente esse passo, aprovados os relatórios parciais e a feitura do relatório final pelo relator-geral, é que o Deputado Ricardo Fiúza perguntou a mim pessoalmente e a outros líderes se considerava adequada a mensagem orçamentária, se haviam sido consideradas todas as emendas. O Deputado Eduardo Jorge estava encarregado pela Liderança do PT — era então Líder o Deputado José Genoíno — de acompanhar, pois nós fizemos um exame daquilo que o Partido dos Trabalhadores considerava como importante o que havia sido considerado e o que não havia sido considerado nos relatórios parciais. Dentre as prioridades importantes no interesse público, assim como haviam sido indicadas verbas para transporte público nas diversas áreas metropolitanas no País, nós indicamos que seria, sim, importante que também fosse indicada para a Prefeitura de São Paulo uma verba nos termos da mensagem orçamentária de então, da ordem de 5 bilhões de cruzeiros, hoje transformados em 45 bilhões no Orçamento, tal como foi aprovado, para a aquisição de ônibus, em número próximo de 250, ou pouco mais, o que constitui algo apenas moderado em relação à frota de ônibus da cidade de São Paulo, em torno de nove mil. Era apenas uma contribuição para a renovação de ônibus, algo como estritamente necessário. Ressalto, ao contrário do que dá a entender a reportagem da *Folha de S. Paulo*, que isso foi feito em tempo hábil, foi feito na hora correta, foi feito de forma transparente,

foi objeto da menção, conforme a ata da reunião dos dias 17, 18 e 19.

São minhas palavras, quando menciono o trabalho do Deputado Ricardo Fiúza, e aqui vou repetir:

"Sr. Presidente, nas minhas próprias palavras, naquele dia seria muito importante que pudéssemos nos aproximar ao máximo de critérios, como sempre mencionou o Relator-Geral, os mais transparentes possíveis, critérios que possam ser explicados a cada um dos Senadores e Deputados, já que não foi possível neste ano, que no próximo, no máximo, seja dado um passo na direção da recomendação do próprio Relator-Geral, Ricardo Fiúza. No relatório de S. Ex^a, estão contidos os princípios defendidos pelo conjunto dos que fazem parte da Comissão Mista de Orçamento neste ano."

Mais adiante, digo:

"Quero salientar que o Relator-Geral procurou ser sensível às reivindicações, pelo menos às das diversas regiões do País. Eu próprio sou testemunha das importantes reivindicações da Prefeitura de São Paulo, por exemplo, de 5 bilhões de cruzeiros para a compra de ônibus, e isto foi devidamente considerado em emenda por ele apresentada."

Pois bem, aqui está, portanto, o registro de que, na reunião final da Comissão Mista de Orçamento, uma emenda que era originalmente do Deputado José Dirceu, do Partido dos Trabalhadores, que havia sido considerada mas não aprovada pelo relatório setorial, foi considerada como importante pelo Relator-Geral. S. Ex^a, de fato, consultou a mim e a Bancada do Partido dos Trabalhadores, em tempo hábil e legal, e colocou essa emenda como de sua própria autoria, ao lado de outras relativas ao transporte de massa em Teresina, Campo Grande e Sergipe, bem como em São Paulo.

Isso acabou sendo objeto de aprovação final. Foi aprovado, portanto, na forma das emendas apresentadas na reunião dos dias 17 a 19, que terminou às 5 horas da manhã do dia 19, e entrou aqui, portanto, legalmente.

Essa emenda foi, de fato, sugerida ao Relator-Geral por este Senador e pelo Partido dos Trabalhadores, ao lado de outras, sem que houvesse nisso qualquer contrapartida.

O relator, como é de sua responsabilidade, perguntou ao Senador o que considerava prioridade, e eu disse: "Isto difere de qualquer procedimento de barganha indevida". Não houve, de minha parte ou de outro Parlamentar, qualquer consideração que não fosse a mais legítima, que não fosse colocada de forma transparente, conforme provam os documentos da Comissão Mista de Orçamento.

O que estamos questionando é muito diferente — e a Folha de S. Paulo, hoje, não soube distinguir. Entre a reunião final da Comissão Mista e o encaminhamento da proposta de redação final para o Congresso Nacional, poderia o Relator corrigir erros formais e até substituir emendas de determinados Parlamentares, desde que estes apresentassem por escrito uma solicitação.

Por exemplo, se algum Deputado ou Senador houvesse indicado para o Município de Fortaleza algo como Cr\$100 milhões para habitação, e, depois, resolvesse que, em vez de ir tudo para a Capital, dever-se-ia mandar Cr\$50 milhões para Crato, Cr\$30 milhões para Fortaleza e Cr\$20 milhões para Juazeiro, isso, tipicamente, poderia ser feito, desde que

registrado por escrito. Ora, seria natural que o Deputado Ricardo Fiúza apresentasse os documentos comprobatórios do registro daquilo que foi aprovado; mas isso S. Ex^a não fez.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho ouvido de diversos Parlamentares nesta Casa que, em anos anteriores, também ocorreram fatos semelhantes a esses, ou seja, no corre-corre da votação da redação final do Orçamento, deixou-se um espaço que acabou sendo utilizado, seja pelo Relator-Geral, seja pelos que acompanharam o seu trabalho ao término da redação final, de maneira a fazer ainda acréscimos.

O fato concreto é que esta foi a primeira vez que tal fato foi detectado. Então, é responsabilidade do Congresso Nacional corrigir essas falhas. É responsabilidade do Congresso Nacional apurar o que houve.

Apenas no âmbito do Ministério da Ação Social, detectamos 60 emendas que não haviam sido aprovadas até o dia 17, que não haviam sido sequer apresentadas. Elas diferem daquilo que foi aprovado. Dada a importância do jornal Folha de S. Paulo, acredito que será importante que seja feito a retificação devida.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Com muita honra, nobre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Venho acompanhando, com muita atenção, todo esse trabalho de V. Ex^a, desde a denúncia inicial, por escrito, ao Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides. Não resta a menor dúvida, nobre Senador Eduardo Suplicy, de que temos sobre os ombros uma grande responsabilidade, que é a de apurar essa denúncia de que V. Ex^a foi o porta-voz, até para o resgate, cada vez maior, da imagem do Congresso Nacional aos olhos da opinião pública. Não vejo como se possa fazer um acordo no seio da Comissão Mista de Orçamentos, que possa conduzir o Relator a alterar substancialmente a redação final aprovada no plenário do Congresso Nacional. Isso seria um absurdo. V. Ex^a tem toda razão, nesse particular. Estou de pleno acordo com V. Ex^a Devermos urgenciar a apuração. Sei que o Presidente Mauro Benevides está tomando todas as providências nesse sentido, e que já há mesmo, na Câmara dos Deputados, a iniciativa de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Tenho mantido contato com o Presidente Mauro Benevides no sentido, inclusive, de se criar no Senado a Corregedoria, como já existe na Câmara, para apurar esta e outras denúncias que porventura apareçam entre nós e que possam pôr em dúvida a lisura dos trabalhos legislativos. Mas não quero terminar este aparte de apoio às palavras de V. Ex^a sem, ao mesmo tempo, dar total solidariedade a V. Ex^a diante das restrições que lhe foram feitas pelo Ministro Ricardo Fiúza. S. Ex^a é um homem público de larga experiência e deveria refrear o seu temperamento ao invés de investir contra V. Ex^a, que é um homem público que merece todo o nosso respeito e toda a nossa consideração.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço a V. Ex^a, Senador Humberto Lucena. Quero aqui reiterar que avalio que o Ministro Ricardo Fiúza não compreendeu devidamente a responsabilidade minha, como Senador, de estar apontando algo que não poderíamos ter aprovado. Não tive qualquer intenção de atacar pessoalmente o Ministro Ricardo Fiúza. Quando identifiquei procedimentos inadequados de autoridades no Governo, procuro falar com a franqueza devida.

Quando houve o episódio do recebimento de um jet-ski pelo Ministro Ricardo Fiúza, quando S. Ex^a era Deputado, por parte de um amigo seu, proprietário e diretor acionista da OAS, o Sr. Carlos Suarez, não apenas falei da tribuna, mas fiz questão de ir ao seu gabinete para dizer, olho no olho, que deveria devolver o presente recebido.

O Sr. Alexandre Costa — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Com muita honra, nobre Senador Alexandre Costa.

O Sr. Alexandre Costa — Também venho acompanhando o trabalho de V. Ex^a sobre o Orçamento, mas fico numa dúvida, que vou explicitar para que V. Ex^a possa me esclarecer. V. Ex^a descreve toda a tramitação, desde a emenda até às mãos do Relator-Geral, e eu pergunto: que poderes tem o Relator-Geral de alterar, de aumentar, de modificar, ou de, naquela oportunidade, pegar emendas como a de V. Ex^a e modificar, muito embora mantendo o mesmo valor?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Permita-me apenas, Senador Alexandre Costa, dizer que não foi emenda de minha autoria, quero deixar bem claro.

Havia uma emenda do Deputado José Dirceu, avaliando que seriam importantes cinco bilhões de cruzeiros para o transporte coletivo em São Paulo, e o Deputado Ricardo Fiúza resolveu assumi-la, por considerá-la importante, após ter ouvido da Bancada do Partido dos Trabalhadores que era importante, sim. A Bancada foi indagada pelo Relator, que tem a responsabilidade de examinar o que está havendo antes da elaboração do relatório final, se não houve qualquer impropriedade, se estava faltando alguma coisa.

Então, S. Ex^a, perguntou à Liderança do PT, se para a Cidade de São Paulo, no Orçamento, estava faltando algo, alguma coisa importante.

E eu lhe disse: "É de conhecimento geral que o transporte coletivo de São Paulo é um dos problemas fundamentais de 10 a 11 milhões de brasileiros. Seria importante haver o atendimento daquilo que havia sido apresentado por um parlamentar, do Partido dos Trabalhadores".

Isto foi feito sem qualquer solicitação de atendimento, sem qualquer sentido de barganha.

O Sr. Alexandre Costa — Esta não é a minha dúvida.

OSR. EDUARDO SUPLYCY — Eu gostaria de esclarecer.

O Sr. Alexandre Costa — Não é a minha dúvida. Acho muito bem aplicado o dinheiro do Estado de V. Ex^a Então eu pergunto se o Relator-Geral pode fazer modificações. Ele só coleta dados e compõe o seu relatório?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — O Relator-Geral, e na fase em que recebe todos os relatórios parciais, tem a possibilidade de fazer ajustes.

O Relator-Geral encaminhou um relatório datado do dia 17 de dezembro, de emendas de diversos parlamentares, as quais, inclusive, S. Ex^a assumiu, e, entre elas está exatamente em nome dele, aquela relativa ao transporte de massa em São Paulo. É a Emenda nº G-000-923, no valor de 5 bilhões de cruzeiros.

O Sr. Alexandre Costa — Foi votada na Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Foi votada pela Comissão, na forma como explicitiei. Ela foi aprovada pela Comissão. A única alteração adicional que o Ministro Ricardo Fiúza

poderia fazer, seria corrigir erros formais, como exemplificado em suas próprias palavras, caso tivesse um erro de designação. Vamos supor que houvesse sido aprovada, por engano, uma verba para um município que estava em outro estado que não o correto e assim por diante. S. Ex^a tinha o poder de modificar isso, até o encaminhamento da redação final.

Outro tipo de poder regimental de modificar, antes da apresentação da redação final, seria o caso de um parlamentar que houvesse indicado uma emenda de "x" cruzeiros para a cidade "a". Esse parlamentar, poderia, por escrito, encaminhar um pedido solicitando que ao invés de "x" cruzeiros para a cidade "a", seria "y" para a cidade "b", e "z" cruzeiros para a cidade "c", equivalente àqueles "x" primeiros da soma, de tal maneira que não iria prejudicar o conteúdo, a soma total das partes. Para isso, S. Ex^a tinha autorização, para até às 16 horas do dia 19 finalizar e apresentar a redação final. Agora, se ficar provado o contrário, eu serei o primeiro a dizer que não tenho razão. Mas, Rodolfo Lago e Denise Rothenberg, de O Globo, trabalhando por três semanas em seu gabinete, detectaram 60 emendas, só na área do Ministério da Ação Social, acrescidas, depois daquela aprovação.

O Sr. Alexandre Costa — V. Ex^a me permite um outro aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Alexandre Costa — Não estou desejando acusar nem defender, apenas quero compreender, justamente compreender. Então, saiu das mãos do Relator-Geral e foi ao plenário e num acordo geral em que o Partido de V. Ex^a tomou parte, foi aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Mais um esclarecimento, Senador. O Partido dos Trabalhadores, em que pese ter reconhecido um avanço na metodologia do ano passado, em relação ao ano anterior, ainda assim discordou dos critérios gerais do Poder Executivo e da mensagem final e, por isso, não votou a favor. O Partido dos Trabalhadores apenas concordou em não atrapalhar a tramitação nos termos em que foi aprovado o combinado. E o combinado, na prática, foi alterado com a apresentação das novas emendas.

O Sr. Alexandre Costa — Mas aceitou.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Não aceitamos que fossem apresentadas novas emendas.

O Sr. Alexandre Costa — Então, votaram contra? Não votaram contra, votaram a favor.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Não, a Bancada do PT votou contra.

O Sr. Alexandre Costa — Portanto, o que sei foi um entendimento geral em que todos votaram a favor do Orçamento, mesmo porque o Orçamento só é aprovado se houver consenso. Não havendo consenso, a Bancada, como a de V. Ex^a, poderia ter evitado que ele fosse votado, como aconteceu no ano anterior. Af, vai à redação final. Ora, a redação final, nós sabemos que é um texto de cinco linhas, e ela aprova nos termos do projeto que acaba de ser aprovado. Como se pode agora encontrar ou saber se foi modificado antes ou depois da redação final? É isso que pergunto a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Senador Alexandre Costa, esse trabalho pode ser feito. Por que razão? Hoje ele

pode ser feito até com facilidade, na medida em que o Prodasen registra todas as emendas que foram aprovadas no dia 17, e registra aquelas que foram acrescentadas após. Então, o Presidente Mauro Benevides pode solicitar ao Prodasen — por exemplo, supervisionado por uma comissão independente de Senadores e Deputados — um exame rigoroso e isento, que vou aceitar seja feito por aquele órgão, com o registro de tudo aquilo que foi acrescido, desde a aprovação da mensagem pela Comissão, desde a aprovação da redação final e o que foi feito posteriormente.

O Prodasen, hoje, tem facilidade de constatar isso de maneira isenta. E se aquilo que foi aprovado foi efetivamente realizado, o Relator, hoje Ministro Ricardo Fiúza, então Deputado Ricardo Fiúza, terá os documentos comprobatórios daquilo que S. Ex^a mesmo havia sugerido: apresentação por escrito de modificações de emendas por parlamentares. S. Ex^a talvez tenha os documentos. Se ficar comprovado que isso foi feito em tempo hábil, serei aqui o primeiro a reconhecer. Mas, se o que estou afirmando, que me parece ter ocorrido efetivamente, ou seja, se emendas foram apresentadas adicionalmente após aquela hoje, então eu gostaria que também o Ministro Ricardo Fiúza, ao invés de partir para a ofensa pessoal, reconhecesse que houve um erro. Caberá ao Congresso Nacional, então, examinar a questão e decidir como corrigir o erro.

O Sr. Jutahy Magalhães — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Por uma questão de respeito aos que me pediram antes, prezado Senador Jutahy Magalhães, acredito que deva conceder o aparte ao Senador Ney Maranhão. Em seguida, concederia o aparte a V. Ex^a

O Sr. Ney Maranhão — Posso ceder minha vez ao Senador Jutahy Magalhães com muito prazer. Falarei depois.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Pois não.

O Sr. Jutahy Magalhães — Quanta gentileza, nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — V. Ex^a merece.

O Sr. Jutahy Magalhães — Senador Eduardo Suplicy, o problema do Orçamento realmente não é só do ano passado: ele já vem de algum tempo. Pessoalmente, já tive oportunidade de manifestar meu repúdio por votarmos caixa-preta, ou seja, sem saber o que estamos votando, no final do ano, e por isto mesmo me recusando a votar em algumas oportunidades. Não é muito fácil acompanhar essa votação, desde o momento em que se começa a quebrar o cronograma estabelecido, quando se começa a adiar os prazos de apresentação de emendas, os prazos de apreciação das emendas por parte do Relator, os prazos para votação pela Comissão, os prazos para encaminhar o resultado da votação na Comissão para o Plenário e assim por diante. Chega-se no último dia sem saber o que será votado, porque, na realidade, ainda nem está datilografado ou impresso o Orçamento que será votado pelo Plenário. Neste ano, temos a promessa do Presidente de não permitir que isso volte a ocorrer. No caso que V. Ex^a aponta, V. Ex^a presta um grande serviço ao Senado. V. Ex^a, no seu gabinete, dispõe de uma infra-estrutura de informática, que eu, pelo menos, invejo e gostaria também de ter, mas não tenho. V. Ex^a, com essa infra-estrutura, está podendo fazer cruzamentos de dados que permitem que haja necessidade de se apurar determinados fatos. Esse fato que

V. Ex^a aponta deve ser apurado, para ver se há ou não algum erro ou algum fato que mereça reparo, para que não fique impune, porque somente a apuração é que irá apontar isso. Quando V. Ex^a pede essa apuração, não está fazendo nada mais do que exercitar o seu mandato e o seu direito de pedir que o Senado fique atento a essas coisas.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Muito obrigado, nobre Senador Jutahy Magalhães, pelo seu apoio. Estou de pleno acordo com V. Ex^a

Ouçõ agora, com muita honra, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador Eduardo Suplicy, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a. Ainda hoje, com a aquiescência da Presidência, virei a tribuna defender o Ministro Ricardo Fiúza. V. Ex^a, no aparte dado ao Senador Alexandre Costa, disse que seu Partido não votou contra, mas também não atrapalhou.

O SR. EDUARDO SUPLICY — O Partido votou contra, mas colocou exatamente por quê era contra. Ele não obstruiu.

O Sr. Ney Maranhão — Nobre Senador, quem cala consente. Não pode haver meio termo: ou é ou não é. O Partido de V. Ex^a ficou em cima do muro, e quem fica em cima do muro consente. Não estou falando de V. Ex^a, mas do seu Partido. Quero apenas chamar a atenção para o fato de que o Partido de V. Ex^a tinha que acompanhar as coisas atentamente até o fim e pedir o esclarecimento daquelas que estivessem erradas, mesmo com prejuízo. O seu Partido acompanhou todos esses fatos até a redação final e não protestou. No meu entender, quem cala consente.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Senador Ney Maranhão, permita esclarecer que o Partido concordou em não obstruir a votação do Orçamento e os termos em que ele foi aprovado. O que estamos colocando, e pedindo averiguação, refere-se ao que houve além do que foi aprovado. Ora, entre o momento final da aprovação da mensagem na Comissão Mista de Orçamento e a aprovação da redação final, poderia o então Deputado Ricardo Fiuza corrigir erros formais e alterar as emendas de um parlamentar, desde que, sem mudar o montante total, modificasse o seu conteúdo e o fizesse por escrito. Sobre isso houve acordo de procedimento; sobre acréscimo de emendas efetuadas além dessas, não fizemos acordo algum e por isso estamos pedindo esclarecimento. Espero que V. Ex^a contribua, inclusive solicitando da Mesa do Congresso providências nesse sentido, nobre Senador Ney Maranhão.

Se ficar comprovado que não ocorreu o fato a que estou me referindo, reconhecerei e respeitosamente o direi ao Ministro Ricardo Fiuza. Espero que S. Ex^a tenha uma atitude respeitosa para com um representante do povo, eleito pelo povo brasileiro, e por São Paulo, se ficar comprovado que o erro foi seu e não da minha parte. Aqui não pode haver procedimentos destemperados, como o que ocorreu na semana passada.

O Sr. Ney Maranhão — Concordo com V. Ex^a em relação a esse ponto. V. Ex^a deve se lembrar de que, quando, desta tribuna, denunciou os desacertos na Comissão de Orçamento, e o então Deputado Ricardo Fiuza veio com palavras anti-regimentais e ameaças, solidarizei-me com V. Ex^a de imediato, e essa solidariedade não era só de boca: era pessoal e sincera, porque eu estava defendendo a Casa e a um Senador da República como eu. Senador Eduardo Suplicy, essas coisas vão

se esclarecer, tenho certeza absoluta. Eu sempre disse, desta tribuna, que V. Exª era um grande correligionário do Governo, porque denunciava as coisas erradas. Mas, no meu entender, desta vez, V. Exª se precipitou e tenho certeza de que irá pedir desculpas ao Ministro Ricardo Fiúza.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Pois não.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Eu não gostaria que V. Exª terminasse seu discurso, sem dizer da gravidade da falha indicada. Na verdade, se houve adulteração de uma matéria aprovada pelo Plenário, uma adulteração depois dessa aprovação, isso é inconcebível, não podemos admitir isso no Congresso Nacional em nenhum hipótese! Em caso nenhum, há de se admitir isso! Quero reforçar, no final do discurso de V. Exª, que, se isso for procedente, haveremos de encontrar uma maneira imediata de retornarmos à matéria aprovada, excluindo qualquer inserção indevida que porventura tenha sido realizada, mesmo porque o vício é tão grave que a nulidade do caso é absoluta. A lei não existirá capaz de ser cumprida, apta a ser executada com adulterações após a manifestação do Plenário. Quero dar apoio a V. Exª neste instante final do seu pronunciamento e dizer que todos nós, nesta Casa, estaremos solidários na necessidade de se retornar ao texto da lei o objeto da aprovação. O mais que se tem alterado é absolutamente inconcebível e não permite uma convivência pacífica dos integrantes desta Casa. Louvo em V. Exª, no entanto, o espírito de vigilância e a possibilidade de, verificando o contrário, nesta mesma tribuna, dizer do que V. Exª se convenceu e do que encontrou. Esta é a posição de um parlamentar maduro e responsável: se está errado, confessa o erro; se não está errado, exige que se faça, no cumprimento democrático, na observância constitucional, a lei tal e qual foi produzida no Congresso Nacional. Era o apoio que eu queria dar a V. Exª

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Agradeço e louvo o espírito público de V. Exª, Senador Cid Sabóia de Carvalho, que, pela sua sapiência e experiência, a mim apenas está diariamente dando lições.

Gostaria de concluir e expressar que o relator-geral tem o poder de alterar qualquer rubrica no Orçamento, desde que essa alteração seja executada antes da votação e da aprovação pelo Plenário. Após a aprovação, não só o Orçamento, mas qualquer projeto de lei, este não pode ser alterado. Então, para que eu possa ter a atitude recomendada pelo Senador Ney Maranhão, há de se fazer uma apuração detalhada, conforme estou sugerindo. Que o Prodasen realize esse trabalho de apuração do que aconteceu, efetivamente, na história da elaboração e redação final do Orçamento até a hora da sua publicação final.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Mauro Benevides, Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Dirceu Carneiro, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho medido as palavras ao discutir e analisar desta tribuna a tese

sobre o esforço que todos devemos fazer com relação à impunidade neste País. Tenho muito cuidado ao tratar dessa matéria. Tenho dito que nunca pertenci à UDN, à chamada "banda de música" da UDN, onde muitas vezes o debate em cima dessa matéria tem cheiro de golpismo. Foi assim em 1954, com o Dr. Getúlio; foi assim em 1964, com o Dr. João Goulart. E tenho sempre preocupação em discutir essa questão. Nunca na minha vida pública me preocupei com a tese de fazer política à custa da crítica, da honra e da dignidade dos meus companheiros, meus colegas ou dos meus adversários.

Mas acho que a essa altura e nessa fase da nossa vida, a questão é tão complexa e é tão difícil, que se não debatermos e se não aprofundarmos a análise dessa questão, acho muito difícil avançarmos e arrojarmos em busca do equilíbrio da nossa sociedade.

Por isso tenho discutido e analisado essa questão. Propus a criação de uma subcomissão, com componentes e com representações aqui no Senado, para que se debata essa questão. Tem-se reunido um grupo, o Presidente do Congresso, o Presidente da Câmara, do Senado, o Presidente do Supremo, o Ministro da Justiça, o Procurador da República, o Presidente do Tribunal de Contas, que vêm analisando, informalmente, também essa questão. Como consequência dessas reuniões, diga-se de passagem, termos tido a votação de alguns projetos que, se não fora o interesse dessas Lideranças, talvez levasse muito mais tempo do que levaram até aqui. Assim foi com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas, já aprovada aqui, que será votada até o final do mês que vem na Câmara; é a chamada Lei do Colarinho-branco, votada na Câmara, no Senado e que agora está nas mãos do Presidente para a sanção; é a Lei das Licitações, outro debate polêmico e enorme, que está sendo votado, provavelmente, entre hoje e amanhã, na Câmara e virá para ser votado por nós, aqui no Senado; é a Lei Orgânica da Procuradoria da República, que estamos votando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e que deverá vir nos próximos dias a esta Casa; é a Lei que cria a Defensoria da União, que está sendo votada na Câmara dos Deputados, enfim, uma série de medidas que visam, exatamente, colocar uma análise mais profunda em torno daquilo a que se chama a impunidade das elites cometida contra o patrimônio público.

Tem gente que diz que o Brasil não precisa de mais ou de menos uma lei, que o Brasil, na verdade, até tem leis demais. O que necessita é de decisão política, o Governo quer agir e as instituições, realmente, se aparelharem para defender a honra e a seriedade da Nação.

Diante desse contexto, creio que seria importante analisarmos a questão levantada pelo Senador Eduardo Suplicy, orador que me antecedeu, que coloca o Congresso Nacional numa situação tremendamente delicada perante a opinião pública brasileira.

A verdade é que já havia um longo debate com relação à Comissão de Orçamento, debate complexo e difícil, onde vemos que, no momento em que se cria uma Comissão de Orçamentos com 120 Parlamentares, não é de se querer que as conclusões sejam as melhores. Há uma polêmica e essa é muito difícil, porque o Congresso recém começa a exercer poderes e direitos. Estávamos acostumados a um Congresso praticamente homologador e, em se tratando de orçamento, chegava a ser um escândalo.

A Constituição de 1969 determinava que o projeto de orçamento que vinha do Presidente da República ao Congresso Nacional não podia ter emenda, e se, por unanimidade,

o Congresso rejeitasse a proposta de orçamento do Presidente da República, este homologaria a proposta que enviou ao Congresso Nacional, o que é um escândalo, o que é ridículo, o que é uma imoralidade.

Em decorrência do que se vivia no regime militar, onde o Congresso não votava nada e agora que, em tese, pode votar tudo, estamos nessa confusão dramática que é o que está acontecendo na Comissão de Orçamento.

Dá analisarmos se é verdade o que diz o Senador Eduardo Suplicy e o que está aí nas interpretações do que se passou entre a votação no plenário e a publicação no *Diário Oficial*, quando se introduziram emendas outras, fruto sei lá do quê.

Se o PT concordou ou não, se foi fulano ou beltrano, como aconteceu, não importa; importa sim saber de quem é a responsabilidade. Ali aconteceu algo que é muito grave, que a imprensa apontou e que a opinião pública está a cobrar, e temos a obrigação de dar uma resposta.

Nós, o Presidente do Congresso, as Lideranças temos a obrigação de responder: se foi à parte, se a Comissão autorizou ou não. A verdade é que ali aconteceu algo sobre o qual temos que falar; a verdade é que as atas publicaram, os fatos aconteceram e sobre eles temos que falar.

Falo sobre isso, Sr. Presidente, para mostrar que esse tipo de manchete, que a imprensa publica, de que o povo toma conhecimento e que depois nada acontece, é isso o que mina a administração pública, a democracia, neste País. É por isso que nos nivelam por baixo. É por isso que, na hora de se julgar o senador a, o deputado b, o ministro c, nos situam a nível daquilo que há de pior, porque nivelar por baixo faz parte da tradição da política brasileira. Sendo assim, temos que analisar e buscar fórmulas através das quais apuremos a responsabilidade dessas questões.

Faço este intróito diante desse texto que a imprensa, a revista *Veja* publica. Sobre isso já falei desta tribuna em dezembro, coisa que me chamou muito a atenção: as manchetes publicavam que o irmão do Senhor Presidente da República, o Sr. Pedro Collor, em Alagoas, dizia que tinha um dossiê contra o Sr. PC, daqui de Brasília, e que, se fosse publicado, colocaria em risco inclusive o mandato do seu irmão, tão grave e complexo era esse dossiê. A causa era que o Sr. PC queria colocar um jornal em Alagoas, o que complicaria a vida do jornal da família; por isso fazia uma espécie de ameaça: ou o Sr. PC pararia com a idéia de publicá-lo, ou ele próprio publicaria o dossiê. Naquela ocasião, em dezembro — e aqui estou com o meu pronunciamento —, chamava a atenção, dizendo que não era possível à Nação assistir o irmão do Presidente da República a dizer que tinha um dossiê contra o tesoureiro da sua campanha, que era gravíssimo e que poderia determinar o impeachment do Presidente, pedindo apenas que o Sr. PC parasse com essa publicação, porque, caso contrário, o dossiê viria.

Parece-me que não houve a publicação do jornal. Até agora, pelo conhecimento que se tem o jornal não foi publicado em Alagoas. O argumento seria de que entraram com uma ação judicial porque aquele título *Tribuna de Alagoas* já pertenceria ao jornal do Sr. Pedro Collor. Verdade ou não, o jornal não saiu e o dossiê não apareceu.

Eis que agora vem a revista *Veja* trazendo uma matéria que também é dessas que devem ser analisadas e interpretadas, relacionada ao Sr. PC, relatando fatos a respeito desse senhor, e vai adiante dizendo que o Sr. Pedro Collor tem realmente um dossiê contra o Sr. PC mas, como esse documento atingiria também o Presidente da República, ele encontrou uma fórmula

de agir sem prejudicar o Presidente; só publicou, só vazou a parte internacional do dossiê, a ação do Sr. PC a nível externo. Deixa de publicar, não sai, não se conhece a ação do Sr. PC a nível interno, porque essa prejudicaria a imagem do Presidente da República.

O Sr. Ney Maranhão — V. Exª me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Concedo o aparte a V. Exª, com o maior prazer.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Pedro Simon, toda vez que V. Exª ocupa a tribuna tenho o prazer de ouvi-lo como aquele Senador que faz oposição ao Governo do Presidente, com aquele entusiasmo do gaúcho dos Pampas. No início da minha vida pública, quando tinha 24 anos de idade, mantive relacionamento com os grandes líderes da sua terra: Fernando Ferrari; o Dr. Getúlio Vargas, o meu guru, e tenho na memória a Carta Testamento; e Jango. De Jango nem se fala; visitava-o todos os anos no Uruguai, em sua fazenda em São Carlos; fomos até de automóvel, porque minha mulher tinha muito medo de avião. Portanto, Senador, tenho muita admiração pelo povo gaúcho e V. Exª é uma das pessoas que tenho como guru aqui no Senado da República, pelo seu passado, pela sua luta. Mas, antes de lhe responder...

O SR. PEDRO SIMON — Permita-me V. Exª Agradeço as referências de V. Exª e quero felicitar o Governo — porque já vi pelo aparte e pelo debate importante que V. Exª travou com o nobre Senador Eduardo Suplicy, e pelo início de seu debate — que bom que V. Exª terminou a greve e que agora faz a defesa do Governo. O Governo ganha com a presença de V. Exª fora da greve. Meus cumprimentos. Acredito que as reivindicações de V. Exª, para terminar com a greve, tenham sido atendidas.

O Sr. Ney Maranhão — Terminei a greve porque sou Senador, sou Líder e os meus companheiros assim determinaram. E sou obrigado a brigar por eles.

O SR. PEDRO SIMON — Está certo! Está correto! Estou felicitando V. Exª e o Governo.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Pedro Simon, a respeito do Presidente, há um artigo muito interessante, que guardo sempre comigo, do Ari Cunha, e vou ler apenas dois trechos para lhe responder.

“Até hoje Collor paga caro por isto, não lhe vêem os políticos como um vencedor perante o povo, mais como um mito que deve ser destruído para evitar coisas no futuro.”

“Desde o começo do Governo, o Presidente fala em entendimento, em conciliação e chama todos os políticos para conversar, pedindo a colaboração de todos para salvar o País dos males da inflação.”

Esse assunto, Senador, do Dr. Pedro Collor e do PC, no meu entender, não tem nada com o Presidente da República. Se tenho uma pessoa de confiança e essa pessoa abusa da minha confiança, como é o caso que se está denunciando, entre denunciar e provar existe uma longa estrada. V. Exª lembra-se do grande amigo de Getúlio Vargas, João Alberto, que foi taxado como o maior ladrão do Brasil, e V. Exª sabe que os amigos pagaram o seu enterro, porque ele não tinha dinheiro nem para ser enterrado. Agora, há pouco, houve o exemplo de um homem que foi tocador de obras, que também era taxado como um grande recebedor de propinas de

empreiteiras, o Ministro Mário Andreazza, cujos amigos o ajudaram na sua estada no hospital, porque não tinha dinheiro para pagá-la. V. Exª pode ficar certo de que se o PC estiver "com a boca na botija", vai ser muito fácil provar, Senador, porque essas coisas que o Dr. Pedro Collor está denunciando, se ele tem essa fortuna, se tem essas firmas estrangeiras, ele tem a obrigação de declarar no Imposto de Renda. Tranquilo. Se não está, examinou e vamos pegar o homem do colarinho branco. Hoje, não me arrependo um minuto de ter apoiado este Governo, até o dia em que me convencer que estou sendo enganado. Mas, até hoje não me convenci disso. Hoje mesmo estive uma hora com o Presidente da República. Pela primeira vez na história, Senador Pedro Simon, temos que reconhecer que temos bandidos de colarinho branco sob chave, e isto ocorreu neste Governo. O caso do INSS, onde temos juízes, advogados, procuradores sob chave. Então, V. Exª pode ficar tranquilo porque, se esse cidadão tiver culpa no cartório, ele vai ver o sol nascer quadrado, porque o próprio Presidente da República é o primeiro a mandar abrir inquéritos, a exigir da Polícia Federal e dos órgãos competentes o esclarecimento dos fatos. Agora, não posso responsabilizar o irmão do Presidente da República, porque V. Exª sabe que também isso é normal, briga de família, e quando tem dinheiro V. Exª sabe que existe briga. O Presidente Collor não pode ser, de maneira nenhuma, nesta altura, culpado ou dar a entender, porque, o que se precisa saber é que a imprensa, muitas vezes de má-fé — porque grande parte dos grupos econômicos deste País, principalmente os cartéis, não vai de frente, — quer comer a papa pelo lado, pelo pires, já mostrando esses escândalos para tentar desmoralizar o Presidente, porque esse homem bateu de frente em muitas áreas que os outros não tiveram coragem, como os cartéis e o corporativismo, e está tentando jogar esse País, não para ser do Primeiro Mundo, para ser talvez o último. Disso eu tenho convicção. Com todos os defeitos que estão existindo com o presidencialismo, os erros do Presidente, o País, queiram ou não queiram, está começando a ter credibilidade. Eu me envergonhava quando chegava em Bangcoc, em Hong Kong ou em Tóquio — V. Exª sabe que viajo muito — e ao telefonar para o Brasil a telefonista dizia: "cash". Tínhamos que pagar na hora porque não existia crédito para um telefonema. Em junho, chegarão em Pernambuco mais de vinte empresários comandados por este Senador. Eles querem investir no Nordeste. Isso significa credibilidade, apesar de todos os defeitos. Eu respeito e admiro V. Exª, mas não aceito que essas notícias da revista *Veja*, sobre o Sr. Pedro Collor, tenham qualquer relacionamento com o Presidente da República.

O SR. PEDRO SIMON — Agradeço o esforçado aparte de V. Exª. Realmente, o longo período de greve lhe fez bem, porque V. Exª veio bastante entusiasmado.

Não sei se a credibilidade chegou lá, o que sei é que, a nível internacional, o pessoal está satisfeito, porque um dinheiro que eles consideravam perdido e nunca sonhavam receber com juros e correção monetária, eles estão recebendo. Principalmente depois do acordo que saiu com o México, com a Argentina, com a Polônia, eles imaginavam que com o Brasil a coisa ia ser mais difícil, mais complicada e estavam preparados para perder um bom-bocado dessa dívida externa.

Realmente, eles estão satisfeitos e acham que com a abertura, com as privatizações, não há hoje momento mais oportuno e melhor lugar para se investir que neste País. Quanto a isso, V. Exª tem razão.

Com relação aos resultados, vamos aguardar para ver.

V. Exª também tem razão quando diz que não se pode acusar o Presidente da República se um homem da sua absoluta confiança termina praticando determinado fato. O diabo é que não é um, mas, dois, três, cinco. Aí, ficamos preocupados com o exagero.

Com relação ao Sr. Pedro Collor, diga — se de passagem, não tenho nada que incrimine S. Exª. Pelo contrário! No pronunciamento que fiz aqui, no mês de dezembro, eu estranhava que o Senhor Presidente da República, segundo diziam os jornais, desse força ao Sr. PC para fazer concorrência ao Dr. Pedro Collor, que tinha um jornal tradicional, respeitado, conhecido.

O Sr. Ney Maranhão — Mas isso é o que os jornais dizem.

O SR. PEDRO SIMON — O que digo aqui em relação ao Sr. PC, nobre Líder, é uma coisa muito singela. Também concordo com V. Exª, não tenho condições de chegar aqui e dizer que o Sr. PC é isso que o Sr. PC é aquilo.

Agora, eu não falo de amigo particular do Presidente da República. Eu falo do tesoureiro da campanha do Presidente. Aquela campanha em que o Sr. Lula foi esmagado, e todos se lembram, pela publicidade, pela máquina publicitária. O Sr. PC foi tesoureiro da campanha e é esse PC, tesoureiro da campanha, que está hoje lá...

O Sr. Ney Maranhão — Permita-me V. Exª

O SR. PEDRO SIMON — Estou respondendo a V. Exª

Todo mundo diz que esse PC, antes do Sr. Collor aparecer na Presidência da República, tinha umas empresas que estavam em situação difícil, não sei se até concordatárias ou não, mas era um homem de limitação no seu patrimônio, limitação na sua atividade, e que, de repente, aparece como um homem que progrediu, que cresceu.

É verdade ou é mentira? Não sei.

Aí está o Senador Suplicy que já há três meses entrou com um requerimento para que isso seja investigado. Quem é o Sr. PC? Por que o Sr. PC foi o tesoureiro da campanha? Por que o Sr. PC vem sendo comentado por tudo quanto é canto. Por que se diz que o irmão do Presidente tem um dossiê que envolve o Sr. PC?

Por que não se responde ao requerimento do Sr. Suplicy e não se abre inquérito para fazer essa investigação?

Dizer que um dia a verdade vai aparecer, eu não sei se isso vai acontecer.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me, Senador?

O SR. PEDRO SIMON — Permita-me ouvir, primeiro, o Senador Eduardo Suplicy, que já me havia solicitado o aparte e logo em seguida ouvirei V. Exª

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador, quero dar o meu apoio a V. Exª, primeiro porque na primeira parte do seu pronunciamento V. Exª coloca a necessidade de se apurar inteiramente a questão do Orçamento.

O SR. PEDRO SIMON — Qual a autoridade que temos para debater, cobrar do Governo que descubra o que há com o Sr. PC, o que há com o ministro tal, o que há com o Sr. Beltrano, se há uma acusação grave sobre esta Casa e não buscamos a responsabilidade?

O Sr. Eduardo Suplicy — Apóio integralmente este reclamo de V. Exª e estamos aguardando que a Mesa tome as

providências para a apuração integral desses fatos. É perfeitamente possível que se tenha uma apuração de tal maneira a não pairar dúvidas sobre o que aconteceu. V. Ex^a está mostrando a importância de se apurar o que acontece com o Sr. Paulo César Faria na sua relação com o Governo. Justamente por isso, há três meses, diante de matéria publicada na imprensa, em fevereiro último, eu encaminhei um ofício ao Ministro Marcílio Marques Moreira, solicitando fosse feita, pela Receita Federal, a apuração da evolução histórica do patrimônio do Sr. Paulo César Faria. Sempre que o Ministério da Economia e a Receita Federal observam que há uma modificação extraordinária no patrimônio de um cidadão, é obrigação da Receita Federal abrir os olhos, fazer uma apuração sobre o que se passa, para verificar se é inteiramente justificável o acúmulo de patrimônio por parte daquela pessoa, daquele cidadão, dando-lhe oportunidade de fazer esclarecer. Agora, diante da matéria publicada na revista *Veja*, estou hoje enviando novo ofício ao Ministro Marcílio Marques Moreira reiterando aquele pedido. Trata-se não apenas de averiguar o que se passa no âmbito da economia nacional, as suas propriedades em território brasileiro, mas também verificar se o Sr. Paulo César Faria tem registradas, nas suas declarações de rendimentos, as suas propriedades no exterior. É claro que declarações de riqueza, de patrimônio, constituem objeto de sigilo por parte da Receita Federal. Mas é preciso que nós, do Congresso Nacional, estejamos conscientes e informados de que o Ministério da Economia, através da Receita Federal, está fazendo essa apuração, para que não paire dúvidas sobre a adequação ou não das declarações de rendimentos. Mas eu gostaria, concluindo, nobre Senador Pedro Simon, de ressaltar um aspecto interessante da iniciativa do Sr. Pedro Collor. A revista *Veja* registra que o Sr. Pedro Collor está agindo com a motivação de impedir que o Sr. Paulo César Farias lance mão de meios de comunicação no Estado de Alagoas que, eventualmente, venham a concorrer com as organizações de imprensa da família Collor de Mello. Ora, não é o Presidente da República aquele que, conforme os próprios jornais publicados em Alagoas, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e em outros Estados, que, continuamente, está defendendo a liberdade da iniciativa privada, que está defendendo a concorrência, que está defendendo a liberdade de imprensa, e aquilo que ele resolveu classificar de social-liberalismo? Não é estranho que exatamente o jornal de sua família, pelo diretor que hoje administra tal jornal, vem a público dizer que não admite que no Estado de Alagoas possa haver concorrência para o seu jornal? Como fica o princípio da concorrência? Como fica a social-democracia, o social-liberalismo? Como fica o Presidente Fernando Collor e aquilo que se está praticando no Estado de Alagoas? Porque, como se sabe, quando numa determinada região os meios de comunicação são de propriedade de único dono, então é apenas um ponto de vista que prevalece. Como é que fica a possibilidade de pontos de vista contrários ao dos proprietários dos meios de comunicação, lá no Estado de Alagoas poder também se manifestar? Não estou aqui defendendo propriamente o Sr. Paulo César Farias. Ao contrário, quero que seja investigado a maneira como acumulou riquezas, especialmente nas suas relações de negócios com o Governo Federal. Entretanto, como fica essa outra questão, a da liberdade de imprensa em Alagoas?

O SR. PEDRO SIMON — V. Ex^a tem toda razão, embora tenha de salientar um aspecto. O que o Sr. Pedro Collor se queixa mais é de que para montar um jornal em Alagoas,

pelo menos em tese, ele não argumenta que está se queixando de que venha alguém e monte um jornal em Alagoas. Queixa-se de que vem alguém e consegue quatro milhões de dólares, e dá a entender que é via órgãos oficiais, para montar um jornal em Alagoas. Sua argumentação é que o Sr. PC arrumou quatro milhões de dólares, e dá a entender que organismos do Governo facilitaram esses quatro milhões de dólares para montar um jornal em Alagoas.

O Sr. Eduardo Suplicy — Af complica mais ainda, nobre Senador Pedro Simon, e complica muito!

O Sr. Ney Maranhão — Permite-se V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Concedo o aparte ao nobre Senador Ney Maranhão.

O Sr. Ney Maranhão — Em primeiro lugar, quero rebater o aparte do nobre Senador Eduardo Suplicy, quando S. Ex^a fala dos quatro milhões de dólares. Como disse o Dr. Pedro Collor, o problema não é a montagem do jornal, são esses quatro milhões. Mas quero dizer ao nobre Senador Suplicy que hoje, em Alagoas, não existe apenas um canal de televisão. Há, também, a televisão do Senador Guilherme Palmeira, inaugurada há pouco tempo e que tem um grande índice de audiência. Agora, Senador Pedro Simon, V. Ex^a cite o problema do tesoureiro da campanha e lembra, também, escândalos e mais escândalos do Governo. Mas V. Ex^a há de concordar que nos governos passados nós não tínhamos, como o nobre Senador Suplicy tem e a Constituição admite, um terminal de computador que nos permite, fazer ligações com todos os ministérios e as secretarias. Esse, nobre Senador, é um governo transparente. Por que estão descobrindo essas ratazanas que estão à solta? É porque, Senador Pedro Simon, as verbas sabemos a tempo e a hora quando são liberadas e para onde vão. Então, por isso que está tudo sendo descoberto, e com a imprensa aberta, livre, porque isso é muito importante pra o Governo. Agora, quanto ao tesoureiro, Senador Pedro Simon, vou dar um exemplo de um homem a respeito de quem não se pode duvidar o Santo Padre, que entregou a chave do cofre do Vaticano a um tal de um Arcebispo Marcinkus. E V. Ex^a sabe muito bem as presepadas que esse arcebispo aprontou com um sócio de um banco italiano, o Banco Ambrosiano, que culminou com o suicídio do seu Presidente, que se enforcou. Então, esse problema é muito relativo. Daqui desta tribuna, continuarei defendendo o Governo até o dia em que eu me convencer de que Sua Excelência o Presidente da República está mancomunado com qualquer pessoa para defender uma safadeza! Quanto a isso, creio que nem V. Ex^a nem ninguém pode admitir que exista. Inclusive, o próprio secretário particular, após ser denunciado, foi demitido e sua vida está sendo investigada. Então, não aceito, de maneira nenhuma, qualquer insinuação que vise incriminar o Presidente da República.

O SR. PEDRO SIMON — O problema não é V. Ex^a aceitar, mas a sociedade acompanha tudo o que está ocorrendo.

O Sr. Ney Maranhão — O problema é que a sociedade também está vendo, Senador, como as coisas estão caminhando. Há muita gente vendo seus interesses contrariados. As coisas estão coaminhando no sentido de encurralar o Presidente, mas não o farão de maneira nenhuma! O PC vai para a cadeia, caso fique provado que cometeu alguma irregularidade. Disso V. Ex^a pode ter certeza.

O SR. PEDRO SIMON — V. Ex^a colocou muito bem a frase: estão querendo encurralar o Presidente. Creio que essa frase é fundamental. É o Líder do Governo que diz, com a responsabilidade que o cargo lhe confere, que estão querendo encurralar o Presidente. Essa frase muda completamente a tônica deste pronunciamento.

O Sr. Ney Maranhão — Os grandes interesses, neste País, foram contrariados. Os cartéis, os cartórios, o corporativismo, todos se juntam para denegrir a imagem do Presidente, por causa do tesoureiro de sua campanha.

O SR. PEDRO SIMON — Permita-me prosseguir, Senador. Se não, eu é que vou fazer greve...

O Sr. Ney Maranhão — Existe, no Nordeste, uma frase popular que diz: — Confunda, mas não misture! Falei encurralar o Presidente. Referia-me a encurralar o Presidente onde ele não tem culpa. No momento em que se denuncia qualquer cidadão ele determina que se abra inquérito. Se manda abrir inquérito é porque não compactua com essas safadezas, essas imoralidades.

O SR. PEDRO SIMON — O Líder diz: — Estão querendo encurralar o Presidente. Quem? Já foi dito, aqui, que o Presidente da República mudou o Ministério porque estavam querendo pedir o impeachment de Sua Excelência. Não sei se é verdade. O que sei — e não há dúvidas — é que o Governo estava sendo alvo de tantas denúncias que, num determinado momento, as manchetes de crise eram tão numerosas que Sua Excelência tinha que fazer as demissões caso o caso dos homens de sua confiança. Então, a decisão foi inteligente. Cai o Ministério e, na renúncia total do Ministério, Sua Excelência tirou as pessoas, alguns como o Coronel Passarinho, que Sua Excelência houve por bem mudar por uma questão política, e outros que Sua Excelência queria mudar porque não tinha como mantê-los. Alé aí tudo bem! Agora, quem queria encurralar o Presidente? Por que queriam encurralar o Presidente? Eu já tenho dito, agora repito, desta tribuna: não vejo na imprensa ninguém que queira colocar em risco o mandato do Presidente da República. Pelo contrário. Eu vejo na imprensa pessoas que querem garantir o seu mandato. Agora, a verdade; para verdade é que a crise e as notícias de corrupção que envolveram aquela hora e aquele momento são de tal natureza que o próprio Presidente houve por bem mudar todo o Ministério. A propósito do que diz o nobre Líder, de que essas questões têm que vir a público, de que o Presidente mandou abrir inquérito... Na verdade, o Presidente, ao que eu sei nem abriu inquérito. Ao que eu sei, as notícias vieram, poluíram, deram manchete, estouraram, e o Presidente teve que ir atrás. Sobre negócios do Sr. PP, as notícias e as informações vinham há muito tempo, e o Senhor Presidente da República, inclusive, confirmou o Sr. PP na Secretaria. Depois é que Sua Excelência se viu obrigado a tirar o Sr. PP.

Creio, com toda a sinceridade, que esses fatos são de tal natureza, que sobre eles eu ainda não ouvi uma palavra do Presidente. Ao contrário do que diz o nobre Líder, eu não ouvi uma palavra do Presidente com relação a essas questões que estão sendo analisadas. A pessoa vem, se desmoraliza, cai, abre-se inquérito, é substituído, e o Presidente, a rigor, não fala.

O Sr. Ney Maranhão — Não fala, mas está na Justiça, Senador!

O SR. PEDRO SIMON — Com relação ao Sr. PC, eu acho que o que pede o Senador Eduardo Suplicy é absolutamente correto. Acho que o Presidente da República tem a obrigação de dizer: "Tudo o que está acontecendo é uma desgraça de uma injustiça. Essa Veja, essa Folha, esse Sr. Pedro Collor, esse Senador, estão todos fazendo uma tremenda injustiça com o Sr. PC!" Que se faça a investigação. Que o Sr. PC venha e diga aqui: "Tenho estes bens, de tal natureza; tenho 45 anos; comecei a trabalhar com 12, vim crescendo, desenvolvendo, estou progredindo, estou avançando; na campanha do Sr. Collor, como tesoureiro, botei o meu dinheiro, quase que saí mal de lá, mas estou me recuperando". Por que não? Por que ele não é o principal interessado em que se apure essa onda enorme? Até concordo. Neste País, onde volta e meia há onda e muitas vezes se inventam certas coisas — "Olha, estão ganhando dinheiro; estão botando a mão em tal lugar" —, falar em PC é até rotina.

O Sr. Humberto Lucena — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com todo o prazer.

O Sr. Humberto Lucena — Cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento, nobre Senador Pedro Simon, pois V. Ex^a, nesta tribuna, não faz outra coisa senão dar voz, mais uma vez, à Oposição, O PMDB, na fiscalização dos atos político-administrativos do Governo Collor. É um dever que nos incumbe neste instante, em que, na verdade, como bem acentuou V. Ex^a, a Nação está perplexa diante de tantas denúncias. Quanto às acusações relacionadas com o que teria havido na elaboração do Orçamento da União, trazidas a esta tribuna pelo nobre Senador Eduardo Suplicy, eu diria a V. Ex^a o que já afirmei ao nobre Líder do PT nesta Casa: somos absolutamente favoráveis a que a apuração dessas acusações seja a mais rápida e a mais rigorosa possível. Tenho estado, como V. Ex^a também, com o Senador Mauro Benevides, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, e sei que S. Ex^a está tomando as providências cabíveis para, no menor prazo possível, elucidar todas essas denúncias, por ser um dever preceptivo de todos nós, como Membros do Congresso Nacional, que os trabalhos legislativos sejam os mais transparentes possíveis, ainda mais no que tange à elaboração do Orçamento, que envolve somas vultuosíssimas. Como sabe o nobre Orador, dei ao Presidente Mauro Benevides a idéia de se criar, no Senado, a exemplo do que já existe na Câmara, a chamada Corregedoria do Senado Federal, que terá justamente, entre outras, essa incumbência de apurar denúncias graves que porventura sejam apresentadas envolvendo algum fato ocorrido no Congresso Nacional.

No que tange à publicação da revista Veja, V. Ex^a está coberto de razão. Na verdade, trata-se de um libelo acusatório da maior gravidade, que parte — segundo a revista — do próprio irmão do Senhor Presidente da República, o Sr. Pedro Collor de Mello, que chegou a dizer e a repetir, agora, que se forem apuradas essas denúncias contra o Sr. PC o próprio mandato do Senhor Presidente, seu irmão, estará em risco.

V. Ex^a diz, muito bem, que não nos interessa, apoiar ameaças ao mandato do Senhor Presidente da República, que queremos ver concluído, para que a normalidade político-institucional seja mantida neste País, a não ser que, porventura, Sua Excelência seja colhido, hoje ou amanhã, na prática de algum crime de responsabilidade, pois aí seria dever nosso processá-lo por tal. Nesse particular, inclusive, dei uma resposta muito firme e ativa, em nome do PMDB e da Oposição, às palavras cándentes do ex-Presidente João Figueiredo, que

há poucos dias teve a infelicidade de acenar para a hipótese de uma ruptura do processo político-institucional do País, sob o argumento de que estaríamos à beira do caos. Tive a ocasião de lembrar ao ex-Presidente da República que, ao invés de S. Ex^a estou deblaterando contra as instituições, criticando o Congresso Nacional, inclusive alegando que o Congresso hoje exerce uma ditadura — talvez porque no tempo do regime militar o Congresso não tinha quase nenhum papel — S. Ex^a deveria combater conosco o Plano Econômico recessivo do Governo Collor, porque justamente o desemprego e o arrocho salarial são os que estão levando o País a uma grave crise e até à ameaça de uma convulsão social, como já aconteceu na Venezuela. Mas digo tudo isso para chegar ao ponto central do discurso de V. Ex^a, que é o comentário sobre a denúncia da revista *Veja*. Acho, nobre Senador, que há dois aspectos a considerar: um é a parte do dossiê Pedro Collor relacionada com a desenvoltura com que age o Sr. PC Farias a nível internacional. Aí caberiam duas providências: uma, do Banco Central, para examinar se as transferências feitas para o exterior e se essas firmas que ele organizou lá fora estão adequadas à legislação do País; e outra que seria, justamente, uma auditoria rigorosa da Receita Federal nas contas do Sr. PC, para ver se, realmente, as suas declarações de Imposto de Renda — como bem lembra o Senador Ney Maranhão — estão de acordo com os resultados dos lucros de suas empresas. Agora, há o outro aspecto, que me parece da maior gravidade, pois envolve o setor público, nobre Senador Pedro Simon, e não o setor privado. Refiro-me aos bilhetes, cujos fac-símiles a revista publica, que o Sr. PC Farias teria enviado à ex-Ministra Zélia Cardoso de Mello, recomendando a liberação de verbas federais vultuosíssimas para atender ao custeio de alguns projetos de investimentos como escocnicas, compra de medicamentos para a Central de Medicamento etc. Pergunto a V. Ex^a: com que autoridade o Sr. PC Farias procurava a Sr^a ex-Ministra da Economia e da Fazenda para pedir essas deliberações, senão, evidentemente, no desempenho do que se costuma chamar de tráfico de influência? Concluo o aparte a V. Ex^a, dizendo o seguinte: na verdade, já votamos o Projeto de Lei Orgânica do Tribunal de Contas, votamos o projeto de lei que agrava as penas dos chamados criminosos de colarinho-branco. Mas, nobre Senador Pedro Simon, aí é que está: como poderemos segurar nas malhas da lei, e de que lei, aqueles que são os “amigos do rei”, como o Sr. PC e que fazem o tráfego de influência mais despodorado, indo a um enriquecimento ilícito cada vez maior, aos olhos revoltados da opinião pública, sobretudo da imensa maioria que é constituída de assalariados civis e militares? Meus parabéns a V. Ex^a

O SR. PEDRO SIMON — Eu agradeço, meu prezado Líder, o importante pronunciamento de V. Ex^a, que coroa todo esse debate que estamos fazendo aqui, tanto o anterior, do Senador Eduardo Suplicy, como o nosso neste momento.

V. Ex^a tem toda razão, se não tivermos o espírito, a orientação e não tivermos a disposição política de buscar isso, não adiantam leis. Até por que usar a lei contra um amigo do Presidente é muito complicado. Como disse V. Ex^a: a Ministra Zélia estava no seu direito de liberar; agora, quem fez a Ministra Zélia liberar os pedidos dos bilhetes do Sr. PC? O que se está vendo agora — se é verdade o que está na *Veja*, espero até que não seja — é que os bilhetes que a Sr^a Zélia recebia não eram só do Sr. Cabral, mas também do Sr. PC, e envolviam o patrimônio público com relação às reivindicações feitas ali.

Quem vai mudar isso? Com que orientação vai-se mudar isso? Então vê-se Dom Paulo Evaristo Arns dizendo que a corrupção é o maior inimigo deste País. Como é que vamos alterar isso? Como é que nós vamos modificar isso?

Lembro a V. Ex^a — e eu pediria ao Sr. Presidente apenas alguns instantes — a manifestação feita por aquele General Presidente, em Porto Alegre, para a Radio Guaíba, depois publicada nos jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo*, que, embora tivesse pedido que nos esquecêssemos dele, resolveu não nos esquecer.

Ele falou durante uma hora na Rádio Guaíba, e as manchetes publicadas nos jornais foram estas:

Correio do Povo:

“Ex-Presidente João Baptista Figueiredo: Só um milagre salva o Brasil;

Governo subestima fala de Figueiredo;

O Brasil vive agora a ditadura do Parlamento.

Figueiredo diz que Collor não tem poder, critica o primeiro ministério e acusa os políticos de fisiologismo;

A miséria já está provocando uma revolta social;

Ex-Presidente afirma que Collor está mal-informado e revela que preveniu João Goulart sobre o golpe.”

Zero Hora

“Figueiredo vê caos social e acredita em ruptura política; Figueiredo critica ditadura do Congresso.”

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Só para apoiar V. Ex^a e dizer que o Senador Humberto Lucena, mesmo estando na Paraíba, quando tomou conhecimento disso que relata V. Ex^a, teve o cuidado de enviar imediatamente, para a Capital do País, o protesto em nome do nosso Partido, fazendo gravíssimos reparos à entrevista do Sr. João Baptista de Oliveira Figueiredo. E no mais, quero apoiar V. Ex^a pela clareza com que vem à tribuna, e não poderia deixar de fazê-lo, para exigir um esclarecimento das atividades do Sr. Paulo César Farias. É uma figura que está se tornando hedionda, é uma figura execrável da República, e que vem criando muitos problemas para o próprio Presidente, desta feita, a denúncia de um irmão do Presidente. Nem nos interessa se há competição jornalística, o que interessa é se há ou não essa corrupção, se esses bilhetes são ou não do Sr. PC Farias, se houve ou não resultado desses bilhetes. Nem interessa se a Ministra Zélia Cardoso de Mello identifica ou não esses bilhetes. Resta saber se o sugerido nos bilhetes foi ou não atendido. Em face da premência do tempo, não quero me alongar, quero apenas apoiar o meu colega de Partido e louvá-lo pela iniciativa de estar na tribuna. Se o assunto não fosse sério, V. Ex^a não estaria aí. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON — Muito obrigado pela gentileza.

Reparem em algumas frases singelas, fruto daquela competência tradicional, original, que tem o Presidente Figueiredo:

“Os populares sentem que a democracia não trouxe para o povo os benefícios imaginados.”

Até aí é verdade, que não trouxe, mas ele continua:

“Parece que o povo pensa: viva a ditadura com barriga cheia!”

Mas não me lembro se no tempo do General Figueiredo... ah, perdão, lembro-me, e pelo que me lembro, não se vivia de barriga cheia na época do General Figueiredo.

Na verdade, ele se queixa, mais adiante, na sua entrevista, que até ele precisa fazer restrições, porque não pode mais viver como vivia normalmente, o que deve ser verdade. Mas não me parece que a população vivia de barriga cheia na época do Presidente Figueiredo.

"A não ser com um rompimento muito forte, que abale as estruturas do País, o Brasil não tem solução".

Qual é a natureza desse rompimento, Sr. Presidente, de qualquer natureza? Quem está mandando é o Parlamento. E o "Dando que se recebe", do Presidente Collor, não pode continuar.

"A fome da maioria da população gerou o caos social e não se vê perspectiva para a saída do Brasil, a não ser um rompimento muito forte, que agite totalmente as estruturas do País."

Na verdade, o Presidente Figueiredo está chamando a atenção mais adiante é que o Brasil tem uma tradição de golpes brandos; que não há derramamento de sangue; que aqui no Brasil as coisas acontecem e não acontecem. Só quando há sangue, só quando há abalo social real é que as coisas mudam.

Então, a rigor, ele acha que 1964 foi pouco, embora reconheça que houve tortura em 1964.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Pois não.

O Sr. Josaphat Marinho — Convém, nesta altura, extrair uma conclusão muito oportuna. Quando o ex-Presidente reconhece, somente quando há sangue, grave violência, é que há resultados ou mudanças assinaláveis, isto comprova que de 1964 não resultaram grandes conseqüências para um País, senão na desestabilização do seu regime institucional.

O SR. PEDRO SIMON — Muito bem colocado pelo prezado Senador Josaphat Marinho!

Mas, não há dúvidas de que o Presidente Figueiredo ficou na sua residência, lá está no Rio de Janeiro, há o mérito, e não há como deixar de reconhecer, ao final do seu Governo ele permitiu a transição, colaborou na transição, embora tivesse sido o grande responsável pela derrota da emenda das eleições diretas, mas, na verdade, houve a transição do Governo dele para o do Presidente Tancredo Neves e a normalização da vida institucional.

O lamentável no General Figueiredo é ele se aproveitar dessa situação grave de crise. O Governo está mal, as notícias de corrupção abalam o Governo, o aspecto social está mal, a notícia dos saques no Rio de Janeiro e agora em São Paulo são uma realidade. Em cima disso vamos dar mérito do ex-Presidente José Sarney. S. Ex^a quando vem, fala num tom respeitoso, num tom tranqüilo de quem quer, — senão ajudar —, e eu acho que S. Ex^a quer é apenas ajudar e não atrapalhar. Mas o General Figueiredo fala num tom que deseja explodir o caldeirão. Aliás, a rigor, eu não vi nem CUT, nem PT, nem Lula, nem Brizola, nem Orestes Quércia, nem PMDB, não vi ninguém usar uma linguagem como essa, pelo contrário. Se a situação do Brasil vai mal, o que se sente em todos os setores é o desejo de normalizar, é o desejo de não preocupar, de não piorar, de não agitar, de não tumultuar.

Isso é uma realidade neste País. Eu não vi nenhum Deputado do PC, do PC do B, do PT, nenhuma Liderança, ninguém dizer que o Brasil está perdido, que só tem uma solução: rezar e que haja uma convulsão social com derramamento de sangue!

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON — Com prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — Convém lembrar ainda que muitos dos nossos males, inclusive a desorganização institucional, ainda agora decorrem do processo militar de 1964. Ali destruiu-se a democracia que se consolidava, para nos dar, como espólio, o que se recebeu depois do fracasso do movimento militar.

O SR. PEDRO SIMON — V. Ex^a tem toda razão, mas quem vê a entrevista do ex-Presidente João Baptista Figueiredo, acha que ele é o General de Gaulle, que ele veio, salvou a França, normalizou, é o grande responsável pela reconstrução do País. Agora, vem e cobra: o que vocês fizeram com este País que deixei tudo em ordem, deixei tudo normal, a economia era uma maravilha, o povo estava bem, a sociedade estava bem, a democracia era total, os costumes eram os mais sérios, e agora vocês anarquizaram aquilo que deixei.

Não foi feliz o ex-Presidente João Baptista Figueiredo. Aliás, justiça seja feita, não faz parte da sua biografia a felicidade nas suas declarações. Mas não podemos esquecer que nem o Dr. Getúlio Vargas ficou tanto tempo no Palácio do Governo de uma vez só como o General João Baptista Figueiredo.

Ele esteve no mandato inteiro do Presidente Emílio Garrastazu Médici: ou na Chefia da Casa Militar, e posteriormente, no SNI. Depois foi eleito Presidente da República. O General Figueiredo não é uma pessoa desinformada, que está à margem de tudo e que fala por falar, mesmo que eu queira dizer que há alguma coisa atrás do Presidente Figueiredo. O que quero dizer é que ele encontra clima para esse tipo de afirmação, e é importante que analisemos o porquê desse clima. É importante que analisemos a vinda do General Figueiredo, se ele vem aqui porque, a rigor, soube-se que ele veio se oferecer. Está-se sabendo que não há nenhum líder militar querendo, nem em condições de fazer isso. Se não houver ninguém, lembrem-se de mim. Estou aqui. Parece que ele bateu continência e se ofereceu para ser esse homem da salvação nacional.

Creio que é hora de parar e pensar. Os saques estão acontecendo, o povo está magoado, o Governo está sendo tremendamente infeliz na sua política econômico-social? Está! A recessão é uma realidade? É uma realidade! Essa recessão aconteceu no Chile, Bolívia e Peru. Acontece que essa política recessiva do Fundo Monetário Internacional traz conseqüências como essas. Podemos até vencê-las. Há alguns que dizem que ela é necessária, absolutamente necessária. Temos de vencer. É necessário que haja desemprego. Nós temos o índice alto, mas é o normal. É necessário que aumente 20% ou mais. É necessário que as empresas quebrem. É necessário que tudo isso que está acontecendo traga o rompimento para que, depois, haja uma política econômica mais sólida, mais estável, como aconteceu no Chile e em outras regiões.

Pode ser, mas a verdade é que vivemos num ambiente de angústia. Os saques, no Rio de Janeiro, são apenas manifestações de lideranças, não sei de quem. Não é a sinceridade da espontaneidade do processo da fome? Pode ser que sim, mas a grande verdade que se vê por onde se anda é que há um ambiente de angústia, que é real!

O General Figueiredo teve a sensibilidade de vir num momento psicologicamente importante com a sua manifestação. Por isso, sou daqueles que acreditam que, ao invés de ridicularizar ou desproporcionar como completamente irreal a manifestação do Presidente Figueiredo, o que devemos

fazer é analisá-la, interpretá-la, dar a devida seriedade, ver a questão.

Alguns acham que a democracia está consolidada neste País, e que coisas como 1964 são da História. Não sei, mas creio que devemos lutar para mantê-la; é algo necessário e fundamental!

Por isso, parece-me que ao mesmo tempo em que as manchetes são essas, a vinda do General Figueiredo, que escolheu a Rádio Guaíba, de Porto Alegre, durante uma hora deu uma manifestação como essa, é algo que parece que ele tinha e sabia e achou o momento de dizer, que foi exatamente esse.

Sr. Presidente, creio que uma ação forte do Congresso Nacional, no que tange à seriedade da nossa administração e com relação ao Presidente da República aproveitar essa fase e daí, Sr. Presidente, que bom! Quero felicitar, dou nota 10 pela decisão de o Presidente Collor fazer a reunião sexta,

sábado e domingo, que pena que vai ser no Palácio, porque devia ser lá onde estava sendo marcada: na escola do Ministério da Fazenda, onde há mais oportunidade, inclusive tem lugar para dormir, para almoçar, é lá que o Governo devia reunir-se como se fosse um imenso cursinho, um imenso retiro, para debater, discutir e analisar. É bom para o Presidente da República, é altamente positivo. Talvez seja por aí que a manifestação do General Figueiredo possa orientar e possa estimular o Presidente Collor com relação a esse seminário, a esse retiro, para o qual eu, daqui de longe, como brasileiro, apelo ao Espírito Santo e à Nossa Senhora que zele pelo Presidente e que Sua Excelência encontre aquilo que, infelizmente, até agora não encontrou, que é a inspiração para bem governar o povo brasileiro.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente.
Era o que se tinha a dizer. (Muito bem!)

País — *Journal de Brasília*

SE 353-1

Terça-feira, 12/5/91

Dom Paulo elege corrupção como pior inimigo do País

São Paulo — A corrupção em todas as áreas do poder estatal — e não a possibilidade de um novo golpe militar — é o maior problema do Brasil no momento. A opinião é do cardeal-arcebispo de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, Dom Paulo disse não acreditar que "há hoje no País um chefe militar que pretenda voltar ao poder".

Afirmou depois que a situação do Brasil "não pode ser comparada" à da Venezuela e à do Peru. "Os militares brasileiros estão cansados e decepcionados com o fracasso da experiência que fizeram no poder; depois que promoveram sanear a economia e a deixaram desgastada e sucateada", disse Dom Paulo.

Para o cardeal Arns, os civis "devem ter, porém, a hombridade de enfrentar a corrupção que se alastra por todas as áreas e atingiu os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário". Dizendo-se "otimista", Dom Paulo lembrou uma frase que lhe foi dita recentemente, em São Paulo, pelo chanceler alemão Helmut Kohl ("A América Latina é a única região viável do mundo"). Acrescentou que "o Brasil é viável" e que a economia brasileira "já apresenta sinais de reaquecimento". Dom Paulo previne, numa profissão de fé, a recuperação do desenvolvimento do País. "O reaquecimento da economia e a entrada de capitais vão animar o povo", disse.

"Os protestos dos negros em Los Angeles e os saques nos supermercados do Rio são exemplos de explosões provocadas pela falência do neoliberalismo", afirmou ontem o cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, ao fazer uma projeção do que deverá ocorrer na Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Santo Domingo, em comparação com as reuniões anteriores de Medellín e Puebla.

Na avaliação do dom Paulo, a Igreja precisa recuperar a linha de Medellín, onde os bispos da América Latina declararam, em 1968, sua opção preferencial pelos pobres e reabrir os horizontes que a conferência de Puebla acabou obstruindo por razões ideológicas, em 1979.

Equívoco

"A opção preferencial pelos pobres provocou a antipatia dos ricos e da classe média porque não foi bem compreendida", acrescentou Dom Paulo. Ele atribui essa reação ao equívoco daqueles que confundem a opção pelos pobres com a renúncia de aspirações justas e louváveis, como salários dignos e uma vida confortável. Caberá aos participantes da reunião de Santo Domingo esclarecer a posição da Igreja e propor ações práticas para que não se fique só na retórica.

O cardeal espera que os delegados eleitos para representar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) adotem essa linha. "Escolhemos gente bem informada que tem coragem de levantar a voz", observou o arcebispo de São Paulo, referindo-se aos 39 nomes escolhidos pela assembléia geral do Italc, na semana passada. Eles deverão ser confirmados pelo papa João Paulo II, que nomeou outros participantes de sua própria escolha.

Comentando as conclusões da assembléia, Dom Paulo Evaristo afirmou que a Igreja católica não pretende partir para uma guerra contra os evangélicos. "Temos um bom diálogo com as Igrejas protestantes, nossa dificuldade é com essas acitas cujos líderes se arvoram em bispos sem qualquer fundamento histórico", afirmou o cardeal, numa referência direta ao "bispo" Edir Macedo Bezerra, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, cujo nome não citou.

Suplicy exige a verdade sobre a fortuna de "PC"

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) vai cobrar do ministro da Economia, Marcellio Marques Moreira, a apuração das condições de enriquecimento do empresário Paulo César Cavalcanti Farias, o PC. O senador disse ter protocolado na Receita Federal, há três meses, um pedido de investigação sobre a fortuna do empresário. Como não obteve resposta, Suplicy pretende agendar hoje uma audiência com Marcellio para saber por que o ofício ainda não foi atendido.

O senador decidiu cobrar informações após ler, esta semana, uma reportagem da revista "Veja" em que PC aparece como dono de sete empresas no exterior, quase todas instaladas em paraísos fiscais. O senador quer saber se o empresário relaciona estas empresas na declaração anual de renda.

De acordo com a revista, as informações sobre as operações do empresário no exterior constam do "dossiê PC", preparado há meses por Pedro Collor, irmão do presidente Fernando Collor e inimigo de Paulo César. Responsável pela direção dos negócios da família Collor de Mello na área de comunicação, Pedro Collor declarou guerra a PC depois que o empresário decidiu instalar em Macelo a "Tri-

buna de Alagoas", um jornal para concorrer com a "Gazeta".

Há duas semanas, PC cedeu às ameaças de Pedro Collor e chegou a anunciar — através de seu irmão, o deputado federal Augusto Farias (PSD-AL) — que fecharia a "Tribuna". Como PC parece ter mudado de idéia, Pedro Collor resolveu, segundo parlamentares alagoanos, exibir sua primeira munição: a parte do dossiê que revela as ações do empresário fora do Brasil.

Essa não é a primeira vez que o cacula da família Collor bombardeia o amigo do Presidente. Políticos alagoanos contam que, há alguns anos, Pedro recorreu à mãe, Leda, para impedir que PC participasse do controle acionário do grupo Gazeta. Ontem, Pedro Collor passou o dia no Rio de Janeiro, onde mora a mãe.

Além de Suplicy, o deputado José Dirceu (PT-SP) vai pedir à Procuradoria Geral da República que desarquive um pedido, feito por ele, de investigação do "dossiê PC". Dirceu quer também que a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados vote com urgência o requerimento de autoria dele convocando Pedro Collor e PC para prestarem esclarecimento sobre as denúncias.

CORREIO DO POVO

POLÍTICA

353-2

SABADO, 9 de maio de 1992 — 3

'O Brasil vive agora a ditadura do parlamento'

FIGUEIREDO DIZ QUE COLLOR NÃO TEM PODER, CRITICA O PRIMEIRO MINISTÉRIO E ACUSA OS POLÍTICOS DE FISIOLÓGISMO

Presidência e Políticos — "Visita do lado de fora, a Presidência da República parece uma coisa grandiosa, mas quando se chega lá e conhece os miudinhos da política, conhece os políticos..."

Existe uma minoria de políticos boa. Mas a grande maioria dos políticos não pensa no Brasil, só pensa nos seus interesses. A gente vê tanta sujeira, tanta barbaridade... A gente se desilude tanto com a falta de palavra. Hoje, eles (políticos) têm uma convicção, amanhã, têm outra e fazem o contrário do que disseram antes. A gente se desilude com tantas amizades antigas. Não gostei da atividade política. Já não gostava por causa da experiência do meu pai, que foi deputado. O milico que faz política, se se torna um bom político, normalmente mostra que foi mau soldado. O milico não se adapta à política. E preciso um molejo de chitão que ele não tem.

"Não gostei da atividade política. Já não gostava por causa da experiência do meu pai, que foi deputado. O milico que faz política, se se torna um bom político, normalmente mostra que foi mau soldado. O milico não se adapta à política. E preciso um molejo de chitão que ele não tem."

alguma coisa. Isto acaba com o homem. No Brasil não existe atividade política, existe política-gem. Basta ver os antigos parlamentos e os de agora. Como caiu de nível o número de homens de

freu cinco anos de prisão, vários exilios, mas disse e morreu dizendo isto. Não acredito nos democratas de agora que endossam o Getúlio, um ditador que o povo gostava. No tempo dele houve as mesmas coisas que houve em 64, torturas, etc.. Nas próprias democracias você vê isto, como ocorreu agora nos Estados Unidos: são todos democratas, mas os direitos do homem quando o povo se revolta e chega a Polítia".

Aqui no Brasil já tivemos ditadura do Getúlio Vargas, ditaduras militares e agora estamos numa ditadura do Parlamento. Estamos num regime presidencialista, em que quem está mandando é o Parlamento. E o presidente, para obter apoio do Parlamento, adota o lema bíblico do "é dando que se recebe", de São Francisco, que ele (Collor) tanto condenou. Com uma condição que impôs, a de que políticos indiquem pessoas capazes, como se pessoas antes escolhidas não fossem capazes."

Collor e seu ministério — "Um país que produz muito e compra pouco, em que gastos públicos não são exagerados e não se desperdiça dinheiro, como não ocorre no Brasil, em que não há empenho, não há excesso de funcionários, como não ocorre no Bra-

sil, pode vencer a inflação. O governo sabe, todos sabemos. O governo prometeu enxugar o funcionalismo, enxugou, mandou gente para casa, continuou pagando e o que é pior, agora está chamando de volta. Privatizar, sim, pela

"O senhor Ulysses disse que tinha ódio e nojo das ditaduras. Mas se tinha, porque não deixou no tempo do Vargas? Não foi esse fato, sofreu cinco anos de prisão, vários exilios, mas não acreditou nos democratas que endossam Getúlio."

uma empresa privada sabe de quantos funcionários precisa para funcionar. Escolhe os melhores. No Brasil não se vê isto."

"Tinha muito analfabeto ministro e tinha muito ministro, não analfabeto, mas em cargo errado. O ministro Resek, um dos grandes nomes, ministro do STF, saiu para ministro do Exterior, quando deveria ser ministro da Justiça, teve que se adaptar com os diplomatas. O ministro Passarinho, que não é jurista, não deveria ser do Ministério da Justiça. O Magri cairia muito bem na presidência de um sindicato de trabalhadores. A própria Zélia, tão austera, deu no que deu. O atual

ministério é melhor do que o anterior. É mais competente, mas não acredito que funcione porque está muito subordinado ao Parlamento. O Parlamento está ditando as regras. A Constituição não está em vigor. Basta ver a questão do salário mínimo, que deveria ser digno e que daria direito a uma vida digna de direito. A questão da isonomia é difícil. Não dá para comparar um médico com um capitão. Agora, falam em congelar salários do Legislativo e do Judiciário até que o Executivo os alcance nos salários. Ora, há gente ganhando mais de Cr\$ 20 milhões e um general de quatro estrelas ganha Cr\$ 3 milhões. Até empatar os salários, o general já morreu. Mas o Congresso pode alterar a Constituição. Por que não alterar o dispositivo de que os vencimentos não podem ser diminuídos? Houve casos de sujeito com quatro aposentadorias, uma delas com mais de Cr\$ 30 milhões. Por que não rebaixar nestes casos? Tentei estabelecer teto máximo, com decreto, de que ninguém podia ganhar mais que o presidente da República. Eu ganhava menos que muitos secretários de ministérios e diretores de estatais, dez vezes menos. E jamais o Congresso se reuniu para falar dos meus vencimentos.

BRASIL

Tentáculos de PC

O dossiê de Pedro Collor revela que Paulo César Farias movimentava contas em paraísos fiscais e tem pelo menos sete empresas no exterior

LUIS COSTA PINTO

O empresário Pedro Collor de Mello, diretor das Organizações Amon de Mello, que controla um jornal, uma emissora de televisão e três de rádio em Alagoas, embrenhou-se numa luta de morte com o empresário Paulo César Cavalcante Farias, 46 anos, mais conhecido pela alcunha de PC. Pedro Collor quer impedir, a todo custo, que PC lance o jornal *A Tribuna de Alagoas* e ameace o prestígio da *Gazeta de Alagoas*, o matutino que há quarenta anos é o líder de vendas no

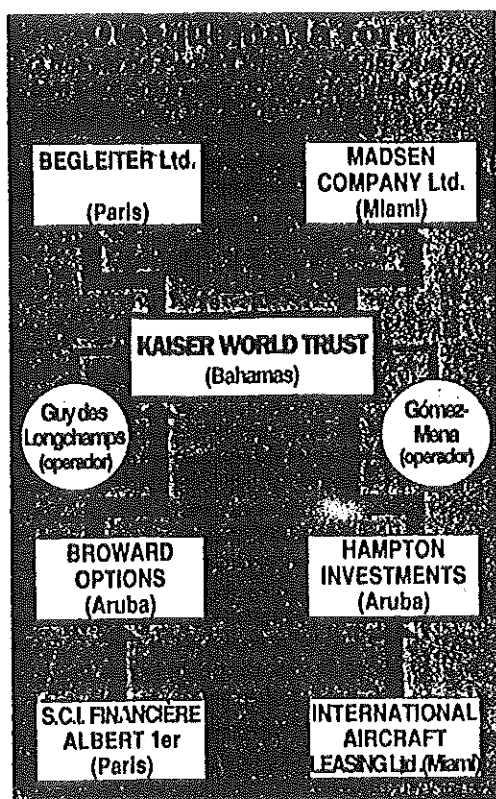
Estado. "Se o Careca montar o jornal dele, quebra a *Gazeta*, e não vou assistir impassível ao desmonte do patrimônio da família", diz o diretor das Organizações Amon de Mello. A disputa entre Pedro e PC, o "Careca", tem todos os elementos de uma mera briga de província, mas pode ter um custo muito alto. Ao alvejar PC, Pedro pode fazer com que alguns estilhaços atinjam seu irmão Fernando Collor de Mello, o presidente da República. Desde o final do

ano passado Pedro Collor vem coletando e organizando documentos e depoimentos sobre os negócios de PC Farias, caixa da campanha eleitoral do então candidato Fernando Collor. Ele nunca divulgou essa papelada — conhecida pelo nome de Dossiê Pedro Collor contra PC — por receio de ferir o irmão de morte. "As informações contidas no dossiê derrubam o governo, colocam o PC na cadeia e levam muita gente com ele", dizia Pedro Collor,

Depois de muito pensar, Pedro Collor arrumou um meio de sair da sinuca de bico. Para destruir o Careca sem matar o irmão, desde novembro passado o diretor da *Gazeta de Alagoas* vem perseguindo os passos de PC no exterior, levantando seus negócios na Flórida, nos paraísos fiscais do Caribe, na França e na Suíça. "Estou gastando um dinheiro federal, em dólares, para estourar o Careca", dizia Pedro Collor no fim de março aos seus amigos, explicando sua viagem de 22 dias à Flórida. Na quinta-feira passada, VEJA teve acesso à seção "negócios internacionais" do Dossiê Pedro Collor. São dezessete páginas de cópias xerox de documentos de bancos, consultorias financeiras, procurações e comprovantes de transferências de milhões de dólares no eixo Estados Unidos-Caribe-França-Inglaterra-Suíça.

CABELO EM PÉ — Na avaliação do compilador do dossiê, os documentos mostram que PC Farias é dono ou tem participação expressiva em pelo menos nove empresas no exterior, e as opera através de dois testas-de-ferro, Andrés Giulio Gómez-Mena e o francês Guy des Longchamps (veja quadro abaixo). Isso é tudo invenção do Pedro Collor, esses documentos são fraudados, não tenho nenhuma empresa no exterior", disse PC Farias a VEJA na sexta-feira passada, na suíte de um hotel cinco estrelas em São Paulo. Envergando um elegante terno verde combinando com as meias, com a autoconfiança típica de um ex-seminarista, mesmo assim PC só não ficou de cabelo em pé ao passar os olhos por um dos documentos do dossiê porque, afinal, ele é o Careca.

Todos os papéis recolhidos por Pedro Collor no dossiê estão escritos em inglês ou francês, e alguns são de origem duvi-



dosa. Não têm assinaturas, timbres, carimbos ou logotipos de instituições bancárias e financeiras. PC nem leva esse argumento em discussão e admite, por hipótese, que os documentos sejam verdadeiros. "Isso não prova nada, pois se eu quiser abro dez empresas em nome do Pedro Collor no exterior em quinze dias, e depois saio espalhando que tenho um dossiê contra ele", diz o Careca. "Dá para abrir uma empresa no exterior sem a assinatura

do proprietário, por menos de 1 000 dólares, e deve ter sido assim que o Pedro Collor produziu essa papelada." A dificuldade é que num dos documentos do dossiê figura a assinatura de PC Farias. Ela está num formulário em que o empresário alagoano nomeia Andrés Giulio Gómez-Mena seu procurador junto ao Citibank International, em Miami, e o autoriza a transferir fundos da conta da empresa Dupont Investment Ltd. para o Multi Commercial Bank, na Suíça. A operação tem data de 29 de fevereiro passado. Além da assinatura, PC escreveu seu nome por extenso no documento do Citibank, que tem firmas reconhecidas num cartório do condado de Dade, onde fica a cidade de Miami.

"Essa assinatura não é minha, nunca assinei uma procuração, até mesmo porque para transferir dinheiro de contas no exterior basta um simples telefonema", diz PC Farias, tirando e colocando os óculos na suíte do hotel paulista. Pergunto-lhe se ele não tem no bolso um documento — CPF, RG, cartão de crédito — para confrontar a assinatura com a do formulário do Citibank. "Não ando com documentos", responde PC, sem mexer um músculo da face. Nenhum documento? "Nenhum." Depois de rir comedido de um comentário marginal — "andando sem docu-

Os caminhos do dinheiro no exterior

Assinada por Paulo César Farias, diretor da *Gazeta de Alagoas*, a reportagem revela os caminhos do dinheiro de PC Farias no exterior. O dossiê de Pedro Collor, o empresário alagoano, mostra que PC Farias tem uma rede de empresas no exterior, com o nome de PC Farias, que opera através de dois testas-de-ferro, Andrés Giulio Gómez-Mena e o francês Guy des Longchamps (veja quadro abaixo). Isso é tudo invenção do Pedro Collor, esses documentos são fraudados, não tenho nenhuma empresa no exterior", disse PC Farias a VEJA na sexta-feira passada, na suíte de um hotel cinco estrelas em São Paulo. Envergando um elegante terno verde combinando com as meias, com a autoconfiança típica de um ex-seminarista, mesmo assim PC só não ficou de cabelo em pé ao passar os olhos por um dos documentos do dossiê porque, afinal, ele é o Careca.

Todos os papéis recolhidos por Pedro Collor no dossiê estão escritos em inglês ou francês, e alguns são de origem duvi-

18 de junho de 1991

• Bulet de la S.C.I. Financière Albert 1er du 18 Juin 1991

• Critique notarié de constitution

• Publication au Journal d'annonces légales

• Photocopie de l'extraire du registre du commerce

(Original déjà remis à M. P. JACINTO) ainsi que tous les autres documents d'archives

Em 18 de junho de 1991 foi constituída na França a S.C.I. Financière Albert 1er. A consultoria francesa Fidal Paris & Associés enviou cópia do extrato de criação da empresa no Registro de Comércio de Paris ao alagoano Paulo Jacinto Nascimento, advogado do empresário Paulo César Farias. Em outubro do ano passado Jacinto limpou o nome de PC no cadastro do Banco Central. Na papelada reunida por Pedro Collor a S.C.I. Financière consta como base de operações de PC na França.

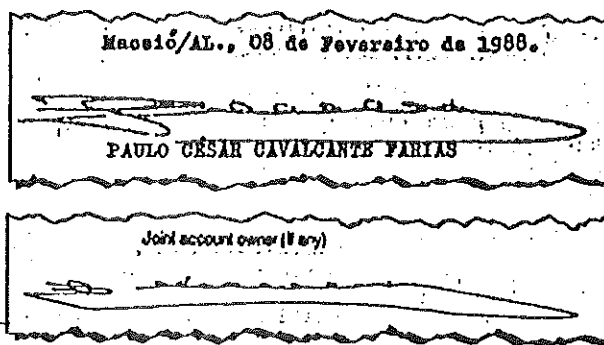
18 de junho e 18 de novembro de 1991

Em 18 de junho e 18 de novembro de 1991 o francês Guy des Longchamps assinou dois cheques, no valor total de 14,9 milhões de francos, ou 2,7 milhões de dólares. A operação concretizou a venda da empresa D'Almeida-Cameiro para a S.C.I. Financière, de PC Farias. Guy des Longchamps é casado com a alagoana Tânia Amorim des Longchamps. PC conheceu o casal há vinte anos, em Maceió. Longchamps, trabalhou no Banque Nationale de Paris, o BNP, servindo no Panamá, no México e na França. Saiu do BNP em 1990. PC diz que nunca teve negócios com Longchamps. A sogra de Longchamps, Lúcia Amorim, esclarece: "meu genro trabalha com Paulo César. Faz viagens internacionais para acertar negócios das empresas de Paulo César Farias, o PC".

mentos o senhor corre o risco de ser preso por vadiagem" —, PC volta a bater na sua tecla predileta. "Isso é uma fraude do Pedro Collor", insiste. Pedro Collor rebate a acusação com irritação: "Não é do meu feitio forjar documentos, isso não é da minha formação. Cabe à Justiça brasileira apurar a origem desses documentos. O esquema de PC no exterior é um absurdo", diz. Ou seja, Pedro Collor insinua que está disposto a apresentar a sua papelada anti-PC nos tribunais.

Afinal, a assinatura na procuração para Gómez-Mena é de PC? "É sim", garantem dois conhecidos do caixa da campanha de Collor que conhecem bem sua caligrafia e a maneira de assinar o nome. O perito paulista Celso Mauro Ribeiro Del Picchia, 50 anos, é um dos mais respeitados documentocopiastas do país. Ele vive de avaliar a autenticidade de documentos, comparando padrões gráficos de caligrafia. Del Picchia comprovou que um documento assinado pelo presidente Costa e Silva, em 1969, exonerando um comandante da Marinha, era uma falsificação. Costa e Silva havia assinado uma folha em branco, à qual foi adicionado depois o texto de exoneração. Em 1987, o perito comprovou a autenticidade de um bilhete de Eloá Quadros, mulher de Jânio, com o número da conta secreta do ex-presidente na Suíça. A pedido de VEJA, Del Picchia comparou a assinatura no documento do Citibank com outras duas assinaturas de PC, uma arquivada na Junta Comercial de Alagoas e a segunda no 4º Tabelião de Maceió.

Seu veredicto: "A assinatura do documento do Citibank não apresenta qualquer característica de falsidade, conver-



PC é o autor das duas assinaturas, garante o perito

gindo nos aspectos morfocinéticos, ou seja, os de forma e movimento da escrita, com os padrões gráficos das demais assinaturas". Trocando em miúdos: a assinatura da procuração é mesmo de PC. O perito também comparou a caligrafia de PC no papel do Citibank, quando escreveu seu nome por extenso, com os bilhetes do empresário para a ministra Zélia (veja quadro à pág. 19). "O autor é o mesmo", diz Del Picchia. Ele diz que não hesitaria em atestar um laudo científico se tivesse os originais dos documentos na mão.

"APENAS AMIGOS" — Se nega a assinatura na procuração, PC Farias admite que conhece Gómez-Mena. Eles se encontraram em meados dos anos 70, no Rio de Janeiro, quando Gómez-Mena trabalhava para o Bank Trust, dos Estados Unidos, na cidade. "Em 1977, tentei fechar um negócio com ele para a Tratoral, minha firma de tratores", diz PC. Gómez-Mena tem um escritório em Miami. Na sexta-feira passada ele não estava lá. Sua secretária eletrônica pediu para o interlocutor telefonar depois, em inglês, francês e espanhol. PC Farias também reconhece

ter relações com outros dois nomes que figuram com destaque no dossiê de Pedro Collor. O primeiro é de um alagoano, o advogado Paulo Jacinto Oliveira Nascimento. O nome do advogado aparece como destinatário de um documento em que uma consultoria francesa, a Fidal Paris & Associés, comunica a criação da S.C.I. Financière Albert Ier, em Paris. Paulo Jacinto atuou no passado como advogado de PC Farias, livrando-o de enrosocos no Banco Central.

Por que o advogado de PC recebe a ata de fundação, em Paris, da S.C.I.? Porque a S.C.I. pertence a PC Farias, sustenta Pedro Collor. PC nega.

Pouco depois de fundada, a S.C.I. comprou uma outra empresa, a D'Almeida-Carneiro, com dois cheques no valor total de 2,7 milhões de dólares. Os cheques, em francos, são do Banque Nationale de Paris, o BNP, e foram emitidos por Guy des Longchamps, nascido na França. PC Farias admite que conhece Guy des Longchamps há vinte anos. "Ele é casado com uma amiga alagoana, a Tânia, e de vez em quando os visito em Paris", afirma PC. "Ele trabalhou no BNP e acho que ainda tem ligações com o banco." O empresário alagoano, no entanto, desmente enfaticamente que tenha qualquer relação comercial com o francês. "Jamais tive negócios com Guy des Longchamps, somos apenas amigos." Pelo depoimento da sogra de Guy, Lúcia Amorim, PC está faltando com a verdade. Dona Lúcia, 67 anos, mãe de Tânia Amorim des Longchamps, falou em Maceió com Kaske Nanne, de VEJA. "Em 1990, Guy saiu do BNP para trabalhar no grupo empre-

29 de fevereiro de 1992	31 de março de 1992
<p>Power of Attorney</p> <p>CITIBANK INTERNATIONAL</p> <p>to me, I, <u>Andrés Giulio Gómez-Mena</u>, of the City of <u>Madrid</u>, Spain, do hereby authorize <u>Paulo Cesar Farias</u>, of the City of <u>Maceio</u>, Alagoas, Brazil, to act as my attorney-in-fact and to execute all acts and deeds that may be required for the purpose of the transfer of the shares of the company Dupont Investment Ltd. to the company Multi Commercial Bank de Zurich, na Suíça. O Multi Commercial Bank é ligado ao Banque Nationale de Paris, o mesmo onde trabalhou Longchamps. PC nega a assinatura do documento, reconhecida por um cartório da Flórida e confirmada pelo grafólogo Celso Del Picchia no Brasil</p>	<p>FIDAL</p> <p>HAS ASSOCIÉS</p> <p>Téléphone/Telefax</p> <p>Em 31 de março passado a consultoria Fidal Paris & Associés enviou um fax a Andrés Giulio Gómez-Mena, procurador de PC no Citibank de Miami, remetendo documentos referentes à transferência de fundos das contas das empresas Madsen Company Ltd. e Begleiter Ltd. Segundo o dossiê de Pedro Collor, essas empresas são financeiras de PC em Miami e Paris, respectivamente. De acordo com o fax da Fidal Paris & Associés, o dinheiro saiu do banco ANZ Banking Group, de Nova York, passou à conta nº 001131 do ANZ Grindlays Bank de Londres e parou no dia 22 de janeiro deste ano no Banco SCS Alliance de Genebra, na Suíça</p>

sarial de Paulo César Farias. O Guy vive fazendo viagens internacionais para acertar negócios das empresas do Paulo César", disse dona Lúcia ao repórter de VEJA. Segundo a sogra, Guy des Longchamps chegou ao Brasil em 1969 e se estabeleceu em Maceió como professor da Aliança Francesa. Depois foi para o Rio de Janeiro e Brasília, onde trabalhou na Rádio Nacional. Em 1971, casou-se com Tânia, com quem tem três filhos. Em meados dos anos 70, Guy transferiu-se para o Panamá, já como funcionário do BNP, e de lá foi para o México e depois para a França. Dona Lúcia garante que o genro mora no Rio de Janeiro, e não em Paris.

TRIANGULAÇÃO — Por vias transversas, o nome de Guy des Longchamps se liga ao de Gómez-Mena e ao de Paulo Jacinto Nascimento. A procuração de PC para Gómez-Mena transferia o dinheiro da conta do Citibank para o Multi Commercial Bank de Zurique, na Suíça. O Multi Commercial é uma subsidiária do Banque Nationale de Paris, o BNP em que Guy des Longchamps trabalhou durante quinze anos. O mesmo BNP dos dois cheques com que, com a assinatura de Longchamps, a S.C.I. comprou por 2,7 milhões de dólares a D'Almeida-Carneiro. Em 31 de março passado, a consultoria Fidal Paris enviou um fax a Gómez-Mena com vários documentos referentes à constituição da S.C.I. e à compra da D'Almeida-Carneiro. Em suma, o dossiê de Pedro Colôr mostra como o advogado (Paulo Jacinto) de PC Farias

Os pedidos de PC para Zélia

Nos bilhetes, os pleitos do empresário

No atual ministério, o empresário Paulo César Farias só conhece Ângelo Calmon de Sá, do Desenvolvimento Regional. "Não telefono para nenhum ministro, nem para o Ângelo", diz PC. No ministério anterior, ele conhecia quase todos os titulares e vivia de tititi com Zélia Cardoso de Mello, da Economia. Falavam-se com frequência por telefone ou pessoalmente, no ministério e em São Paulo, na casa do empresário Sérgio Nascimento, ex-chefe de gabinete de Zélia. Nesses encontros, PC tinha por hábito fazer anotações. VEJA teve acesso na sexta-feira passada à cópia de dois desses bilhetes de anotações do empresário. Na noite do dia 19 de setembro de 1990, Zélia dançou o bolero com o ex-ministro Bernardo Cabral, para come-

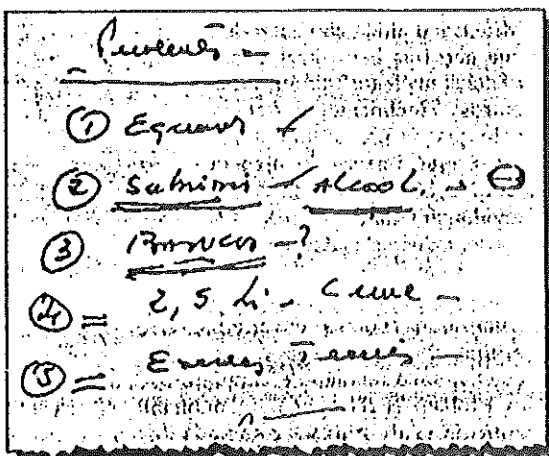
exterior tinham em seus cofres cerca de 350 milhões de dólares das reservas internacionais brasileiras rendendo juros. PC queria que eles não repassassem imediatamente ao Banco Central o pagamento dos juros. O pleito não foi atendido.

Resolução 684 - BNDES - Modiano - Mercedes Benz. Uma resolução do BNDES, a 684, só permitia às prefeituras tomarem financiamento público para comprar ônibus de montadoras brasileiras. PC pedia para que a Mercedes Benz também pudesse vender com financiamento. A autorização foi dada na gestão Marcellio Marques Moreira.

Procurada na noite de sexta-feira passada por Eduardo Oinegue, de VEJA, Zélia confirmou que recebeu PC em seu gabinete no dia 19 de setembro e tratou com ele sobre cada ponto do bilhete. "Ele comentou sobre esses temas comigo, mas não recebi bilhete algum", diz. "Mas não nego que ele possa ter deixado um papel com algum assessor meu." Imediatamente depois de falar com o repórter da revista, Zélia ligou para Maceió para prestar contas ao seu amigo PC.

Em outro bilhete, redigido em outubro de 1990, num encontro com Zélia fora do ministério, PC elencou cinco outros temas. A saber:

"Ecuador". PC queria que o governo liberasse financiamento de 82,5 milhões de dólares para a construtora Norberto Odebrecht tocar uma obra no Ecuador.



Uma mala polêmica

Finalmente, o povo está tendo vez na TV. Na quarta-feira passada, o programa *Você Decide*, da Rede Globo, apresentou uma história na qual um homem entrega a um publicitário desempregado uma mala com 100.000 dólares e lhe pede para mandá-la a um orfanato. Feito o pedido, o homem morre e o publicitário fica na dúvida entre encaminhar o dinheiro

ou embolsá-lo. *Você Decide* é feito para que os telespectadores escolham um final entre dois gravados para a mesma história. Um apresentador consulta os telespectadores e eles telefonam para eleger o final preferido. A ideia é boa e o resultado, revelador. Na semana passada, 39.635 pessoas telefonaram para pedir que o publicitário ficasse com a mala e só 19.604, para que ele entregasse o dinheiro ao orfanato.

A aprovação do gesto imoral acendeu um debate tão quente quanto inútil.

Houve quem visse no resultado da votação popular uma inclinação inata do brasileiro para a desonestidade. Também se tentou associá-lo à onda de denúncias de corrupção. "Essa interpretação é absurda", reagiu o ministro da Economia, Marcellio Marques Moreira. "É galhofa do telespectador." Marcellio foi um dos poucos intelectuais brasileiros, entre os consultados

pelos jornais, que não se derramaram em complexíssimas análises sobre o significado profundo da escolha dos telespectadores. A verdade pode ser mais simples: as pessoas gostam de finais mais provocativos nas histórias de ficção. Além disso, é sempre bom sentir-se um peixe do ator do quadro e embolsar uma mala de dinheiro na imaginação, para cair depois num sono feliz. Sem culpa e sem polícia na porta.

foi informado de uma compra de empresa no exterior; uma compra realizada por um francês (Longchamps) que trabalha com o mesmo PC Farias; uma compra comunicada ao procurador (Gómez-Mena) do mesmíssimo PC Farias na Flórida. PC nega tudo, apesar do depoimento do perito, dos esclarecimentos da sogra de Guy des Longchamps e do teor dos documentos.

VEJA mostrou o capítulo internacional do dossiê de Pedro Collor sobre PC a um ex-presidente do Banco Central e a um especialista em operações financeiras no exterior, baseado em São Paulo. Ambos consideraram o dossiê consistente, na medida em que permite visualizar o funcionamento concatenado de sete empresas no exterior, permitindo a transferência rápida de dinheiro de umas para as outras, de modo a auferir ao máximo os benefícios tributários daquelas situadas em paraísos fiscais. Segundo um dos consultados, a articulação de sete empresas é feita para movimentar um capital da ordem de 50 milhões de dólares. Um ex-presidente do Banco Central pondera que a propriedade de empresas e as transferências financeiras expostas no dossiê não são necessariamente ilegais. Basta que elas constem da declaração de imposto de renda do empresário Paulo Cesar Cavalcante Farias. Se isso não é feito, o sonegador pode ser autuado por sonegação.

Na declaração de renda, teria de ser demonstrada também a origem desse capital que voa pela Europa, Estados Unidos e Caribe. A origem desse dinheiro provavelmente terá de ser ligada ao capítulo dos negócios brasileiros de PC Farias no dossiê — ao capítulo que Pedro Collor acha explosivo ao ponto de

Notas de PC em outubro de 1990

morar seu aniversário, no dia seguinte, mesma data em que nasceu PC. Para cumprimentá-la e ser cumprimentado, PC foi ao Ministério da Economia horas antes da festa e tocou em três pontos. Diz o bilhete redigido por PC nessa reunião:

"Liberar a última parcela das escolas técnicas (1.200)". PC pedia à ministra que repassasse 1,2 bilhão de cruzeiros — na época equivalente a 14,6 milhões de dólares — para o Ministério da Educação. Era a última parcela de um total de 300 milhões de dólares para a construção de escolas técnicas.

"Depósito dos juros nas mesmas instituições". Alguns bancos brasileiros no

"...Alcool". Ele pedia o refinanciamento em até dez anos da dívida de 600 milhões de dólares de usinas de açúcar e álcool com o governo. A dívida foi rolada na gestão de Marcílio.

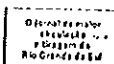
"Bancos-7". Tratava-se de um lembrete sobre o item 2 do bilhete anterior. Não levou novamente.

"2,5 bi - Cemo". O empresário pedia repasse de 2,5 bilhões de cruzeiros na época, equivalente a 22 milhões de dólares, do Ministério da Economia para a Central de Medicamentos do Ministério da Saúde, de onde seu irmão Luiz Romero Farias era secretário executivo.

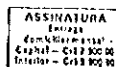
"Escolas técnicas". Mais um lembrete sobre a liberação do dinheiro das escolas técnicas. Zélia liberou o dinheiro.

provocar o impeachment de seu irmão, o presidente Fernando Collor. Ao voltar de sua viagem de coleta de documentos, em março, Pedro Collor procurou seu cunhado, o embaixador Marcos Coimbra, secretário-geral da Presidência, para contar o que tinha em mãos. Coimbra é o mediador dos conflitos entre os irmãos Leopoldo, Fernando e Pedro Collor de Mello. O embaixador disse a Pedro Collor que ele era maior de idade e fizesse o uso que julgasse conveniente dos papéis, por acreditar que eles não prejudicam o presidente.

Na mesma época, Pedro Collor telefonou para PC Farias e o alertou: se mantivesse o plano de lançar a *Tribuna de Alagoas*, divulgaria o dossiê. PC pediu para ver os documentos. Encontraram-se no dia 25 de março, em São Paulo. PC folheou os papéis e riu de Pedro Collor. "Isto aqui não prova nada contra mim", disse-lhe. Mesmo assim, a princípio PC Farias teria concordado com o seguinte acordo: o jornal sairia, mas não com o nome de *Tribuna*, e a gráfica novinha em folha de PC seria revendida às Organizações Amon de Mello, que a arrendaria de volta para PC Farias. Mas PC, que já investiu 1,1 milhão de dólares no jornal, e pretende usá-lo como arma política para eleger seus parentes, voltou atrás e não assinou o acordo. "Vou continuar investigando sua vida", disse Pedro Collor a PC. Continuou. E continua.



CORREIO DO POVO



ANO 87 - N.º 222

FORTALEZA, SÁBADO, 1 DE MAIO DE 1992

ASSINATURA
1992
dcm/maiores
Capital - R\$ 1.000,00
Interior - R\$ 500,00

Ex-presidente general João Baptista de Oliveira Figueiredo: 'Só um milagre salva o Brasil'

Depois de afirmar que os políticos brasileiros só fazem "politicagem" e que "o país vive sob a ditadura do Parlamento", o ex-presidente da República general João Figueiredo advertiu ontem que a sociedade brasileira está se deteriorando. Em entrevista por telefone de quase uma hora ao programa Agora, da Rádio Guaíba, ele disse que a lame da maioria da população gerou a caos social e que não vê perspectivas de saída para o Brasil. A não ser um rompimento muito forte, que abale totalmente as estruturas do país. Falando do Rio, Figueiredo acrescentou: "Um rompimento de qualquer natureza, como todos os países que sofreram traumas intensos com guerras e calamidades, como os Estados Unidos, com a Guerra da Secessão, a Espanha e a Fran-

ça, com suas revoluções, a Alemanha e o Japão, na II Guerra Mundial. Todos eles ressurgiram como potências mundiais".

Na entrevista concedida ao jornalista Amílcar Domingues, o ex-presidente quebrou o silêncio de mais de um ano, fez um relato de inúmeros fatos históricos e declarou que o Brasil vai passar por momentos muito difíceis. "Nós nunca sofremos um trauma grande. Sempre demos um jeito brasileiro de não haver derramamento de sangue e de resolver as coisas. Mas, em compensação, nunca resolvemos os nossos problemas. Sempre tivemos preguiça de ir até o fim. Mas a dor é um grande remédio", afirmou. Conforme o ex-presidente, "não há força humana que impeça o

povo de se levantar contra a fome. O povo aguenta tudo, menos ver seus filhos passarem fome, e aí começa a assaltar. É o que está acontecendo atualmente no país", exemplificou, citando os saques de supermercados no Rio de Janeiro. Para ele, "só um milagre" poderá salvar o Brasil. "É preciso rezar", afirmou.

Figueiredo criticou o presidente Fernando Collor por estar adotando a política que tanto havia condenado, a do "é dando que se recebe", em vez de ter aperfeiçoado o que estava ruim. "O governo não está bem-informado", afirmou. "Se estivesse bem-informado, o presidente não estaria dormindo bem com toda esta situação nacional."

O ex-presidente disse que a explosão social já está ocorrendo no Brasil e não poupou críticas aos políticos, "que em sua maioria só pensam em interesses pessoais, não no Brasil". Figueiredo assinalou que a anistia e o encaminhamento para a abertura democrática talvez tenham sido as únicas coisas boas que fez na Presidência da República. Ele admitiu que houve torturas durante a Revolução de 64, não passando de repressão de tudo o que ocorreu na Revolução de 30, durante a ditadura Getúlio Vargas. Revelou que a transição democrática de seu governo para o do Tancredo Neves foi garantida por ele, pelo então ministro do Exército, Walter Pires, e por mais quatro ou cinco pessoas. "Senão, talvez a Revolução de 64 estaria até hoje no poder."

Isolamento rompido só após muitas tentativas

A entrevista exclusiva concedida ontem pelo general João Baptista Figueiredo à Rádio Gualiba rompeu com o silêncio voluntário de mais de um ano do ex-presidente da República no período 79/85. Falando por telefone de sua casa, no Rio de Janeiro, ao programa Agora, Figueiredo, de 74 anos, falou ao jornalista Amílcar Domingues em entrevista que será retransmitida na íntegra amanhã, no Programa Revista de Domingo, às 19h. Apesar da firmeza das declarações, o ex-presidente demonstrou serenidade e usou de absoluta franqueza nas respostas.

A equipe de produção da Rádio Gualiba esperou quase um ano pela entrevista com o ex-presidente, nascido no Rio de Janeiro e educado no Rio Grande do Sul. As tentativas eram quase diárias. O general resistiu sempre, preferindo continuar com o silêncio imposto por

ele mesmo. Mas a persistência dos produtores da Gualiba foi maior. Na noite de quinta-feira, o jornalista Lúcio Zago da Silva conseguiu conversar com Figueiredo, que estava em sua casa, no Rio. Uma secretária atendeu a ligação e, logo depois, o ex-presidente estava na linha. "Não dou entrevistas", respondeu ele, assim que Zago se identificou. O general justificou a resposta: "Tanto no meu governo como após, quando eu saí, sempre ocorreram algumas distorções (nas entrevistas)".

Figueiredo declarou que, após vários incidentes, já não confia mais nos jornalistas. Entretanto, como o pedido vinha da Rádio Gualiba e do Rio Grande do Sul, ele reconsiderou a resposta. "A Rádio Gualiba sempre foi um veículo de comunicação do qual nunca tive queixas. Todas as minhas entrevistas ali sempre saíram da forma em que eu as concedi". Ao saber que Amílcar Domingues seria seu entrevistador, Figueiredo declarou: "Esse eu conheço; ele é sério". A entrevista foi marcada para o dia seguinte.

CORREIO DO POVO

POLÍTICA

SABADO, 9 de maio de 1992 — 5

'A miséria já está provocando uma revolta social'

EX-PRESIDENTE AFIRMA QUE COLLOR ESTÁ MAL-INFORMADO E REVELA QUE PREVENIU JOÃO GOULART SOBRE GOLPE

Revolta do povo — "O governo federal, hoje, não está bem informado. Ele (presidente Collor) tem alguns elementos que o informam, mas não está bem informado. Ele, em vez de aperfeiçoar o que estava errado com o serviço, acabou com o serviço. Seria a mesma coisa que arrancar os fios e jogar o telefone fora porque o telefone não funciona bem. Deveria ter deixado o serviço funcionando, corrigido o que achasse errado. Mas ele tirou a diva, o sol da sala, para não se incomodar mais. Mas não está bem informado. Se estivesse bem informado, não estaria dormindo bem porque as coisas que acontecem no Brasil são de preocupar. Falei há dois anos do perigo de um fechamento (político), da pobreza social, com o povo se revoltando, as favelas descendo, invadindo supermercados e apartamentos, etc. como houve em Angola."

"Não vejo perspectiva a curto prazo para resolver a crise brasileira. Nas Forças Armadas, lio castigadas nos últimos anos, existe de um lado alguns que se sentem frustrados, outros se sentem revoltados. Quando algum dia — vamos falar o Exército para cuidar dos saques a supermercados, como se fala agora — outros respondem: não quero tirar a nossa missão de manter a lei e a ordem. Então concluiu que agora é hora de o Exército cruzar os braços. E dizem que agora que arranjam alguém que vá impedir os saques a supermercados."

"Os negros foram transformados em escravos e mão-de-obra barata no tempo da escravidão. O negro está

tudo a torra agora. Sofreu durante anos por culpa de nossa sociedade. O que tivemos com o negro e o índio, estamos pagando agora. A revolta do povo se deve mais à pobreza, à afiliação das classes menos favorecidas de adquirir o necessário para não morrer de fome."

O caso social — "E esta revolta já está acontecendo. No Rio de Janeiro, foram 23 supermercados saqueados nesta semana, se tornando aldrabaria corriqueira, como os seqüestros. Já imaginou uma fila de rocinhas, com 350 mil pessoas? Se 10% descenderem, são 35 mil descendo do céu da Zona Sul, não há Exército brasileiro que segure nem a polícia. Não há ninguém que segure 100 indivíduos, comandados por um líder. É a explosão social, o povo não está satisfeito. Talvez algum espião esteja dando o primeiro grito (de ataques a supermercados). O povo está alheio à política. Numa enquete aqui no Rio de Janeiro, a pesquisa mostrou que 70% dizem que a fome e a barriga são mais importantes que a democracia. Não há uma consciência para ver o que ocorre com a sociedade. A sociedade está se deteriorando. Isto se reflete até nos valores morais. Esta deterioração da sociedade se vê nas televisões, comparando com a TV de antigamente. É de esquecer um bordel. A imoralidade é alta, comum. Coisa chique é mulher dizer palavrão. Na igreja antigamente havia os católicos e os não católicos. Hoje há poucos católicos e uma série de seitas malucas, inventadas por exploradores — mais de 10% no Rio de Janeiro. O povo está em busca de salvação."

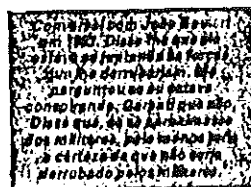
Volta do ENI — "Quando houve a revolução de 64, me obrigaram a ir para a secretaria do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Eu não queria ir. Lá, a gente era obrigado a entrar nestas reuniões políticas. Foi chegar o serviço de informações do CSN. Poucos sabem que o ENI nasceu do serviço federal de informações e contra-informações da secretaria do Conselho Nacional de Informações. Criaram o ENI e me colocaram de chefe da agência central e depois chefe do ENI. O ambiente do ENI foi criado por Getúlio Vargas em 37 e se chamava Serviço Federal de Informação e contra-informação. Os mesmos nomes que o ENI. Com uma diferença: Em 37, eram amadores, mas no ENI havia oficiais que fizeram cursos nos serviços de inteligência dos Estados Unidos, Alemanha, dos judeus etc. Um governo sempre precisa de informações, ali para uma pessoa se casar precisa de informações. Há uma dificuldade de se conseguir informações corretas e montei isto enviando mensagens falsas pela rede de informações do ENI. Depois, recebia a minha informação, em outras palavras, dos órgãos de informação e se transformava aquilo que me de bobeira em informação. A imprensa também muitas vezes publica mentiras e nos sistemas de informações isto também ocorria."

Getúlio Vargas e 64 — "A democracia brasileira teve vários momentos de intervenção militar, uma excepcionalidade dentro da Constituição. Eles (políticos) se queiram de facilidade de os governos militares mudarem a Constituição. Mas o Getúlio, em 37, deu uma penada e criou a Polí-

técnica da Constituição. Foi uma coisa bárbara. Meu pai ficou preso sem acusação por seis meses. A Polí- ca era violenta. Depois de 30, o Getúlio nos ensinou tudo o que agora dizem que a revolução fez, e fez mesmo: A eleição indireta, os chamados bônus, deputados classistas, a ditadura por si simples de 30 a 64, o fechamento do Congresso, a criação do Colégio Eleitoral. A revolução de 64 fez muitas coisas que o Getúlio ensinou."

"A revolução de 64 foi uma consequência de 61 (renúncia do presidente Jânio Quadros). Se não houvesse o gesto desatinado do Jânio, com sua renúncia, nada disso teria acontecido. As forças armadas em 64 não estavam dispostas a derrubar o João Goulart."

Conversas com João Goulart — "Conversei três vezes com o presidente João Goulart, por três horas. Foi chamado por ele em abril de 1963 quando era tenente-coronel instrutor da escola de Estado-Maior. Conversamos três horas e cheguei à conclusão



de que era um bom homem, mas alheio aos assuntos de administração, não estava preparado para aquilo, não sabia nada de nada. Disse a ele que estava se juntando às forças (de esquerda) que iam lhe derrubar. Me perguntou se eu estava conspirando, garanti que não. Disse que, se ele se aproximasse dos militares, pelo menos teria certeza de que não iria ser derrubado pelos militares. Mas vierei que seria derrubado com a continuidade da política de aproximação das esquerdas e com a CGT mandando no Palácio do Planalto. Meses depois, ele mandou me chamar, fez uma série de promessas, anunciou que muito em breve haveria mudanças de nomes no seu governo. Fiz um relatório desta conversa ao ministro do Exército, aguardei e não aconteceu nada. João Goulart me chamou pela terceira vez em setembro de 61 e mandei avisar que não poderia conversar com ele porque naquela época (setembro) eu já estava conspirando contra ele, já estava do outro lado. Depois, me convidou para um cargo alto e não aceitei."

'Castelo fez o golpe contrariado'

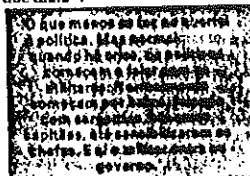
Passagem do poder aos civis — "Não ia ficar um segundo a mais que as 12h do dia 15 de março de 1965. Para convencer os militares de que deveria entregar o poder pacificamente aos civis — e eu estava decidido a entregar a quem quer que fosse, desde que legitimamente — foi muito difícil. Esta foi uma grande vitória minha. Minha e de alguns companheiros que me ajudaram, entre os quais cito o general Walter Pires (ministro exército da época). Não fôssemos nós, e mais uns quatro, cinco companheiros, e a

revolução estaria até hoje aí, talvez. Ou este país estaria na desgraça."

Anistia, democratização e lei — "A anistia e a redemocratização política do país foram, talvez, as únicas coisas boas que fiz. Além das convicções que tinha desde menino, em Alegrete (RS), vendo meu pai sofrer uma série de injunções por ser amigo dos Revolucionários de 30. Meu pai morava na casa do doutor Oswaldo Aranha. Fez amizade com Borges de Medeiros, Assis Brasil e foi convidado insistentemente

para fazer parte da Revolução de 30, mas não aceitou por causa de sua formação. Achava que soldado não podia se revoltar contra a lei. Soldado deve cumprir a lei, e não tem culpa se a lei é má ou não. Cabe aos legisladores mudar a lei. Se todos fôssemos nos revoltar contra o que está escrito, o mundo seria uma balbúrdia, não haveria ordem. Muitas leis criadas foram erradas, houve barbaridades em leis, inclusive feitas por papas. Meu pai sofreu aquela decepção com a Revolução de 30 e viu todos seus amigos acompa-

nhando a Revolução de 30. Depois, aqueles que não aderiram, resolveram aderir como se nada tivesse acontecido. Ele se rebelou, disse não à revolução. Perdeu tudo, mas não perdeu a dignidade que tinha."



Forças armadas — "As Forças Armadas do Brasil sempre estiveram alheias à política. Basta viver, como eu, por mais de 40 anos dentro dos quartéis, e se veria que o que menos se faz nos quartéis é política. O militar é voltado para suas atividades profissionais, mas normalmente, quando há crise política no país e a imprensa bate na tecla das razões da crise e clama por modificações, os políticos começam a falar com os militares. Quando batem as portas dos quartéis, aí é que é perigoso. Normalmente

começam por baixo, falando com sargentos, tenentes, capitães até sensibilizarem os chefes. E aí o militar entra (no governo). O Chile nunca teve uma revolta militar na sua vida e foi obrigado a fazer uma revolução e deu no que deu. O militar depois de estar lá dentro (do governo) sempre devolveu o poder ao civil. Errou em 64 ao não fazê-lo. Deveria ter entregue. Mas se ficou, como ficou, deveria ter ido mais a fundo para modificar nossas estruturas e melhorar. Melhorou em certas coisas, a revolução trouxe muitos benefícios ao país, mas houve também muitas distorções. Posso garantir que a maioria dos que participaram da Revolução de 64 não estava de acordo com as distorções. Por sua formação, fizeram aquilo (a revolução) obrigados. Fizeram insinuações pelo povo, mas doeu muito. Não sei porque o general Castelo Branco não devolveu o poder aos civis após 64. Ele sempre foi legalista, sempre foi contra intervenção do exército. Entrou na Revolução de 64 pressionado pelos camaradas. A prova é que quis devolver e depois aceitou a prorrogação do mandato, o que para nós foi uma barbaridade, não devia ter feito. Obrigaram o pobre do general a aceitar. Eu jamais aceitaria a prorrogação do meu mandato por um segundo a mais. E até hoje há quem diga, e publico, que eu estava melado num golpe para prorrogar meu mandato".

"Hoje as forças armadas estão mal, sofrendo muito com as restrições pessoais para cada família e a redução dos orçamentos. Não

têm dinheiro para instrução, não têm dinheiro para gasolina, sequer para se locomoverem. Oitentista oficiais abandonaram a aeronáutica, depois do alto custo para a nação para se formarem, para se tornarem pilotos civis. É um desastre".

Vida como militar — "O melhor tempo que vivi foi aí no Rio Grande do Sul. Conheci o Rio Grande em 1929, quando meu pai foi comandar a 2.ª Unidade de Cavalaria em Alegrete. Tinha sete anos. Em Alegrete, fui aluno do mel pai estudando em cada e, muito travesso, fui para escola dos maristas em Uruguaiana. Depois, voltei para Alegrete e tive aulas particulares com a professora Zulmira para me preparar para o Colégio Militar de Porto Alegre. Ela me educou, dobrou minha peraltice e, junto com meu pai e minha mãe, me ensinou o gosto pelos estudos. Fiz muitos boas amizades no Colégio Militar em Porto Alegre em 29. Mas na Revolução de 30, meu pai era contra, foi preso para o Rio de Janeiro e fui obrigado a me transferir para esse Estado. Não me esqueço de Alegrete. Meu sonho dourado sempre foi servir como militar em Alegrete, mas nunca consegui. Na minha carreira militar servi aí no Sul, em Uruguaiana, São Gabriel, onde deixei muitas amizades. E, como general, servi como chefe do Estado Maior do III Exército em 1948, em Porto Alegre. Aí me tiraram do exército, quando acabou minha felicidade. Quando sai do exército para entrar na política, acabou minha felicidade, acabou tudo".

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Almir Gabriel — Amazonino Mendes — Áureo Mello — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — Eduardo Suplicy — Enéas Faria — Hydekell Freitas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Josaphat Marinho — José Fogaça — José Richa — José Sarney — Lourenberg Nunes Rocha — Maurício Corrêa — Nelson Wedekin — Pedro Simon — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 24, DE 1992

Nos termos do art. 175, alínea d, do Regimento Interno, requero inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 1 seja submetida ao Plenário em último lugar.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1992. — Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Aprovado o requerimento, será feita a inversão solicitada.
Item 2:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, II, d, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1992 (nº 32/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Claro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora na Cidade de Iporá, Estado de Goiás, tendo,

Parecer Favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador João Rocha.

A discussão da matéria foi encerrada na última sessão ordinária.

Passa-se à votação do projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1992

(Nº 32/91, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Rio Claro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na Cidade de Iporá, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato constante do Decreto nº 99.132, de 9 de março de 1990, que renova por dez anos a concessão outorgada à Rádio Rio Claro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Iporá, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 15, de 1992, de iniciativa da Comissão Diretora, que dispõe sobre a representação do Congresso Nacional na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

A discussão da matéria foi encerrada na última sessão ordinária.

Passa-se à votação do projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 15, DE 1992

Dispõe sobre a representação do Congresso Nacional na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Nos termos do Regulamento da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, constante do Anexo desta

Resolução, é fixado em dezesseis o número de representantes do Congresso Nacional na Comissão, sendo oito deputados e oito senadores, designados na forma prevista nos regimentos de cada Casa, ao início da primeira e da terceira sessão legislativa ordinária de cada Legislatura.

Parágrafo único. É de dois anos o mandato dos representantes brasileiros na Comissão.

Art. 2º A estrutura administrativa da Comissão será definida em resolução própria.

Art. 3º O mandato da primeira representação do Congresso Nacional junto à Comissão findar-se-á com a presente Legislatura.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 4:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 17, de 1992, de autoria da Senadora Marluce Pinto, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 243, de 1991, de sua autoria, que altera dispositivos da Lei nº 5.682, de 21 de junho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

O Sr. Maurício Corrêa — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente,

ultimamente a Senadora Marluce Pinto tem feito esses requerimentos, que, evidentemente estão estritamente dentro do que consagra o Regimento Interno do Senado. Agora, se todos nós, Senadores, formos utilizar desse expediente, traremos ao plenário todos os projetos em andamento nas comissões e cujos prazos já venceram. Votarei favoravelmente a este requerimento, mas deixo aqui este alerta: Também eu trarei todos os meus projetos para serem votados no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei do Senado nº 243/91 será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 5:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 75, de 1992, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, dos editoriais publicados nos Jornais Zero Hora e Folha de S. Paulo, intitulados "Prostituição de Meninas" e "Crianças Escravizadas".

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada:

ZERO HORA

GERAL

Quarta-feira, 18 de dezembro de 1991/45

I
PARTE

MENINAS PROSTITUTAS

VENDIDAS COMO MERCADORIA



Envelhecidas aos 25 anos, doentes, espancadas e obrigadas a trabalhar nas ruas, quase sempre para gigolôs, elas são uma face cruel da sociedade. Foi neste mundo que nossos repórteres Nilson Mariano e Carlos Wagner entraram. A partir de hoje, você vai saber como é fácil comprar mulheres, muitas ainda crianças, no interior

O sonho de brincar com bonecas desmoronou: uma legião de meninas pobres está sendo consumida pela prostituição no Rio Grande do Sul. Paridas pela miséria, elas foram arrancadas das suas famílias e jogadas nas boates, bordéis e quadras de "suadouro", onde se prostituem sob ameaça de morte. Muitas são espancadas e várias desapareceram sem deixar vestígios.

O pior é que essas meninas se tornaram simples mercadorias. Existem gangues que estão traficando pequenas prostitutas no sul do País, numa rota que começa em Pato Branco, no Paraná, e termina em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Perigosos, armados e auxiliados por alguns policiais civis, esses grupos estabeleceram cinco rotas de tráfico, que formaram verdadeiros impérios de prostituição. O maior deles funciona em pleno centro de Porto Alegre.

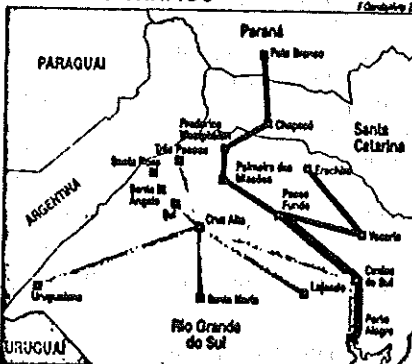
Não há estatísticas, mas as entidades gaúchas que trabalham com meninos e meninas de rua calculam mais de 60 mil pequenas prostitutas apenas nas quadras. Haveria um número ainda maior nas boates, hotéis e vilas. Isso transforma o Rio Grande do Sul num dos estados onde as meninas mais são exploradas. No Brasil todo, as estimativas de várias entidades apontam para 2 milhões de garotas se prostituindo.

Quadrilhas abastecem as grandes cidades

De forma clandestina e com a desmoralização de uma operação militar, as rotas de tráfico de meninas prostitutas estão abastecendo os prostíbulos, boates e calçadas das grandes cidades gaúchas. Essas rotas foram solidificadas nos últimos 15 anos, quando surgiram grupos organizados de exploração de garotas no Rio Grande do Sul. O principal centro consumidor é o eixo Porto Alegre — Caxias do Sul, que concentra 85% da indústria e as maiores fortunas.

De uma certa maneira, essas rotas seguem a lógica das correntes migratórias que vêm das regiões pobres para as ricas. Das cinco rotas mais ativas, a principal é a

ROTAS DO TRÁFICO



Rota Chapecó

Começa em Pato Branco (PR), passa em Chapecó. De Chapecó ela ramifica-se para Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, Passo Fundo e o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul.

Rota Missões

Inicia em Santa Rosa, Santo Ângelo, sul. Em Ijuí encontra-se com ramificação vinda de Três Passos. Das duas seguem juntas até Cruz Alta. Lá há uma ramificação para Lajeado, Santa Maria, Uruguaiana e o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul.

Rota Alto Uruguai

Começa em Erechim e ramifica-se para Vacaria, Passo Fundo e o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul.

do.

DOE AIDS — Os dados da Fundação Estadual de Bem-estar do Menor (Febem) dão uma amostra do genocídio das crianças

gaúchas. A infecção sexual ocorre já aos oito anos de idade. Quase sempre, os culpados são os companheiros das mães. A prostituição começa aos dez anos. Com a idade de 16 anos, elas já

estão precocemente maduras ou irreversivelmente perdidas — das 60 internas da Febem, uma possui o vírus da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS). Muitas que estão na Febem vieram de outros municípios e de Santa Catarina, o que demonstra as conexões do tráfico. Amestrada aos tapas, obrigada a render muito dinheiro e envelhecida antes dos 25 anos, a menina dificilmente escapa do gigolô. A lei dos mercadores de pessoas é clara: quem fala, morre. Nos últimos dois meses, teriam desaparecido 43 garotas prostitutas no Estado. Algumas, porque falaram demais. Outras, porque tentaram voltar para casa.

A partir de hoje, Zero Hora publica uma série de reportagens sobre o tráfico e prostituição de meninas no sul do Brasil. Serão mostrados: o livre comércio de meninas (com pouco mais de R\$ 200 mil, poderiam ter sido compradas 33 prostitutas durante esta reportagem), as rotas de tráfico, o império do maior gigolô e a secreta conexão Porto Alegre — Chapecó. Os repórteres Carlos Wagner e Nilson Mariano conferiram mais de 30 denúncias, percorreram 5.500 quilômetros, estiveram em 45 cidades e 15 comunidades rurais. Em alguns trechos, há o testemunho pessoal do repórter, para evitar a identificação de fontes e proteger as meninas.

começa nas regiões de Santa Rosa e Santo Ângelo. A rota é enfiada em Ijuí, que inchou com os migrantes da região de Três Passos e arredores. Em Cruz Alta, a rota missionária tem uma espécie de posto de comercialização de garotas. A "missionária" fornece para Santa Maria, alguns municípios da Fronteira Oeste e, principalmente, Porto Alegre — Caxias do Sul.

Os municípios das Missões já foram ricos. A ascensão dessa rota é um sinal de decadência econômica. A terceira rota é a do Alto Uruguai, que começa em Erechim, centro de uns 30 municípios menores. Na década de 70, essa era a

principal rota de tráfico e distribua garotas para Chapecó. Atualmente, fornece para as regiões de Vacaria, Vale do Taquari e Porto Alegre — Caxias do Sul. A quarta rota é a da região Centro, passando por Cachoeira do Sul. A última é a da Fronteira Sul, conhecida como a "romântica", porque levava mulheres a Pelotas e Rio Grande, onde existia o famoso cabaré Mangache. Mas esses tempos se foram. Hoje, tudo é comércio. As poucas meninas que essa rota fornece vão para Porto Alegre — Caxias do Sul.

Quarta-feira, 18 de dezembro de 1991

GERAL

ZERO HORA

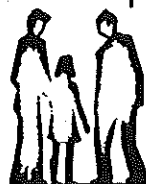
Num casebre, ao acaso, conversel com um biscateiro. Ele tem 12 filhos. Perguntel se podia levar a garotinha M., de 13 anos. Ele disse que era só deixar o endereço



Fechado: Glei, uma das aliciadoras, recebe Cr\$ 25 mil adiantados do repórter



Em família: uma negociada é S.L., 18 anos, irmã de Simone (na mesa)



UM MERCADO SEM LIMITES

CARLOS WAGNER

Edição Local 11

Algumas mães mandam as filhas "pegar camelinho na faixa", o que significa prostituir-se com os camelinheiros. A garotinha J., sete anos, começou na prostituição há poucos meses. Ela fala como gente adulta

Aliciadoras para a prostituição tornaram-se um bom negócio no interior do Rio Grande do Sul. Em todos os cantos do território gaúcho, há pessoas que por meio de troca de favores aliciam garotas. Em cidades maiores, como Passo Fundo, o comprador pode sentir-se confortavelmente e escolher uma das garotas que estão dançando à sua frente. Imediatamente ela será colocada ao seu lado, ou entregue em outra cidade. É à vontade do freguês. Nas colônias e nas vilas miseráveis, a ignorância dos pais e a falta de dinheiro transformam as garotas em presas fáceis para insensíveis mercadores de pessoas.

Até pouco tempo, o aliciamento de meninas para a prostituição no interior era muito disfarçado. Hoje é descarado. Os aliciadores chegam a colocar anúncios nas emissoras de rádio. "Quanto mais mistério existir, mais será fácil conseguir garotas para a viração", explicou um ex-aliciador de mulheres para os cabarets de Porto Alegre, que agiu na década de 60. Ele está certo.

Em Soledade, desapareceram em média quatro delas por semana. Lá existe a Vila Primavera, um amontoado de casinhas onde residem 110 famílias de ex-camponeses transformados em operários da indústria de pedras preciosas. Há poucos meses, desapareceram duas garotas. Foram encontradas depoladas. Na semana passada, duas meninas de 13 anos,



Exploradas: quase sempre, as menores acabam nas ruas das grandes cidades

E.O. e J.P.S., desapareceram. "Ficam botando coisas ruins na cabeça da menina e ela some", lamentou-se uma das mães.

As autoridades de Soledade não sabem onde elas estão. Mas têm uma ideia: Passo Fundo, o centro econômico do Planalto Médio. Lá, existem em torno de 300 garotas prostitutas nas ruas. É um contingente enorme nas boates.

Passo Fundo já foi um centro de exploração. Seis meninas da cidade foram encontradas na Boate Cambalacho, em Nova Prata, de propriedade de um tal de Vando. Há um depoimento escrito de E.C.P., que

conta tudo em detalhes. Inclusive diz que a polícia de Nova Prata sabia da história toda.

NICE — A Justiça deverá decidir esta questão. Hoje, em Passo Fundo, nos pontos de prostituição, as garotas falam que Janice Pinho, a Nice, é quem suprê as boates de garotas. Na tarde de 29 de novembro, esteve na casa dela, na Rua Casro Alves 136, apartamento 4. Falei que estava abrindo uma boate em Porto Alegre e precisava de garotas até 16 anos. Ela disse que havia conseguido meninas para uma boate na cidade de Sertão. Marcamos encontro na ma-

drugada do dia 30, na Boate Cockney Nightclub. Nessa boate, ela convenceu com três garotas. Depois, mostrou as meninas dançando, garantindo que elas topavam. Não quis dar os nomes, argumentando que são trocadas todos os dias.

Uma das garotas confirmou o interesse em me acompanhar. Nice ganhou Cr\$ 13.000,00 por seu serviço e ficou de ser avisada, uma semana antes, da data para enviar as garotas a Porto Alegre. Nice é um peixe pequeno entre os aliciadores do Planalto Médio.

A Cockney tem um ambiente descontrolado. Naquela madrugada, havia mais de oito pequenas prostitutas que aparentavam ter menos de 17 anos trabalhando. Uma delas, a Sita, inicial do nome fantasia foi mudada, afirmou ter 16 anos, o que foi confirmado por Nice. S. contou que ganha do dono da boate, conhecido como Fernando, Cr\$ 30 mil por semana para fazer strip-tease. Mora em uma casa mantida por Fernando, na Rua Goiás, esquina Santa Catarina, número 8, com mais sete meninas. Na Cockney, as fregueses escolhem a garota com quem querem beber. Uma mulher de meia idade, loira, que disse chamar-se Maria, manda a menina para a mesa do freguês. Mas não é preciso ir tão longe: em Montenegro, uma das meninas oferecidas pela aliciadora Glei Simone Lopes (matéria na página 48) foi sua própria irmã, S.L., de 16 anos. Simone recebeu Cr\$ 25 mil adiantados e ganharia mais Cr\$ 100 mil na entrega.

S • ZERO HORA

GERAL

Quarta-feira, 18 de dezembro de 1991/47

A prostituição chega às comunidades rurais

No roça, os pais ainda ameaçam levar a boca com sabão da criança que prostituir a filha. Mas logo este costume vai cair de moda. A prostituição já começa a virar assunto nas pequenas comunidades rurais. Alguns casos de meninas que foram alçadas e começaram a aparecer pelas colônias começaram a aparecer pelas colônias. Muitas delas voltam com filhos ou grávidas. Elas vêm de famílias grandes, de colônias com pouca terra.

A Vila Nova é uma dessas comunidades que começa a sentir os efeitos da falta de controle das autoridades no tráfico de meninas. Esta comunidade fica no interior de Erval Grande, um pequeno município no interior do Rio Grande do Sul. Há 15 anos, a comunidade toda se juntava e fazia festa nos casamentos. Lembrou uma das herdeiras do lugar, o nome foi omitido a seu pedido. Isto acabou, e o empobrecimento da roça levou os meninos a migrar para São Paulo e as meninas a atender os pedidos de empregadas domésticas. Há 15 famílias no lugar. Pelo menos de 10 tiveram problemas com as filhas. Em uma casa de madeira, perdida no meio das mor-

ros, Lurdes Reis, 40 anos, 12 filhos, vive de maneira precária. Duas de suas filhas trabalham fora. Uma delas causa preocupação. É a S.R., de 16 anos. Ela veio para Porto Alegre.

"Faz sete meses que não tenho notícias", comentou Lurdes, mantendo uma das últimas cartas da filha. Neste carta, S.R. diz o seguinte: "... estou com saudades do F. meu namorado. Comecei a trabalhar em uma loja de um homem separado da mulher em Porto Alegre... estou com saudades...". Ela mandou uma foto com a observação de que veio para a Capital pagando 30 quilos e agora está com 49.

VIOLÊNCIA — S.R. veio para Porto Alegre porque os pais são pobres. O seu destino não é difícil de imaginar. A regra é que as filhas mais pobres são tratadas na roça também favorece a ação dos aliciadores. Em Palmeira das Missões, a menina prostituta G., 15 anos, disse que saiu da sua casa, em Monais, atendendo a um anúncio de rádio para trabalhar numa casa de família, em Passo Fundo. Era tudo mentira. Acabou na prostituição e renegada pela família.

"Sai de casa porque queria usar botom e o pai não deixava", explicou, mostrando-se revoltada.

"A menina da roça também tem sonhos", disse a garota V., 15 anos, da colônia Boa Esperança, no interior de Vicente Dutra. V. e mais três colegas estão se preparando para fugir de casa. Acreditam que conseguirão emprego fácil na cidade. A mãe concordou. Mas o pai não quer nem ouvir falar na história. Segundo um comerciante da colônia, todos os meses várias garotas saem da comunidade para tentar a sorte na cidade. Foi apresentado a V. por uma vizinha Faki, que estava interessado em levar a Porto Alegre garotas para trabalhar num bar. Os seus olhos brilharam. Os seus pais têm um nível de vida razoável para o lugar. Mas ela não vê futuro em lidar na roça. É ela que quer ter vestidos bonitos, quantos anos das novelas da televisão. Contou que há alguns dias veio na colônia uma colega que tinha sido como empregada doméstica, conseguiu formar-se na escola e hoje trabalha em um banco. Ela também quer isto. Terminou o assunto dizendo que na verdade precisava de alguém com mais idade para o serviço.



Yveta: Lurdes R. a cerca da filha menor que não vê há sete meses

"Temos que pagar para não levar surra dos bandidos"

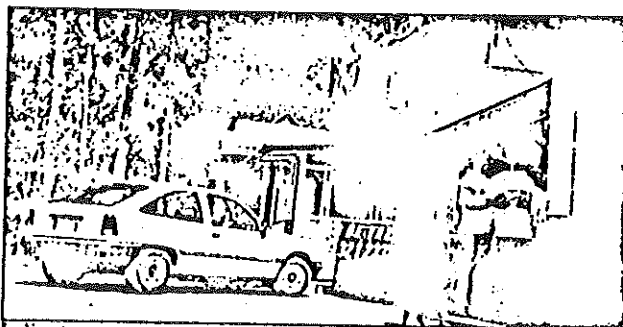
O aliciamento de meninas também prospera em Passo Fundo. L., 17 anos, estava caminhando na noite de 29 de novembro, à procura de clientes. Foi iniciado na prostituição profissional aos 15 anos, por uma cafeteira conhecida como Maria, uma mulher de estatura baixa, com ar de "sapato". L. sonha viver em Porto Alegre. Sorriente, diz que a Maria prometeu arrumar uma noite para ele trabalhar na Capital. Por muito tempo, as cafeteiras de Passo Fundo eram livres para qualquer menina prostituta trabalhar. Hoje, já começa a aparecer um esquema profissional de exploração dos pontos de prostituição. "Temos que pagar para não apenar dos bandidos", denunciou a menina F.

Em Errechim 170 quilômetros ao norte de Passo Fundo, o aliciamento de meninas é organizado. Fivreda de minifúndios, esta cidade é uma centro exportador de meninas prostitutas. E o lugar onde são fechados negócios de compra de garotas vindas do Paraná, Santa Catarina e até de Goiás.

O lugar de maior comércio de meninas prostitutas é na BR 153, que vai de Errechim à cidade catenense de Concedida. Há centenas de vilas pobres. Num cavalo, ao acaso, com veloz com o boteiro Rodolfo Alvo, o nome foi trocado. Ele tem 12

filhos. Perguntei se podia levar a Porto Alegre a garotinha M., de 13 anos, para trabalhar em um bar. Sem hesitação, ele disse que era só para eu desviar o endereço. A garota adorou a idéia. Alguns meses mandei as filhas "pegar caminho na faixa", o que significa prostituir-se com os caminhoneiros. A garotinha J., sete anos, começou na prostituição há poucos meses. Ela fala como gente adulta. Segundo entidades que lidam com garotas prostitutas, o número de abortos entre as meninas com chás caseiros nesta cidade soma mais de 300 por semestre.

PROFISSIONAL — Errechim é uma espécie de grande Nazar de meninas prostitutas. Foi suprido pela abundância das garotas que chegam diariamente da roça e das que passam por ali vindas de Santa Catarina para meio Porto Alegre — Casavos do Sul. No ponto de táxi do quilômetro 49, da BR 153, perguntei à queima roupa ao motorista Vicari, um italiano alto e forte, onde podia conseguir três meninas de 16 anos para um boate em Porto Alegre. Ele caminhou meio duro de péssimo e fez uma ligação a cobrar para uma tal de Tânia, em Concedida. Perguntei pelas três meninas que estavam lá. Foi informado de que elas tinham vindo do para Chico. ER virou-se para mim e disse: "Que pena, perdidas estas."



Errechim: Vicari, o sapato, abraça o repórter e oferece meninas a Cr\$ 2 mil

Has consigo outros". Conversamos e dei a ele Cr\$ 2 mil.

Ficou combinado que eu telefonaria para Vicari (054 — 321.2338) e dentro de uma semana ele conseguiria cinco meninas com, no máximo, 16 anos. Logo que se haveria problema de documentação. "Damos um jeito", disse, sem maiores explicações. Na manhã da segunda seguinte, voltei ao ponto de táxi e chamei o Vicari pelo rádio. Enquanto aguardava, encontrei a garota Raquel, acompanhada de um rapaz armado, alto, negro e magro. Os dois tinham a menina prostituta N. Raquel estava procurando colocação para a menina em uma boate paulista. Tinham chegado de Goiás de carro, há pouco tempo. E curavam o porre comendo na boate. Falei que poderia ter interesse no negócio. Tudo dependia do preço. Ela pediu bonificação e falou ao ouvido da menina. A chegada de Vica-

ri interrompeu a nossa conversa. Disse para ela que o Vicari era o meu contato ali. Qualquer coisa era para deixar recado com ele. Vicari olhou para Raquel e disse que era "gente boa".

MISSIONEIRAS — Antigamente, muitas dessas meninas de Errechim eram levadas para Cruz Alta — um importante centro econômico, nos tempos dos trens — e lá acabavam. Mas ficou a fama. Hoje, os donos de boates ainda têm muita dificuldade de encontrar meninas. Há mulheres para a prostituição. Os aliciadores locais estão buscando mulheres em Ijuí, Santa Rosa e Santo Ângelo. "A gente sempre recebe pedido de meninas de Cruz Alta. De lá, elas vão para Porto Alegre", informou Maria, uma aliciadora de Santo Ângelo. A falência das pequenas propriedades nas cidades vizin-

has a Cruz Alta vem aumentando a oferta de meninas nos últimos anos. À noite, é possível encontrar essas garotas nas ruas principais da cidade.

Isto tem facilitado o trabalho dos aliciadores. Na tarde de 3 de dezembro, cheguei no ponto de táxi perto do "calçadão" e perguntei como podia conseguir quatro garotas de 16 anos para uma boate de Porto Alegre. Foi informado de que deveria voltar à noite, para conversar com o motorista Tuco. Ele observou que já tinha feito esse serviço antes. Não disse onde conseguiria as garotas, mas garantiu que entregaria e que tudo custaria Cr\$ 200 mil. Comentei que o preço era justo. Ficou combinado que eu ligaria com uma semana de antecedência para ele conseguir as meninas. Formeeu o telefone 0553 327.1710, que pertence ao ponto de táxi.

Quarta-feira, 11 de dezembro de 1991

GERAL

ZERO HORA

Encontro marcado com a aliciadora

Não conseguia tirar os olhos do relógio. Fiam pouco mais de 10h. Não daquele enredo do bado de novembro. O certo era a uma velocidade discreta pela Ponte do Rio Guaíba rumo à cidadezinha de Arroio dos Ratos, a pouco mais de 50 quilômetros ao norte de Porto Alegre. Passava a mão pelo rosto notando na barba, sinal de que estava muito inquieto. Na cabeça repassava todos os detalhes. Estava todo a Arroio dos Ratos para fazer os contatos iniciais de uma operação de compra de meninas prostitutas. Um negócio muito perigoso, dominado por gente berraçada.

Noite duas depois eu estava sentado num restaurante em Montenegro, comprando quatro meninas prostitutas da aliciadora Gileta Simone Lopes. O caminho que me levou a Simone foi curto. Comecei em uma mesa encardida de um bar no Mercado Público de Porto Alegre, onde a menina prostituta L. contou que os garotos das garotas que trabalhavam catando lixo na fuma das Flores se levavam para trabalhar nos fins de semana, em Arroio dos Ratos.

Lá, através de um motorista de táxi, conheci o Machado, um homem baixo e atarracado que adora falar de uma pistola automática e das brigas de que participou. Quando falei que estava montando uma boate na Capital e que precisava de meninas de até 16 anos para trabalhar, ele apontou Simone como a mulher que poderia ajudar a conseguir "o material". Conversei com ela em São Jerônimo, vigiando o perito por um gôlo.

No final dessa conversa, marcamos o encontro de Montenegro. Seria na quinta-feira, 20 de novembro, às 10h, na sua casa, um chalé azul de portas vermelhas, na Rua Padre Rímbo 738. Até o encontro, passei duas noites. Muita coisa poderia dar errado. Eu tinha pintado a imagem de um homem sem problemas com dinheiro. Poderia estar sendo levado a uma cilada.

BARANTAS — O encontro com Simone não começou bem. Ela evocou deus e mandou uma das irmãs dizer que não estava. Dei a entender que



Simone, a aliciadora de muitas das meninas que começa com uma simples oferta de emprego

estava limitado e que desconfiava que havia chegado alguém antes de mim e fechado negócio. Ela havia falado dessa possibilidade em São Jerônimo. Voltei depois de uma hora e fui informado de que Simone estava na Estação Rodoviária à minha espera. Nos cumprimentamos efusivamente e não falamos do incidente da manhã. No caminho para o restaurante, ela apresentou a menina prostituta A., de 14 anos, que se apressou em dizer que faria o que a Simone pedisse. Aquilo foi o seu cartão de apresentação. Era hora de negociar.

Ela apresentou duas propostas. A primeira era levar as garotas para morar em Porto Alegre. Nessa caso, eu precisaria dar mordida a mordida de dinheiro para os pais, evitando com isso que elas fizessem muitas perguntas. A outra era pagar as garotas nos fins de

semana e devolvê-las na segunda-feira. Este segundo esquema é o mais usado atualmente pelas boates, porque é mais barato e diminui o risco de serem pegos pelo Juizado da Infância e Adolescência. Optei pela segunda. Disse que a minha boate abriria em fevereiro. Combinamos que eu pagaria Cr\$ 25 mil na apresentação das garotas e mais Cr\$ 100 mil quando fosse buscar. Os garotos das meninas seriam acertados com elas. Mas Simone queria algumas garantias. Há tempo tinha conseguido umas meninas para a boate do Paulo em Osório. Rompeu relações quando descobriu que ele evitava que elas soubessem, inventando dívidas impagáveis.

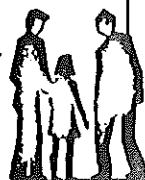
ACERTOS — Simone retirou as meninas da boate do Paulo na marra. Fez a mesma coisa com um outro

dono de boate em Montenegro, que multava as meninas que apareciam com marcas de chicote na pele depois de um programa. Lembra que uma aluna fora conhecida como Jussara perdeu a credibilidade entre as meninas porque fogueira uma a tirou com oito honores. Salvo da estudante e fomos para a casa dos seus pais em Benedito da Mata, no interior de Montenegro.

La apresentei a sua irmã S.L., de 15 anos. Segundo Simone, esta sua irmã fazia strip-tease na boate Aquilino, em Novo Hamburgo. Atualmente ela integra um grupo de meninas que trabalha com Gisele, uma mulher de São Leopoldo que montou uma boate de fim de semana para congressistas no interior de Montenegro. Fui recebido com frieza por S.L. Mas depois que falei em dinheiro. Ela veio falar com mais algumas meninas naquele fim de semana, na boate da Gisele. Eu devolvi voltar a Montenegro às 14h do dia 22, uma segunda-feira.

Pouco antes das 14h, eu chegava a casa de Simone. Havia duas meninas, todas com nomes falsos. Incluiu o nome que S.L. havia dado, porque a chamam e ela não atendeu. A mãe de Simone, Maria, 48 anos, estava presente. Era uma pessoa pequena, com dentes salidos, e um porrete encostado atrás de uma das portas. A conversa foi objetiva. S.L. disse que, pela acordo que tinha com Gisele, ganhava Cr\$ 2.000,00 por cada dia que trabalhava na boate. Mais a comissão na boate, que era de Cr\$ 100,00 na cerveja, Cr\$ 300,00 na dose de uísque e Cr\$ 1.000,00 no vinho. Além de transporte, alimentação e segurança.

Fez a minha oferta. Pagava 50% a mais em tudo, e o dinheiro dos programas que conseguissem sair delas. Fez o mesmo negócio. Ficarei combinado que S.L. mais as meninas A., B. e C. trabalhavam para mim. Eu as enviaria uma semana antes de começar a operar. Terminada a transação, eu e Simone fomos para a rua. Dei a ela os Cr\$ 25 mil combinados. Os outros Cr\$ 100 mil daria no primeiro dia que viesse buscar as meninas prostitutas. Toda a operação foi tão simples como se tivesse entrado em uma loja de brinquedos para comprar bonecas.

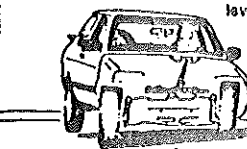


Simone
apresentou
duas
propostas. A
primeira era
levar as
garotas para
morar em
Porto Alegre.
A outra era
pegar as
garotas nos
fins de semana

Amanhã (III)
parte: O maior
impulso da
prostituição
no Sul

DIREÇÃO HIDRÁULICA

A direção hidráulica da Maxdrive é sensível ao mais leve toque do comando, proporcionando agilidade, segurança e conforto ao motorista. Instale uma no seu Monza ou Kadett e sinta prazer em dirigir.



Vendas, instalações e assistência técnica em todo Brasil.

MAXDRIVE

Av. Bortolotto, 5578 - POA
Fones (011) 6133/44-2833
Cedex (054) 221-8589

Troque seu guarda-chuva por um guarda-sol.



Ligue 139 e anuncie.

ZHU
CLASSICAROS

2ª Quarta-feira, 19 de dezembro de 1991

ZERO HORA

OPINIÃO

ZERO HORA

REDE BRASIL SUL

FUNDADOR: MAURICIO LIMOTSKY SOBRINHO
Presidente do Conselho de Administração
Jayme SzwedkyDiretor Presidente
Nelson Pacheco SzwedkyDiretores Vice-Presidentes
Fernando Ernesto Cortes Pedro Szepiety
Marco Ramon Dvorkin Carlos MelzerDiretores Superintendentes
Alonso A. da Mota Luiz A. Barchello Walmar BergschDiretor Coordenador Editorial: Lavro Schirmer
ZERO HORA - FVITORA JORNALÍSTICA S.A.Diretor Executivo: Christiano Nygaard, Diretor Editor: Carlos Fehberg
Diretor de Comunicação e Marketing: B. Madrugá Duarte
Diretor Administrativo e Financeiro: Carlos Alberto Becker

Um Mercado Comum sem amarras

Menos de uma mês após a entrada em vigor do Tratado de Assunção, presidentes dos quatro países signatários — Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai — definiram em Brasília um sistema de solução de controvérsias no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Inspirados nos tribunais da Comunidade Europeia, mecanismos do chamado Protocolo de Brasília devem dissipar temores como o gerado pela recente lei de proteção dos investimentos estrangeiros assinada entre Argentina e Estados Unidos. E, em consequência, proporcionar mais segurança na curta travessia até 1º de janeiro de 1993.

A medida que evoluiu as negociações entre os quatro países, começa a ficar evidente a tendência de seus interlocutores em resituar as normalizações ao mínimo indispensável a uma convivência harmônica. Afinal, o eventual excesso de regulações pode significar um entrave superior ao das fronteiras que o próprio Mercosul se propõe a demarcar. Por isso, é oportuno destacar o artigo 4º do Protocolo de Solução de Controvérsias, onde fica expressa a intenção de vedar qualquer entrave ao livre comércio de bens e serviços. Os integrantes do Mercosul propõem-se também a não permitir quaisquer limitações quantitativas, quotas e outras barreiras tarifárias.

Além disso, além do primeiro encontro do Conselho do Mercosul a intenção de seus integrantes em não se fecharem num bloco isolado. Por solicitação dos quatro presidentes, o Grupo Mercado Comum, criado em março deste ano, estudará formas de aproximação não só com a Comunidade Europeia como também com o Japão. E, em sua próxima reunião, o Grupo Mercado Comum examinará também formas para a difusão e o melhor conhecimento do Mercosul.

É evidente que, ao perseguirem tais objetivos, países do Cone Sul precisarão imprimir o máximo de velocidade ainda permitido por suas combalidas economias se quiserem reduzir diferenças profundas com os demais blocos dos quais pretendem se aproximar. No comunicado conjunto, Conselho do Mercosul reitera que as prioridades estão definidas. Entre elas, incluem-se: estabilidade econômica; políticas fiscais e monetárias unificadas; inserção global através de maior abertura econômica; e modernização de suas estruturas, por meio da desregulamentação e privatização.

Iguamente, o organismo não perde de vista avanços internos a serem perseguidos num prazo além do previsto para a extinção do Mercosul, em 31 de dezembro de 1994. Nesse aspecto, destaca-se a intenção de seus governos de ver constituído, pelo setor privado, um ente rodoviário no Cone Sul. Numa primeira etapa, compreendendo uma rota Porto Alegre e Buenos Aires através do Uruguai, numa segunda, se estenderá até o Paraguai e, depois, ao Pacífico. Não do que uma aspiração básica de interesses regionais, essa é uma forma de direcionar a riqueza e o comércio do Cone Sul no mesmo rumo da que já se encaminhava e de boa parte do Primeiro Mundo.

Sócios do Mercosul
precisam imprimir
mais velocidade
às suas economias

Prostituição de meninas

Quando a imprensa resolve fazer o trabalho investigativo negligenciado pelas autoridades constituídas para este fim, o resultado, invariavelmente, é um choque para a sociedade. Não pode ser outra a reação da comunidade no grande dia da série de reportagens iniciada ontem por Zero Hora e que, sem subterfúgos, um doloroso raso X da prostituição no sul do Brasil, revelando uma realidade infeliz organizada e explorada a miséria e a ignorância da parte mais desassistida da população. O pior é que os criminosos que comandam o tráfico de meninas não apenas transitam livremente na sociedade como, em alguns casos, também contam com a proteção dos serviços de segurança sustentados pelos impostos das cidades.

Os repórteres de ZH que percorreram a rota da prostituição ficaram surpresos com a facilidade com que os traficantes de meninas realizam sua nefasta tarefa, comprando gente como se estivessem adquirindo animais. Utilizam-se para isso das mais diversas estratégias, que vão do longo ao pagamento de modestas pensões às famílias das crianças. De-

pois, encorajam os métodos mais deprimentes para tirar o máximo de rendimento de suas vítimas, que muitas vezes são controladas mediante ameaças e violência. Tudo com a cumplicidade e a conivência das autoridades policiais, que não desconhecem os endereços dos hotéis, prostíbulos e casas noturnas onde as meninas são exploradas.

A ignorância e a
miséria levam ao
desvirtuamento
dos valores éticos

Choca igualmente constatar o estágio de degradação da população rural de onde estas moças são arrebatadas. As jovens aliciadas para a prostituição não procedem unicamente das cinturões de miséria das grandes cidades, mas também, e em maior quantidade, das municipalidades do interior onde há pouco tempo ainda predominava a produção agrícola e a religiosidade. A crise econômica do País se refletiu de tal forma sobre esta gente que todos os valores éticos fo-

ram desvirtuados. Já não é apenas a ignorância que induz as famílias a manterem suas mulheres e crianças por meros, supondo que não trabalharão como empregadas domésticas. A necessidade, revolta a reportagem, leva mães a oferecerem suas filhas como mercadoras na empreitada das como prostitutas de bairros de miséria, oferecendo seus serviços a caminhoneiros.

As entidades que se ocupam do problema da prostituição infantil calculam que só no Rio Grande do Sul mais de 60 mil meninas cometeram o próprio corpo nas ruas das grandes cidades. Número ainda maior, estimam, circula pelos hotéis de quinta categoria, bordéis e boates — todas trabalhando para rufes e cafetinas, que engrangam a deprimentes rede do tráfico. Expostas a agressões de toda ordem, quando não a doenças letais, estas moças perdem a infância e a juventude em pouquíssimo tempo e é somente conseguem recuperar uma condição humana digna. É esta crime universal que a reportagem pretende denunciar, para conscientizar e mobilizar a sociedade rio-grandense no sentido de combatê-lo.

SAMPAULO



Ambição relegada

Estimativa elaborada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul prevê que o desempenho da economia gaúcha este ano será pior do que o nacional e, segundo dados já conhecidos, inferior ao dos outros estados da Região Sul. O Produto Interno Bruto do Estado, pelos cálculos preliminares da Fiep, crescerá apenas 0,3% em quanto o índice nacional — que também reflete estagnação — será de 0,9%. Além disso, o aumento na geração de riquezas previsto será inferior ao do próprio crescimento populacional. Tais constatações, nada animadoras, evidenciam a necessidade de que os investimentos públicos e as ações de iniciativa privada sejam repensados e adequados à realidade. Cabe ao poder público estadual

empreender um esforço ainda maior para equilibrar suas contas, sem renunciar a massado precipício de atender às necessidades básicas da população e, principalmente, sem onerar ainda mais os contribuintes. Com a iminente rolagem dos débitos junto ao Governo Federal, deverá o Estado ganhar fôlego para dedicar ao próprio crescimento os recursos atualmente comprometidos com os juros da dívida. É desejável, também, que o governador Alceu Collares mantenha a sua disposição de reduzir a máquina administrativa às proporções de uma necessidade, no que conta com o apoio da sociedade.

Se mesmo assim o Governo não conseguir elevar o volume de investimentos nas obras de infra-estrutura de que o Estado necessita,

que pelo menos abra espaço para a iniciativa privada, em vez de pressioná-la com mais impostos. Se assim os investidores não sentirem encorajados, para assumirem seu papel na construção de um Rio Grande mais forte e menos acanhado em relação aos estados vizinhos. Santa Catarina e Paraná, só para ficarmos com os exemplos mais próximos, cresceram respectivamente 8,02% e 8,00% entre 1970 e 1989, enquanto a economia gaúcha cresceu somente 5,95%. Como o problema não será igualmente difícil, o desafio de proporcionar de uma modernização o crescimento capaz de superar ao Estado um pouco da inércia ambicionada pelo progresso e pela liderança.

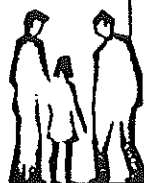
42/Quinta-feira, 19 de dezembro de 1991

GERAL

ZERO HORA

II
PARTE

O Chefe da Voluntários, como também é conhecido, abasteceu as quadras e as boates da cidade com mulheres traficadas da região colonial gaúcha, de Santa Catarina e algumas do Paraná. Muitas dessas prostitutas são meninas



Buda é um policial aposentado. Era investigador Classe 3. Está respondendo pelos crimes de favorecimento da prostituição, aliciamento, manutenção em cárcere privado de uma menor e rufianismo, às vezes com uso de violência

PROSTITUIÇÃO DE MENINAS

ENTRAMOS NO IMPÉRIO DE BUDA

NILSON MARIANO
Lavoura Lacerda

Esta é uma parte da história sobre o maior império de prostituição de meninas do sul do Brasil. Construído a partir de 1978 nas ruas centrais de Porto Alegre, esse império tornou-se uma poderosa empresa, que movimenta mais de Cr\$ 50 milhões por mês e estendeu as conexões de tráfico de meninas até para Santa Catarina e Paraná. É um império acima da lei: meninas de 16 anos se prostituem sob ameaça de morte, os gigolôs trocam tiros pelo domínio das quadras e a lâmina das navalhas brilha na madrugada.

O chefe dessa rede de prostituição e tráfico de meninas é o policial civil gaúcho Vitor de Jesus, o Buda, 52 anos. Auxiliado por alguns policiais desonestos e uma gangue de 12 gigolôs, Buda montou dois hotéis de alta rotação, os chamados "suadouras", onde 50 meninas e mulheres são obrigadas a conseguir de seis a 15 clientes por dia. Cobrando Cr\$ 5 mil pelo programa e Cr\$ 1.500,00 da taxa de quarto, cada uma dessas mulheres pode render Cr\$ 1,5 milhão ao mês.

Esperito, organizado e implacável, Buda vem agindo há 13 anos, ampliando os seus negócios e enganando a Justiça. O barão dos rufões gaúchos implantou a sua sede no Hotel Aliado, na Rua Voluntários da Pátria 807, no centro de Porto Alegre. Também dirige com braço de ferro o bordel da Rua Pinto Bandeira (esquina Voluntários), a Boate Dominique (Ernesto da Fontoura com a Rua Missões) e uma outra boate, na Avenida Farrapos 3.248. A terceira boate está sendo montada também na Farrapos 3.284.

O Chefe da Voluntários, como também é conhecido, abasteceu as quadras e as boates da cidade com mulheres traficadas da região colonial gaúcha, de Santa Catarina e algumas do Paraná. Muitas dessas prostitutas são meninas. Elas foram compradas ou simplesmente entregues, pela própria família, em troca de algum dinheiro por mês. Muitas pais não sabem o que as filhas estão fazendo. Acha que estão trabalhando como empregadas domésticas em casas de senhores respeitáveis. No Natal, recebem cartões coloridos e promessas de visita.



Flagrante: depois de várias tentativas, Buda (no centro), o chefe da maior rede de prostituição do Sul, foi fotografado

Em 13 anos, uma grande fortuna

O Escorpião XR-3 vermelho, avaliado em Cr\$ 30 milhões, é apenas uma parte do patrimônio amassado por Buda. As prostitutas e as meninas traficadas até de Santa Catarina renderam uma fortuna incalculável ao maior gigolô gaúcho. Nos últimos 13 anos, ele pôde comprar vários imóveis, alugar hotéis, pagar uma rede de gigolôs e subornar um ou outro policial.

Filho de Vitor Francisco de Jesus e Vicentina Neves, Buda mora numa casa de dois pisos, no bairro Rio Branco, em Canoas, na Rua Machado 650. Era vizinho do gigolô Cabelo de Preto, que morava na própria rua. Buda possui mais uma casa, na Rua Boa Esperança 890, em Canoas, onde mora a sua irmã Ivone, que dirige uma das boates. E um apartamento na Rua Sete Povos 313, bloco "B", onde reside uma noiva. E tem três telefones: 72-8238, 72-1775 e 76-2488. O telefone do Hotel Aliado foi alugado de René Antônio Ávila Mendes. O Escorpião está em nome da sua mulher, Maria Gomes de Jesus.

Além dos hotéis Aliado e da Pinto Bandeira, onde concentra as prostitutas, Buda mantém as boates "Dominique", na esquina da Ernesto da Fon-

toura com a Rua Missões. A outra boate funciona na Avenida Farrapos 3.248. Lã prostituta contou que mora nessa boate com mais duas colegas. Sem saber com quem estava falando, ela disse que prefere trabalhar com Ivone, irmã de Buda. O barão dos gigolôs e temido, porque exige, "dá muito em cima" se a produção baixa. E tem a fama de "cantar" as garotas. Um programa, nessa boate, custa Cr\$ 10 mil. Buda está montando outra boate bem ao lado, no prédio número 3.284.

PROCESSO — Buda é um policial aposentado. Era investigador Classe 3, mas foi readaptado para agente administrativo, conforme o boletim 047/86 da Polícia Civil, de 13 de junho de 1986. E começou a ser molestado em abril de 1988, quando foi denunciado pelo Ministério Público, com outros donos de hotéis de prostituição. Está respondendo pelos crimes de favorecimento da prostituição, aliciamento, manutenção em cárcere privado do corpo no caso da catenense J. que ocorreu o quarto 31 do Hotel Aliado e rufianismo, às vezes com uso de violência. Foi incriminado nos artigos

227, 228, 229 e 230 do Código Penal Brasileiro. A pena, em caso de condenação, para qualquer um dos crimes, pode chegar a dez anos de detenção, porque envolve meninas e violência.

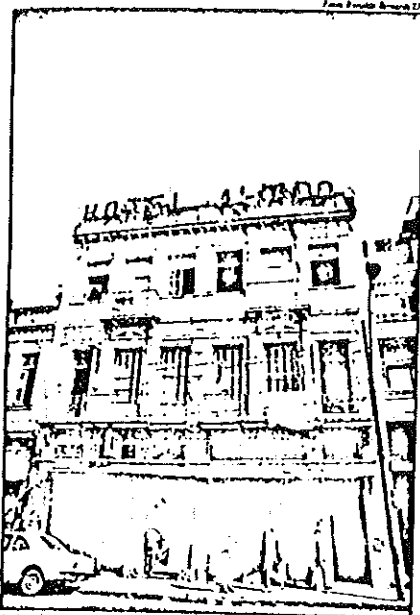
O processo está tramitando na 13ª Vara Criminal, mas lentamente. Buda está sendo defendido por uma advogada pública, gratuitamente. Ao depor, afirmou que vive apenas com o dinheiro da aposentadoria — menos de Cr\$ 400 mil mensais. E que eventualmente abastece o Hotel Aliado com marmitonas e material de limpeza, para aumentar um pouco a sua renda.

Outros gigolôs, menores também, estão respondendo o mesmo processo. São eles: José Geraldo C. dos Rios, queles do Hotel Acapulco (Farrapos 64), Sérgio Félix, o Gêz do Hotel River (Garibaldi 421), João de Mellos, Jos. Aires Dallas (Praça Dom Feliciano) e Príncipe (Senhor dos Passos 81), Ana Lúcia Porto Vargas, Horaci Cláudio Garibaldi 468, Maria Catarina da Amaral, que tem uma casa de perdo na Garibaldi 5. Todos são acusados de manter estabelecimentos de prostituição, para explorar e, heres e meninas. Alguns estão com prisão preventiva decretada.

ZERO HORA

GERAL

Quinta-feira, 19 de dezembro de 1991/49



Buda: a partir do velho hotel Alameda, Buda comanda sua equipe

Rede de gigolôs protege o chefe. Até com ameaças

Vitor de Jesus, o Buda, não teve dificuldades para substituir Cabelo de Porco (matrão na página seguinte) e continuar os seus negócios. Ele tratou o assunto com simpatia e cautela, como quem substitui apenas uma peça na azeitada máquina de fazer dinheiro. Buda sempre agiu com expertise e cautela, na condução do seu império.

Não é muito fácil se aproximar de Buda. Há uma rede de gigolôs, seguranças e alguns policiais sempre a postos e armados. Entre as prostitutas, vigia a lei do silêncio. Se falar, apenhe. A 5 de novembro, o segundo hotel de Buda, na esquina da Pinto Bandeira com a Voluntários, um prédio construído em 1936 e alugado de Belmira Pereira, fechou. Havia várias situações suspeitas. Como a do motorista de um Fiat Panorama azul, placa HZ-2819, que tinha um distintivo da União Gaúcha de Polícia Civil (Ugapol) na carteira direita. Estaria trabalhando com um carro decerto? Naquela noite, as prostitutas atacaram vários clientes. Uma menina levou, por cima, com dois dentes podres se ofereceu.

— Cr\$ 6.500,00. E faço o que tu quiser.

Essa pequena prostituta não gostou de perguntas e logo se afastou. Uma outra, de quase 30 anos, retirada da Pinto Bandeira, concordou em conversar, mas rapidamente.

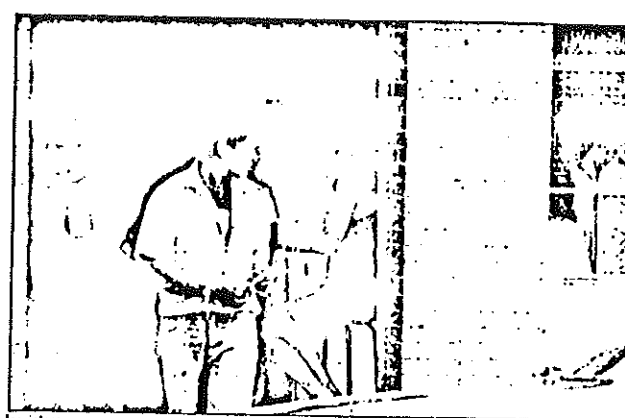
"Conheço o Buda, ele é o dono do hotel", disse ela, sem hesitar. "Mas dificilmente ele aparece por aqui. Só vi ele uma vez, há muito tempo."

BOLETIM — Os gigolôs observam todos os movimentos e não admitem estranhos. Pelas 23h, uma prostituta muito magra, de 19 anos, líbios borrados de batom vermelho, contava que não conhecia o Buda. Aos dois minutos de conversa, um gigolô saiu da Praça Cívica, perdoe um trailer de cachorro-quente, na direção da prostituta. Vestindo camisa vermelha, calça branca e tênis, esse gigolô atravessou a Voluntários gritando:

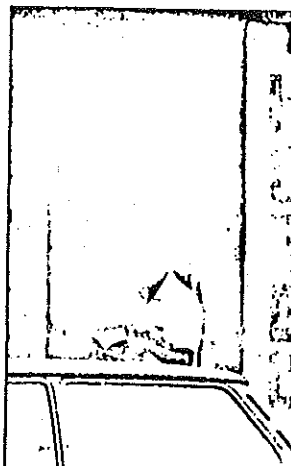
— Tu tem merda na cabeça. Tu tem que apenhar mesmo.

E desferiu socos nas costas da prostituta, que se recolheu ao hotel, mas tentando proteger a cabeça, chorando. O espancamento foi um recado, uma espécie de convencimento psicológico. O gigolô quis deixar claro sobre quem manda naquela parte da quadra.

Buda dirige tudo do Hotel Alameda. Na tarde de 11 de novembro, o porteiro do hotel disse que Buda não estava, naquele momento. Uma menina, aparentando 15 anos, lavava as escadas do prédio, sem se importar com os sapatos que mancharam de degraus ainda úmidos. Se



Ispetores: apresentando o cerco ao chefe da quadrilha, os gigolôs tentaram evitar que ele fosse importunado



O porteiro: "Não está"



Douglas: um dos mais contrariados

alguém pedir desculpas, babuçava: "Não foi nada". Dos dois depois, Buda apareceu, às 15h30min. Dei sou o seu Escort XR3 vermelho flamante, placas UF-0991, no estacionamento da "Elevada", em frente ao hotel. Atravessou a rua caminhando pesadamente, sob os olhares solitários dos gigolôs. Demorou menos de 20 minutos para fazer o caixa e não pagou os Cr\$ 400,00 da taxa de estacionamento.

Naquela dia 13, Buda apresentou que estava sendo seguido. Ele saiu dirigindo o Escort pela Avenida Osvaldo Aranha, acompanhado por uma segurança. Entrou na Avenida Profa. Alves, sempre guiando entre beiradas e, depois, rumou para a Manoel Elias, ao completar uma 20 quilômetros, virou repentinamente e fez o mesmo trajeto de volta. Na Osvaldo Aranha, retornou pela Fernandes Vianna, na contramão, e despois acelerando um pouco mais o seu Escort, comprido na Importadora Americana.

MÃOS AO ALTO! — A tentativa de fotografar Buda prosseguiu. Foram feitas várias esperas, em carros decerto. Foi utilizado até um furgão com propaganda de uma cervejaria, que ficou estacionado na "Elevada", diante do hotel, sob temperaturas na faixa de 30 graus, durante 15 horas. No dia 16, às 15h, Buda reapareceu. Mas um gigolô desconfiou e Buda só pôde ser fotografado de costas. Prevendo, ele se trancou dentro do hotel. Pelas 18h, os seus gigolôs começaram a ficar irritados. Passaram ostensivamente, deixando à mostra o volume dos seus revólveres, guardados em pochete ou em bolsos de cintura.

O gigolô Douglas, alto e lombo, foi um dos mais contrariados com a situação do chefe. Pela 1h da madrugada, uma viatura da Brigada Militar estacionou ali. Um oficial desceu empunhando o revólver, junto à perna, o cinto para baixo, pedindo identificação, cordialmente. Satisfeito com as explicações, ele se retirou, avisando que o lugar "é burra

pesado".

Buda não desceu. Só restou o seu Escort no amplo estacionamento. Alguns gigolôs foram embora, mas Douglas continuou vigilante e inquieto. Ele tem a missão de pagar meninas que desçam à procura de emprego na Estação Rodoviária de Porto Alegre. Pela 3h, quando estava sendo suspensa mas uma tentativa de fotografar Buda, surgiu uma viatura policial, de sirene aberta. Coincidentemente, pertence à Delegacia de Furtos, onde está lotado o escrivão Ubirajara Rossi Rodrigues, um dos que tem ligação com o Buda. Rossi vai ter um papel destacado na "Conexão Chapéu" (matéria de amanhã). Mão direita ao volante e a esquerda apontando um revólver calibre 38 reforçado, o policial interceptou o carro e ordenou, nas melhores:

— Vai encostando, vai encostando. Mão para o alto!

ZERO HORA

Amanhã (II)
parte):
Chapacó, a
capital dos
prostitutos

CONCLUSÃO — Naquella tarde quente, Cabral de Porto estava atrás do balcão da Lancheria Alado, com ferindo algumas anotações. Três homens bebiam cerveja, quietos e sozinhos. No vidro grosso das copas, as manchas de dedos suados. Um copinho de cachaca esperava o seu dono, que havia saído repentinamente, após receber um aviso. Uma mulher gorda enchia tubos amarelos de montanhas, sentada diante de uma mesa, observando todos os frequentes. O gilete olhava o relógio e dizia:

— Onde posso encontrar o senhor Bude?



A 17 de novembro, numa tarde de domingo, Cabelo de Porco foi eliminado por um gigolô rival. O império de Bude não perdeu um dos seus sustentáculos. Ele estava na Lancheria Aliado, controlando as mulheres, quando apareceu José Carlos Santos da Silva, o Zé Carlos, de 44 anos, triplicando o talão perfido 2563, de propriedade de José Luis Sander Neto. Os dois eram amigos de 20 anos.

BOLETA Nº 01 — As circunstâncias da morte de Cabelo de Porco estão sendo investigadas pela 3ª Delegacia.

Os policiais da 3ª DP continuam investigando a morte de Cabelo de Porca. As testemunhas nada dizem. A camareira Zeni Pacheco, 55 anos, a Voizinha, contou que nem ouviu os tiros, embora estivesse limpando o hotel no segundo piso. Ela senhora de um Cabelo de Porca, um pássaro vendedor de bococas e bichinhos de pelúcia. As prostitutas Clarice de Brito, de Dinha Gascha (Santa Catarina), e Gisela Kremenitz, 31 anos, também não viram nada. As duas orelhas prostivas de Zé Cifra foram retiradas da quadrilha, e as duas também não viram nada. A única conhecida, Estela escondidas, porque sabem da verdade. Os policiais têm certeza de que foi uma briga pelo domínio das quadras da Voizinhinha, uma tentativa de ascensão ao império de Buda e Bepi. Mas não há nada de certo. Não há nada conhecido, porque garantiram se apenar o dono do Hotel Alado. Ele sempre escapa.

VAL FECHAR.

CRT

O telefone do anunciante.
42.1277

LEMBRE-SE: OS PREFIXOS VÃO MUDAR.

Sexta-feira, 20 de dezembro de 1991

GERAL

ZERO HORA

III
parte

A conexão
Chapécó —
Porto Alegre
começou a ser
desvendada a
25 de outubro,
com a prisão de
J. V. N., 16
anos. Foi um
dos poucos
deslizes
cometidos pela
rede de Buda.
Ela continua
internada
na Febem



Tentando
recuperar a
lucrativa
menina, o
gigolô Cabelo
de Porco foi à
Febem. Sem
desconfiar que
estava sendo
seguido, recebeu
ajuda do
policial civil
Ubirajara Rossi

CONEXÃO CHAPECÓ



PROSTITUIÇÃO DE MENINAS

A CAPITAL DOS
PROSTÍBULOS

NILSON MARIANO
Editora Lucil ZH

A catariense Chapécó, 120 mil habitantes, tornou-se a maior fornecedora de meninas para o império de prostituição montado por Vilor de Jesus, o Buda. Conhecida a "capital dos prostíbulos" de Santa Catarina, Chapécó vem abastecendo as ruas e as boates de Porto Alegre nos últimos cinco anos. Essa conexão é a mais profissional, lucrativa e perigosa. Era a tróica principal montada pelo ex-branco de Buda, o

gigolô José Carlos Bertotto Paz, o Cabelo de Porco, assassinado numa disputa por mulheres, a 17 de novembro.

A conexão Chapécó — Porto Alegre começou a ser desvendada a 25 de outubro, com a prisão de J. V. N., 16 anos, uma das garotas de Cabelo de Porco. Foi um dos poucos deslizes cometidos pela rede de Buda. Naquela 25 de outubro, J. afastou-se das proximidades do Hotel Alado — o quartel-general do barão dos rufões. Talvez muito concentrada na procura de frequentes, a linha de melhorar o futuro, a menina não presenciou a che-

gada da viatura policial. Foi detida e internada na Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (Febem), onde continua até hoje, para evitar que volte a se prostituir.

Além de J., outras meninas catarienses, provenientes de Chapécó, foram descobertas em Porto Alegre. Seu sobrenome foi unificado, para evitar que ela sofresse perseguições, agora com 23 anos, consumiu parte da adolescência produzindo muito dinheiro para Buda. Na Febem, também está A. B. S., 16 anos. Ela nasceu em Paraná, mas foi parar em Chapécó, de onde veio para Porto Alegre. Nas quadras da Voluntários da Pátria

e Garibaldi, as prostitutas continuam a presença constante das catarienses. A 4 de novembro, uma prostituta vindinha de Frederico Westphalen, as mãos calosas de quem acaba de sair da ruça, revelou: "Há muitas meninas de Santa Catarina aqui".

No dia 1º, outra garota de Chapécó, R. T. R., 16 anos, fugiu das quadras do centro de Porto Alegre. Ela foi trazida em novembro, colocada no quarto 13 do Hotel Caju, na Avenida Farrapos, mas não aguentou as truculências do gigolô José Luiz Batista. Foi socorrida por policiais da Área Judiciária. Mas nem todas possuem a mesma sorte.

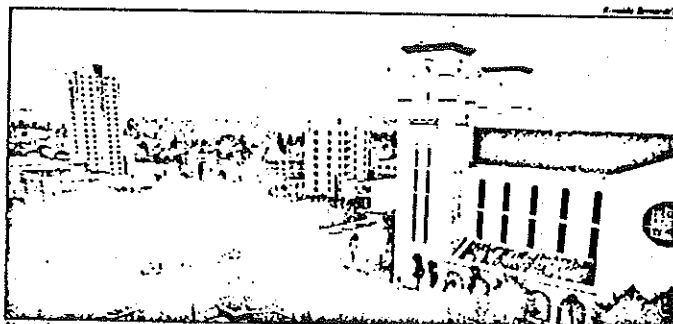
Gigolô tenta
livrar J. Com
apoio policial

Morreu de olhos profundos, J. V. N., 16 anos, chegou em Porto Alegre a 21 de janeiro de 1991. Foi trazida de Chapécó pelo gigolô Cabelo de Porco, 37 anos, colocada no quarto 33 do Hotel Alado (Voluntários da Pátria 807) e obrigada a se prostituir. Como outras garotas de Vilor de Jesus, o Buda, J. pagava Cr\$ 34 mil por mês de hospedagem e entregava uma 70% do dinheiro que arrecadava para o gigolô. Ainda mandava Cr\$ 40 mil mensais para a sua mãe, L. V. N., 48 anos, que a tinha negociado com Cabelo de Porco.

Nascida a 5 de janeiro de 1975, 1m50cm de altura, J. começou a se prostituir com 12 anos, na Praça Coronel Berrão, em Chapécó, uma das principais cidades de Santa Catarina, com 120 mil moradores. Em Porto Alegre, na quadra da Voluntários, en-

tre as ruas Condição e Garibaldi, ela conseguia de seis a 13 programas por noite. Era uma das mais procuradas no império de Buda. Cada cliente rendia Cr\$ 5 mil e mais Cr\$ 1.500,00 pela ocupação do quarto, no Hotel Alado. J. podia conceder um desconto no programa, batizando-a de par Cr\$ 3 mil, mas jamais na taxa do quarto. É a parte do Buda, que também recebe por suas comissões dos gigolôs.

A menina satisfazia todos os desejos, sem mostrar os clientes. Operações suaves e despretensivas de todas as idades e tamanhos encontravam prazer, nas



Chapécó: 120 mil habitantes, com prostíbulos e meninas que iniciam na carreira dos gigolôs aos 12 anos.

ceras tenras de J. Se produziu a média de dez programas por dia, ela ganhava Cr\$ 50 mil para Cabelo de Porco e Cr\$ 15 mil a Buda. Ao mês, quase Cr\$ 1,5 milhão para o gigolô e Cr\$ 450 mil ao poderoso Buda. Nos dez meses em que trabalhou na Voluntários, J. deve ter proporcionado pelo menos Cr\$ 10 milhões.

Pressão — J. foi detida na madrugada de 23 de outubro, uma sexta-feira, e levada à Febem. Então, a turma de Buda cometeu um segundo erro, expondo ainda mais a secreta "Condição Chapécó". Confiando no poder do chafal e tentando recuperar a lucrativa menina, o próprio Cabelo de Porco foi à Febem. Sem desconfiar que estava sendo seguido, o gigolô recebeu ajuda do policial civil Ubirajara Rossi Rêgo, lotado na Delegacia de Furtos. Moreno robusto, 1m75cm, meio calvo e usando casaca cinza, Rossi foi dirigindo a viatura 6112, um Opala preto e branco da Furtos, levando Cabelo de Porco. Rossi foi da Divisão para Menores (Dipame). No dia

11, numa conversa telefônica gravada, Rossi negou qualquer envolvimento. Ele não sabia com quem falava.

— Não, não conheço esse homem (Cabelo de Porco). O senhor deve estar falando com a pessoa errada.

Inicialmente, Cabelo de Porco apresentou-se como pai de J. Diante da impossibilidade dos atendentes da Fundação, acrescentou que era advogado e patrão da menina numa fabricação de bonocas e bichinhos de pelúcia. Esse negócio de bichinhos era só fachada e servia para Cabelo de Porco se aproximar de bonocas verdadeiras. Tentando convencer as assistentes sociais, ele deixou o telefone do hotel — 23.1173 —, onde alguém já estava de plantão para confirmar a história do comércio de bonocas. Como as assistentes continuaram irredutíveis, o gigolô resolveu apelar para a mãe de J. Antes, J. entregou-lhe a chave do quarto 33 e a fita daquela noite (algumas cópias amassadas, de pouco valor).

A 26 de outubro, Cabelo de Porco e Adão Siqueira Amante, outro gigolô da grande empresa de Buda, viajaram

até Chapécó, a 441 quilômetros de Porto Alegre. Foram pela BR 386, até Caranhaná, e depois tomaram a rodovia de Sarandi a Nunoia, até entrar na catariense Chapécó. Sempre zêzelo com o seu Monza motor 2.0, placas HZ-2635, comprado com os lucros proporcionados por J. e outras prostitutas, Cabelo de Porco chegou bastante nessa viagem. Ficaram hospedados no Hotel Chapécó, com nomes falsos, de onde telefonaram três vezes para o Hotel Alado, às 19h18min e 21h2min do dia 26 e às 8h31min do dia 27. Conforme o extrato de conta telefônica da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CORT), as ligações duraram sete minutos.

No domingo, dia 27, já estavam em Porto Alegre, com a mãe de J., L. V. N., 48 anos, fazendo encenações para soltar a filha. Adão Siqueira acompanhou tudo. Adão era vizinho de Cabelo de Porco. Mora na Rua Rio Grande do Sul 2.728, bairro Matias Velho, em Canoas, onde a sua noiva confirmou a viagem a Santa Catarina. Apesar de tanta pressão, J. permaneceu na Febem.

ZEPO HORA

GERAL

Sexta-feira, 20 de dezembro de 1991/41



L.T.R. à mãe: negócio direto com Cabelo de Porco, "quase um filho"

Mãe entrega a filha. Em troca de algum lucro

João Carlos Bertotto Paz, o Cabelo de Porco, não levantou suspeitas quando buscou J. V. N., 16 anos, em Chapéu. Ao lado da mulher Rose, ele se apresentou como um inocente vendedor de bonecas e bichinhos de pelúcia, na Praça Coronel Berto-

to, o coração da cidade. Ali, logo encontrou várias meninas, escolhendo J. V. N. como a mais bonita. Cabelo de Porco negociou direto com L. V. N. a identificação não será revelada, para segurança dela, 14 anos, mãe de J. e uma das prostitutas veteranas de Chapéu. Em troca, L. receberia uma parte dos lucros. Inicialmente, ganhava Cr\$ 100 mil mensais. Depois, a remuneração passou para Cr\$ 40 e 30 mil. Foi L. quem ensinou a filha a se prostituir, aos 12 anos. Uma outra prostituta, Solange Ribeiro da Silva, completou a formação e ajudou a convencer J. a acompanhar Cabelo de Porco.

L. continua morando em Chapéu, mas dificilmente é encontrada. J. formou um endereço fixo da mãe. No início de dezembro, foram usados vários expedientes para localizá-la. Até um anúncio por uma das ricas chapéuenses. "Atenção onde se encontra L. N. Favor comparecer na Estação Rodoviária de Chapéu..." — avisou o locutor de um dos programas mais populares, pelas 11h30min do dia 5. Mas L. não estava ouvindo rádio, naquela ma-

"TOM BERTO!" — A mãe de J. só foi localizada após duas semanas. Ela nunca morou na Rua São Pedro 55, no Faxinalzinho Góbbi, como informou a filha. Essa localidade nem existe. Mora no bairro Maria Goreti, com a mãe Maria da Luz, 77 anos, mas nunca está em casa. Maria da Luz é uma avó atormentada, que se culpa por alimentar sete filhos de L. Ela desconhece o que aconteceu com J. "Dê lembranças para a minha neta", afirmou, no dia 4. "Eu gosto muito dela." Maria da Luz só sabe que J. foi trabalhar em Porto Alegre com um tal de Zé (Cabelo de Porco). Para agradar, o gigolo deu uma boneca, de cabelos amarelos, para Maria da Luz.

L. só apareceu no dia 5, pelas 14h30min, na Praça Coronel Berto-

to. Não sabendo com quem falar, logo se ofereceu para vir junto a Porto Alegre, tentar voltar J. Contou que estava muito de Cabelo de Porco. Agradecida, elogiou o principal rufião de Buda, esquecendo que ele estava reduzindo gradativamente as remessas mensais do dinheiro obtido pela filha.

— A J. estava podre com doença venérea. O Zé levou ao médico, deu injeções, comprimido. Quisou com ela. Quer o Zé como a um filho. Insistindo para vir a Porto Alegre, L. V. N. prometeu "pagar qualquer

serviço". Ofereceu-se para cozinhar, limpar, cuidar de boate. Também se prontificou a "batalhar na rua, se for preciso". Nervosa, falando sem pensar e sempre esfregando as mãos maltratadas, de unhas quebradas, ela insistiu que seria uma excelente instrutora.

— Mulher da vida tem que fazer aquilo que o homem pede. Foi muito chata.

ALCIADORA — Prostituta em final de carreira, L. V. N. esmerou-se no alívio. No dia 5, pelas 15h, assegurou que traria facilmente pelo menos quatro meninas dispostas a trabalhar em Porto Alegre. Três horas depois, apresentou duas irmãs de Monol, do Rio Grande do Sul, e trouxe o endereço de S. e I., ambas com menos de 18 anos e amigas de J.

— Vamos, vamos. Lá vocês vão ter um vilão — comentou L., sentada num banco da praça. — Lá, não é como aqui. A minha filha, lá, tem toca disco, televisão, uma vida boa. Digam para o pai de vocês que vocês vão trabalhar numa casa de família, numa loja.

Qualquer gigolo ou dono de boate pode se abastecer de meninas em Chapéu. Elas estão por toda a parte, tentando sobreviver. Exatam nas concentradas na Praça Coronel Berto-

Negociatas começam por Bastião

O gigolo Sebastião Vaz, o Bastião, 43 anos, é um dos maiores exportadores de meninas prostitutas de Chapéu. Estabelecido como a Boate das Andorinhas, na Rua Fernando Machado S/N, balda da cidade, Bastião comecei meninas para todos os gostos. Equivocando ao gigolo Vitor de Jesus, o Buda, e chapéuense Bastião transformou-se no barão dos gigolos catanenses.

É preciso passar por uma rede de informantes — do motorista de Ual noturno às prostitutas das boates do bairro Bela Vista — para se chegar ao Bastião. Na noite de 3 e 4 de dezembro, foi necessário frequentar três boates e gastar quase Cr\$ 100 mil em bebidas, perfumes e gorjetas até obter a informação sobre quem comanda o comércio de pequenas prostitutas em Chapéu. "É o Bastião, da Boate Andorinhas, que vende, troca, faz qualquer negócio", informou uma prostituta, pedindo para não ser identificada. Como em Porto Alegre, a lei dos gigolos de Chapéu é simples: quem fala altera da conta, morre.

Bastião é tão respeitado que nem ousa mais do movimento da sua boate depois das 24h. "Ele já está dormindo e só acordou amanhã, às 11h", avisou uma prostituta fora, na madrugada do dia 3, enquanto servia drinks aos frequentadores da boate. No dia seguinte, às 11h30min, Bastião já estava longe. Uma prostituta de outra boate, que lutava pelas para o almoço, informou que

ele estava ajudando um tal de Adão, no trailer "Lori Lanchas", situado na Avenida Fernando Machado 1.900, ao lado do Sindicato dos Cartageiros de Chapéu. Ex-dono de boate, Adão mandou duas ou três mulheres junto ao trailer, que armam os operários que vão ao sindicato.

NEGÓCIO — Postado ao lado do seu inseparável automóvel Opala tplicas GN — 1362, de General Carneiro, Parand, Bastião se apresentou de mãos à cintura, camisa aberta, ostentando correntes douradas nos pulsos e peçoço. Barriga pronunciada, mas que esconde uma agilidade fêrrea, de quem é hábil com punhas e item um sinal de corte acima do olho direito, Bastião ouviu indiferente a história sobre a montagem de uma boate em Porto Alegre, só para clientes preferências. Simplesmente marcou um encontro para as 11h30min, na Boate Andorinhas.

Ele chegou na hora marcada. Sua mulher, o casal de filhos menores de sete anos e as dez prostitutas já estavam almoçando. Todos moram na própria boate. Convidou para entrar e sentou-se atrás do bar. Nem foi preciso dizer que a preferência era por meninas.

— Já sei, querem guias, de 15, 16 anos. Tenho uma, a "Negrinha", de 13 anos, que posso ceder. Está com a casa um pouco cheia.

— Quanto custa?
— Só o preço da dívida dela. Bastião segura as prostitutas na

sua boate alimentando supostas dívidas. Por mais que elasendam, sempre ficam devendo. E, para o comércio, devem pagar pela alfornça. Naquele negócio, ele chamou a sua mulher, com o caderno das contas. Ela se referiu "aquela coícha". Ele respondeu com um gesto vago e foi contando uma história para impressionar.

— Tive que bater numa gigolo — disse, gesticulando com as enormes mãos, onde brilha um anel de rubi no anular esquerdo.

"Negrinha" apareceu, morena e magra, ainda mastigando um naco de pizza. A mulher concluiu o cálculo: exatos Cr\$ 97 mil. Bastião avaliou a reação ao preço olhando de soslaio. Dirigindo-se a "Negrinha", perguntou mansamente se segue o ditado de que "pau se trata com carinho" depois dos tipos iniciais.

— Quer se com esse homem?
— Onde? — balbuciou ela.
— Para o Rio Grande — respondeu ele. — Tu é de Nonoi (município grúcho na divisa com Santa Catarina). Vai ficar mais perto de casa — mentiu sem hesitar.

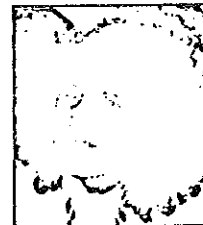
O barão dos gigolos catanenses conseguiu mais duas meninas prostitutas com o colega Adão. Uma delas, muito bonita, deveria pagar uma dívida de Cr\$ 150 mil para sair. Negociante que conhece o território, Bastião prometeu entregar pelo menos dez garotas prostitutas até o dia seguinte, por meios de Cr\$ 1,5 milhão e sem qualquer impedimento.

Cidade virou um centro exportador de menores

Já batizaram Chapéu de "capital dos prostitutas" de Santa Catarina. E também de "capital das zozinhas". São títulos merecidos para uma cidade tão próspera, mas perfeitamente justificáveis. Chapéu, com os seus 120 mil moradores, possui nada menos do que cem prostitutas, boates, bordéis, hotéis de alta rotação e até penões de encontros. A cidade virou um verdadeiro centro exportador de meninas prostitutas.

A secretária de Promoção Social da Prefeitura de Chapéu, Ulda Baldissara, disse que o maior grave é o elevado número de meninas prostitutas. Na maioria das com prostitutas e "zozinhas", a metade das meninas tem menos de 18 anos. Em setembro deste ano, a Secretaria de Promoção Social e alguns clubes de serviço implantaram o Programa "Rosa Viva", do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CIBIA), atendendo 70 meninas. Ulda Baldissara disse que as concluídas foram aterradoras: as meninas começam a se prostituir aos 12 anos.

Há uma explicação para o fato de Chapéu se tornar o grande shopping de garotas prostitutas do sul do Brasil. Terceira maior cidade catanense, Chapéu atrai centenas de agricultores da Região Oeste, que vieram em busca de emprego nos frigoríficos. A Sada, Ceval, Aurora, Frigorífico Chapéu e Cooper Central formam a maior concentração de frigo-



Vida: concluídas aterradoras

ríficos da América Latina. Mas nem todos conseguem o desejo de emprego. E os filhos saem às ruas para sobreviver. Os meninos arrumam alguns biscoitos ou cometem pequenos roubos. As meninas, acabam se prostituindo.

A própria fama de "capital dos prostitutas" faz aumentar o negócio. Sabendo que existe mercado em abundância, os traficantes de meninas acorrem de todos os lados. Havendo procura e dinheiro, cresce a oferta, multiplicam-se os negócios. As meninas são mercadorias à venda. E os gigolos de Vitor de Jesus, o Buda, estão entre os maiores frequentes.



42 Sexta-feira, 20 de dezembro de 1991

GERAL

ZERO HORA



O principal acusado de explorar e traficar meninas, o policial aposentado Vitor de Jesus, o Buda, continua agindo. Com toda a liberdade

GAMA CONVOCA CONSELHO

As denúncias sobre o tráfico de meninas prostituídas, publicadas em Zero Hora desde quarta-feira, estão repercutindo em todo o Estado. O secretário de Justiça e Cidadania, Geraldo Nogueira da Gama, convida, então, as entidades que compõem o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente para se reunirem na segunda-feira. Na pauta, a violência e a prostituição de garotas.

A reunião do Conselho será aberta a todos os interessados. Devem comparecer os representantes da Fundação Estadual de Bem-estar do Menor (Febem), Assembleia Legislativa, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral de Justiça, Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Movimento Gucho de Meninos e Meninas de Rua, Fundação Maurício Sereyky Sobrinho e outras entidades. O secretário Geraldo da Gama disse que a convocação

é necessária devido à gravidade das denúncias.

O Juizado da Infância e Adolescência também se reúne, ainda na quarta-feira, para avaliar a situação. Ontem, o juiz substituto do 2º Juizado da Infância e Juventude, Breno Brulter Junior, assegurou que o organismo está preparado para receber meninas encontradas nas quadras de prostituição. O Juizado da Infância só não pode agir contra os garotos e traficantes.

BELEZA — O conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Jair Kroschke, critica prostituição. Kroschke disse que a prostituição de meninas não é um problema só da Polícia, mas de toda a sociedade. O presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Antônio Marangon (PT), deseja que o Ministério Público intervenha na questão. "Espero que os autores da violência cometida contra a

adolescência sejam responsabilizados e punidos", disse Marangon, acrescentando que o Ministério Público possui as prerrogativas legais para agir.

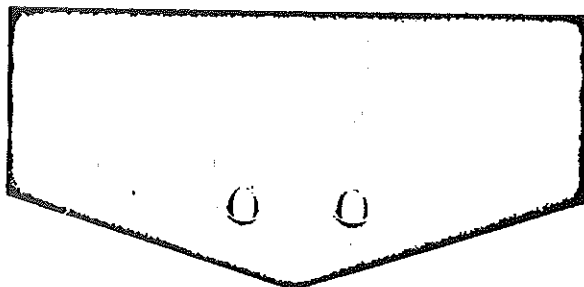
Mas o principal acusado de explorar e traficar meninas, o policial aposentado Vitor de Jesus, o Buda, continua agindo. Na manhã de ontem, pelas 9h30min, ele foi momentaneamente fotografado diante do Hotel Alameda, na Rua Voluntários da Pátria 807, comandando a sua rede de garotas. Buda até reforçou o controle da quadra, chamando mais garotas e seguranças.

Dono de dois hotéis de alta rotação e duas boates em Porto Alegre, Buda, 52 anos, está sendo processado desde 1988, com mais 12 garotas, por favorecimento da prostituição e rufanismo. O juiz da 1ª Vara Criminal, Antônio Carlos Madalena Carralho, dará uma sentença em março de 1992. O processo está na fase das alegações finais.



Buda: com toda a liberdade

Amanhã (Final): Os territórios de prostituição



A ZERO HORA DO SEU BAIRRO. ZH PRAIA DE BELAS.

AGORA, TODA SEXTA-FEIRA, OS LEITORES DA AZENHA, MENINO DEUS, MEDIANEIRA, CIDADE BAIXA, PRAIA DE BELAS E SANTA TEREZA VÃO FICAR POR DENTRO: A ZERO HORA LANÇOU O ZH PRAIA DE BELAS, O SUPLEMENTO DE BAIRRO QUE VAI MOSTRAR TUDO O QUE ACONTECE OU DEIXA DE ACONTECER NAQUELA REGIÃO DA CIDADE. ZH PRAIA DE BELAS. DENTRO DA SUA ZERO HORA. LEIA E ANUNCIE.

FECHAMENTO PUBLICITÁRIO: 2ª FEIRA QUE ANTECEDE A EDIÇÃO.

ZH PRAIA DE BELAS

ZERO HORA
203 JOYAL

TELEFONES PARA CONTATOS: DIRETORIA COMERCIAL: (0512) 23.5959/23.4900/23.4400
Ramais: 443.445/446/447/448 e 449. GERÊNCIA COMERCIAL: (0512) 33.7159. TELE-ANÚNCIO:
CDD: Fone 179. LOJAS: Central 26.0443. Moria 44.2377. Leão 34.8504 e Caros 76.4811.

Sábado 21 de dezembro de 1991

GERAL

ALVO NÓRA

FINAL

Das antigas zonas de prostituição da Capital que inspiraram os poetas, sobrou muito pouco. Nos dias atuais, a preferência é por instalar um "território" onde haja bastante movimento. A Capital é o maior mercado de prostituição da região Sul



Os gigolôs da Alfindega têm uma característica especial: são meninos. Eles pertencem a gangues que têm sua base de operação ali. São conhecidos como o pessoal da Restinga e do Partenon. Cada gangue tem suas meninas prostitutas

PROSTITUIÇÃO DE MENINAS

GIGOLÔS LOTEARAM PORTO ALEGRE

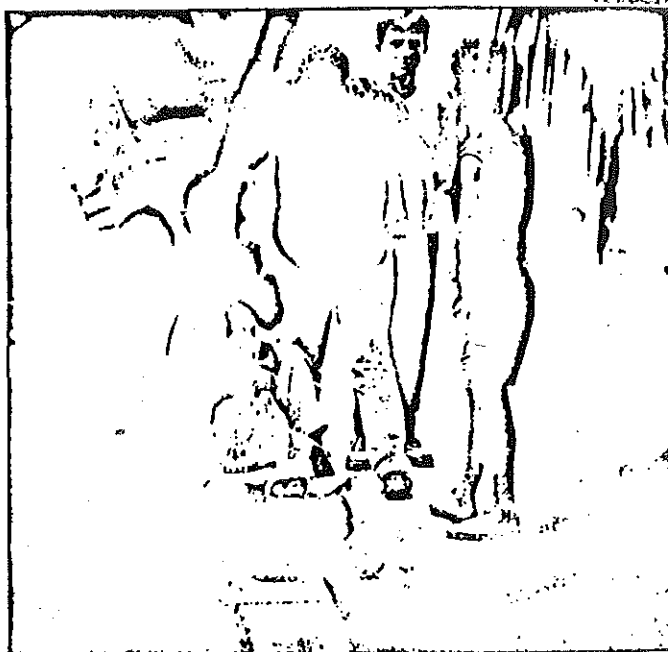
CARLOS WAGNER
Linha Leste 11

O gigolô dividiram Porto Alegre em territórios, que são habitados pelas suas meninas prostitutas. Esses territórios têm suas fronteiras bem demarcadas e têm prêmios, como se fossem um país. As áreas mais valorizadas ficam ao redor da estação rodoviária e no Centro. Das antigas zonas de prostituição da Capital, que inspiraram os poetas, sobrou muito pouco. Nos dias atuais, a preferência é por instalar um "território" onde haja bastante movimento. A Capital é o maior mercado de prostituição no Sul do Brasil.

Na velha Rua Voluntários da Pátria, restaram apenas dois pontos, que têm um tráfego de os mais violentos da cidade. O primeiro fica nos arredores da estação rodoviária. Ali, há o Hotel Akado, quartel general de Victor de Jesus, o Buda. Neste território, ninguém entra, há um forte esquema de segurança. Das quadras ao norte, nas proximidades da Rua do Parque, ficam os travessis. Nos últimos meses, aconteceram vários crimes. Na Rua Garibaldi, entre Voluntários e Farrapos, está um dos territórios de prostituição mais movimentados da Capital. Há três hotéis e mais de 80 garotas prostitutas que trabalham 24 horas. Na Avenida Independência, arredores da Ramina Barboza, existe outro ponto de travessis.

LEI — Na área central, as quadras são disputadas pelas gangues. A Praça Dom Friciano é território de prostitutas veteranas. Aliás, as veteranas são na sua grande maioria independentes, trabalham nos bares e boates da terceira classe. Na Dr. Flores com General Victorino, há um território muito discreto, habitado por umas 20 meninas prostitutas. A Praça da Alfindega é o principal lugar de prostituição do Centro da cidade (veja matéria). Em 1989, foi aberto um território novo: o Parque Marinho do Brasil. Existem três turmas de meninas que batizam ali. Começam pouco depois do meio-dia e vão até a noite.

Uma pequena prostituta independente não consegue trabalhar em um território se não pagar o gigolô. "Pensei que pudesse batizar na legal, mas o cara me deu umas porradas", reclamou L., 16 anos, de Pelotas. Ela chegou em Porto Alegre há três meses fugindo do seu gigolô. Relatou o seguinte: "O cara só queria dinheiro, vinha sempre muito louco, e eu levava muita porrada. Resolvi dar no pé". Para sobreviver, ela vai ter que se associar com outro gigolô menos violento. Ela tem consciência disso. Só está superando. Os "territórios de prostituição" da cidade nunca estiveram tão cheios de meninas como hoje.



Alfindega: território dominado por gangues juvenis que exploram dígitos prostitutas jovens

A rotina violenta da praça

A Praça da Alfindega de Porto Alegre é dos gigolôs. Umas 60 meninas prostitutas geram uma soma respeitável de dinheiro diariamente, enchendo os bolsos dos donos de hotéis e rufões. É um número considerável de meninas são usadas para fazer programas com homossexuais. O dia a dia deste pessoal é extremamente violento. A Alfindega é refúgio de assassinos, que, misturados a outros marginais, tornam o local hostil.

Os gigolôs da Alfindega têm uma característica especial: são meninos. Eles pertencem a gangues que têm sua base de operação ali. São gangues sem nomes pomposos. São conhecidos como o pessoal da Restinga e do Partenon. Cada gangue tem suas meninas prostitutas. K. é uma delas. Seus cabelos são loiros e despendeados. Tem 14 anos, mas quer

mostrar mais idade. Ela cobra Cr\$ 3 mil por programa, que é feito no Hotel Haiti, uma esplanada próxima à Alfindega. O freguês paga Cr\$ 1.500,00 ao dono do hotel. Das Cr\$ 3 mil do programa, 30% vão para o gigolô, conhecido como G; uma 30% ele gasta comprando tóxico e o resto em sanduíches e outras guloseimas, vendidos por uma senhora, numa cesta de vime. A história de K. é curta. O pai é operário de obra, a mãe tem mais seis filhos para cuidar. E há muito deitou de preocupar-se com ela.

TRABALHO — Na semana passada, K. meteu-se numa briga entre as duas gangues e acabou levando um "chá de banco" de um brigadinho. Ela argumentou com o soldado que precisava ver solta, porque estava trabalhando. Mandou uma colega chamar o gigolô G, que tem fama de violento. Ele foi conversar com o

solteiro, acordar: não se mais com. Não adiantou, a garota ficou presa. G. não se jogou um gigolô. Disse que gostava de K. e o que faz é só protegê-la para não ser roubada. G. disse que já usou várias vezes pela Femei. A sua vida de vida é simples. "Não é nada que não se resolve com um bom papo ou uma porrada".

G. pertence a gangue da Restinga. Passa sentado em um banco da praça lendo revistas em quadrinhos, enquanto K. batiza. Ele é o segundo gigolô na vida de K. O outro era um garoto de 16 anos, conhecido como L., que está preso na Femei, por furo e assalto a mão armada. "Vai ficar um tempo grande guardado", comentou K. Este caso pode ser chamado de típicos habitantes da Praça da Alfindega, um território onde as prostitutas independentes não entram.

11:30 HORA

13 DE MAIO

GERAL

Sábado, 21 de dezembro de 1991/35

Já não há lugar para sonhos no mundo de M.S.

M.S. tem agora 17 anos, mas em uma das ruas mais pobres de Estância Velha, aos 12 anos, tudo começou em uma tarde de sábado. Estava brincando de jogar amarelinha com umas amigas e um homem mais velho, que sempre chegava pela rua num carro vermelho, chamou. Disse que tinha um emprego na casa de uma família. Prometeu que era a oportunidade de ganhar um troco para comprar o livro desejado e o novo. Os pais concordaram com a ideia, afinal era apenas uma boca para alimentar.

Em uma cidade, M.S., naquele tempo, era uma garota tímida. Os pais tinham chegado há pouco do interior de Porto Alegre. Disse que não sabia nem usar óculos e viu a situação da casa onde trabalhava. Certo noite, esta casa a convidou para passar o nome do casal foi ouvido e seu pedido. "Ela chamava ele de senhor. Comemos pizza e eles deram corvê", lembra. A mulher viu, e o marido a convidou para jantar fora novamente. "Dali veio com aquela conversa mole de que eu poderia ganhar muito dinheiro na prostituição. Eu era virgem. Naquela noite ele me enfiou o dedo. Foi forçada a dormir com ele. Contei para a mulher. Ela riu e disse que era para eu ficar quieto, ou apunharia mal", relata.

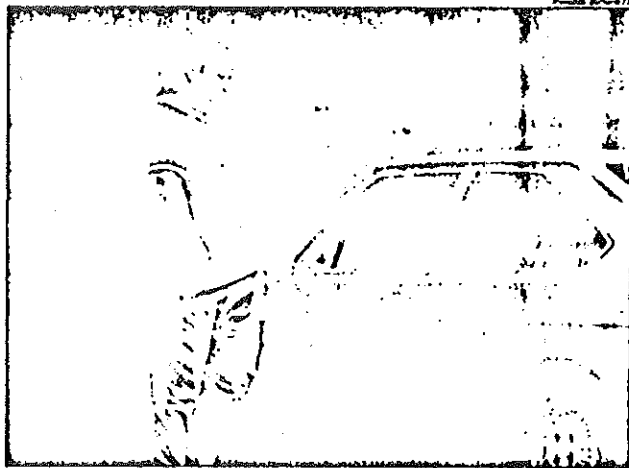
Aquela noite mudou a vida de M.S. Nos seus sonhos, jamais imaginou que a sua primeira noite com um homem seria assim. Sentiu medo de que os seus pais descobrissem. Lembrou dos casamentos lá do interior, onde as moças "cavavam coelhinho" nos cantos e recantos de quem seria a próxima. Parecia que fazia muitos anos que isso tinha acontecido. Na

verdade, fazia pouco mais de cinco anos. Mas era um tempo que tinha acabado. Jamais as coisas voltariam ser como foram.

BATALHA — M.S. tornou-se uma menina prostituta. As vezes, pensava que aquilo não estava acontecendo com ela. Mas estava. E poucos dias depois daquela noite, o casal estava colocando M.S. a fazer ponto. Descobriu que havia mais quatro garotas na mesma situação. Esse casal brigou e levou as garotas. M.S. foi vendida para um traficante. Estava começando uma segunda fase na sua vida.

Nas primeiras semanas, foi uma espécie de "lua de mel" com o novo par. A situação durou pouco. O traficante — ela pediu para não revelar o nome — trouxe dois amigos para morar junto. "Tudo mudou. Ele fazia eu levantar cedo e ir para a batela. Dormia em um quartoinho fedorento nos fundos da casa. E precisava trabalhar com os amigos dele. Sempre eu apunhava", fala, indignada. Lembrou que ficava envergonhada de tirar a roupa, nos seus primeiros dias de prostituição. Ainda recorda o horror que era ouvir os homens dizerem a palavra "amorzinho". Com 15 anos, ela tentou voltar para casa. O pai não aceitou. Ela conseguiu fugir do traficante. Mas logo depois perdeu de outro garoto para continuar batelhando.

Hoje, M.S. continua batelhando. Eventualmente, consegue ir em casa ver a mãe e os irmãos, mas enquanto o pai está trabalhando. Toda a vez que se avistam, ele bate nela. M.S. é uma pessoa triste. Ela não fala de futuro. A ideia que dá é que ficar viva mas um dia já é uma vitória. Tem medo de pegar AIDS. Para M.S., amor é sinônimo de sofrimento, humilhação e incerteza no futuro.



Jayne, o garê: Intermediária consegue meninas para casais de empresários no Vale do Anjos

Proteção ao homem das festas

Há uma espécie de aliciador muito protegido pelas meninas prostitutas: aquele que prepara festas para empresários e funcionários. No Vale do Rio dos Sinos, há várias denúncias contra hotéis que mantêm listas de meninas para seus hóspedes. Há personagens misteriosas, como uma tal de Tânia, alta e elegante, que viaja o País inteiro preparando festas para grandes empresários. "Dificilmente alguém vai falar, porque tem muito dinheiro na história", avisou uma menina que já participou dessas festas. Em Novo Hamburgo, procurei um tal de Milton na zona do meretrício. Perguntei quem po-

ria arrumar jovens para uma festa em uma grande empresa em Porto Alegre. Ele disse para falar com o Gordo, dono da house "Arco Íris", em Porto. O Gordo telefonou para Jayme Joel Machado, que também responde como Jayme Portela, pelo fone 43-0100. E disse que o representante de um empresário iria procurá-lo. O repórter Nilson Mariano telefonou para ele duas vezes. Na segunda ligação, fechou o negócio.

ZH — Ah, é o sr. Jayme. Não conversamos ontem. Chegamos a marcar um encontro, mas eu não pude ir. Surgiu um imprevisto. Bem, podemos continuar aquele assunto?

Jayne — Ah, sim.
ZH — Então, é certo que o senhor consegue aquelas seis ou sete...

Jayne — Isso não é problema.
ZH — Me dê uma coisa. Tem dois diretores, pessoas de mais idade, na faixa dos 40 anos, que gostam de garotas de 15, 16 anos. Será que o senhor conseguiria também?

Jayne — Silêncio.
ZH — É claro que eles pagam mais. Pagam bem mais.
Jayme — Isso aí a gente tem que cogitar, né. Na faixa dos 18, 19 e 20, isso aí tem. Aí teria que cogitar isso aí.

ZH — Mas é possível?
Jayme — Nessa faixa (18, 19, 20), eu consigo, não tem problema.
ZH — E é possível com 15, 16?

Jayne — Teria que cogitar isso aí, dar uma olhada. Aí de repente, pode ser.

ZH — Quanto mais caro daí?
Jayme — É, a uma coisa, sim.
ZH — E quanto mais caro?
Jayme — Ah, não seria grande coisa mais.

ZH — O senhor já tem uma ideia de preço de quanto custaria

cada mulher dessas?

Jayne — Isso aí está em torno de R\$ 45 mil, por aí.

ZH — Cada uma?

Jayne — Ah, sim.

ZH — E no caso de ser menor?

Jayne — Dez a cinco pilas a mais. Mas daí eu não garanto que consigo nessa faixa.

ZH — Mas é possível? Pelo menos duas...

Jayne — A gente pode cogitar. Mas o que eu te garanto é de 18 para cima. Dali está dentro do que eu já tenho em mão, entende? Nessa idade, eu já cogito, porque eles não cogitam de levar nessa idade para lá. Mas nessa faixa, não tem problema. Consigo várias daí.

ZH — E sem desse preço, por cada garota, tem mais alguma coisa?

Jayne — Isso aí já está incluído. Tem que gastar mais no carro. Quantas são?

ZH — Seis ou sete, né.

Jayne — Então, dois táxis. Dois carros. Mas não é grande coisa.

ZH — Hoje à tarde, o sr. vai estar na Anist Belo?

Jayne — E eu tenho táxi. Não final de tarde vou lá para acertar com eles. Das 17h30min: até às 19h eu fico por aí.

ZH — ...mas então vamos ver se a gente se acerta logo...

Jayne — Ah, isso a gente se acerta.

Para comprovar a qualidade dos seus serviços, Jayme deu o telefone de uma exportadora de Novo Hamburgo, onde já prestou serviços. Jayme mora à Rua Palmares, 885, apartamento 108, no bairro Humaitá, em Porto Alegre. E possui alguns táxis no ponto lá, segundo da Rua André Bello cor: a Avenida Getúlio Vargas.

Bozo mente e corrompe meninos

João Cláudio Difini é o diretor do palhaço Bozo para aliciador de meninos em Estância Velha. Ele é homossexual e aparenta ter problemas mentais. Há reclamações de que ele impõe os seus métodos de ação à convicção: crepa nas casas das vilas e diz que a família foi sortida num programa do apresentador de televisão Silvio Santos, onde ele faz o papel do palhaço Bozo. Então, leva os pais para sua casa e os força a ter relações sexuais.

O garoto P.S., de 11 anos, de Novo Hamburgo, foi uma das vítimas. Recentemente, Difini esteve na sua casa, convenceu o pai com a história do sorteio na televisão e levou junto para receber o prêmio. P.S. contou que Difini o forçou a ter relações sexuais, durante a noite. Todos os dias, quando ele ameaça voltar para casa, Difini inventa alguma nova história para forçá-lo a ficar. O depoimento desse garoto foi entregue por assistentes sociais à Brigada Militar, em Estância Velha. Bozo é



Bozo: "O que faço é retirar das ruas garotas que cheiram cola"

muito conhecido. Sobrevive fazendo pequenos serviços. É visto como uma pessoa inocente.

Bozo nega toda a história. Diz que jamais tentou seduzir qualquer menino. "O que faço é retirar da rua essas garotas que cheiram cola",

afirma. Ele não tem nada de grande das acusações feitas no depoimento de P.S. Acredita que seja todo perseguido das assistentes sociais das prefeituras da região, que lutam com meninas de rua, porque ele é muito popular.

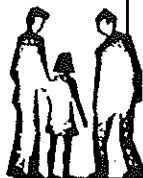


38/Sábado, 21 de dezembro de 1991

GERAL

ZERO HORA

ENTIDADES EXIGEM PUNIÇÃO



Policiais civis também querem a apuração total das denúncias para que os servidores honestos não sejam confundidos com marginais. Movimento de Meninos e Meninas de Rua pede ação do governador

As entidades defensoras dos direitos humanos continuam exigindo que as autoridades brasileiras punam os culpados pelo tráfico e prostituição de meninas. O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua afirma, ontem, a imediata abertura de inquérito policial para apurar as denúncias publicadas em Zero Hora.

João Antônio Moroni, um dos coordenadores do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, também solicitou que o Ministério Público acompanhe o desenvolvimento dos inquéritos. E que os policiais envolvidos sejam afastados, até a apuração das denúncias. Outra exigência é que o governador Alceu Collares (PDT) revise o projeto sobre a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescência e a Assembleia. O Movimento entende que o atual Conselho foi criado por decreto, sem discussão prévia.

A União Brasileira de Mulheres (UBM) e a União de Mulheres de Porto Alegre disseram que o Ministério Público "não deve dar fôlego na respiração" pela exploração de meninas". A vice-presidente da UBM e a presidente da União de Porto Alegre, Tereza Negreiros e Tereza Maria Verga, respectivamente, advertiram que essa situação é insustentável. Em junho,



Prostituição: autoridades começam a buscar os culpados

no 2º Congresso Nacional da UBM, foi constatado que haveria de 700 a 800 mil meninas na faixa dos 12 anos, se prostituindo. Com menos de 18 anos, seriam de 2 milhões a 3 milhões, no País.

CONSELHO — O Conselho Estadual

dos Direitos da Criança e Adolescência deve se reunir na segunda-feira. Na pauta, o comércio de meninas para a prostituição. Devem comparecer os principais integrantes do Conselho com o Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Procuradoria Geral de

Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM), Fundação Mônica Sirotsky Sabatino e outras. A convocação foi feita quinta-feira pelo secretário de Justiça, Trabalho e Cidadania, Gerardo Gama.

As entidades que representam os policiais civis também estão se manifestando. O presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil (Serpoc), Renato Souza, disse que não aprova a conduta de um ou outro policial desonesto. "Temas o máximo interesse em que isso seja apurado, para que não pareça duplas", disse ele. No entanto, o Serpoc parará que as acusações contra alguns policiais não sejam isoladas. Renato Souza garantiu que a totalidade dos 3.400 policiais é honesta e trabalha com dificuldade, com salários defasados em mais da metade.

O presidente da União Gaúcha dos Escrivães, Inspectores e Investigadores de Polícia (Ugeim), Benjamin Boezio, também não quer a impunidade de eventuais culpados. Mas afirmou que não aceita generalizações. "Cansamos de ser o bode expiatório", afirmou Boezio. "O indivíduo é delinqüente não por ser policial civil, mas por ser um mau cidadão. Essa é a diferença fundamental que não pode ser desprezada".

MUITA E MUITAS ATRAÇÕES VÃO BRILHAR NESTE NATAL.

CHEGADA DO PAPAI NOEL
EM DEFESA DA ECOLOGIA

COMPACTO COM OS MELHORES MOMENTOS NESTE SÁBADO, 14h45min, NA RBS TV

Arapuã **CELEJO** **Golden Cross**

PRIMEIRO LUGAR EM SAÚDE

34 Terça-feira, 24 e Quarta-feira, 25 de dezembro de 1991

GERAL

ZERO HORA

PROSTITUIÇÃO DE MENINAS

Polícia descarta flagrante

Newton Müller diz que é difícil provar a relação de prostitutas com os gigolôs. Garantiu, porém, que investigações sobre Buda já começaram

O chefe de Polícia, Newton Müller, reconheceu ontem que tem havido descuido na fiscalização da prostituição de menores no Rio Grande do Sul. Mas alertou pela série de reportagens publicadas na semana passada por Zero Hora, onde é denunciada a rota de tráfico de meninas para prostituição, a Polícia já retomou as investigações sobre Vitor de Jesus, 32 anos, o Buda, maior gigolô da cidade, e sobre outros infratores. É o policial Ubirajara Rousa Rodrigues, denunciado na reportagem como colaborador dos gigolôs, que afastou da atividade operacional da Polícia, enquanto sua participação nos crimes é investigada.

Müller diz que o policiamento sobre prostituição de meninas era feito pela Delegacia de Costumes e Departamento de Diversões Públicas, ambos extintos há mais de cinco anos. As atribuições ficaram com as delegacias de trânsito, mas o chefe de Polícia alega que os funcionários foram diminuindo e as contravenções foram aumentando. "A fiscalização de menor de idade acabou ficando em segundo plano".

Agora, a Polícia vai retomar sua fiscalização, usando as delegacias de



Prostituição: Müller reconhece que corporação descuidou da fiscalização

Mulher, nos municípios onde já estão extintas, e outras delegacias não demora. Müller não quis adiantar o resultado das investigações que estão sendo feitas desde a semana passada, mas garante que até 15 de janeiro haverá "muita da situação policial". Ubirajara Rodrigues, da delegacia de Furtos, foi transferido para funções administrativas e, por enquanto, não há notícias de investigações sobre outros policiais, diz Müller.

FLAGRANTE — O chefe de Polícia explica ser difícil o flagrante nos gigolôs que prostituem menores. Ele diz que quando uma menor é encontrada se prostituindo dentro de uma

boate, é difícil provar que ela está fazendo isto para dar dinheiro ao dono do estabelecimento. Da mesma forma, gigolôs encontrados distribuído meninas nas quadras de prostituição alegam que estavam dando carona.

Por isso, Müller confia mais na investigação gerimada, com base em testemunhos, que resultam em pedidos de prisão preventiva dos infratores. Segundo determinações do governador, o chefe de Polícia nomeou o delegado Nelson Bonnet como coordenador das investigações sobre prostituição de meninas no Estado, enquanto Herbert Ferreira foi encarregado da situação em Porto Alegre.



Reunião: participantes discutiram ação conjunta da Polícia Civil e BM

Comissão estuda instalação de albergues para adolescentes

Uma comissão, formada por entidades civis e governamentais, estudará a instalação de um albergue para abrigar as prostitutas adolescentes exploradas por gigolôs. A decisão é consequência da série de reportagens de Zero Hora, publicadas na semana passada, denunciando a exploração de meninas, em sua maioria vindas do interior do Rio Grande do Sul e até de Santa Catarina. A decisão foi tomada em reunião do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca), realizada ontem pela manhã, e presidida pelo secretário da Justiça e Cidadania, Gerardo Gamá.

A comissão executiva — que tratará especificamente do problema das prostitutas adolescentes —, será formada por representantes do Movimento Estadual dos Meninos de Rua, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. Pelo Governo do Estado participarão representantes da Fundação do Bem Estar do Menor (Fubem) e do Juizado da Infância e da Adolescência. No dia 6 de janeiro, o Cedeca estará reunido para receber as primeiras decisões da comissão executiva. Outro objetivo da comissão é criar um programa de saúde e inserir a polícia de municipalidade de atendimento de adolescentes, além de implementar a criação de conselhos municipais e tutelares para aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CONTÚLO — O chefe de Polícia, delegado Newton Müller, enfatizou durante o encontro a importância do simples fechamento dos hores de entornos e a prisão das adolescentes. "Precisamos ter um local para abrigá-las", defendeu Müller, acrescentando que não se trata de um caso policial, "mas uma questão social" e que basta retirar alguns gigolôs de circulação para que novos exploradores apareçam. Essa posição gerou uma discussão acirrada com o presidente da Fubem, Ricardo Dutra, que defende uma ação conjunta da Brigada Militar e Polícia para o fechamento dos hores de alta rotatividade. "Seria pelo menos uma solução temporária", justificou, mas acabou derrotado pelos votos dos demais conselheiros.

Entre as sugestões também chegou-se a cogitar a criação de uma Delegacia da Criança e do Adolescente, mas a ideia foi abandonada, em função das dificuldades que a Polícia tem de manter os de seus serviços. A maioria dos participantes rejeitou a iniciativa de fundar e indicar as menores a partir de um arquivo fiscalizado de imprensa, com Brigada e Polícia. Apesar de várias discussões e muita confusão, o secretário da Justiça, Gerardo Gamá, considerou bons os resultados do encontro que reuniu mais de 30 entidades.

Promotor diz que não tem prova contra o maior gigolô

A falta de provas foi o motivo apontado pelo promotor Dano de Oliveira para não condenar o ex-policial Vitor de Jesus, o Buda, 32 anos, no processo ao qual responde, juntamente com outros elementos, por favorecimento à prostituição e manutenção de casas de prostituição. A denúncia foi oferecida ao Ministério Público em 1988, e as alegações finais do processo foram feitas apenas em novembro desse ano.

Oliveira substituiu o promotor titular na 1ª Vara Criminal, recebeu o processo em suas mãos e não acusou Buda "por falta de provas judiciais", conforme afirmou na segunda-feira, em entrevista concedida ao programa de Laser Matins, no Rádio Gaúcho. Para o promotor, estava até a conversação informal da culpa dos envolvidos, mas o



Buda

Ministério Público não poderia condenar as pessoas apenas por capricho.

Confirma o promotor a partir das reportagens publicadas em Zero Hora, um novo inquérito policial será aberto, agora na 2ª Vara Criminal. Nesse caso haverá mais testemunhas e talvez houvesse novas provas contundentes.

O parecer no processo anterior, que incriminou Buda, não impede que o juiz que analisará o caso em março de 1992, Antônio Carlos Mazzena Cavalho, decida por sua condenação.

CACHOEIRINHA DÁ VANTAGENS AO MUNICÍPIO EM DIA COM O IPTU

IPTU/92

A PREFEITURA MOSTRA O QUE FAZ

Contribuinte
Pague seu imposto com
as seguintes vantagens:

- 10% Desconto para imóvel que tiver calçada
- 10% Desconto para quem estiver com o IPTU/91 pago até 31/12/91
- 10% Desconto para pagamento em taxa única até 28/02/92

OS PAGAMENTOS DEVEM SER
EFETUADOS EXCLUSIVAMENTE
NA PREFEITURA



Uma Administração
a Serviço
da Comunidade

AVENIDA FLORES DA CUNHA — Iluminação e humanização da Avenida com calçadas, colocação de bancos, floreiras, arborização e estacionamento.

EDUCAÇÃO — Investimentos superiores a 42% do orçamento. Construção de três novas escolas, equipando-as com recursos humanos e equipamentos específicos necessários, bem como a ampliação de 16 salas de aula em diversas escolas.

SAÚDE — Duplicação dos investimentos no setor, aplicação de 10% do orçamento. Novo projeto de atendimento à saúde na zona nordeste — Medicina geral e comunitária.

MEO AMBIENTE — Projeto "Lixo Limpo" e vários outros projetos ecológicos. Limpeza do Rio Gravatal.

GINÁSIO DE ESPORTES — Construído com recursos próprios, na Vila Família. A capacidade é de 5 mil pessoas e comportará oficinas culturais.

ASFALTAMENTO — Das Avenidas Fernando Ferrari e Bamba e calçamento em diversas ruas do município.

SAQUEAMENTO — Eliminação dos valos abertos, sendo colocados mais de 15 mil m de canalização.

REFORMA ADMINISTRATIVA — Realização e implantação, procurando valorizar o servidor público.

PREFEITURA DE CACHOEIRINHA
O futuro já é presente

ZERO HORA

GERAL

Sábado, 11 de janeiro de 1993

PROSTITUIÇÃO DE MENINAS

Polícia prende proprietários de boates

DA nova operação da Polícia Civil, em Capão da Canoa, resultou também na descoberta de mais quatro menores, que foram encaminhadas à Febem

Quatro garotas recolhidas à Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (Febem) e a prisão dos proprietários de boates com preventiva decretada. Base foi o resultado de mais uma operação da Polícia Civil, realizada na madrugada de ontem, em Capão da Canoa. O trabalho, coordenado pelos delegados Cleber Ferreira, de Furtos de Veículos de Porto Alegre, e Homero Campêlo, titular de Capão, envolveu batidas em várias boates e casas noturnas daquela zona.

A blitz comprovou a existência de várias meninas vendidas do Interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina para as boates do

Litoral Norte. As meninas detidas e recolhidas à Febem trabalhavam nas boates Angelica e Casarão, cujos proprietários tiveram suas provas preventivas decretadas pela juza de Capão da Canoa. Um dia antes, a Polícia Civil realizou um trabalho semelhante em Tramandaú, quando uma menor, vinda de Criciúma (Santa Catarina), foi recolhida à Febem.

Conforme o delegado Cleber Machado, a série de reportagens de Zero Hora, denunciando a existência de encachinhos no Interior e de Santa Catarina, estão comprovadas. Acrescentou que a partir das denúncias de ZH o tráfico foi reduzido substancialmente. Disse também que por determinação do chefe de Polícia, Newton Müller, várias operações do gênero serão realizadas no Litoral e em todo o Rio Grande do Sul. O objetivo é reduzir, se possível, acabar com o envolvimento de menores em prostituição.



Babás: polícia intensifica a vigilância nas boates do Litoral

Aliciadora acaba na cadeia

Os policiais de Esteio prenderam em flagrante, na madrugada de ontem, na Boate Hollywood, em Arraungul (SC), Adejones Viana de Souza, 39 anos. A mulher estava na companhia de uma sobrinha adolescente, de 17 anos, que havia convencido a deixar a casa dos pais, no último dia 1. Com a queixa registrada na delegacia e através de informa-

ções de familiares, os inspetores Victor Hugo Baugarten e Rosaldo Schuster viajaram para Arraungul e localizaram a menor na boate. Adejones foi autuada em flagrante por corrupção de menores pelo delegado Ireno Schulte e encaminhada ao Presídio Madre Peléier, que permanece funcionando numa ala do Instituto Psiquiátrico Forquim (IPF).

Gigolô preso por corrupção

O vitioso Sídney Nunes, o Cid, 30 anos, acusado de manter cinco menores prostitutas nas quadras próximas à Praça da Alfândega, foi preso na manhã de ontem numa perseguição na Rua Fernando Machado 236, no Centro, por agentes da Delegacia de Tóxicos. Com ele, os policiais receberam à DP a prostituta Anair Oliveira Porto, 22, uma adolescente de 15 anos e vários moradores da casa. No final da tarde, Cid foi indiciado por corrupção de menores, a jovem encaminhada à Divisão para o Menor (Dipame) e as demais libertadas. As investigações visam à montagem de um inquérito sobre a exploração de menores no Estado foram determinadas pelo chefe de Polícia, delegado Newton Müller, logo depois que ZH publicou uma série de denúncias sobre o assunto. O delegado Herbert Ferreira, titular da Delegacia de Tóxicos, foi designado para coordenar os trabalhos. Os agentes tentaram fechar o cerco para prender Cid, no início da semana, quando, na madrugada de terça para quarta-feira, uma garota de 15 anos o denunciou a um PM, no Centro.

VIOLENTA — Conforme a jovem, o gigolô a violentou e ameaçou de morte, depois de fazê-la chorar no

calva e Lóli — uma mistura de éter com cola de sapateiro. Na Área Judiciária da Polícia Civil, para onde foi conduzida, na madrugada, a adolescente desabafou:

— O Cid passou e me perseguir porque eu não queria mais dar a ele R\$ 50 mil por dia, em troca de casa e comida.

A menina, natural de Lagoa Vermelha, contou que foi levada para a Capital no início de novembro, por um aliciador identificado como Tarciso. Após uma semana, foi entregue ao motorista de táxi, que, conforme afirma, também lidera uma quadrilha de bateladores de carteira, que usa seu táxi para fugir. Depois de curada a garota foi encaminhada à Febem.

Na manhã de ontem, detida na companhia da prostituta Anair, Cid negou ser um gigolô.

— Eu conheci essa menina na terça-feira e ela e acabei na minha casa, pois ela estava com fome e cheirando Lóli.

Com base nas informações de várias testemunhas, o delegado Herbert Ferreira decidiu indiciar o acusado por corrupção de menores. A outra adolescente moradora da pensão, que ontem completava 15 anos, foi encaminhada à Divisão para o Menor (Dipame).

Óticos entram na Justiça

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Material Ótico, Francisco Maia, anunciou que pretende ajuizar a Sociedade de Oftalmologia por ter "induzido a Justiça ao erro". O juiz Renan Silva Moura, da 16ª Vara Civil de Porto Alegre, mandou deslutar os apêndices da Ótica Confiança, no final de dezembro, interdita por ação da Sociedade de Oftalmologia sob a

allegação de que tais instrumentos são de uso exclusivo dos médicos. A Sociedade de Oftalmologia entende que os apêndices são utilizados de forma "ilegal". Saul Bastos, presidente da Sociedade, disse que a atividade dos óticos ao reatar ou promover qualquer ação punitiva sem o aval de profissionais da área "é ilegal e só ocorre em países do Terceiro Mundo".

Publicações Legais

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COMUNICADO

1. O PRO-REITOR DA UFRGS, em nome da UFRGS, comunica a todos os discentes matriculados no curso de Engenharia de Materiais, o seguinte:

2. O curso de Engenharia de Materiais, no âmbito da UFRGS, encontra-se em processo de reestruturação, visando à melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa.

3. A reestruturação do curso de Engenharia de Materiais, no âmbito da UFRGS, será realizada em duas etapas:

3.1. A primeira etapa, que será realizada em 1993, visa à melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa, através da criação de novas disciplinas e da atualização das existentes.

3.2. A segunda etapa, que será realizada em 1994, visa à melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa, através da criação de novos cursos e da atualização dos existentes.

4. A reestruturação do curso de Engenharia de Materiais, no âmbito da UFRGS, será realizada de acordo com o plano de reestruturação aprovado pelo Conselho Superior da UFRGS.

5. A reestruturação do curso de Engenharia de Materiais, no âmbito da UFRGS, será realizada de acordo com o plano de reestruturação aprovado pelo Conselho Superior da UFRGS.

6. A reestruturação do curso de Engenharia de Materiais, no âmbito da UFRGS, será realizada de acordo com o plano de reestruturação aprovado pelo Conselho Superior da UFRGS.

7. A reestruturação do curso de Engenharia de Materiais, no âmbito da UFRGS, será realizada de acordo com o plano de reestruturação aprovado pelo Conselho Superior da UFRGS.

8. A reestruturação do curso de Engenharia de Materiais, no âmbito da UFRGS, será realizada de acordo com o plano de reestruturação aprovado pelo Conselho Superior da UFRGS.

9. A reestruturação do curso de Engenharia de Materiais, no âmbito da UFRGS, será realizada de acordo com o plano de reestruturação aprovado pelo Conselho Superior da UFRGS.

10. A reestruturação do curso de Engenharia de Materiais, no âmbito da UFRGS, será realizada de acordo com o plano de reestruturação aprovado pelo Conselho Superior da UFRGS.

SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE PORTO ALEGRE
Base: Rua Prof. Amos Dam, 112 - Sala 301 - 9º andar - Fone: 243.354 - Porto Alegre

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE PORTO ALEGRE, fundado em 1972, com base territorial nesta capital e representante da categoria de HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES, LANCHONETES, REFECÇÕES PREPARADAS E BEBIDAS À VAREJO E SIMILARES, nos municípios de Porto Alegre, Anísio, Cachoeirinha, Canoas, Estrela, Gramma, Nova Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Viamão, CONVOCA a respectiva categoria econômica para a Assembleia Geral Extraordinária que terá a eleição no dia 15 de corrente às 15 horas em primeira e 16ª sessões em segunda convocação, em sua sede social sita à Rua Professor Amos Dam, 112 - 9º andar, para tratar da seguinte ORDEM DO DIA:

a) Aprovar o pedido de Revisão de Dissão Coletiva suscitado pelo Sindicato dos Empregados no Comércio Hotelero e Similares de Porto Alegre e demais municípios de sua base territorial entre os supracitados;

b) Autorizar a Diretoria a firmar acordo, em conjunto ou separadamente, com o Sindicato dos Empregados no Comércio Hotelero e Similares de Porto Alegre e demais municípios de sua base territorial, para a cobrança do Desconto Assinatura;

c) Autorizar o não a cobrança do Desconto Assinatura.

Porto Alegre, 09 de janeiro de 1992.

JOÃO ANTONIO LONGOCHI ELIZ
Presidente

Base Territorial: Porto Alegre, Anísio, Cachoeirinha, Canoas, Estrela, Gramma, Nova Hamburgo, São Leopoldo, Sapucaia do Sul e Viamão.

ESTADO PAGA O 13ª TERÇA-FEIRA

O governador Alceu Collares autorizou ontem a Secretaria da Fazenda a depositar, na próxima terça-feira, dia 14, a segunda parcela de 50% do 13º salário aos servidores públicos estaduais e aos professores da rede estadual que ganham acima de R\$ 140 mil líquidos. A primeira parcela, também de 50%, para estas categorias, foi paga no último dia 20 de dezembro. É possível que no decorrer da próxima semana seja depositada, também, a diferença de novembro e dezembro dos cargos em comissão (CCO) e funções gratificadas (FGG), que foram reajustadas através de lei sancionada na véspera de Natal.

RECURSO PEDE A PRISÃO DOS COLONOS

O recurso contra a liberdade provisória concedida aos quatro colonos acusados de matar um cabo da Brigada Militar será julgado na segunda-feira pelo juiz substituto da 1ª Vara do Juiz de Porto Alegre, Arnaldo Nassif. Ontem, o juiz continuava estudando o recurso encaminhado pelo promotor Daltro de Aguiar Chaves, que deseja manter Ovídio Amaral, José Gonçalo, Idone Bento e Augusto Moreira na prisão.

COLLARES MANDA REVISAR PROJETOS

O governador Alceu Collares determinou ao secretário dos Transportes, Blázeus Schmitt, a revisão dos projetos finais de engenharia das 155 obras em andamento ou paralisadas no Estado. As obras foram paralisadas temporariamente para que seja feito um estudo detalhado de todas as licitações e projetos do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) para determinar os gastos já efetuados e as necessidades financeiras para sua conclusão. Após este estudo o DAER vai retornar, o mais rápido possível, todas as frentes de trabalho já com previsão de custo e prazo para conclusão.

O governador Alceu Collares determinou ao secretário dos Transportes, Blázeus Schmitt, a revisão dos projetos finais de engenharia das 155 obras em andamento ou paralisadas no Estado. As obras foram paralisadas temporariamente para que seja feito um estudo detalhado de todas as licitações e projetos do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) para determinar os gastos já efetuados e as necessidades financeiras para sua conclusão. Após este estudo o DAER vai retornar, o mais rápido possível, todas as frentes de trabalho já com previsão de custo e prazo para conclusão.

ISENÇÃO DE TAXA

O vereador Isaac Alborn (PMDB) encaminhou para aprovação da Câmara de Vereadores projeto de lei do pagamento de taxa de recolhimento de hto os boxes individuais de esgotoamento de veículos. O vereador justifica o projeto afirmando que "todas as estacionamentos não geram lixo".

ZERO HORA

GERAL

Segunda-feira, 13 de janeiro de 1992 125

APOSENTADOS

Votação do projeto vai demorar

Antes de chegar ao plenário, reajuste das contribuições passará por quatro comissões. Líderes estão exigindo também acesso às contas do INSS

A Câmara Federal inicia hoje a votação do projeto de lei do Governo que aumenta a contribuição de empresas e trabalhadores para a Previdência Social. Antes de chegar ao plenário da Câmara, o projeto passará por quatro comissões: Seguridade Social, Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho. O que deverá retardar em muito a votação. Mas não é só isso o motivo da demora na avaliação do projeto. Os parlamentares de praticamente todos os partidos não admitem votar o projeto depois que tiveram acesso às contas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Eles querem chegar a informação do Governo de que o pagamento do reajuste de 147,06% foi aproximadamente significará um déficit de Cr\$ 11 trilhões nas contas da Previdência Social.

Para buscar estas informações, o Tribunal de Contas da União já in-

teceu uma comissão de auditores para, no prazo de dez dias, fornecer as informações que deverão orientar os deputados e senadores na análise do projeto do Governo. Além de informações sobre o déficit, os parlamentares querem também a lista de devedores da Previdência.

Hoje o líder do PNUB, Genivaldo Correia (B), entrega à mesa da Câmara um requerimento de informações ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Antônio Rogério Magalhães, com 29 perguntas, entre elas a estimativa de receita e despesas do INSS, levando em conta a destinação de 100% dos recursos do Finsocial para a seguridade social.

ENTREVISTA — O líder do PDS, Vitor Faccioni (RS), também está elaborando um questionário para ser encaminhado ao ministro Magalhães. Ele quer saber sobre a corrupção dentro da Previdência, quem são os fraudadores e quem já foi preso. Segundo Faccioni, o trabalhador não pode pagar a conta da má administração da Previdência que le-

PRINCIPAIS MUDANÇAS

Salário	Alíquota
até Cr\$ 285 mil	passa de 8% para 10,5%
de Cr\$ 285 mil a Cr\$ 475 mil	de 8% para 12%
de Cr\$ 475 mil a Cr\$ 950 mil	de 10% para 13,5%

* O teto da contribuição previdenciária é de dez salários mínimos, o que em janeiro é prorrateado em Cr\$ 160 mil. Portanto, os salários acima desse valor terão alíquota de 13,5%, o que dá Cr\$ 128.250,00.

- ✓ Além das alíquotas, há um adicional de 3%
- ✓ O desconto das empresas passa de 20% para 21,5%
- ✓ Os aposentados descontam 7%
- ✓ Os pensionistas descontam 3,5%

vou a tantos casos de fraudes. Além disso, no questionário do PDS, vai ter pedido um levantamento dos empregos da Previdência, com o cálculo do montante que a venda poderia significar. Faccioni disse que tem a informação de que a Previdência conta com 17 mil empregos em todo o país.

Hoje, a mesa da Câmara deverá definir o prazo para o recebimento de

emendas ao projeto. O líder do PT, José Genoino (SP), pretende apresentar um requerimento pedindo que o prazo só seja aberto depois que as informações sobre a Previdência forem fornecidas aos parlamentares.

Depois de passar pela Câmara, e se for aprovado, o projeto do Governo ainda vai para o Senado, passando também por quatro comissões. (Brasil/ZH).

Prostituição de meninas: polícia faz novas prisões

A Polícia Civil do Estado continua investigando o tráfico e prostituição de meninas. Na madrugada de sábado, o delegado de Polícia de Santa Maria, Luiz Uruch, prendeu em flagrante seis donas de boteis e um garoto que exploravam adolescentes. Uma das meninas era de Santa Helena (PR).

O chefe da Polícia Civil, delegado Newton Muller Rodrigues, determinou que fossem apuradas as denúncias sobre tráfico e prostituição de meninas, publicadas por Zero Hora em dezembro. Várias ações policiais estão sendo desfechadas. Em Santa Maria, os delegados Luiz Uruch e César dos Santos (3ª distrito) encontraram seis meninas e três meninos sendo prostituídos. Foram presas as donas de boteis Laura Lopes dos Santos, Sandra Maria Batista de Luna, Maria Lauretti Magalhães, Iraci Anacleto da Fonseca, Virginia da Silva Garcia e Nair Terezinha Evangelista. E também o garoto Tazir de Moura Pedrosa. As adolescentes foram encaminhadas à Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (Febem).

RANCHO BÁSICO SUPREBEM.

**BOM PARA O
PATRÃO,
BOM PARA O
FUNCIONÁRIO.**

Proporcionando Ranchos Básicos Suprebem para os seus funcionários, você fica muito mais tranqüilo.

E a sua empresa muito mais produtiva.

Suprebem. Uma divisão da Companhia Dosul.

Suprebem

Av. Frederico Mente, 977 - Fone: (011) 32.9911
Telex: (051) 2014 e Fax: (0512) 43.2554.

UMA DIVISÃO DA

**COMPANHIA
DOSUL**

Terça-feira, 14 de janeiro de 1992

OPINIÃO

ZERO HORA

FRASES

□ "Crê e trabalhe". Mensagem da câmbio do presidente Collor no coque do último domingo

□ "Um abraço para o povo do Bocatã". Dona Rosine Collor, numa homenagem equivocada à cidade paulista de Botucatu.

□ "Bichinha com bichinha e mulher que não forte não tem proteção do Estado". Procurador geral do INSS no Rio, Thales Calmon de Aguiar, questionando o pedido de pensão de um homossexual após a morte do companheiro.



Rosine Collor

Arsenais

NEWTON CARLOS

Análise Internacional

O Pentágono, o departamento de defesa dos Estados Unidos, divulgou um documento que está dando o que falar. Ele detalha os arsenais atômicos espalhados pelas Repúblicas ex-soviéticas. Como é do conhecimento geral, as armas estratégicas de longo alcance que compunham a espinha dorsal da força de confronto com os Estados Unidos estão em apenas quatro Repúblicas. Três delas, a Rússia, Bielorrússia e Ucrânia. Uma última, o Cazaquistão, o que provoca calafrios em gabinete ocidental de avaliações.

Pelo menos uma República ex-soviética já entrou para a Liga Islâmica, em reunião realizada há pouco no norte da África. Com isto aumentou o medo de surgimento de uma bomba islâmica, responsável pelo permanente rastreamento das pretensões armamentistas de países muçulmanos. O documento do Pentágono procura comprovar o que já se sabia. Que as armas táticas, pequenas, incluindo peças de artilharia e granadas atômicas de mão, se espalham por todo o território do que foi a União Soviética.

Um dado sinistro é a revelação de que estão estocadas na Geórgia 302 dessas engrenagens. Existem na Geórgia incrustações étnicas, como a Ossetia do Sul, que pegam fogo. A própria Geórgia assume o jiló de uma república bananeira, no velho estilo contra-americano. A junta militar que depôs um presidente que não era em palácio "for que se elevaria" ali em adversários como se estivesse capando passarinhos. Como garantir que o sangrento bochicho georgiano não acabará alcançando os 302 engenhos atômicos? Não há como garantir. Além disso, não se trata só da Geórgia. O rastilho de pólvora vai cobrir todo o Cáucaso.

ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA
 Porto Alegre: Av. Ipiranga, 1073, CEP 90.069. Fone: (51) 234.300. Administração e Comercial: 234.408. Circulação: 234.600 e Atendimento ao Assinante: 234.111. Telex: (51) 234.351 e 234.407 e Comercial: 234.317. Fax: (51) 234.263 e 234.265 e Comercial: 234.263.
 Filial no Rio de Janeiro: Instituto Verificador de Circulação, Associação Nacional de Jornais e CONAR

C&T, uma conquista a consolidar

ABÍLIO A. BAIETA NEVES

Pré-ressort de pesquisa / FAPESP

O ano de 1991 foi acompanhado com muita expectativa por todos os que atuam no sistema de pesquisa científica e tecnológica no RS.

Após a sanção da lei que regulamentou o repasse de recursos do tesouro para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, em julho de 1990, e com a manutenção e fortalecimento da Secretaria de Ciência e Tecnologia tendo o próprio vice-governador como seu titular, cresceu a esperança de que novos tempos se inauguravam. Fortaleceu-se a convicção de que se passaria, enfim, a contar com o estímulo organizado e sistemático à pesquisa científica e tecnológica, o que se traduziria numa efetiva articulação entre o avanço científico e o desenvolvimento econômico e social. Confiava-se na capacidade de formulação de políticas e diversificação dos instrumentos de ação da Secretaria de C&T, bem como no repasse regular de recursos para a Fapergs, definida pela Constituição como órgão básico de fomento às atividades do setor.

Um balanço do ocorrido leva à frustração das elevadas expectativas, mas revela igualmente o enorme potencial do setor de ciência e tecnologia do Estado, passível de ser mobilizado no atendimento das exigências de desenvolvimento social.

Com efeito, não se confirmou o cumprimento do disposto constitucional que assegure recursos à Fapergs. Apenas 5% do orçamento previsto para 1991 foi efetivamente repassado à Fundação. Sua atuação ao longo do ano ficou limitada aos recursos resultantes do repasse de dívidas do Tesouro Estadual que venceram entre junho e setembro.

Essas dificuldades chocaram-se com a enorme mobilização e disposição para o

trabalho da comunidade de pesquisa. O número de projetos encaminhados à Fapergs cresceu enormemente no mesmo período.

Foi grande o esforço da Secretaria de C&T, mas enormes as dificuldades no sentido de consolidar a como instância superior, coordenadora do desenvolvimento científico e da inovação tecnológica, articuladora entre as ações institucionais pertinentes no âmbito universitário, empresarial, das instituições privadas de pesquisa e das secretarias de Estado.

Mesmo sem recursos, mas com a enorme disposição de seus dirigentes, funcionários e assessores, a Fapergs pôde manter em funcionamento programas básicos de fomento e ainda priorizar iniciativas novas capazes de estimular o desenvolvimento conjunto dos setores universitário e produtivo de pesquisa.

Isso, ainda, no entanto, longo caminho a ser percorrido neste campo em nosso Estado. Em especial torna-se cada vez mais urgente a estabilização das atividades de fomento à ciência e tecnologia mantidas pelo governo estadual.

As universidades, como instituições centrais neste processo, não desconhecem que, a par de pretenderem o atendimento de suas necessidades sempre vinculadas com o desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado, ainda que muitas vezes apenas de modo mediato, é fundamental assumir compromisso explícito com o enfrentamento dos grandes desafios virados pela sociedade rio-grandense.

Nesse sentido, muito tem sido feito, tanto pelas universidades como pelos institutos de pesquisa isolados, de modo sério e sem o devido apoio.

Este é o caso de esforço de pesquisa nas áreas de ecologia, qualidade e recuperação de solos, melhoramento de sementes, reflorestamento, melhoria da quali-

dade de rebanhos, na área de recursos marinhos, de fontes de energia, de novas tecnologias e produtos de interesse da indústria regional, bem como dos intensos trabalhos no campo das enfermidades endêmicas que afligem nossa população.

É imperativo ter ouvidos para investimentos capazes de dar condições de desenvolvimento ao RS

Não se pode esquecer, também, neste contexto, a árdua luta na formação de recursos humanos para o desenvolvimento científico e tecnológico através da pós-graduação, dos cursos técnicos e da preparação do amplo contingente de jovens pesquisadores através da iniciação científica.

Por tudo isso, a notícia de que se questiona, no âmbito do governo, o compromisso do repasse de recursos para a Fapergs constitui uma ameaça à comunidade científica com uma ameaça à recuperação.

São conhecidas as dificuldades de recursos para investimento enfrentadas pelo Estado. A comunidade científica é sensível a esta realidade. Contudo, precisamente, nesta hora é imperativo ter clareza sobre as prioridades e ouvidos para fazer investimentos capazes de, no médio e longo prazos, dotar o Estado das condições básicas para um processo consistente de desenvolvimento.

Para 1992 estão reprogramadas, ainda com muita urgência, as tarefas de consolidação dos organismos pelas políticas e pelo fomento da ciência e tecnologia, e a de se garantir o repasse regular de recursos à Fapergs em montantes condizentes com as necessidades do setor e sua importância para o futuro do Estado.

As vítimas do cinismo

JOSÉ TÚLIO BARBOSA

Promotor de Justiça

A gravidade das circunstâncias denunciadas sobre a prostituição e exploração de crianças e adolescentes por quadrilhas operantes na capital e no interior do Estado, só podem ser opacas à cortesia irreversível dos jornalistas Nelson Mariano e Carlos Wegner e à indelével cumplicidade das instituições e da sociedade. Na verdade, os olhos não viam essas "infelizes decisões", porque não as queriam enxergar: seu drama já não impressionava sequer autoridades, porque todos, a cada dia, estamos aumentando o furo que fragmenta, que dilacera nosso País e a não proprias, individualmente: a miséria da maioria de nosso povo, diluída no cotidiano, não alarma mais.

Para alguns, esta análise pode estar perdendo desde o título que há em cima. Conflito que, intimamente convencido da necessidade do diálogo honesto e objetivo para a superação desses dramas de demonstrativos da desconstrução do tecido social, muito me desagrada ter de recorrer à contumácia da linguagem para expor o peço de silêncio que tem permitido precisamente a expansão dessa chaga vergonhosa. Há cerca de sete anos, em Congresso na Ordem dos Advogados sobre o Menor de rua, quando as autoridades policiais do primeiro de saúde de uma cidade interiorana se limitaram a recomendar a uma adolescente

prostituída o uso de pilulas. Em cidade com juízo regional de menores, as meninas que encontramos em um prostíbulo em Santa Vitória do Palmar foram mandadas embora tão logo desceram do ônibus em que nosso comitê voluntário as levava, nunca mais tendo sido localizadas para deporem contra seu explorador. Precisamente por isso o réu foi absolvido, decisão modificada pelo Tribunal de Justiça graças a recurso do Ministério Público, sem, entretanto, ser examinada a atitude do então Juiz de Menores.

Julges vivem drama de não terem como separar vítimas juvenis de violência sexual de seus agressores

E no mínimo há três meses uma menina com 12 anos de idade, prostituída por suas mães nas ruas de Pelotas, Rio Grande e outras cidades, aguarda no prostíbulo que algum estabelecimento comunique a existência de verga, depois de haver voltado à própria Justiça que a retirasse da guarda de sua mãe. E a todo instante os Julges estão vivendo o drama de não terem como separar as vítimas juvenis de violência sexual de seus agressores, muitas vezes pais, padrastos e irmãos, simplesmente por não haver como encaminhá-las. O mesmo argumento empregado por um Promotor para dizer-me, quando eu exercia a função de

juiz temporário, que já não mais se "protegerá" com o problema das prostitutas infantis juvenis. E o envolvimento de polícia com a exploração do lenocínio é sabido de há muito. E poucos não foram os prefeitos que recusaram e recusam o Conselho Municipal criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente apenas porque não desejam parecer o filho eleitoral que representa o "assistencialismo" que dispensam em suas comunidades aos menores.

Contudo, não se trata de responsabilizar esta ou aquela instituição, pois que todas, sem distinção, apenas atuam de forma superficial no enfrentamento dessa questão, inconscientes como a própria sociedade que finge não perceber nas ruas de qualquer cidade de porte médio a impunidade do tráfico de meninas. Não se deve, por outro lado, pretender estancar esse lamaçal unicamente através de procedimentos criminais, esquecendo nos de que: antes dos traficantes, é a miséria que corrompe famílias e os ainda não consolidados conceitos morais. Sem dúvida alguma, a Polícia e a Justiça devem refletir profundamente sobre como vêm equacionando os fatos que lhes chegam ao conhecimento, evitando, sobretudo, a ideologia da apatia "que apenas não haver mais nada para ser feito. Mas a sociedade não pode apoiar na indiferença, os assumidos todos, a dignidade da infância e da juventude — melhor, da vida —, ou fingimento de novo espanto diante da coragem dos que resistem a verdade que batulhal calando."

D O S S I Ê

"CRIANÇAS ESCRAVIZADAS"

BRASÍLIA, FEVEREIRO DE 1992

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - INESC
SCS - QUADRA 08 - BLOCO B Nº 50 - SALAS 433/441
70.333 - BRASÍLIA - DF - BRASIL
FONE: (061) 226.8131
FAX: (061) 226.8042

FOLHA DE PAULO

brasil

Quarta-feira 13 de maio de 1992 1-9

Meninas-prostitutas são escravas no Pará

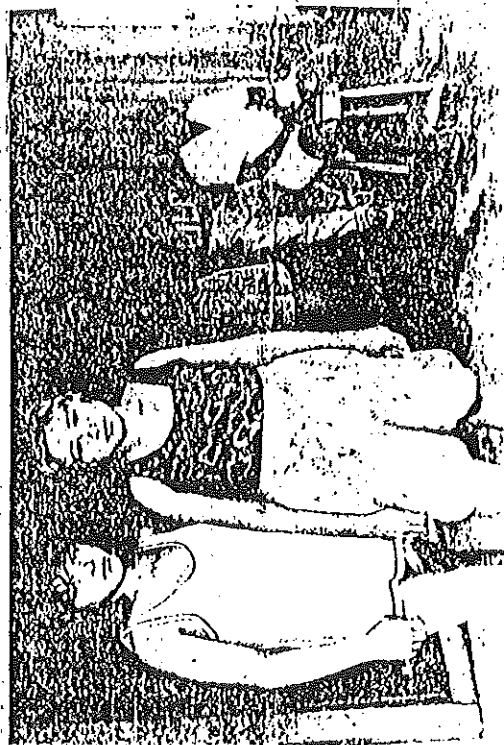
Série da Folha mostra as rotas de tráfico de adolescentes e o submundo da prostituição infantil na Amazônia Legal

GILBERTO OIMENSTEIN
Crônica da Amazônia

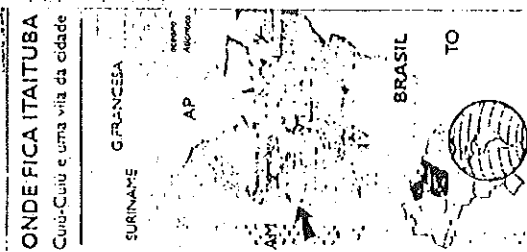
A vila de Cuiú-Cuiú, região de garimpo do município de Itaituba (centro-oeste do Pará), é cenário do tráfico de meninas que, aliciadas, são forçadas a viver da prostituição. Acusadas pela violência, vivem como escravas, ligadas aos donos de boates ou prostíbulos.

O tráfico de meninas é generalizado nas áreas mais pobres do país e institucionalizado na Amazônia Legal (61% do território nacional, incluindo Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste). Nem a polícia nem outras entidades têm informações sólidas ou mesmo interesse em coibir esse tipo de "comércio", para o qual são atraídas meninas cada vez mais jovens.

A partir de hoje, a Folha mostra essas rotas de tráfico e o submundo da prostituição infantil, onde impera a impunidade e a violência é rotineira.



"Tica" e "Lour" são mandadas escravas através de dívidas



Domingas foge e vive sob ameaça de morte

Encravada na floresta amazônica, a vila de Cuiui-Cuiui, no Pará, recebe levadas de meninas saídas especialmente do Norte e Nordeste. São atraídas pelo ouro do garimpo, cheias de esperança de ganhar dinheiro e melhorar de vida. Lá, são forçadas a trabalhar em barcos como prostitutas e, aprisionadas, viram escravas. A violência e até a morte são o castigo para quem tenta a fuga.

Não é fácil escapar. Para chegar ao rio mais próximo são necessárias quatro horas a pé, numa trilha na selva. De lá, cinco dias até Itaubá (centro-oeste do Pará). Maria Domingas Rabelo Frazão, 14, conseguiu. Mas, escondida, vive com medo.

Com a promessa de que trabalharia numa lanchonete em Cuiui-Cuiui, Maria Domingas foi levada em um avião monomotor no dia 23 de dezembro de 91. Logo descobriu que trabalharia numa boate chamada Saranandá, destinada aos garimpeiros. Antônio Rodrigues, o "Mineirinho", dono da boate, jurou-lhe de morte caso ela fugisse.

Por isso ela se esconde. Mas, antes de se refugiar, foi à delegacia de Itaubá, no dia 23 de janeiro. Prestou queixa, disse que fora aliciada com falsas promessas e que vivia sob ameaça de morte. Diante do escrivão, informou que mais duas colegas estavam presas e pediam socorro.

A polícia não tomou providência. O delegado Alcir Conde, espantado em sua cadeira, explicou: "Eu sei que tem escravidão em Cuiui-Cuiui. Mas o que vou fazer? Não temos dinheiro para ir

de avião". O juiz de direito Amílcar Guimarães também sabe. "Estamos de braços amarrados". Ele até se permite momentos de reflexão filosófica: "O capitalismo também é escravidão. Qual a diferença entre a menina de Cuiui-Cuiui e um operário?"

Na sexta-feira passada, o repórter da Folha entrou na vila, a fim de checar as informações de Maria Domingas. Foram encontradas as amigas "Tietá" (Maria Izalde Batista de Oliveira) e "Loura" (Kauçha Santos Silva). Lá também estava o "Mineirinho". Quando entrou na boate, para pegar uma cerveja, "Tietá", voz baixa, implorou ao repórter: "Por favor, me tira daqui".

Também longe dos olhos de "Mineirinho", "Loura" pediu que o repórter a tirasse de lá. Está grávida, já contraiu malária e não consegue pagar sua dívida com a boate. "A dívida não acaba nunca. Não vou sair nunca". É justamente a dívida o mecanismo de escravidão.

Quando as meninas são levadas para a vila, não sabem que têm que pagar a passagem de avião, alimentação, estadia. Já chegam com a dívida, zelosamente administrada pelo dono da boate. É normal que comprem roupas e que adoçam. Não menos comum é que se entreguem à bebida, avolumando ainda mais o suposto débito. "Tietá" e "Loura" ainda devem, cada uma, Cr\$ 200 mil. A dívida aumentou por um fator inesperado. Irritada com a fuga de Maria Domingas, "Mineirinho" colocou o débito da fugitiva na conta das duas.



A menina Maria Domingas Frazão, "Fininha", que conseguiu escapar de Cuiui-Cuiui, mas vive escondida em cidade do Pará

Nascida em torno de garimpo, vila tem apenas duas ruas e 32 boates

A vila de Cuiú-Cuiú, embora distante 250 quilômetros, faz parte do município paraense de Itaituba (à sudoeste de Belém). A vila nasceu há 33 anos em torno do garimpo de ouro. Lá moram 522 pessoas e, segundo levantamentos de seus moradores, há 32 boates perfeitadas nas duas únicas ruas da vila, nas proximidades da pista de aviação. Uma pista de terra inteiramente esburacada, onde só uma empresa pode operar.

Segundo os moradores, há pelo menos 65 prostitutas na vila. Na região trabalham cerca de 3.500 garimpeiros. Das prostitutas, a maioria é de meninas e adolescentes. No garimpo, é costume chamar as mulheres com mais de 18 anos de "galinhas". As menores são chamadas de "tranquilizantes".

Apesar do medo que elas têm de denunciar os donos de boate e cafetins, foi possível coletar documentos e testemunhos, sempre apontando maus-tratos, torturas, abusos sexuais e escravidão. No dia 27 de abril do ano passado, Mariana dos Santos Viana, de 15 anos, nascida em Altamira (PA), foi à delegacia de polícia de Itaituba. Afirmou ao delegado João Bosco de Macedo que vivera prisioneira e acusou Hamilton Fortes, apelidado de "Tampinha". Ele é dono de uma boate com o sugestivo nome de "Matador".

Mariana disse que era obrigada a manter relações sexuais várias vezes por noite. "Se não obedecíamos as ordens, apanhávamos". Ela deixou na delegacia uma lista de meninas que não



Vista aérea de Cuiú-Cuiú, que nasceu em torno do garimpo

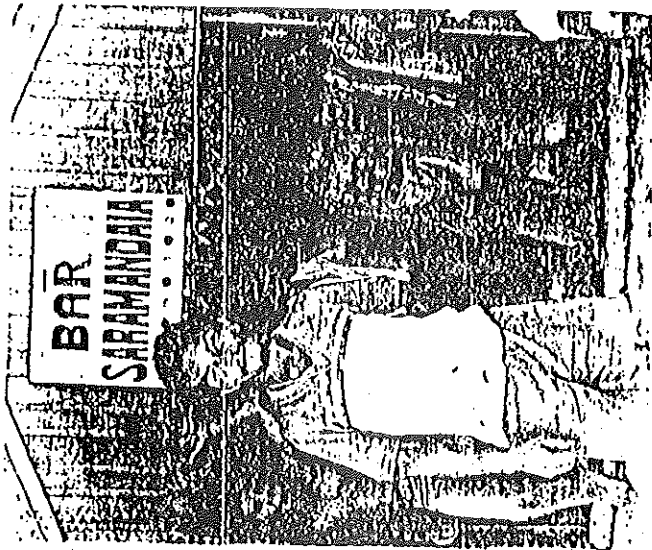
entrevista.

Maria Madalena Costa, hoje morando em Belém, chegou ao "Matador" em 1 de maio do ano passado. Na primeira tentativa de fuga ficou quatro dias no mato, mas foi capturada. Só conseguiu escapar em 27 de novembro do ano passado.

De acordo com Maria Madalena, um dos meios de sair da escravidão é ser "comprada" por alguém. Ela conta que uma mulher chamada Eva apanhava muito na boate. Um garimpeiro "teve pena dela" e pagou 55 gramas de ouro ao "Tampinha". Levou a mulher, transformada em sua propriedade.

"Tampinha" é conhecido na região por sua violência. São atribuídas a ele várias mortes, inclusive de mulheres que tentaram escapar da boate. "A fama do homem é péssima", acrescenta o delegado de Itaituba. Alcir Contreiras. Até agora esta volta. Certa vez foi chamado para depor, jurou que era tudo intriga. Caso encerrado.

"Matador" para tentar falar com "Tampinha". Um sergente de milícias tremulas disse que ele não estava. Estava, segundo disse, no garimpo. Mas, segundo apurou o repórter, apenas tentava evitar a



'Mineirinho', dono da boate Saramandaia

'Mineirinho' se diz paternal

Andônio Rodrigues, o "Mineirinho", dono da boate Saramandaia, reconhece que não deixa "suas meninas" irem embora enquanto não pagarem a "divida" com a passagem de avião, roupas, perfumes, remédios e bebidas. "Quem deve tem de pagar todas bem. Trato como se fossem minhas filhas...". Para ele, Maria Domingas é uma "vagabunda". Ela fugiu sem pagar o que devia. É uma malandragem. (GD)

Raramente ele deixou que as meninas conversassem com o repórter sem fiscalizar atentamente cada palavra. "Nenhuma delas está aqui enganada. Todas sabem que vinham fazer programa". Ele nega empregar violência. "Trato todas bem. Trato como se fossem minhas filhas...". Para ele, Maria Domingas é uma "vagabunda". Ela fugiu sem pagar o que devia. É uma malandragem. (GD)



Dermes Lira, o delegado José Souza da Silva e Alirio Ferreira de Matos, policiais de Cuiabá, em frente ao posto da PM

COLUMBES PAULO

brasil

Sexta-feira, 7 de fevereiro de 1992 1-9

Tráfico de drogas usa meninas-prostitutas

Em Rondônia, elas são "aviões" que entregam a cocaína: polícia do Pará recebe "ajuda" de seus "donos"

GILBERTO DIMENSTEIN
Diretor da Secretaria de Brasília

Um documento obtido pela Folha mostra que a delegacia de polícia de Cuiabá-Cui, vila do município de Itaituba (PA), recebe semanalmente uma contribuição dos donos de bares e botes que mantêm meninas e adolescentes em regime de escravidão. Para o delegado-titular, José Souza da Silva, as meninas fogem por "malandragem". Com essa e outras reportagens, a Folha publica hoje a segunda



parte da série "Meninas escravizadas".

A geóloga da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Pará, Rita Maria Rodrigues, viajou há vários anos para o garimpo e, agora, prepara um documento oficial mostrando a escravidão de garotas. Ela colecionou cartas de vítimas que denunciam torturas, maus-tratos e assassinatos.

Rondônia é uma das principais rotas do tráfico de meninas-escravas. Lá, segundo apurou a Folha, elas são convertidas não apenas em prostitutas, mas também em "aviões" —ou seja, entregam drogas. Muitas delas são violadas, e parte da dívida com seus "proprietários" é paga para "mela" feita à base de pasta de cocaína.

Donos de boates pagam Cr\$ 4 mil por semana para 'calar' a polícia

Todos os donos de boates e bares de Cuiú-Cuiú, região de garimpo de Itaituba (centro-oeste do Pará, a sudoeste de Belém), exploram meninas sexualmente. A maioria delas vive em regime de escravidão, e todos os policiais da vila sabem disso. Não apenas sabem: semanalmente, recebem dinheiro dos proprietários de boates e bares.

Foi possível obter uma prova incontestável dessa vinculação durante a viagem da Folha a Cuiú-Cuiú, na sexta-feira passada. O documento está guardado na própria delegacia e foi até mesmo assinado pelo delegado titular, José Souza da Silva. Lá trabalham mais dois policiais, Dornes Lira e Alfrido Ferreira Mattos.

O documento é a lista de contribuições da vila para manutenção da delegacia e dos policiais, lotados na Secretaria de Segurança do Pará. Ali estão inscritas as dez boates onde é praticado o lenocínio (induzir à prostituição e prática de tráfico de mulheres): Super Star, Brega & Chic, Tangará, Saramandaia, Luz Vermelha, Scorpão, Flac hoop, Prego, Matador e Horizonte. Na edição de ontem, a Folha apresentou provas de que na Matador e na Saramandaia as meninas são mantidas como escravas, impedidas de sair.

As boates são obrigadas a dar uma contribuição maior. Enquanto os demais estabelecimentos comerciais da vila pagam Cr\$ 3 mil por semana, as boates pagam Cr\$ 4 mil. A delegacia é pequena, com apenas duas celas, onde são trancados bêbados ou garimpeiros que matam outros garimpeiros, fato comum na região.

O delegado José Souza da Silva —como os demais policiais— está consciente da exploração de meninas. Mesmo porque Cuiú-Cuiú tem apenas duas ruas, surgidas

em torno da pista de terra batida onde pousam os aviões que trazem os garimpeiros que se espalham pela região.

As meninas vivem andando pelas ruas. Muitas delas abordam visitantes à procura de ajuda, como aconteceu com o jornalista da Folha. É do delegado, por exemplo, a estatística de que existem ali 65 prostitutas, mais de 10% da população.

O delegado confirmou que às vezes as meninas fogem. "Malândragem", alegou ele, acusando-as de serem desonestas. Souza da Silva afirmou que elas não podiam deixar os locais onde "trabalham" porque estavam "devendo" e não queriam pagar. Os demais policiais assistiram a entrevista, concordando com as afirmações.

A dívida é o mecanismo de escravidão. A menina é trazida para a vila, com promessas de bom emprego numa lanchonete, loja ou restaurante. Muitas vezes, ao chegar, ela descobre que na realidade vai trabalhar numa boate, onde é obrigada a se vender sexualmente. Lá, fica sabendo também da dívida a pagar —sem este pagamento, não pode sair.

A dívida começa com os gastos com a passagem aérea e a hospedagem. Sem contar que muitas "ganham" roupas e perfumes dos donos das boates. Elas não tocam no dinheiro: o cliente paga diretamente ao cafetão, que vai "abatendo" a dívida sem jamais prestar contas. A dívida não acaba —ao contrário, cresce com os gastos com bebida e, na maioria das vezes, remédios, já que contrair malária e hepatite é extremamente comum na região.

Há várias denúncias, obtidas pela Folha, de que o controle é exercido através da força e que as meninas vivem sob permanente ameaça de maus-tratos e agressões. Para fugir é preciso escapar à noite, mata adentro, numa caminhada que pode demorar vários dias. De Cuiú-Cuiú até Itaituba, município ao qual a vila pertence, uma viagem de barco demora cerca de cinco dias. Para chegar ao rio, são necessárias pelo menos quatro horas a pé.

(Gilberto Dimenstein)

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE CUIÚ-CUIÚ

LISTA DE CONTRIBUIÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DA VILA

ESTABELECIMENTO	CONTRIBUIÇÃO	DATA
01. SUPER STAR	4.000,00	10/05/92
02. BREGA & CHIC	4.000,00	10/05/92
03. TANGARÁ	4.000,00	10/05/92
04. SARAMANDAIA	4.000,00	10/05/92
05. LUZ VERMELHA	4.000,00	10/05/92
06. SCORPÃO	4.000,00	10/05/92
07. FLAC HOOP	4.000,00	10/05/92
08. PREGO	4.000,00	10/05/92
09. MATADOR	4.000,00	10/05/92
10. HORIZONTE	4.000,00	10/05/92
11. OUTROS	3.000,00	10/05/92
TOTAL	40.000,00	

Assinado: José Souza da Silva

07/02/92

Fac-símile da relação dos contribuintes à polícia de Cuiú-Cuiú

Geóloga faz relato sobre a escravidão

A geóloga Rita Maria Rodrigues recebeu como missão da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará (Seicom) fazer um perfil social da região do garimpo. Dois anos de viagens e acabou se defrontando com o tráfico de mulheres, em sua maioria meninas. Obteve testemunhos e cartas denunciando o assassinato e a tortura de meninas-escravas.

Rita Maria está agora produzindo o único documento oficial onde é constatada a escravidão — o texto deve ser publicado neste semestre. Ela própria recebeu várias cartas de pessoas pedindo ajuda para fugir.

Rita entrevistou uma jovem que apresentava marcas de tortura. "Isso porque ela tentou fugir e a Polícia Militar, seguindo a orientação do dono da boate, foi atrás da menina", escreve a geóloga. O fato ocorreu em maio de 1990. Outro trecho do documento afirma: "Alguns meses antes [da tortura da jovem], uma mulher também havia tentado fugir e foi eliminada pela Polícia Militar com um tiro pelas costas".

A geóloga obteve duas cartas, ambas mostradas ao jornalista da Folha, escritas por vítimas. Numa delas se lê: "Se a gente fugir, eles vão atrás. Se encontrarem, matam, se não matam, eles vêm batendo". A carta de outra delas afirma: "Aqui o dono da boate bate na gente com fio elétrico. Quando não batem, mandam a polícia bater."

A geóloga entrevistou mulheres que se libertaram, mas não porque conseguiram fugir da boate. Elas foram "compradas" por "peões" que se apaixonaram — o pagamento é feito em ouro. (GD)

ONDE FICA ITAITUBA

Cuiú-Cuiú é uma vila da cidade



Unicef apoiou a pesquisa

Da Sucursal de Brasília

O jornalista Gilberto Dimenstein iniciou a pesquisa sobre o tráfico de meninas no Brasil em junho de 1991. Escolheu a Amazônia Legal.

Com bolsa da Fundação MacArthur (EUA) e apoio da Folha, ele viajou com a fotógrafa Paula Simas e foi assessorado por 22 pesquisadores patrocinados pela Unicef em convênio com a Associação das Universidades Amazônicas, coordenado pelo padre Bruno Secchi.

Vício é forma de manter cativo

Rondônia é um dos principais centros receptores de adolescentes destinadas à prostituição. Elas estão espalhadas não apenas pelas boates de Porto Velho, a capital, mas pelos garimpos, onde a prostituição se mistura ao tráfico de cocaína.

A menina também é escravizada pelo cafetão ou dono de boate através do vício. O passo seguinte, além de vender o corpo, é tornar-se peça do tráfico. "Aqui tráfico e prostituição fazem parte do mesmo jogo cruel", afirma Luiz Cláudio Azambuja, capitão da PM de Rondônia.

A regra geral é a impunidade para quem traz e "comercializa" as meninas. A regra foi arranhada em junho do ano passado, quando a delegada de menores de Uberaba (MG), Sandra Wazir, com uma pista do tráfico, foi para Porto Velho.

Ela descobriu que dez meninas de Uberaba, a maioria com 15 e 16 anos, tinham sido levadas para uma boate de Porto Velho e, endividadas, não conseguiam sair. Eram "vigiladas", segunda a delegada. A boate leva o sugestivo nome de "Opção" e era frequentada pela "elite" local.

Sandra constatou que as meninas, atraídas pela promessa de muito dinheiro, viviam confinadas em quartos onde dormiam e mantinham relações sexuais. A polícia descobriu que o local era ponto de contrabando e o proprietário, Adalberto Diniz, estava diretamente envolvido no tráfico de cocaína. A boate servia como fachada. Diniz foi indiciado por vários crimes. (G12)

Dívida impede adolescentes de abandonarem seus cafetões

Edna de Oliveira, 14 anos, não resistiu à promessa de uma mulher chamada Marimés — iria ganhar dinheiro trabalhando no garimpo do Sudário, na região do rio Tapajós, no Pará. Sem avô e a família que mora em Manaus, no Amazonas, saiu de Santarém (PA) e, de avião, chegou a boate Calínia, no garimpo, em novembro do ano passado.

Assim que chegou, soube que tinha uma dívida — o custo da passagem de avião — e que não iria embora antes de pagá-la.

Em dezembro de 91, Edna não tinha condições nem de ir embora nem de pagar a dívida, porque contraiu malária. A malária é uma das principais armadilhas para estas meninas: são obrigadas a comprar remédios, fazer despesas com médicos e alimentação e não podem trabalhar.

Edna foi localizada por pesquisadores orientados pelo padre Bruno Secchi, que faz uma pesquisa para o Movimento Nacional dos Meninos de Rua.

Edna foi encontrada estendida numa cama, com dificuldades para andar e falar. Ela dividia o quarto com adolescentes Lucineia e Francinalva.

A menina de 14 anos revelou que seu "sonho" era conseguir pagar a "dívida" para ir embora. Queriu-se que era forçada a dormir com homens de quem não gostava e que nenhum deles usava camisinha — ela também não usava pílulas anticoncepcionais. "Até aceito dormir com eles por dinheiro. Mas acho que nunca vou sentir prazer".

Santarém é um dos principais "polos exportadores" de meninas para os garimpos — e, consequentemente, de desespero das mães que não encontram suas filhas. Elas costumam apelar à Pastoral do Menor da Igreja Católica.

Inês Pinheiro de Carvalho, da Pastoral de Santarém, já teve algum sucesso em suas buscas. Recuperou Lúcia Figueira, 14, que fora levada para um garimpo na região do Tapajós.

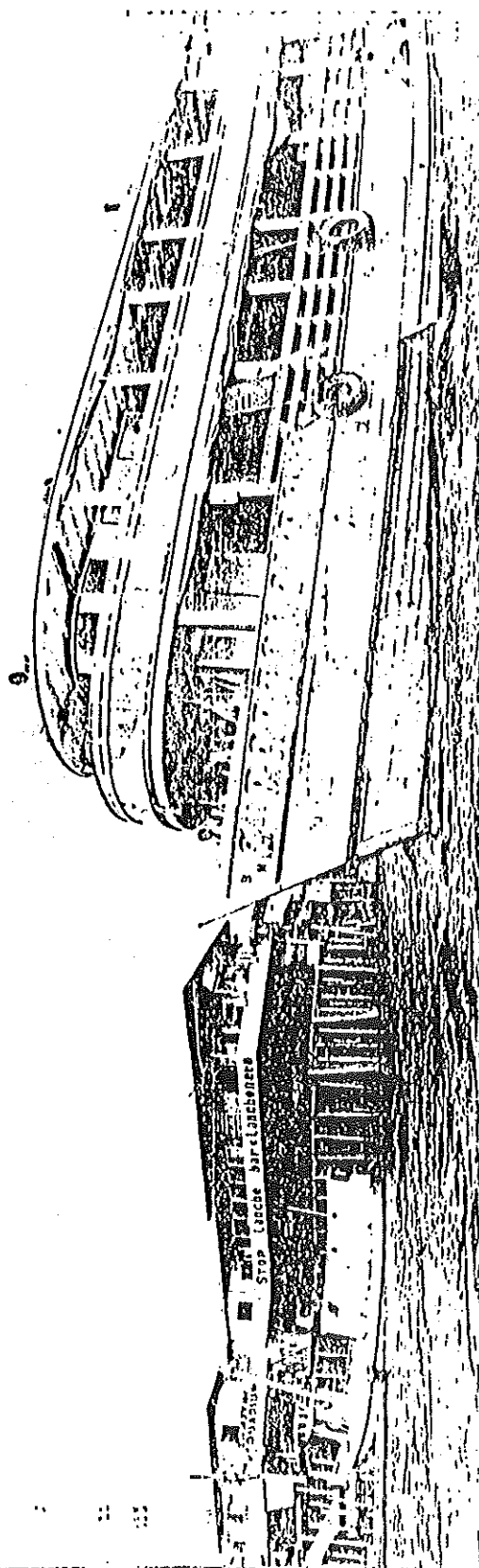
Abandonada com o corpo machucado, Lúcia, hoje vivendo em Santarém, contou que tentava fugir várias vezes do prostitudo. Um dia, seu "dono" irritou-se. Passou uma corda na sua cintura, atirou-a num carro e saiu arrastando-a pela rua de terra. (GD)

FOLHA DE S. PAULO

brasil

Sábado, 8 de fevereiro de 1992 1-9

Foto: N. L. Lima



O barco 'São Bartolomeu', que leva meninas induzidas à prostituição da Para ao Amapá, a chegada de novo lote de adolescentes no porto e motivo de festa em Laranjal do Jari (Amapá)

Barcos 'abastecem' Jari com crianças escravas

Laranjal do Jari tem briga a faca, cólera e "meninas-mercadoria"

A noite de Natal do ano passado não foi fácil para o padre italiano Luigi Carlini, responsável pela paróquia de Santo Antônio, em Laranjal do Jari. "Só na noite de Natal, 17 pessoas foram esfaqueadas e tinha pouca gente para ajudá-las", contou. Desde 1973 na Amazônia, Carlini tem uma rica coleção de histórias. Mas, para ele, o "Beiradão" não conhece limites.

Laranjal do Jari surgiu na década de 70 como subproduto do megaprojeto do norte-americano Daniel Ludwig, que sonhava criar na Amazônia um centro de produção de alimentos e de matéria-prima para a fabricação de papel. Acusado pelos militares nacionalistas, Ludwig abandonou o seu sonho, agora nas mãos de brasileiros.

O "Beiradão", onde o cólera fez 65 vítimas só em dezembro passado, em nada faz lembrar Monte Dourado, a poucos metros, onde está a sede da empresa. Monte Dourado segue o mo-

delo dos bairros dos EUA. Crianças coradas, ruas repletas de árvores floridas. No "Beiradão" há 20 mil metros de passarelas sobre as águas, sem saneamento básico. Há quatro meses foi instalado ali um órgão do poder Judiciário. Mas o juiz quer ir embora, por não ter condições de trabalho.

Boa parte do "desenvolvimento" do "Beiradão" se deve à prostituição. Os peões do projeto Jari e garimpeiros da região lotam as boates, especialmente nos dias de pagamento, tornando as passarelas intransitáveis. Muitos deixam ali uma expressiva parte do salário, já que um "programa" com uma mulher dificilmente sai por menos de Cr\$ 20 mil.

Padre Carlini já perdeu a conta das vezes em que foi obrigado a socorrer meninas que tentavam fugir e pediam ajuda. "Infelizmente, a menina virou uma mercadoria e não é tratada, aqui, muito melhor do que isso."

Homens comemoram novo 'lote' de meninas

No pequeno porto no município de Laranjal do Jari (sul do Amapá), em frente ao sofisticado projeto Jari, criado pelo já falecido milionário norte-americano Daniel Ludwig, uma "mercadoria" é especialmente festejada pelos homens: as meninas que chegam nos barcos e são levadas imediatamente para as boates. O Laranjal do Jari, conhecido como "Beiradão", é uma das rotas de tráfico de meninas.

É tradição, ali, quando chega uma remessa de meninas, acontecer uma nada discreta "comemoração". Ana Meire da Silva, 15, Elaine dos Santos, 16, e Miriam dos Santos, 14, passaram três dias no barco "Bartolomeu", vindas de Belém (PA).

Ana Meire e Miriam ainda se lembram da recepção, em setembro do ano passado. Um homem gritou: "Carne fresca no pedaço, gente". Muitos assobiavam enquanto outros faziam propostas. Um homem pegou no braço de uma delas: "Quero ver se você é boa na cama".

Foi um duro choque. Ana Meire e Miriam saíram de Belém convencidas de que iriam para o "Beiradão" trabalhar numa loja, onde ganhariam mais de dois salários mínimos. Foram aliciadas por Elaine, irmã de Miriam - que, por sua vez, foi contactada por uma mulher de nome Jacqueline. "Elas não sabiam de nada. São trouxas", rejeita-se Jacqueline.

Todas as meninas foram levadas para a boate Guajará - a maior do local - e recepcionadas por Raimundo Nonato Costa, conhecido como "Bicho de Bode". Rapidamente, ele as informou de que teriam de dançar com os homens. A seguir foram avisadas de que tinham uma "dívida" e, portanto, tinham de pagar.

Uma das meninas - Ana Carla da Silva Munhoz, de 13 anos - não aceitou a prostituição. Irritada com a recusa, "Bicho de Bode" deixou a presa num quarto, dando-lhe pouquíssima comi-

Aliciamento vira profissão

O aliciamento de meninas já se tornou uma atividade "profissional". Essa é a opinião de Marcelo Marzoli, coordenador no Anapá do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, órgão do Ministério da Ação Social. "Na visão desse mundo, o aliciamento de meninas é um negócio como outro qualquer", afirma.

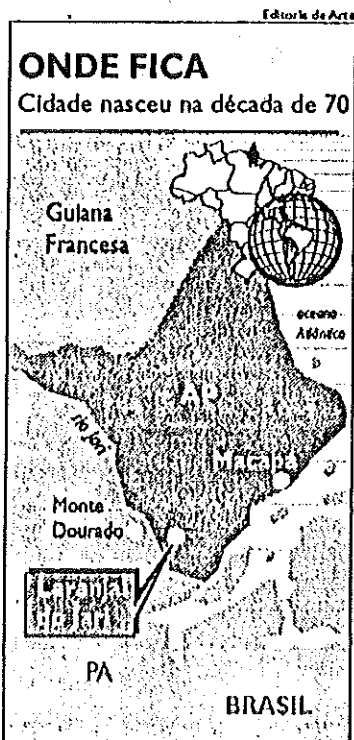
Uma das táticas é "comprar" a menina da própria família. O dinheiro é entregue como um adiantamento pelo que a menina vai ganhar no futuro "emprego". (GD)

da. Ana Carla conseguiu fugir e teve a sorte de ser ouvida - até porque foi amparada pela Igreja.

A polícia invadiu a boate e soltou as meninas, que voltaram para Belém. "Bicho de Bode" ficou furioso e prometeu "dar um tiro" em Vainja Maria Gomes Varela, da Pastoral de Menores. "Estão mexendo com minhas mulheres", esbravejava.

Luciene Cavalcanti dos Santos, 15, nascida no Maranhão, não teve a mesma sorte. Pegou malária. Acabou se acomodando: "Isso aqui é muito ruim. Mas não tenho lugar melhor para ir. Não sei ler, escrever, não sei nada. Só posso vender meu corpo".

O repórter da Folha esteve na boate Guajará, e tocou no assunto da polícia e das meninas. "Bicho de Bode" perdeu a calma, mudou o tom de voz e para acabar a conversa disse: "Passado é passado". Na véspera, 14 de janeiro, uma leva de meninas tinha chegado, à noite. Muitas delas, segundo informações de prostitutas, foram para as mãos de "Bicho de Bode". (GD)



08/02/92

Traficantes 'compram' meninas prostitutas das próprias famílias; Folha publica hoje terceira parte da série

GILBERTO DIMENSTEIN

Deputado da Assembleia de Brasília



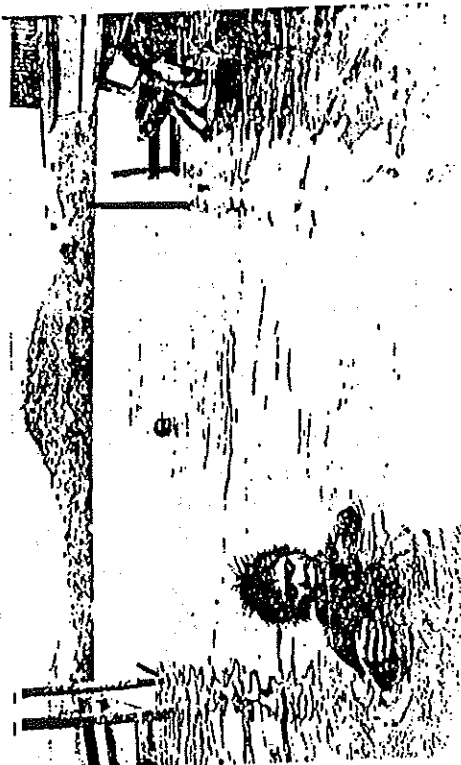
Raimundo Costa, o "Bicho de Bode", que mantém meninas na cidade de Laranjal do Jari



Localizado no sul do Amapá, o município de Laranjal do Jari nasceu, entre outras coisas, para abastecer de prostitutas o projeto Jari, criado pelo já falecido milionário norte-americano Daniel Ludwig. Laranjal recebe as meninas-escravas de barco. É um lugar violento: só na noite de Natal, 17 homens foram esfaqueados.

O coordenador do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) do Amapá, Marcelo Mazolli, acredita que o aliciamento se tornou uma atividade "profissional". Ele revela que uma das táticas dos aliciadores é "comprar" a menina direto da família. No ano passado, várias meninas conseguiram fugir de Laranjal — uma delas, Miriam dos Santos, foi aliciada pela própria irmã.

A PF foi acionada pelo procurador-geral da República, Aristides Junqueira, que se disse "chocado" e "perplexo" com as revelações da série "Crianças escravizadas", publicada pela Folha desde quinta-feira. A Unicef e entidades de defesa dos direitos humanos enviaram telegramas a autoridades, pedindo a proteção e libertação das meninas.



Luciene Cavalcanti dos Santos, 15, prostituta na boate "Gujajará", a maior do "Beiradão"

08/02/92

PF promete investigação

RUI NOGUEIRA

Coordenador de Cidades da Sucursal de Brasília

A Polícia Federal vai enviar um delegado para a região de Itaituba para auxiliar na libertação das meninas, prostituídas e escravizadas na vila de Cuiú-Cuiú, no centro-oeste do Pará. A PF foi acionada ontem pelo procurador-geral da República, Aristides Junqueira. Além do delegado, o secretário nacional da Polícia Federal, Romeu Tuma, prometeu abrir inquérito na segunda-feira para investigar o tráfico de meninas.

Desde quinta-feira, quando a *Folha* iniciou a publicação da série "Crianças escravizadas", do diretor da Sucursal de Brasília do jornal, Gilberto Dimenstein, três entidades de defesa dos direitos humanos enviaram telegramas ao presidente da República e aos ministros da Justiça e da Ação Social pedindo "providências imediatas" para acabar com o tráfico e escravidão de meninas na Amazônia Legal.

Em telegrama à *Folha*, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, se disse "profundamente chocado" com a série, que aborda "seríssima violação dos direitos humanos". No telegrama, Passarinho informou que já havia acionado a Polícia

Federal e o governo do Pará para apurar as denúncias.

As entidades Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua e Comissão de Justiça e Paz do Distrito Federal já pediram a intervenção do governo federal, porque não acreditam que as autoridades locais possam resolver o problema.

"As estruturas locais estão comprometidas e são coniventes", disse Sebastião Rios Correia, da Comissão de Justiça e Paz. O governo federal também deve intervir, segundo Rios, porque o tráfico e escravidão das meninas prostituídas é um "atentado contra os direitos humanos que mancha não apenas a imagem do Estado (Pará), mas também do Brasil".

O Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua começou a mobilizar 28 entidades de defesa dos direitos das crianças e entrou em contato com a Associação Pró-Direitos Humanos da Espanha, que pediu cópia das reportagens.

De Campinas (São Paulo), a leitora da *Folha* Ana Maria Afonso Ferreira se ofereceu para pagar a "dívida" de algumas meninas que, assim, ficariam livres dos "donos". Os três movimentos de Brasília chegaram a pensar nessa possibilidade, mas temem que o pagamento da "dívida" legitime a situação.

I - 12 Domingo, 9 de fevereiro de 1992

brasil

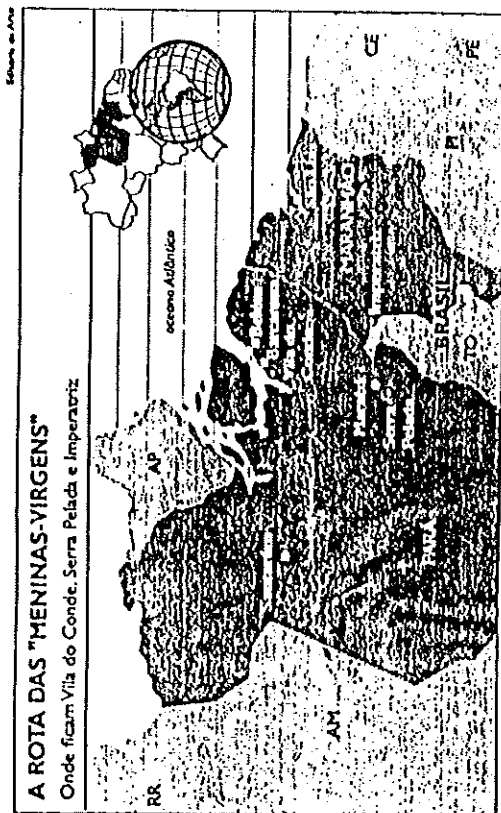
FOLHA DE S. PAULO



M.A.S., 13, que aos 10 trocou a virgindade pela promessa de uma boneca, ficou orfã, foi levada a uma creche e depois adotada; hoje ela mora em Mato Grosso e evita contar sua história

Virgens são disputadas na área do garimpo

Rota do tráfico de escravas inclui prostíbulos em Imperatriz (MA) e Vila do Conde (PA), onde crianças custam mais



A ROTA DAS "MENINAS-VIRGENS"

Onde ficam Vila do Conde, Serra Pelada e Imperatriz

GILBERTO DIMENSTEIN
Diretor da Secretaria de Brasília



Mariane Alves tem 13 anos e ajuda a mãe, uma cozinheira que trabalha em Serra Pelada (Pará). Ela vende nos "baixões" os bolos, sanduíches e café feitos pela mãe. Chegou virgem ao garimpo e, como as demais mulheres, foi forçada ao sexo.

Mariane foi localizada pela equipe de pesquisadores orientados pelo padre Bruno Senni, organizador de uma pesquisa sobre crianças na Amazônia. Ela é apenas um exemplo de uma tradição dos garimpos: a virgindade como "artigo" disputado na rota de tráfico de meninas. Em Imperatriz (MA) e Vila do Conde (P) os prostíbulo oferecem mulheres virgens, cobrando sempre mais caro.

São sempre histórias trágicas. M.A.S., 13, trocou a virgindade por uma boneca. Não ganhou o brinquedo. Melhorou de vida: foi adotada por uma família no Mato Grosso, depois de cuidada em uma creche de Alta Floresta.

M.A.S., 13, se entregou e não ganhou a boneca

Quando completou 10 anos, ela alimentou um sonho: ganhar uma boneca bonita. Sem mãe, morava com o pai no garimpo do Rato, no município de Alta Floresta, norte do Mato Grosso. Até que um dia recebeu a promessa de ganhar uma boneca de um homem mais velho, que também morava no garimpo. Ela subiu na garupa da bicicleta e, ao se entregar a ele, chegou a imaginar que iria ganhar a boneca. Não ganhou.

M.A.S. fugiu dali. Depois, outro homem ofereceu-lhe uma boneca. Mais uma vez, entregou-se em vão. Seu pai morreu, ela ficou sozinha e acabou numa creche de irmãs salesianas em Alta Floresta, conhecida como Casa Pinardi.

Foi muito difícil para ela contar esta história. Quando M.A.S.

chegou à creche passava a maior parte do tempo calada. "Ela só dizia que queria morrer. Repetia isso o tempo todo", lembra a Folha a responsável pela instituição, irmã Maria Aparecida Zetefina, uma professora paulista que morou dez anos numa tribo xavante. Hoje se dedica a crianças abandonadas em Alta Floresta.

Para poucas pessoas a menina M.A.S. consegue contar sua história. Uma delas foi irmã Dineva Vanuzzi, de Curitiba, que ficou na creche 15 dias — ela se dispôs a acompanhar a Folha a Curitiba e Alta Floresta para facilitar a conversa com as meninas.

Hoje, M.A.S. está com apenas 13 anos. Conseguiu ser adotada por uma família do Mato Grosso, onde não lhe falta nada. Muito menos bonecas. (GD)

Virgindade vai a leilão e alcança até US\$ 400

No tráfico de meninas-escravas há um "produto" extremamente cobiçado: a virgindade. Ser o primeiro tem um preço alto para os padrões locais: pode chegar a US\$ 400. Em Imperatriz, há um prostíbulo que se especializou em leiloar meninas-virgens.

A dona do prostíbulo é Maria Dalva Bandeira. Não tinha problemas em seu negócio. Seu cabaré, o melhor da cidade, era o ponto mais chamativo na rua Godofredo Viana. Mas surgiu um imprevisto: uma das leiloadas era filha de Romildo Lima, sargento da PM, que foi reclamar na delegacia. Em 1990, Dalva foi presa e disse que não era culpada. Culpa alguém de nome Sérgio Roberto (Betinho).

Segundo Dalva, Betinho "safa pela região procurando jovens de pouca idade às quais oferecia bom emprego, bom salário, boas roupas e moradia". A denúncia está registrada na delegacia de

Imperatriz. A polícia não achou "Betinho". Dalva, depois da prisão, instalou seu bordel longe do centro da cidade.

O repórter da Folha esteve na "Casa da Dalva" e pediu para "transar" com uma virgem. Foi informado de que, naquele momento, não havia nenhuma à disposição. As meninas comentaram que, quando chepa uma, o leilão é feito por telefone. A consulta aos candidatos é para ver quem paga mais.

Maria de Lourdes Barreto, 49, dirigente do Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central, denunciou o comércio de virgens no Pará em abril de 91, durante encontro de prostitutas que ajudou a organizar em Belém. Disse, perante autoridades, que o comércio é comum em Vila do Conde, distrito de Barcarena. Ela soube que duas meninas foram leiloadas e violentadas ali. (GD)

Vítima diz como foi "comprada"

Foram tantos os rumores sobre tráfico e escravidão de mulheres e meninas em Santarém, que os universitários decidiram fazer uma pesquisa. O núcleo de Santa-

rém da Universidade Federal do Pará constatou que o aliciamento de meninas para o garimpo estava organizado.

Os alunos colheram o depoimento de uma vítima, cujo nome é mantido sob sigilo por motivos de segurança. A seguir, trechos do depoimento:



ENTRE A CRECHE E OS HOMENS

Aos 13, Ivonete (foto) foi trabalhar na cozinha de uma boate em Paratitã (MT). Era virgem. A dona, Cremonice, convenceu-a de que cozinha não dava futuro. Deu-lhe roupa e batom e levou-a ao salão, anunciando à freguesia que

tinha virgem na casa. Ivonete bebeu tudo o que podia. Dois homens a levaram ao quarto. Depois, um juiz a mandou para a creche em Alta Floresta. Ela não sabe o que fazer. "Se nada der certo, volto para os homens". (GD)

Morava em Santarém, era virgem. Um dia chegou um senhor, me olhou da cabeça aos pés e disse que queria falar com meu pai, pois gostava de tudo dentro dos conformes. Meu pai chegou, então o cara disse: — Seu Zé, eu trabalho com uma família no garimpo e meu patrão quer que eu arranje uma moça direita para fazer companhia para sua mulher, ele viaja muito.

Meu pai então falou:

— Minha filha não é acostumada a trabalhar e já estudou um pouquinho. Está procurando emprego, mas aqui é difícil.

Os dois acertaram tudo. O cara deixou logo uma certa quantia em dinheiro para a minha família. Dois dias depois viajamos. Quando cheguei lá, o patrão foi me agarrando. Eu resisti. Tentou três vezes. Na quarta vez eu estava no meu quarto, ele entrou, trancou a porta, me agarrou, tapou minha boca com a mão e falou:

— Não grita, se quiser passar melhor. Você é minha, paguei caro.

Aí lutamos pau a pau, ele me deu muitos tapas na cara, fez eu desfilar pelada. Me trancou. Horas depois me soltou. Procurei como fugir mas a casa estava cercada de caras armados. No outro dia o cara me agarrou de novo, lutei, lutei, mas fui vencida e me tornei mulher dele. Passei meses naquela escravidão. Não fazia nada na casa, mas era escravizada pelos caprichos daquele monstro.

Ele tinha um ponto de prostituição mais adiante. Um dia teve um quebra-quebra lá. Ele passou uns dias escondido. Aí aproveitei o fuzuê e fugi com um amigo, que revii por lá. Corremos dois dias no mato ouvindo tiros. Chegamos num posto, pegamos um barco e aqui estou. Mas tenho pesadelos.

CLIQUE DES. PAULO

brasil

Segunda-feira, 10 de fevereiro de 1992 1.7

Cimi denuncia exploração sexual de índias

Garipeiros e soldados são acusados de levar doenças venéreas para o interior das tribos através do sexo forçado

GILBERTO DIMENSTEIN
Diretor de Segurança de Paulo

As meninas indígenas são uma das principais vítimas da exploração sexual — prostituídas, muitas delas acabam na rota do tráfico. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) acusa garipeiros e soldados do Exército de levarem doenças venéreas para dentro da tribo. Um documento a ser lançado este ano pelo antropólogo Antônio Maria de Souza, pesquisador do Museu Emílio Goeldi, afirma que soldados em grupos violentavam índias em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. O ex-cacique Raipou admite que trocou sua filha por 12 garrafas de cachaca. E a índia Marínis viu funcionários do Ministério da Saúde embriagarem um cacique da nação jamaíadi, ganhando em troca duas meninas.

CRIANÇAS
ESCRANÇADAS



Yoyanamy, hoje com 13 anos, carrega o filho que teve depois de ser vendida pelo pai

Estupros levam doenças venéreas para as tribos

Meninas indígenas vêm sendo contaminadas com doenças venéreas por garimpeiros e soldados do Exército — muitas delas, atraídas para as cidades, entram em prostíbulos e acabam no tráfico de crianças pela Amazônia. A denúncia é assumida pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à CNUB, e por lideranças indígenas do Pará, Amazonas e Acre. "A prostituição entre as garotas índias é alarmante", diz Antônio Aripuanã, coordenador da União das Nações Indígenas.

No começo de janeiro, índias janinawa foram para Rio Branco, capital do Acre. As meninas se ofereciam sexualmente aos repórteres que iam entrevistá-las. Queriam dinheiro ou comida. "A índia vem para a cidade e não tem qualificação. Vender o corpo vira uma alternativa", afirma Antônio Aripuanã, de Rio Branco.

O coordenador do Cimi na Amazônia, Michael Feeley, diz ter recolhido vários depoimentos de meninas índias violentadas por grupos de soldados — a informação é ratificada por Sebastião Manchineri, integrante da Coordenação das Nações Indígenas (Conai). "Os camioneiros trazem meninas e, no caminho, as usam sexualmente", diz Manchineri.

As meninas índias não têm a menor informação sobre doenças venéreas. "Isso não existe na tribo", afirma Manchineri. E, na cidade, entram no círculo vicioso da miséria, sempre atingidas pelas mais variadas doenças. Segundo ele, os homens têm um "prazer especial" pela virgem. "Eles subornam com bebida um

índio para ter sua filha."

Inês de Lima Dias, uma índia tucana que coordena a Associação da Mulher Indígena, em Manaus, diz estar acostumada com as histórias de prostituição. Um dos motivos é, segundo ela, a bebida. Nas cidades, os homens se embriagam ao alcoolismo — o que também ocorre, mas em menor escala, com as mulheres. A miséria e a falta de qualificação, para isso, tornam a prostituição atraente: "É um caminho de difícil volta".

O médico do Cimi no Acre, Marcos Pellegrini, foi um dos primeiros homens brancos a conhecer tribos yanomami, na serra do Suroccucuno, norte de Roraima. Ele conta que as índias se assustavam ao vê-lo porque tem olhos azuis. "Pensavam que eu era assombração". Não constata, então, problemas de saúde. Milrou três anos com os yanomami.

Mas vieram o garimpo e a presença militar. No ano de 1986, ele voltou para a região. Notou que as mulheres já não se espantavam com seus olhos azuis. Também notou que muitas delas estavam contaminadas com doenças venéreas e não sabiam. Ele disse que ficou realmente impressionado porque muitas delas se ofereciam a ele. Uma delas mostrou uma estranha curiosidade. Perguntou-lhe se, entre os brancos, não havia mulheres.

De início, ele achou a pergunta engraçada. Mas entendeu: "Elas só viram pela frente soldados e, principalmente, garimpeiros que as usavam. Nunca viram mulheres." (GD)

Exército desconhece incidentes, diz general

Da Sucursal do Brasil e do correspondente em Manaus

O chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general Naldo Neves de Oliveira Bastos, não quis comentar as informações sobre abusos sexuais praticados por soldados contra meninas índias no norte do Brasil. Ele disse que o Exército não tem conhecimento desses fatos. Afirmou que iria esperar a publicação da reportagem para falar em nome da instituição.

O comandante do 5º Batalhão Especial de Fronteiras (BEF) do Exército em São Gabriel da Cachoeira (AM), coronel Francisco Abrão, nega que soldados do

Exército estuprem índias. Segundo ele, as "índias é que tentam estuprar os soldados quando estão no cio".

"Eu tenho que segurar meus soldados porque eles não podem se aproveitar dessa deficiência das índias", afirmou o coronel. Ele disse que, dos 45 processos criminais da comarca de São Gabriel da Cachoeira, 30 são relativos a estupro, mas que em nenhum deles o indiciado ou acusado é soldado do Exército.

Para Abrão, os soldados estão sendo vinculados ao estupro de índias por "pessoas que querem falar o que o Primeiro Mundo quer ouvir".

Livro relata a violência sexual contra garotas no Amazonas

O antropólogo Antônio Maria de Souza, pesquisador do Museu Etnológico, em Belém, publicou neste ano um livro sobre sua longa experiência em São Gabriel da Cachoeira, no Norte do Amazonas, onde relata a prostituição entre índias e até casos de hordas de soldados violentando mulheres em grupo. Ali foi instalado o projeto Calha Norte e passou a rodovia Perimetral Norte. O nome de seu livro é "Kariwa Rete-wa Kariwa Nungara" (Branco Verdadeiro, Branco Falso).

"Quando começaram a chegar na cidade os trabalhadores das estradas e os contingentes militares, obviamente o número de homens se tornou desproporcional. Nos arredores da cidade se instalaram dois cabares (puteiros) e, frequentemente, chegavam prostitutas de Manaus. Por outro lado, um fato comum até bem pouco tempo era um grupo de homens (em geral recrutados de folga) pegarem uma mulher do rio Negro (indígena), geralmente jovem, 'arrastarem' para um lugar ermo e praticarem 'a geral', ou seja, uma curra.

"Estes fatos se repetiram inúmeras vezes, apesar de algumas punições aos agressores. Constatou-se na cidade que 'elas gostam disso...'. Na verdade, inúmeros desses fatos nos foram narrados.

"O índio tucano Gabriel Gentil, juntamente com outros companheiros, escreveu em 1982 um 'Manifesto do povo de Pari-Cachoeira' onde se lê: 'O branco emprenha a índia, tudo está certo. Mas onde é que nós indígenas emprenhamos as brancas? Se um dia qualquer, mulher branca que aparecer vai ser emprenhada pelos tucanos, filha de quem quer seja: de militares ou civis, de qualquer nível ou religião, podem esperar que o tucano vai ser preso e castigado. Esta é a integração ou racismo? Em 1978, quando eu, Gabriel Gentil, tucano de Pari-Cachoeira/AM, estive servindo no Exército Brasileiro, eu vi com meus olhos como uma moçinha chamada Larita, de 18 anos de idade, foi agarrada por 11 recrutas brancos do Exército. Eu os vi trepando em cima dela e satisfazendo-se no corpo da moça, durante a noite: desde as 8h da noite até as 3h da madrugada. De repente, a moça foi emprenhada." (GD)



O cacique Raiaou, da nação jaminaua (AC), que vendeu sua filha a um caixeiro-viajante

Cacique troca filha por 12 garrafas de cachaça

Índio se ofendeu quando quiseram a mulher dele

O cacique Raiaou, da nação jaminaua, mora numa tribo no município de Assis Brasil, reserva de São Lourenço, no Acre. Ganhou com os homens brancos o vício da cachaça - até hoje não se libertou. Um "marreteiro", nome dado na Amazônia para o caixeiro-viajante, ofereceu-lhe 12 garrafas de cachaça. Queria em troca sua filha, Yoyamami. Negócio feio.

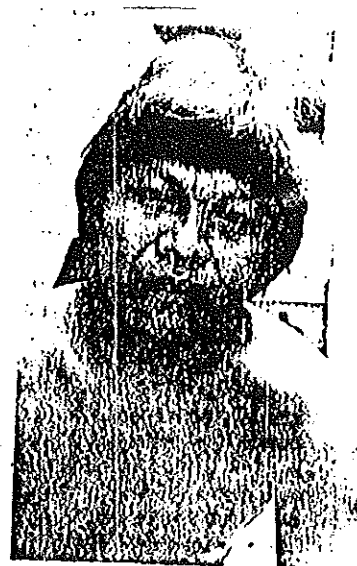
A história foi contada pelo próprio Raiaou, numa conversa traduzida por José Correia

da Silva (Timunã), também jaminaua. Raiaou recusou, entretanto, quando lhe pediram a própria mulher. "Eu falei: me responda seu filho da puta", José Correia da Silva, um dos dirigentes da União das Nações Indígenas (UNI), conta que esse tipo de troca é extremamente comum e prejudicial - já que leva doenças venéreas para dentro da tribo.

Os "marreteiros" viajam pelos rios da Amazônia, levando alguns produtos no barco - inevitavelmente seguem a cachaça. O sexo vem moeda,

as virgens e as meninas mais novas são as mais disputadas.

Os religiosos da missão Catimani, onde há uma tribo jamomami, exercem severa vigilância e são auxiliados por um posto da Funai próximo ao local. Yoyamami, de 11 anos, conseguiu escapar do assédio de homens brancos graças à ajuda dos padres. Em dezembro do ano passado teve uma filha - uma jamomami legítima, apesar de a tribo estar muito próxima da área de garimpo e da estrada Perimeteral Norte. (GD)



Antônio Apurinã, da UNI

Índia relata como branco trocou meninas por aguardente

Marinês Apurinã, da nação apurinã, já vive há muitos anos entre os brancos e trabalha no Ministério da Saúde, lotada na Sucaba (hoje Fundação Nacional de Saúde). No ano passado, ela acompanhou uma missão que ia para uma tribo jamamadi, na boca do Acre, Purus.

Segunda ela, Antônio Valcir, da comitiva, embebedou o cacique com cachaça. "Ele disse para o cacique que queria as duas meninas mais bonitas da tribo para dormir". O cacique aceitou, depois de ganhar mais cachaça. As meninas tiveram de aceitar. Antônio Apurinã, coordenador da UNI, diz que, justamente por casos como esses, a Funai proibiu "marreteiros" nas reservas. (GD)

10/02/92

brasil

Terça-feira, 11 de fevereiro de 1992 1-9

FOLHA DE PAULO

Meninas começam a se prostituir aos 9 anos

Dois milhões de adolescentes engravidam por ano; as consequências são abortos arriscados ou filhos indesejados

Foto: Paulo

Da Sucursal de Brasília

Há meninas de apenas nove anos na rota do tráfico de prostitutas. Este é um dos sintomas mais nítidos da crise social brasileira: a prostituição tem atraído meninas cada vez mais novas.

Vítimas da falta de informação e dos homens que se recusam a usar preservativos, elas engravidam a estatística de dois milhões de meninas e adolescentes que engravidam todos os anos. São forçadas a praticar as formas mais rudimentares e perigosas de aborto. Ou tornam-se mães precoces, sem condições de educar os filhos. Não se esgota aí a violência: há muitos relatos de ataques e abusos cometidos por policiais contra as meninas. Tudo impunemente.

(Gilberto Dimenstein)



Francine de Cavalcanti, que nasceu em Roraima, fugiu de casa quando seu padrasto tentou violentá-la e hoje se prostitui



PINGUE-PONGUE

Prostituta aos 11, S. usa maconha e cocaína

Do enviado especial

S.S.M.P., 11, é mulata, pequena e sortidinha. Ela faz "pontão" na Feira do Açúcar, em Belém. Dorme na rua, num banco da praça do Relógio. S.S.M.P. tem gosto e gosto de criança.

Ela nunca foi à escola e supõe que isso tenha acontecido porque seus pais "se esqueceram" de mandá-la para lá. Afirma que cheira cocaína, fuma maconha e já usou cocaina "mais de três vezes". Quando lhe foi perguntado se usa camisinha, disse que não sabia o que era aquilo. Ela ficou à reporter da Folha final do

mês passado, na praça do mercado Ver-o-Peso. A seguir, trechos da conversa:

Folha - Como foi o primeiro "programa" que você fez?

S.S.M.P. - Foi com um velho careca. Ele chamou eu, o "Lipo" e a "Tuguinha". Levou a gente para o motel, pagou refrigerante, alcatrão (conhaque de alcatrão) e tudo o que a gente quis. A gente nadou na piscina do hotel, tudo mundo transou e depois ele pagou nós três.

Folha - Você já tinha transado antes?

S.S.M.P. - Completo, comple-

to, não. Essa foi a primeira vez. Deu pra burro.

Folha - Hoje quantos "programas" você faz por semana?

S.S.M.P. - Uns quatro, cinco. Cobra Cr\$ 10 mil, mas no outro é mais barato. Tem uns que dão o cano. Chega na hora e não pagam.

Folha - É o que você faz?

S.S.M.P. - Faço nada, né, tia? Fico com raiva e vou dormir.

Folha - Como eles são, os seus frequentes?

S.S.M.P. - Ah, tudo velho, coroa. Os coras são "afim" das

meninas, né? Tem uns mais novos, que são dos barcos, mas eles não pagam a gente.

Folha - Todos eles tratam você bem?

S.S.M.P. - A maioria é legal. O "seu" Chico é o mais legal. No Natal ele me deu um vestido.

Folha - O que você tem vontade de ser?

S.S.M.P. - Dona de casa.

Folha - Não tem vontade de ser atriz, cantora, aeromoça?

S.S.M.P. - Não, tia, só dona de casa, mesmo. Num casa bem legal, com banheiro dentro.

(Thais Oyama)

Collor promete punir traficantes de meninas

Das sucursais e dos correspondentes

O presidente Fernando Collor de Mello disse ontem que a prostituição infantil e o tráfico de menores na Amazônia é "inaceitável". Ele disse que ficou "revoltado e angustiado" com as reportagens publicadas pela Folha sobre "crianças escravizadas" na Amazônia Legal. "Não posso admitir que isso fique impune", afirmou o presidente.

O diretor nacional da Polícia Federal (PF), Romário Tuma, disse ontem em Manaus (AM) que começou ontem uma operação para prender em flagrante proprietários de bordéis que prostituem e escravizam menores.

"Vamos abrir o máximo de inquéritos possíveis, mas queremos autuar os responsáveis pela exploração sexual de menores em flagrante para que fiquem na cadeia", disse Tuma.

O diretor nacional da PF disse que a autuação em flagrante é possível pelo detalhamento da reportagem da Folha com nomes dos responsáveis pelo tráfico e locais onde atuam.

O governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho (PMDB), disse ontem em Manaus (AM) que ficou "chocado" com a série da Folha. Segundo ele, "como mostra a própria reportagem" a maioria dos casos de prostituição e venda de menores ocorre no Estado do Pará.

O padre Bruno Seechl, do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, pediu proteção de vida às meninas citadas na

materia da Folha sobre escravidão e tráfico de menores no parípo do Cuiá Cuiá, no sudoeste do Pará. Ele disse temer pela sorte das meninas citadas na reportagem da Folha por terem suas fotos e nomes divulgados.

O comandante da Polícia Militar do Pará, coronel Cleto Finsse, 44, disse que as polícias civil, militar e federal deverão fazer uma operação na área. Segundo ele, por se tratar de trabalho escravo, o caso é competência da Polícia Federal. Ontem, o delegado da PF em Belém (PA), Roberto Porto, passou o dia reunido com delegados.

O governo de Rondônia já tinha conhecimento de que menores na região estão sendo mantidas como escravas na prostituição e usadas no tráfico de drogas. A informação é do secretário de Segurança de Rondônia, Eulson Simões.

Segundo ele, a Polícia Federal realiza investigações sobre o problema "há algum tempo". "Mas só o conhecimento não é necessário para agir. Precisamos de provas e flagrantes", disse.

A Anistia Internacional alida não se posicionou sobre o caso, mas se ficou configurada a omissão do Estado, caracterizada a tortura ou maus tratos, o órgão deve tomar uma decisão, diz Carlos Idroeta, 41, diretor da seção brasileira do órgão.

Para José Roberto Batocho, 47, presidente da OAB-SP, "a prostituição infantil reflete a ineficiência do Estado e a indiferença das classes dominantes".

Colaboração: Reportagem L&D



MARIA, 15, 'PERDEU' O FILHO

Maria Sanchez (foto) mora em Manaus e tem 15 anos. Ela conta que aprendeu a trocar roupa de criança numa boneca, mas em seu

próprio filho. O bebê nasceu no começo do ano passado e foi "dado". Ela gostaria de achá-lo. "Não me sobrou nada. Só a rua."



EDVALDA, 12, FAZ PROGRAMAS

Edvalda Pereira da Silva, 12, (foto) é menina de rua em Manaus. Já aprendeu alguns truques. Quando não tem dinheiro, sai com homens.

"Sempre cobro adiantado", diz. Por cada programa ela cobra Cr\$ 7 mil. Só se sente diferente de outras meninas por não ter seios.

No PA, menores são maioria das prostitutas

GILBERTO OIMENSTEIN

Diretor da Supl. de Saúde

THAIS OYAMA

Enviada especial a Belém

As meninas que vão para a rua estão próximas do caminho da prostituição, já que, muitas vezes, são forçadas a trazer dinheiro para casa pela própria família. Quando não conseguem faturar vendendo chicles ou balas, elas acabam fazendo da prostituição um "bico".

Na década de 80, devido à crise econômica combinada com a desestruturação familiar, o problema dos menores de rua cresceu, atraindo, com o tempo, as meninas. Como os meninos, elas têm problemas com a polícia: a maioria das entrevistadas pela Folha já foi vítima de algum tipo de violência, principalmente por parte dos policiais.

Algumas meninas contaram que foram obrigadas a fazer sexo com policiais para não serem molestadas. Essas informações foram colhidas em toda a rota, que incluiu Belém, Manaus (AM), Imperatriz (MA), Curitiba (PR), Alta Floresta (PA), Itaituba (PA), Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO).

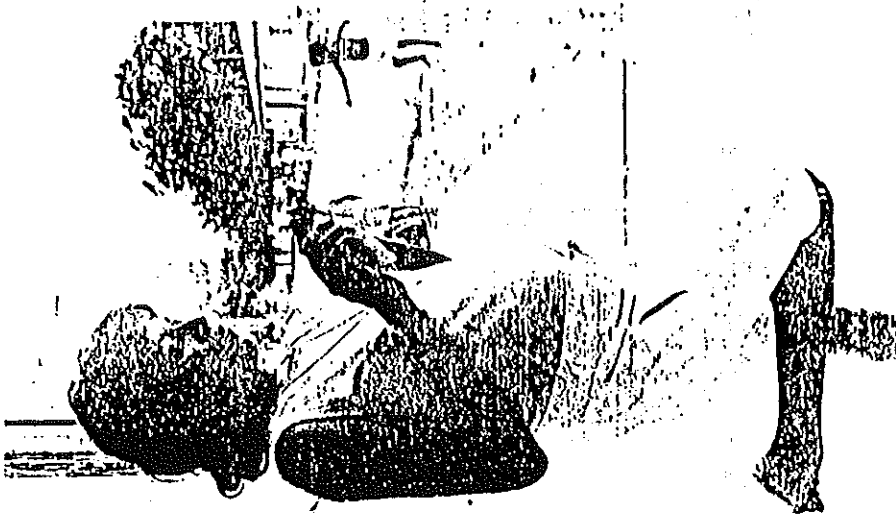
O Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, as pastorais de menores ligadas à Igreja Católica e departamentos dos governos estaduais informam: é cada vez menor a idade da prostituta. "Quando eu comecei a trabalhar com crianças de rua, em 1973, era praticamente inexpressivo o número de meninas. Hoje já é comum encontrar meninas prostituídas com 9, 10 e 11 anos", afirma o padre Bruno Secchi, de Belém, idealizador do Movimento de Meninos e Meninas de Rua no Brasil.

Em dezembro do ano passado, uma denúncia encaminhada por prostitutas chegou à sede do Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central (Gempac), em Belém (PA). Na rua Gaspar Viana, zona de meretrício no centro da cidade, havia uma menina de apenas nove anos já na prostituição. "Ninguém quer isso para nossas filhas", diz Maria de Lourdes Araújo, presidente da Gempac.

Pesquisa realizada no ano passado por um grupo de sociólogas do Centro de Defesa do Menor em Belém constatou que pelo menos 50% das prostitutas daquela capital tinham idade inferior a 16 anos.

Maria Luiza Nobre Lamarão, uma das autoras da pesquisa, aponta ainda a existência de 50 mil menores em Belém "sujeitos à prostituição", ou seja, em condições de miséria e abandono que podem levar à prática da atividade.

O problema não está restrito a Belém. Em viagem pela Amazônia Legal, que inclui áreas das regiões Centro-Oeste e Nordeste, foi possível verificar com nitidez essa tendência. Durante os 35 dias de viagem pela rota do tráfico de meninas, foram entrevistados 67 garotas — 35% delas conseguiram a se prostituir entre os 11 e os 13 anos.



ANA, 14, ESTÁ GRÁVIDA

Ana Paula Ferreira da Silva, em Imperatriz (MA). Ela não tem informações sobre métodos contraceptivos e não pode resistir a homens que não usam camisinha.

11/02/92

As meninas índias são terríveis

Gilberto Dimenstein

13/02/92. FSP

BRASÍLIA — Baseada em estudos de antropólogos e testemunhos de religiosos e lideranças indígenas, a Folha publicou ontem reportagem informando que soldados e garimpeiros levam doenças venéreas para dentro das tribos. E mais: bandos de recrutas violentam sexualmente meninas índias. Diante disso, a reação de um comandante do Exército na Amazônia foi um show de grosseria, num desrespeito a minorias étnicas. Inevitável a indignação.

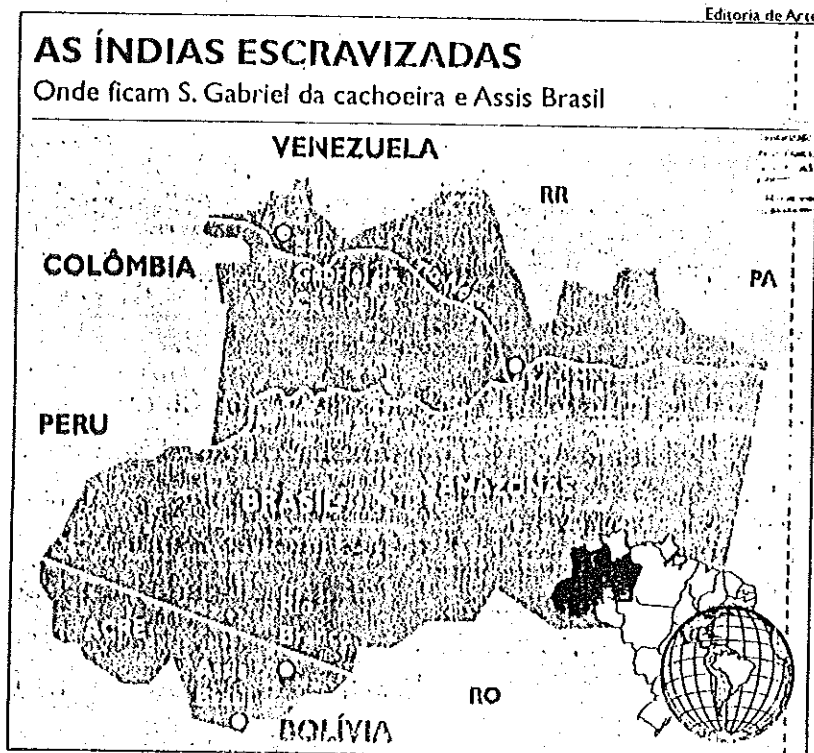
Comandante do 5º Batalhão Especial de Fronteiras do Exército, em São Gabriel da Cachoeira, o coronel Francisco Abrão negou que soldados estuprem índias. E, aí, entrou em curiosas interpretações antropológicas. Para ele, "as índias é que tentam estuprar os soldados quando estão no cio". Mais, uma pérola: "Eu tenho que segurar meus soldados porque eles não podem se aproveitar dessa deficiência das índias".

Está embutida nessa profundíssima reflexão antropológica a visão de que as índias beiram a condição animal

do cio. Terríveis, indômitas em sua fúria, atacam frágeis e indefesos soldados. Daí se vê o perigo do contato dos homens brancos com a cultura indígena: confunde-se sexo livre com devassidão. Por isso, soldados, segundo os testemunhos e estudos, sentem-se à vontade para estupros e até curras coletivas.

É de estupenda força o testemunho do índio tucano Gabriel Gente, que serviu o Exército: "Eu vi com meus olhos como uma mocinha chamada Larita, de 18 anos de idade, foi agarrada por 11 recrutas brancos do Exército. Eu os vi trepando em cima dela e satisfazendo-se no corpo da moça durante a noite; desde as 8h da noite até as 3h da madrugada".

Ao que parece, os 11 soldados não são exatamente vítimas da incontrolável e furiosa Larita. Gente séria da Igreja e das universidades assegura que continuam a existir moças como Larita e espécimes como os 11 recrutas. Ao invés de tamanhas reflexões étnicas, melhor faria o coronel se pudesse conter o cio dos recrutas.



Crianças escravizadas

Pará prepara ação na vila onde meninas se prostituem

Do correspondente em Belém
e da Reportagem Local

O governador do Pará, Jader Barbalho (PMDB), disse ontem que a prostituição de menores não é um caso exclusivo do garimpo do Cuiú-Cuiú (PA) e que este crime existe em outros Estados brasileiros. Ele mandou a Secretaria de Segurança Pública apurar as denúncias sobre prostituição de menores publicadas pela Folha.

Segundo a Folha apurou, está sendo programada uma ação policial conjunta da Polícia Federal com o governo do Estado em Cuiú-Cuiú. Haverá a participação da Fundação do Bem Estar Social do Pará. O delegado Roberto Porto, da PF em Belém (PA), estava reunido ontem com a secretária estadual de Ação Social, Elcione Barbalho, para discutir a ação.

Barbalho pediu "a compreensão do país" para o problema denunciado no garimpo de Cuiú-Cuiú. Disse lamentar que as matérias sobre o trabalho escravo

de menores prostituídas tenham sido mostrada como "se aqui fosse terra de bandido, onde não existisse polícia ou governo".

Para a secretária estadual do Menor de São Paulo, Alda Marco Antonio, a série de reportagens publicadas pela Folha mostra que "a tragédia de crianças e jovens do Brasil é muito maior que a imaginada". "A sociedade brasileira não pode conviver com esta chaga. Tem que reagir, condenando os criminosos e criando escolas adequadas e capazes de atrair, manter e beneficiar todas as crianças e todos os jovens", disse.

A deputada estadual de São Paulo e ex-delegada da Mulher Rosmary Correa (PMDB) fez discurso ontem na Assembleia Legislativa no qual pede que o governo federal adote "providências rigorosas" contra o tráfico e prostituição de crianças da Amazônia. A moção pede também que os parlamentares mantenham fiscalização contra a situação.

PAINEL DO LEITOR

Pede-se que as cartas não ultrapassem 15 linhas e que contenham nome completo, assinatura, endereço e, se possível, telefone. Para atender aos leitores a Folha se reserva o direito de publicar trechos representativos das cartas recebidas.

Crianças escravizadas

"Após mostrar o extermínio e abandono de nossas crianças e adolescentes no livro 'Guerra dos Meninos', Gilberto Dimenstein mais uma vez coloca-se como um escritor da nossa verdadeira história. A série 'Crianças escravizadas' é uma contundente denúncia sobre esta outra face da violência. Ela também proporciona aos leitores da Folha o melhor da reportagem brasileira."

Luiz Gushiken, deputado federal, e Tita Dias, vereadora (São Paulo, SP)

★

"A série de reportagens de Gilberto Dimenstein serve como instrumento para mobilizar a opinião pública no sentido de garantir o direito de cidadania a todos, indiscriminadamente."

Luiz Carlos da Silva, deputado estadual (São Paulo, SP)

★

"O Inese parabeniza Gilberto Dimenstein e a fotógrafa Paula Simas pela coragem de, mais uma vez, mostrar aos brasileiros um Brasil real, pequeno, sofrido e abandonado pelo majestoso Brasil do marketing. Levaremos essas denúncias aos parlamentares, para que cobrem e fiscalizem as ações do Executivo."

Maria José Jaime, coordenadora-geral do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Brasília, DF)

Crianças escravizadas

"Felicitó a Folha pela espetacular reportagem intitulada 'Meninas-prostitutas são escravas no Pará', de 6 de fevereiro. Há muito a imprensa não registra com coragem e ousadia a realidade crua de nosso país. Esturdecemos ao saber que o Brasil traz nas suas entranhas marcas de deterioração de regimes passados, agravados pela atual crise econômica, e que contrastam com a imagem verde-amarela do governo Collor. Parabéns a Gilberto Dimenstein."

Rita de Cassia Borges de Moraes, jornalista e apresentadora (Salvador, BA)

★

Escravidão

"Li profundamente chocado notícias veiculadas em reportagem assinada pelo jornalista Gilberto Dimenstein e publicada na edição de hoje [ontem] deste jornal. Não tenho dúvida de que o assunto tratado constitui-se, se comprovado, em séria violação dos direitos humanos. Informo que determinei ao secretário da Polícia Federal, em estreita colaboração com o governo do Estado do Pará e no âmbito de sua competência, a imediata apuração dos delitos ali referidos."

Jurbas Passarinho, ministro da Justiça (Brasília, DF)

"Parabenizamos a Folha pela série de reportagens de Gilberto Dimenstein sobre o tráfico de meninas prostituídas no Pará. Reportagens como estas contribuem na mobilização da opinião pública sobre a importância de resgatar a cidadania de dezenas de meninas exploradas pela sua condição social de pobreza."

Oded Grajew, presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança (São Paulo, SP)

★

"Quero parabenizar a Folha pela reportagem 'Meninas prostitutas são escravas no Pará' (6/02), que procura mostrar à população a verdade contundente, impune e entristecedora da situação do menor e do adolescente em nosso país. Os órgãos competentes para zelar pelo menor preocupam-se apenas em aplicar leis criadas para a defesa da criança carente, abandonada e até escravizada para incriminar um artista que investe no mercado cultural realizando um trabalho sério, com carinho e decência, envolvendo menores que possuem família, alimentação, orientação, educação e saúde. Vemos os poderes públicos censurando e acusando meu livro 'Anjos Proibidos'; e vemos o tráfico de adolescentes e o submundo da prostituição infantil. Isso nos faz refletir e lembrar o refrão do rock que deveria transformar-se em hino nacional: 'que país é este?'."

Fábio Cabral (São Paulo, SP)

Reportagem da Folha sobre meninas escravizadas vira notícia na Itália

MAURICIO STYER

De Roma

A situação das meninas prostitutas na Amazônia, revelada em uma série de reportagens da Folha, chegou ontem à primeira página do mais famoso jornal italiano, o "Corriere della Sera".

Com tiragem de cerca de 1 milhão de exemplares aos sába-

dos, o jornal dedica cerca de um oitavo da primeira página de ontem para a reportagem de seu correspondente no Rio de Janeiro, Giangiacomo Foà.

O texto inicia com o relato da morte do médico Ramos de Moura, ocorrida anteontem em São Paulo, durante um assalto praticado por dois menores de "dez ou onze anos".

Escreve Foà: "Crianças sem infância, aos dez anos usam armas maiores que elas mesmas, se drogam, roubam e matam. Uma face da chocante realidade brasileira. Uma outra face foi denunciada pelo jornal Folha de S. Paulo, que publica na primeira página uma foto (...) de uma garota de costas sentada sobre um banco com uma placa: vende-se."

16/02/92

Crianças escravizadas



Augusto Gomes dos Santos, o 'Mineirinho', ao ser preso



Mulheres forçadas a se prostituir, em Cuiabá-Cuiú (Pará), de onde foram retiradas ontem de helicóptero pela Polícia Federal cerca de 55 que viviam escravizadas (25 menores) - Pág. 1-6

PF investiga morte de 5 meninas-prostitutas

ABNOR GONDIM
Enviado especial a Cuiabá-Cuiú

A delegada da Polícia Federal de Santarém, Maria das Graças Malheiros, iniciou ontem as investigações sobre a denúncia do assassinato de cinco meninas-prostitutas no garimpo de Cuiabá-Cuiú (centro-oeste do Pará).

De lá, foram retiradas ontem, em helicóptero, 55 mulheres escravizadas — 25 delas, com idade entre 13 e 17 anos. Elas ficaram no quartel da PM, em Itaipua, com outras 17 meninas recolhidas nas boates da cidade.

A operação, que começou ontem, foi decidida após a publicação na Folha de reportagens do diretor da Sucursal de Brasília, Gilberto Dimenstein, sobre o assunto. A ação policial contou com cinco PMs, seis agentes da PF e representantes da Secretaria de Bem-Estar do Menor do Pará.

A denúncia sobre as garotas assassinadas foi feita por uma menina-prostituta encontrada numa boate de Itaipua. Segundo a delegada, a menina disse que elas teriam sido mortas pelo dono da boate Saramandaia, Augusto Gomes dos Santos, 33, o "Mineirinho", ao tentarem fugir. "Sempre protegi as meninas", se defendeu "Mineirinho".

As 11 mulheres que estavam na boate Saramandaia quando começou a operação disseram desconhecer as mortes, mas falaram de diversas jovens que fugiram e cujo paradeiro desconhecem.

Garimpeiros criticam ação

Do enviado especial a Cuiabá-Cuiú

O delegado nacional da União dos Garimpeiros da Amazônia Legal, Ivo de Castro, disse que foi um "troço para a mídia" a operação das Polícias Federal e Militar em Cuiabá-Cuiú.

"Menores prostitutas e mulheres escravizadas existem em quase todos os garimpos do Pará", disse.

O promotor de Itaipua (PA), Eliezer Monteiro, lamentou a ação da PF argumentando que recolheu 17 menores prostitutas. "A polícia daqui sabe há muito tempo que isso existe".

Além de "Mineirinho", foram presos mais três donos de boates da região. Todos são acusados de escravizar as mulheres e de traficar e prostituir menores.

O garçom Francisco Cândido Cervinho, 25, foi preso por ter participado da compra de Kátia dos Santos Silva, 20, a "Loura", junto ao "Mineirinho", por 16 gramas de ouro. "Ele me vendeu porque falei ao repórter", disse, ela, que foi ouvida na reportagem feita por Gilberto Dimenstein.

15/02/92

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 6:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 169, de 1992, de autoria do Senador Divaldo Suruagy, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 12 e 24, de 1992, que dispõem sobre a criação de novas situações de movimentação da conta vinculada do trabalhador no FGTS.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nº 12 e 24 de 1992, passarão a tramitar em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1992 (nº 134/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polónia, em 29 de julho de 1991, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 105, de 1992, da Comissão.

— de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1992 (Nº 134/91, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polónia, em 29 de julho de 1991.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação Cultural celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polónia, em 29 de julho de 1991.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 8:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1992 (nº 379/90, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que produzem Dependência, celebrado entre o Governo da República Fede-

rativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, em La Paz, a 2 de agosto de 1988, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 106, de 1992, da Comissão

— de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Em discussão o projeto, em turno único.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1992 (Nº 379/90, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que produzem Dependência, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, em La Paz, em 2 de agosto de 1988.

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Protocolo Adicional ao Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que produzem Dependências, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia, em La Paz, em 2 de agosto de 1988.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 9:**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 244, DE 1991**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

De autoria da Senadora Marluce Pinto, que propõe a exportação de pedras preciosas e semipreciosas *in natura*. (Dependendo de Parecer.)

Solicito ao nobre Senador João França o parecer sobre a matéria, nos termos do art. 140, letra b, do Regimento Interno.

O SR. JOÃO FRANÇA (PDS — RR. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores,

a nobre Senadora Marluce Pinto apresentou projeto de lei objetivando vedar a exportação de pedras preciosas e semipreciosas *in natura*. Aduz, como principal argumento, a necessidade de se agregar valor à produção mineral com forma de se otimizar o potencial dos recursos naturais do País.

Enquanto as autoridades governamentais têm descurado o aprimoramento da matéria-prima de exportação, outros países, como Alemanha e Israel, têm obtido inegáveis vantagens ao fornecerem incentivos para o beneficiamento de gemas importadas em seus territórios.

Encaminhado ao exame da Comissão de Infra-Estrutura para decisão terminativa, não recebeu emendas no prazo regimental. Somos pela constitucionalidade e juridicidade do projeto, vasado em boa técnica legislativa. Entretanto, sob a óptica do mérito, julgamos oportuno propor à consideração

do Plenário seja a matéria submetida à consideração da Comissão de Assuntos Econômicos, onde receberá, com certeza, apropriado exame técnico, encarecendo, portanto, salvo melhor juízo, seja a matéria despachada àquela Comissão, para exame de mérito. Nos termos regimentais, formalizamos a sugestão, encaminhando à Mesa o requerimento respectivo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O parecer conclui que seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos regimentais.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Assim que se conclua a apreciação do parecer, será concedida a palavra a V. Ex^a

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 255, DE 1992

Nos termos regimentais, requeiro que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 244, de 1991, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1992. — João França.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em votação o requerimento.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, compreendo a preocupação da Senadora Marluce Pinto; no meu entendimento, S. Ex^a deseja agilizar o exame dos projetos que apresenta.

Sr. Presidente, esses projetos tiveram tempo suficiente de maturação nas comissões permanentes; houve, da parte dessas comissões, uma delonga ampla que autoriza que o autor do projeto chame para uma manifestação do Plenário. Mas, com relação aos projetos apresentados neste ano de 1992, acredito que há uma pressa demasiada para decisão do Plenário sem a audiência das comissões técnicas.

No caso, o Relator está determinando a ida do projeto para uma comissão técnica permanente, adequada para examinar essa questão, a de assuntos econômicos. Falou-se, por exemplo, que não havia emendas, mas ouvi o Senador Maurício Corrêa dizer que tinha uma emenda a apresentar a esse projeto na Comissão de Infra-Estrutura.

É preciso ter um certo cuidado para exercitar esse direito que temos de trazer ao Plenário o exame de matérias desse tipo. No caso específico, gostaria — como acredito que agora vá ocorrer — de solicitar a audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, que vai informar-nos se o projeto está ou não correto, se deve ou não ser aprovado. Por isso, parabeno o Relator por essa deliberação de enviar o projeto à comissão técnica adequada.

O Sr. Maurício Corrêa — Sr. Presidente, estamos discutindo ainda o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Está em votação o requerimento. Após aprovado, o parecer deixa de ser discutido, porque a matéria se submeterá à Comissão de Assuntos Econômicos. Concedo a palavra a V. Ex^a

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Encaminho favoravelmente à remessa do projeto que estamos votando para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Na Comissão de Infra-Estrutura apresentei uma emenda, como salientou o Senador Jutahy Magalhães, sobre o aspecto de natureza da constitucionalidade do projeto. Condição a exportação de pedras preciosas e semipreciosas apenas quando trabalhadas, lapidadas e não em estado *in natura*, parece-me que afronta alguns mecanismos constitucionais, sobretudo da parte do Direito, que poderá implicar exportações e compromissos já assumidos, até do ponto de vista econômico.

Sou favorável a que o projeto vá pelo menos à Comissão de Assuntos Econômicos, onde voltarei a insistir em relação à constitucionalidade. Sou, portanto, inteiramente favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra o Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pela ordem.) — Gostaria que V. Ex^a esclarecesse se o requerimento pede, além da Comissão de Assuntos Econômicos, nova Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Apenas encaminha para a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Entendo que o parecer foi para que seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos. Há outro requerimento ou é só este mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A Mesa só tem conhecimento deste requerimento que estará submetido à votação, inclusive.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Mas este requerimento é do relator João França?

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Exatamente.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Sr. Presidente, então, rapidamente, direi algumas palavras sobre este requerimento.

Entendo que isso é altamente necessário, inclusive porque a expressão pedras *in natura* é inadequada, quando queremos dizer que são pedras sem lapidação; pedras ao natural sempre serão ao natural. Esta expressão não é muito feliz e precisa de um exame mais profundo, que não ocorreria, evidentemente, na Comissão de Assuntos Econômicos; seria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. No entanto, como as Comissões têm a mesma finalidade de examinar o aspecto de legalidade, de constitucionalidade e de boa técnica, vou concordar que a matéria vá à Comissão de Assuntos Econômicos porque, além deste aspecto técnico de constitucionalidade e legalidade, há também o lado econômico que é muito difícil nessa questão.

Quero me manifestar, portanto, favorável à propositura do relator João França e deixo de discutir o projeto por enten-

der que, se esse requerimento for aprovado, irá ser discutido na Comissão. Se não for aprovado, peço que V. Exª me reserve o espaço para discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria será remetida à Comissão de Assuntos Econômicos para, nos termos do art. 118, b, do Regimento Interno, proferido o parecer respectivo.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1991-Complementar (nº 60/89, na Casa de origem), que disciplina os limites das despesas como o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal.

PARECERES, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho.

— 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

— 2º pronunciamento: favorável à Emenda de Plenário. (Dependendo de parecer sobre as emendas apresentadas perante a Comissão de Assuntos Econômicos.)

(Dependendo da votação do Requerimento nº 245, de 1992, de extinção da urgência.)

Em votação o requerimento de extinção da urgência.

O Sr. Marco Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero, mais uma vez, dizer a V. Exª e ao Plenário que não concordo com a extinção da urgência, que, aliás, foi feita de comum acordo pelas Lideranças, visto tratar-se de urgência devidamente amparada pela alínea c do dispositivo regimental, que dispõe sobre a urgência a ser pedida pelas Lideranças.

Sr. Presidente, já produzi muitos argumentos. A meu ver, demonstramos à sociedade, a necessidade de ser mantida a urgência para esse projeto. Como sabem V. Exªs, se há um projeto que precisa de apreciação rápida desta Casa é este, não somente porque regulamenta um dispositivo da Constituição, mas, sobretudo, porque, com a sua aprovação, criamos condições para que a LDO, que já está em votação no Congresso Nacional, venha a acolher as regras que este projeto vai fixar. Como a LDO terá que ser aprovada pela Casa, ou pelas Casas do Congresso Nacional até o dia 30 de junho, é mister que aprovemos logo este projeto, para que seus provimentos sejam devidamente incluídos na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Daí por que nos posicionamos contrariamente à extinção da urgência. É a nossa posição.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Tem a palavra V. Exª

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, já que o nobre Senador Marco Maciel falou sobre a matéria, eu também gostaria, mais uma vez, de dizer algo.

Em primeiro lugar, lembraria ao nobre Senador Marco Maciel e aos demais Senadores que o projeto é de iniciativa da Deputada Rita Camata, do PMDB — ES, com quem tenho mantido contato permanente. Ainda hoje, troquei idéias com S. Exª a respeito do assunto. A nobre Deputada concordou plenamente com a extinção da urgência. Disse-lhe que não tencionávamos recusar o seu projeto no mérito. O que fizemos tão-somente foi atender à ponderação do Senador Almir Gabriel, PSDB — PA, que está debruçado sobre os números que envolvem esse projeto. Dentro de pouco tempo estará ele em condições de apresentar uma emenda substitutiva que possa conciliar, afinal, as divergências em torno do seu texto original.

Quanto a alegação do Senador Marco Maciel de que teremos que aprovar esse projeto antes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, S. Exª labora em um equívoco, pois esse projeto é de lei complementar. Mesmo que a Lei de Diretrizes Orçamentárias saia antes dessa lei complementar, amanhã, entrando ela em vigor evidentemente, passarão a valer portanto, os limites ali estabelecidos as despesas de pessoal da União, dos Estados e dos Municípios. Mesmo que não estejam previstos na LDO, esses limites terão que ser observados, por ocasião da elaboração do orçamento para 1993.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, penso que o nobre Senador Marco Maciel, data venia, faz um cavalo de batalha em torno da extinção dessa urgência.

Essa urgência foi, realmente, neutra, mas se a maioria das Lideranças, com exceção do PFL e do PRN, entenderam que deviam extingui-la. Teríamos, então que apoiar esse requerimento.

Tão logo tenhamos um acordo em torno dessa matéria, seremos os primeiros a apresentar um novo requerimento de urgência, para que o projeto seja votado no menor espaço de tempo.

Ao terminar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo apenas alertar V. Exª para um aspecto: se houver número, a Presidência não poderá convocar outra sessão extraordinária, para que se discutam e se votem outras matérias.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Em votação o requerimento de extinção de urgência subscrito pelos Srs. Senadores Humberto Lucena, Maurício Corrêa, Eduardo Suplicy e Chagas Rodrigues.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Ney Maranhão — Sr. Presidente, peço verificação de quorum. A Bancada do Governo continua em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — V. Exª poderá indicar o apoioamento?

O Sr. Ney Maranhão — Tenho o apoioamento dos Srs. Senadores Esperidião Amin, Aureo Mello e Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Preenchendo a questão regimental, V. Exª será atendido no seu requerimento. Solicito que todos os Srs. Senadores ocupem os seus lugares, para a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PMDB?

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Sr. Presidente, o PMDB vota "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PDT?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF) — O PDT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Como vota o Líder do PSDB?

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI) — O PSDB vota "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Os Srs. Senadores já podem votar.

O Sr. Aureo Mello — Sr. Presidente, gostaria de saber se o voto "Sim" é para aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Exatamente. O voto "Sim" aprova o requerimento e extingue a urgência. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SENHORES SENADORES:

Aureo Mello — Chagas Rodrigues — Cid Carvalho — Coutinho Jorge — Dirceu Carneiro — Eduardo Suplicy — Epitácio Cafeteira — Humberto Lucena — Iram Saraiva — João Calmon — José Fogaça — Jutahy Magalhães — Maurício Corrêa — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Paulo Bisol — Pedro Simon — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Wilson Martins.

VOTAM "NÃO" OS SENHORES SENADORES:

Esperidião Amin — Josaphat Marinho — José Richa — Ney Maranhão — Teotônio Vilela.

O Sr. Dirceu Carneiro, 1º-Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Os Senadores requerentes do pedido de verificação estão todos no plenário; exercitaram, portanto, seu direito de voto.

Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

Vamos proclamar o resultado.

Votaram SIM 21 Senadores; e NÃO 5.

Total de votos: 26.

Não houve quorum.

A Presidência, cumprindo determinação regimental, suspende a sessão por dez minutos e procederá ao acionamento das campainhas, para que os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes demandem o plenário e possam garantir o quorum para apreciação desta matéria.

(Suspensa às 16h58min, a sessão é reaberta às 17h08 min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Está reaberta a sessão.

Srs. Senadores, vamos proceder à nova votação.

Em razão do pedido de verificação de quorum, nos termos do Regimento, suspendemos nossos trabalhos, que agora retomamos exatamente para que se constate a inexistência ou não de quorum.

Presentes na Casa 60 Srs. Senadores.

Os Srs. Senadores já podem ocupar os seus respectivos lugares.

Concedo a palavra ao nobre Líder Ney Maranhão, autor do pedido de verificação de quorum.

O Sr. Ney Maranhão — Sr. Presidente, como Líder, devo informar à Casa que o nosso Partido se encontra em processo de obstrução. Nesse sentido, fiz o pedido de verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O nobre Líder Ney Maranhão esclarece que o seu pedido de verificação de quorum se fundamenta na obstrução que sua Bancada pretende fazer a essa proposição.

O Sr. Humberto Lucena — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não se trata de verificação de quorum: sim, de votação. O PMDB vota "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como vota o Líder do PDS? (Pausa.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC) — Sr. Presidente, acompanho, mais uma vez, o requerimento de verificação de quorum, com o propósito — que eu desejo mais uma vez antecipar — de manter a urgência na tramitação do projeto de lei complementar, até para que esta Casa, mais uma vez, possa decidir uma matéria em vez de procrastinar a sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como vota o nobre Líder do PDT? (Pausa.)

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF) — O PDT vota "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Como vota o Líder do PSDB? (Pausa.)

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PSDB — PI) — O PSDB vota "Sim", Sr. Presidente.

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SENHORES SENADORES:

Almir Gabriel — Cesar Dias — Chagas Rodrigues — Coutinho Jorge — Eduardo Suplicy — Epitácio Cafeteira — Humberto Lucena — Iram Saraiva — Irapuan Junior — João Calmon — Jutahy Magalhães — Magno Bacelar — Maurício Corrêa — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Pedro Simon — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Wilson Martins.

VOTAM "NÃO" OS SENHORES SENADORES:

Aureo Mello — Esperidião Amin — Josaphat Marinho — José Richa — Ney Maranhão — Teotônio Vilela.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Todos os Srs. Senadores já votaram?

Vou proclamar o resultado.

Votaram SIM 20 Srs. Senadores; e NÃO 6. Total de votos: 26.

Não houve quorum.

A votação do Requerimento nº 253 fica adiada.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, um bilhão de galáxias. Em cada uma delas, um milhão de estrelas. A frágil e pequenina Terra dança em torno de uma dessas estrelas, o nosso Sol. Nesse universo imponderável de tantas galáxias, nebulosas, estrelas, gases, temperaturas, energias, matérias — apenas num corpo a vida habita: na Terra. Apenas na Terra, enquanto sabemos, existe Vida, este milagre que alguns até confundem com o próprio Deus, o Criador. Milagre porque são inumeráveis e indescritíveis as combinações químicas e físicas que determinaram o seu aparecimento.

Após a grande explosão cosmogônica — o big-bang — bilhões de matérias foram geradas e distribuídas no Universo, mas somente aqui, neste planeta, neste pequenino grão de terra, surgiu a Vida. Nasce a Biosfera, onde um fantástico equilíbrio químico e termodinâmico garante a Vida na Terra. Neste planeta azul e verde, há cerca de sete milhões de anos, surge, depois, a vida humana. Nesta esfera achatada, feita de terra, água e luz, o Homem, uma das últimas e uma das milhões de formas de vida, inicia a sua aventura de domínio sobre a Natureza, da qual ele é parte, e de supremacia sobre os outros seres. Filho da Natureza, irmão e dependente dos outros seres, o Homem, anunciando-se como o único elemento vivo com razão — dono de memória e do pensamento, com habilidade manual — arrogantemente, lança-se numa aventura suicida de destruir e conquistar em sua lógica absurda e egosta; o Homem passa a dizimar outras espécies vivas, vegetais e animais, arrasa florestas, terras várias. Devasta para fazer uma agricultura, pastorear rebanhos, levantar cidades, construir indústrias. Doma e produz energias, fabrica artefatos e armas contra as outras vidas e contra a sua própria espécie. Descobre e inventa. Arrefece os seus músculos produzindo ferramentas, instrumentos, aparelhos, máquinas, veículos, naves. Mecaniza o mundo, automatizando-se, surda e cegamente, sobre o dorso da ganância e do imediatismo, no caminho do lucro e do conforto, a despeito dos riscos e dos crimes que perpetra contra a Vida, contra a Humanidade, contra o seu próprio futuro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o planeta está sujo, doente, apodrecendo. O planeta está morrendo, a Vida esmaece. A Vida corre perigo. O *Homo Aeconomicus* experimenta o seu saber, supostamente redentor e eternizante, em tecnologias assassinas, em sistemas de exploração e acumulação de riquezas, que saqueiam, estiolam, violentam, degradam, devastam, anulam, depredam, exaurem, na direção do silêncio, da escuridão e da morte. O Homem atropela o esfriamento natural do planeta, processo que se concluiria após milhões de anos. A aplicação das teorias econômicas e a supremacia do financeiro sobre o real, numa inversão alucinante de valores, são estratégias utilizadas pelos países hegemônicos para dominar e explorar.

Mas de quem seria a culpa pelas agressões ao equilíbrio químico e termodinâmico da biosfera, um caos organizado e harmônico que perdura há quatro bilhões de anos? O que

gera o efeito estufa, os buracos negros na camada de ozônio? Quem está destruindo os ecossistemas, poluindo os mares e os rios, devastando florestas? O genial brasileiro Amir Klink, o maior navegador da Terra, já nos descreveu, com angústia, o estado dos nossos mares, transformados em verdadeiras lixeiras pela ação criminosa, a ignorância, a indolência, o ódio inconsciente do Homem contra sua própria espécie e contra as outras vidas das quais ele próprio depende. Quem são os responsáveis por esses crimes insanáveis não só contra a Humanidade, mas também contra tantas outras Vidas no Planeta?

Não é suficiente que combatamos os efeitos, as consequências dos atos contra o Homem e contra a Natureza. Ao criarmos reservas florestais; evitarmos a extinção das baleias, do mico-leão dourado ou do condor; ou fabricarmos equipamentos eficazes contra gases tóxicos letais — estamos tão-somente combatendo os resultados da ação degradante do Homem, apenas adiando o caos, o final da Vida, sem tocar nas causas, enquanto os efeitos recrudescem e são inexoráveis, incontroláveis. A aplicação linear, fria, das teorias econômicas, que não levam em conta parâmetros físicos, humanos, sociais e culturais; o uso indiscriminado de tecnologias inúteis, poluentes e usurárias; a supremacia do financeiro sobre o real, sobre as potencialidades e as riquezas das nações — estas são as práticas políticas, de dominação, dos países hegemônicos. Eles se autodenominam “ricos” a espoliar os verdadeiros ricos, chamados “pobres”, que somos nós, tropicais, detentores de energia renovável, limpa, eterna e capaz de produzir alimentos indefinidamente. Nós, donos da maioria das formas de vida da Terra, de uma biodiversidade inimaginável. Estas são as causas do genocídio, do ecocídio, do suicídio planetário que estamos praticando.

Fala-se em capitalismo selvagem. Quisera, Srs. Senadores, que o nosso capitalismo fosse selvagem. Estaríamos salvos. A lei da selva é biologicamente seletiva e garante a reprodução das espécies. Não há lixo ou cadáver para acumular. O leão come a presa mais fraca ou doente; a águia devora a perdiz mais lenta, ao seu alcance. Tanto o leão como a águia só caçam quando têm fome, por sobrevivência, mas não destroem rebanhos ou bandos inteiros, não matam para acumular, não degradam o cenário do abate. Ao contrário, os sistemas econômicos, capitalistas ou não, generalizam a morte inutilmente, depredam o meio ambiente, dizimam, arrasam com ferocidade, numa estupidez incompreensiva. Matando os vegetais e minerais, criando e desenvolvendo máquinas e energias, gerando lixos letais, degradando as terras e as águas, poluindo os rios — o homem extingue os outros seres, outras vidas e litosferas, comete o fratricídio planetário, um suicídio insano que violenta consciências, corrompe civilizações e estarrece o Criador.

O modelo econômico deformante e predador é o algoz insaciável deste processo. Nós, países do chamado Terceiro Mundo, estamos em estado permanente de entropia, isto é, acorrentados e submetidos pelo sistema financeiro internacional, assistimos, impotentes e abúlicos, a espoliação do nosso patrimônio ecológico, ora sendo saqueado e usado contra nós pelos países hegemônicos, ora intocado, adormecido, impedido de exploração. Estamos proibidos de nos apropriarmos dele, do que é nosso, pelos chamados “ricos”, que nada têm, além da ficção do papel verde, farsa que tudo sabe e que tudo pode. Estes, de natureza pobre, de poucas e precárias vidas, em acelerado processo de degradação moral, social e econômica, assentados sobre os combustíveis fósseis, poluen-

tes e em exaustão, querem que continuemos atolados na miséria e na estagnação, e acusam-nos de destruidores do meio-ambiente. Somente os Estados Unidos despejam na atmosfera, todos os anos, quase 5 mil toneladas de gases de carbono responsável pela destruição da camada de ozônio e pelas chuvas ácidas.

Vejam só, 100 gramas de plutônio, material que não existe na Natureza, mas criado pelos países "ricos", é suficiente para matar toda a Humanidade. Pois bem, Sr. Presidente: cada usina nuclear em atividade no mundo produz 400 quilos de plutônio por ano, com efeitos mortais por 500 mil anos. Os países "ricos" do Primeiro Mundo devastaram suas florestas e esgotaram suas reservas minerais e vegetais. Eles têm no petróleo em exaustão, no máximo dentro de trinta anos, a sua matriz energética. Os trópicos são o lugar natural dos hidratos de carbono, derivados do anidrido carbônico e da água, transformados pelo sol. Daí a biomassa, a energia do futuro. A Ciência já descreveu um milhão e meio de organismos vivos. Nos trópicos, onde a vida é abundante e diversificada, estão dois terços das dez milhões de espécies vivas existentes no planeta. Os trópicos correspondem, apenas, a dez por cento dos continentes. Quarenta por cento da energia do planeta estão na Amazônia. Nós temos energia armazenada nas plantas e nos animais capaz de movimentar e alimentar o mundo infinitamente. Um dia de sol sobre o Brasil, equivale a 300 usinas com a potência de Itaipu e à energia despendida por seis milhões de bombas nucleares lançadas sobre Hiroshima.

Sr. Presidente, eu havia redigido um discurso sobre Ecologia, sobre o que está acontecendo e o que vai acontecer no Rio de Janeiro, que é a Conferência das Nações Unidas sobre o planeta, o destino da Terra. No entanto, prefiro ter o meu discurso como lido a lê-lo.

Não quero desfazer dos poucos Senadores que aqui estão, mas fiz um discurso preocupado com a salvação do homem, com a destruição com que estamos convivendo neste planeta. Quando se fala em política, que o assunto é bem aceito, mas quando se fala de um assunto como esse, a meu ver da maior importância — não sei se porque os Srs. Senadores estão cansados — o plenário se esvazia. Fico desestimulado em prosseguir a leitura. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MAURÍCIO CORRÊA EM SEU DISCURSO:

Final, quem destrói e quem polui? Quais são os ricos e os pobres deste Planeta? Nós, tropicais e brasileiros, somos os ricos submetidos à miséria, graças a uma dívida engendrada e artificial e à falta de um projeto nacional para o Brasil, que recupere a nossa dignidade e a nossa soberania como nação.

O mundo tem um bilhão e meio de miseráveis, ou seja, de pessoas com nível de vida abaixo da pobreza, passando fome, a sua maioria nos países onde a vida é mais rica e diversificada, onde estão as fontes de energia renováveis e onde se pode produzir alimentos para toda a Humanidade. Segundo a ONU, para cada 1 milionário do mundo, há dez milhões de miseráveis. 85% de tudo que o mundo produz se destinam apenas a 25% da Humanidade. No Brasil, 37% da população vivem em estado de pobreza absoluta. Temos 35 milhões de menores carentes, sem pão, sem saúde, sem casa, sem lar, sem escola — um contingente maior que as populações do Paraguai e da Argentina juntos. Enquanto isto,

100% do quartzo do mundo e 98% do nióbio do mundo estão no Brasil. Somos grandes produtores de alimentos e o povo está faminto. Temos áreas, sol e vida para sermos os maiores produtores de alimentos do planeta.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, daqui a alguns dias, começa no Rio de Janeiro a reunião de Cúpula da Terra: delegações de 170 países, pelo menos 100 Chefes de Estado, cinquenta equipes de órgãos intergovernamentais, 500 organizações não governamentais de todo o mundo estarão discutindo o futuro da Humanidade. É a última chance que a Humanidade tem para se salvar. Trata-se da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco/Rio 92, onde, se procurará o entendimento e a cooperação internacional para que as nações tenham desenvolvimento sem destruição ambiental. É a busca do desenvolvimento sustentável, através da celebração de acordos entre os homens e as nações, pactos que deverão estar reunidos na Carta da Terra ou no Código da Terra.

Como continuarmos vivos ou devolvermos vida à maioria condenada da Terra e dar dignidade à vida humana na Terra, violentada, agredida, condenada à hecatombe? Como preservar a Vida no Planeta, Vida que nos abrange? Como os povos do Terceiro Mundo, simultaneamente ricos, donos da riqueza biológica do Planeta, e famintos, explorados por uma minoria endinheirada e armada, poderão se desenvolver utilizando os seus patrimônios ecológicos ou, desgrazadamente, entregando-os aos donos do mundo, que pouco mais têm a preservar? Não é à toa que, na agenda da Eco/Rio-92, na reunião dos Chefes de Estado do mundo, o item energia está ausente. Por quê? Se na Amazônia se concentram 40% e, nos Trópicos Úmidos, mais da metade da energia da Terra — energia futura, limpa e renovável — por que apenas preservar ou suscitar a sua entrega a consórcio de países ricos, que se autopromulam competentes para administrá-la, depois que eles destruíram o pouco que tinham nos climas temperados e frios? Sintomática essa ausência. Dizem que somos incapazes de administrar a Amazônia. Um chiste colonialista! A sabedoria indígena milenar e a cabocla secular estão aí a ensinar à ciência como conviver e usar a floresta sem devastá-la. O Brasil tem tecnologias de vanguarda, que o Primeiro Mundo não tem, para produzir energia a partir da biomassa e fornecê-la a todo o planeta. Não há nada melhor que vender energia. Mas os países hegemônicos impedem este salto de qualidade e de autonomia do Brasil, impedem que isto aconteça e alimentam uma dívida externa e uma dependência ao petróleo, para que continuemos como estamos: fracos, servís, devedores! Por que os Estados Unidos e Grã-Bretanha não aceitaram reduzir suas emissões de dióxido de carbono na atmosfera, que têm modificado o clima na Terra, e, agora, ameaçam, cussão das questões críticas como as mudanças climáticas e a ameaça à biodiversidade? Por que os chamados países "ricos", na verdade pobres, em fim de linha, sem recursos naturais, países dolarizados e armados, relutam à idéia de ajudar, com retornos para todo o planeta, os países do Terceiro Mundo, a saírem da estagnação, buscando, eles próprios, os seus caminhos de superação da miséria, através da apropriação do que lhes pertence? Estas são perguntas, são reflexões graves que exigem resposta.

Mas, esperançosamente, ao lado da Reunião de Cúpula da Terra, oficial, necessária, urgente, da reunião dos governos, dos Chefes dos Estados, um outro evento, tão importante, ou talvez, mais importante que o do Rio Centro, acontecerá paralela e simultaneamente: o Fórum Global, o encontro de

mais de 500 organizações não governamentais — as ONG — de todo o mundo no Parque do Flamengo, onde os homens, as instituições — e não apenas os Estados — a sociedade civil, cidadãos de todo o mundo discutirão uma agenda ainda mais ampla e plural em defesa da Vida, pela salvação do Homem. A esta reunião eu chamo de “o maior espetáculo da Terra”, quando pessoas e organizações ambientalistas, comunitárias, religiosas, científicas, étnicas, artísticas, profissionais, empresariais e acadêmicas, dentre outras, de todas as latitudes e vertentes, se reúnem, espontaneamente, movidos pelo amor à Vida e à Humanidade, para trocar informações, permutar impressões, na busca de propostas para um futuro possível. É o homem comum, consciente e responsável, a cidadania universal refletindo e atuando para a conservação e o uso racional do meio ambiente, lutando por um desenvolvimento sustentável, que não quer que o bem-estar de alguns seja alcançado através do sofrimento de muitos e da degradação da Vida em todas as suas infinitas formas. E somente a consciência ambientalista bem formada, a atitude responsável, salvam o Planeta e redimem o Homem de seus erros e crimes contra a Natureza, contra a sua espécie, contra si mesmo.

Não será surpresa se a Eco/Rio-92, na sua realidade oficial, intergovernamental, não oferecer à Humanidade, ao planeta, soluções ou roteiros provisórios para que todas as vidas persistam e a Terra sobreviva. Defecções são previsíveis, porque estão em julgamento sistemas de poder, de dominação, de exploração do Homem e da Natureza, que têm no egoísmo, na ambição, no lucro, na acumulação, os seus grandes estímulos. Porém, no Fórum Global, do estudante e do cientista, do trabalhador e do ambientalista mais famoso, estarão as nossas melhores expectativas. Ali, o interesse não será outro senão a Vida e o Homem, exclusivamente. Da mesma forma, a Aldeia Carioca, construída em Jacarepaguá pelo Comitê Intertribal — 500 Anos de Resistência, discutirá os principais problemas indígenas, relacionados com a Ecologia e o Desenvolvimento.

Quero registrar o empenho e competência com que o Governo Federal, através da Comissão Interministerial para a Preparação da Eco/Rio 92, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro têm atuado juntos, cooperada e eficientemente, para que a Conferência seja um sucesso e cumpra suas nobres finalidades. O Governador Leonel Brizola, assessorado pelo Secretário de Meio Ambiente, Roberto D'Ávila, não tem poupado esforços e determinação pessoal, ao lado do Prefeito Marcelo Alencar, na construção da infra-estrutura, na organização e na recepção a mais de 40 mil visitantes que estarão no Rio, participando do encontro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o mundo estará no Rio no mês de junho próximo. Os olhos da Humanidade miram o Rio de Janeiro. “O Nosso Destino Comum” não é só o título do documento final de Estocolmo, da última Conferência Internacional. É o que está em jogo agora: a Vida do Planeta e a Felicidade do Homem.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A Presidência, ao atender o pedido de V. Ex^a, reconhece, como fazia ainda agora junto ao Senador Aureo Mello, que um pronunciamento desse porte deveria ter sido ouvido pelo plenário cheio e não apenas pelos 26 Srs. Senadores que aqui se encontram.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é de agora, Sr. Presidente, o conhecimento que tenho do Deputado Ricardo Fiúza. Nosso conhecimento remonta há mais de vinte anos.

O hoje Ministro da Ação Social é um homem que se forjou na luta sem trégua em defesa do Nordeste. Como todo homem, tem suas qualidades e seus defeitos. E como valente lutador, misturou-os ao defender seus ideais, acreditando, acima de tudo, em tudo aquilo que defendia. Por essas atitudes desassombradas, adquiriu uma legião de amigos e fez, por isso mesmo, milhares de inimigos, em sua maioria, gratuitos e invejosos.

No Congresso, o Ministro Ricardo Fiúza se impôs a seus pares, como parlamentar competente e por seu sério trabalho, comportamento este que engrandece qualquer parlamento do mundo.

O Ministro Fiúza tem trânsito em todos os partidos e conhece todos os meandros da Câmara dos Deputados. Como prova do que digo, o Ministro Fiúza liderou sua bancada na Câmara, o PFL, e o Bloco de apoio ao Governo. Defende apaixonadamente suas teses, mesmo que isto lhe custe eleitoralmente. É amigo de seus companheiros, respeitado pelos adversários, mas, como cabra do nordeste, não tem medo de cara feia, nem de assombração.

Quando o Ministro Ricardo Fiúza assumiu o Ministério da Ação Social, numa entrevista ao *Correio Braziliense*, após ter tido uma conversa com meu amigo Fiúza, alertei-o, dizendo-lhe, que estava ocupando uma pasta de grande importância social, política e administrativa dentro do Governo. E o *Correio Braziliense* apresentou em manchete o essencial que eu dissera ao ministro. Disse-lhe: você, agora, não é mais líder. Você, agora, é Ministro de Estado. Bico calado pois, esparadrapo na boca; fale somente o necessário, porque qualquer coisa que você fala a mais prejudicará o Governo.

Mas o Ministro Fiúza esqueceu um pouco o conselho deste velho senador, que tem quarenta anos de vida pública. Disse certas coisas que eu, de boa-fé, só diria em círculo fechado de amigos fiéis. Digo isto porque o Ministro Fiúza tem um porte físico avantajado e seu coração é maior que o corpo; é um homem de gesto largo. Eu sou bem testemunha de tudo isso.

Mas seus inimigos não o perdoam. Conto um caso só para exemplificar. Alguns xiitas do Ibama disseram que eucaliptos de sua fazenda no Maranhão estavam sendo derrubados. Para lá foram de metralhadora em punho para fiscalizar. Os homens do Ibama disseram que receberam denúncias de que as madeiras estavam sendo derrubadas para serem usadas como estacas, o que é proibido pelo Ibama. E esses cabras nem quiseram saber que se tratava de uma propriedade de um líder do PFL, e do bloco que apoiava o Governo. Com esse comportamento, os xiitas do Ibama só quiseram escandalizar e desmoralizar o líder do Governo. Autuaram e multaram a fazenda em seis milhões de cruzeiros, atestando que a madeira derrubada era para fins proibidos pelo Ibama. O que fez o então Deputado Fiúza? Pediu que uma Comissão do Ibama, formada realmente por homens que entendessem de madeira, visitasse sua fazenda. O que foi feito. E qual não foi a surpresa dos técnicos ao constatar que a madeira era de uma qualidade permitida pelo Ibama para ser derrubada? Pediram desculpas ao Deputado, retiraram a multa e puniram os irresponsáveis xiitas que habitam o Ibama.

É um simples exemplo que dou, Sr. Presidente, em defesa de nosso bravo conterrâneo, Ministro Ricardo Fiúza.

Mas há um outro caso. É quando o ministro dissera que recebera um presente de um certo empresário. Dissera isso na maior boa-fé e em meio a um círculo de amigos. Se ele soubesse que tal presente tinha lhe sido dado para prejudicar sua honorabilidade de homem público, ele saberia muito bem repeli-lo e devolvê-lo. Mas na sua boa-fé não só o aceitou como contou o fato numa roda de amigos íntimos. Só que nessa roda de amigos, havia jornalistas de uma certa revista e de certos jornais que depois fizeram o maior estardalhaço em seus meios de comunicação.

Neste episódio, Sr. Presidente, eu faria a mesma coisa. Aceitaria o presente. No nordeste há uma adágio popular que diz: confunda, mas não misture. As amizades não podem ser confundidas. Eu receberia o presente e não daria satisfação a ninguém. Amigo que eu considero é provado com atos. O amigo se conhece nas dificuldades e nas lutas intensas. Eu não troco amizade nenhuma por nada deste mundo. Nesse episódio, Sr. Presidente, se necessário, deixaria até de ser Ministro de Estado, mas não quebraria uma amizade. Mais vale um amigo que muito dinheiro em caixa. Não dava nenhuma satisfação a ninguém, quando estivesse em jogo minha credibilidade de homem público.

Neste episódio, meu caro amigo e Ministro Ricardo Fiúza, conte com minha irrestrita solidariedade. E o motivo maior de minha solidariedade é que o conheço muito bem. Você se sacrifica pelo amigo. Tem uma família, Dona Ilze à frente, tanto no trabalho, como na adversidade.

Finalmente, este meu pronunciamento hipoteca-lhe minha solidariedade também no episódio do Orçamento da União. Meu amigo e Ministro teve uma grande paciência de Jó para com tudo que disse o eminente Senador Eduardo Suplicy.

Você, meu caro Fiúza, como pernambucano, não poderia deixar, como não deixou, ninguém fazer cartaz às suas custas. Neste episódio, o Senador Suplicy terá a obrigação de reconhecer que foi injusto com nosso amigo Ministro.

Na Comissão Parlamentar de Inquérito, o Senador Suplicy terá a oportunidade de, com fatos, e não debruçado sobre reportagens da mídia, de provar que estava equivocado, e, inconscientemente, talvez estivesse em busca de autopromoção. Na minha opinião, o Senador Eduardo Suplicy é uma figura importante de São Paulo. Acredito que, como candidato a prefeito, S. Ex^a terá grande oportunidade de ser o primeiro mandatário da Capital de São Paulo e talvez não vá precisar dessa mídia, à custa do Ministro Fiúza.

Tenho um grande respeito pelo Senador de São Paulo. Meu respeito chega até a solidariedade. Está registrada nos Anais desta casa a denúncia que fez S. Ex^a dos escândalos da Comissão de Orçamento. O presidente dela respondeu-lhe com ameaças não dignas do decoro parlamentar. E este Senador que fala nesse instante se solidarizou com S. Ex^a esta solidariedade ao Senador Suplicy não seria só de palavras, caso o problema fosse adiante. Tenho certeza, também, que o Senador Suplicy, pelas atitudes que tomou como Vereador de São Paulo, também não tem medo de assombração. Para defender a honorabilidade desta Casa e a do Congresso Nacional, juntamente com esse Senador, estaria para o que desse e viesse nesse episódio.

Mas no episódio "Fiúza", S. Ex^a quis atacar diretamente a honra do Ministro Fiúza. E se não o quis, terá que provar.

O Ministro Ricardo Fiúza encaminhou ao Presidente do Senado, Senador Mauro Benevides, as explicações sobre "supostas irregularidades na redação final da Lei Orçamentária para o exercício de 1992". E no fim de seu "esclarecimento" o Ministro Fiúza manifesta "estranheza pelo comportamento do Senador Suplicy, que, ao invés de apresentar os fatos à mesa do Congresso, preliminarmente procurou o jornal O Globo ... para alcançar objetivos não confessáveis".

O eminente Senador Mansueto de Lavor, novo Relator-Geral do Orçamento da União para 1993, em entrevista ao Diário de Pernambuco do dia 10 deste, assim se expressou: "está convencido de que o seu antecessor, Deputado e atual Ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, não cometeu qualquer irregularidade na elaboração da proposta orçamentária deste ano. Por isso, afirma, que o autor das acusações, Senador Eduardo Suplicy, deve pedir desculpas publicamente à Fiúza, à Comissão de Orçamento e ao Congresso, pelo equívoco que cometeu".

Pela importância, Sr. Presidente, dos "esclarecimentos" do Ministro Ricardo Fiúza ao Congresso Nacional e da entrevista do Senador Mansueto ao Jornal de Pernambuco, peço que ambos sejam transcritos nos Anais desta Casa.

O Sr. Eduardo Suplicy — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com prazer, ouço V. Ex^a, nobre Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy — Senador Ney Maranhão, em primeiro lugar, considero importante a atitude de V. Ex^a, quando decidiu fazer tal pronunciamento, fazendo questão da minha presença; adiando de ontem para hoje o seu discurso e fazendo a gentileza de me avisar previamente.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Suplicy, fiz isso porque tenho grande consideração por V. Ex^a e não poderia fazer o meu pronunciamento sem a sua presença.

O Sr. Eduardo Suplicy — Acho importante que V. Ex^a como Senador do Estado de Pernambuco e conhecendo muito bem o Sr. Deputado Ricardo Fiúza, hoje Ministro da Ação Social, por ambos serem de Pernambuco, tenho procurado agir no sentido de esclarecer as divergências sobre a questão do Orçamento a partir de episódios que ocorreram depois do dia 19 de dezembro último. Tive a oportunidade, Senador Ney Maranhão, de na própria reunião da Comissão Mista de Orçamento, reconhecer — e isso está registrado na ata daquela reunião — que houve um esforço muito grande por parte do Deputado Ricardo Fiúza. Ele assumiu a relatoria geral em circunstâncias extremamente difíceis, logo após episódios sérios que resultaram no afastamento de seu colega de bancada, Deputado João Alves, e, portanto, S. Ex^a assumiu a relatoria com a responsabilidade de examinar setenta e poucas mil emendas em um prazo relativamente pequeno. Reitero e avalio ser importante que o Congresso Nacional possa estar decidido, com base em critérios, com base na interação com o Executivo, que deveria estar conosco dialogando a respeito de como destinar um volume de recursos x, entre tantos estados e municípios, havendo tantas demandas, havendo tantas influências dos mais diversos poderes políticos e econômicos; então não é tarefa fácil, é das mais complexas e difíceis. Tudo isso eu reconheço e atesto o esforço, inclusive a capacidade política do Deputado Ricardo Fiúza em procurar dialogar com todos aqueles que estavam trabalhando na Comissão Mista de Orçamento, sei de quanto

ele precisou se abrir para manter entendimento com todos os Srs. Deputados e Senadores; mas no caso específico do que aconteceu, Senador Ney Maranhão, é preciso dizer ao Ministro Ricardo Fiúza, o que moveu o meu trabalho e o do meu gabinete não visava qualquer interesse na próxima eleição de São Paulo, moveu-me a defesa do interesse público. Ressalto que a questão relativa a ter O Globo publicado essa matéria, decorre do interesse jornalístico daquele jornal. Vou esclarecer a razão. Os jornalistas de O Globo, Rodolfo Lago, Denise Rothemburg, sabem que no meu gabinete se trabalha com denodo e que utilizamos o terminal de computador ligado ao Prodasen. Todos os Senadores têm o mesmo privilégio. Entretanto, nós estamos trabalhando com muito interesse nesse assunto. Os jornalistas Rodolfo e Denise, dialogando com os meus assessores e pensado na idéia, em vista até de alguns jornalistas... (O Sr. Presidente faz acionar as campainhas.)

O Sr. Eduardo Suplicy — Como o Presidente está um pouco impaciente...

O SR. NEY MARANHÃO — Mas S. Exª terá a paciência de Jó.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — V. Exª tem dois minutos para concluir o aparte.

O SR. NEY MARANHÃO — Sr. Presidente, faço um apelo à paciência de Jó de V. Exª e solicito que permita que o Senador Eduardo Suplicy conclua.

O Sr. Eduardo Suplicy — Conde-me V. Exª um novo aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Claro, Senador, V. Exª tem a palavra.

O Sr. Eduardo Suplicy — Obrigado. Continuando, eles trabalharam, por duas ou três semanas, para detectar aquilo que havíamos observado e que poderia ter sido efetuado. Foi graças ao trabalho dos jornalistas de O Globo, em colaboração com a minha equipe de gabinete, que se diagnosticou que emendas novas haviam sido apresentadas. Obviamente, era um dever ético para com os jornalistas que a matéria fosse divulgada por eles em primeira mão e por isso ela não passou propriamente pelo controle. Fiz questão, no dia da revelação dos dados, de ir ao gabinete do Deputado Ricardo Fiúza para pedir explicações, quando soube que os jornalistas Rodolfo Lago e Denise Rottemberg já tinham transmitido ao Deputado, três dias antes, a informação sobre a detecção do fato e pedido a S. Exª as explicações. Portanto, S. Exª soube da matéria, três dias antes da publicação, pelos jornalistas de O Globo e assim teria tido a oportunidade de explicar. Depois da publicação, logicamente fui ao gabinete do Deputado Ricardo Fiúza para pedir as explicações e entreguei a S. Exª cópia do ofício que havia encaminhado ao Presidente Mauro Benevides. Para mim, Senador Ney Maranhão, não há dúvidas de que houve a impropriedade de procedimento.

O SR. NEY MARANHÃO — Aí é que não concordo com V. Exª

O Sr. Eduardo Suplicy — Bem, se após a aprovação da redação final houve a apresentação de novas emendas que foram acrescidas entre o período da aprovação do orçamento e a entrega da redação final, em 7 de fevereiro, então, se isso não estava de acordo com o que foi aprovado na reunião final, e se na reunião final da Comissão Mista foi aprovado que o Relator poderia corrigir erros formais e modificar emen-

das de um Parlamentar, desde que este pedisse por escrito o remanejamento de verbas... se o que foi feito não foi exatamente isso, na tarde do dia 19, que é o que havia sido aprovado pela Comissão, então, é só verificar, nobre Senador Ney Maranhão. Nós poderemos até verificar juntos. Eu o convido para juntos conversarmos com cada uma das pessoas que apresentaram essas emendas, a ir comigo ao Prodasen para conversarmos com a direção e os funcionários no sentido de sabermos o que aconteceu. O Presidente Mauro Benevides pode perfeitamente designar uma comissão independente de Senadores para, junto ao Prodasen, fazerem esse trabalho, e em questão de poucos dias tudo estará esclarecido. Assumo aqui o compromisso com V. Exª de que, caso eu não tenha razão no que estou apontando, seja o primeiro a me pronunciar da tribuna, mas caso eu tenha razão, caiba a V. Exª fazer o mesmo. Vou dizer algo a V. Exª que me foi dito pessoalmente por um Senador: não é a primeira vez que isso ocorre. Em anos anteriores, já ocorreu. Foi a primeira vez que isso foi detectado. Disseram-me que, em função de ter sido detectado, o Presidente Mauro Benevides já anunciou medidas para que o caso não se repita neste e nos próximos anos, dizendo que não vai mais permitir adiamento de prazos, que no dia 5 de dezembro quer a aprovação da mensagem final da Comissão Mista para que, pelo menos, haja oito ou dez dias até que se tenha a publicação final, a fim de que não parem dúvidas sobre o que se está aprovando na redação final, medidas que eu aprovo inteiramente. No mínimo, este episódio já está servindo para que não se repitam mais tais coisas, que ocorreram em anos anteriores. Pelo menos, foi o que eu ouvi de Senadores responsáveis, nesta Casa.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador Suplicy, ouvi com muita atenção o aparte de V. Exª, quando reconheceu o trabalho difícil do Relator, o Deputado Ricardo Fiúza. Não discuto, V. Exª e eu estamos de pleno acordo sobre vícios que havia na Comissão de Orçamento. Isto é patente. Agora, Senador, depois daquele episódio em que V. Exª prestou um grande serviço ao País, quando denunciou aquele problema que só desmoralizava o Congresso, aquele problema da Comissão de Orçamento, onde o Congresso reconheceu e foi destituído o Deputado João Alves.

A essa altura, Senador Suplicy, a oposição, o seu Partido devia estar com os olhos mais abertos para acompanhar passo a passo todos esses fatos que V. Exª acaba de citar no seu aparte.

V. Exª, da própria tribuna, reconheceu que o seu Partido, para facilitar a aprovação da redação final do orçamento votou contra, mas não criou problema, não obstruiu.

O Sr. Eduardo Suplicy — Como V. Exª fez agora.

O SR. NEY MARANHÃO — Claro, é o mesmo caso, eu pedi verificação. Então, ia prejudicar.

Mas o Partido de V. Exª, que hoje fiscaliza o Governo, tem obrigação de fazer oposição construtiva e fiscalizar os atos errados. Tenho certeza absoluta, Senador Eduardo Suplicy, se o seu Partido, a maioria, pensasse como V. Exª, tivesse o cuidado que V. Exª tem, talvez não tivesse havido essa discussão aqui e agora, porque o partido de V. Exª teria que acompanhar passo a passo os vícios que estavam sendo feitos anteriormente e que V. Exª denunciou. Mas nada disso aconteceu.

Então, depois do orçamento aprovado, depois da redação final, quanto tempo V. Exª veio para a tribuna denunciar isso?

O Sr. Eduardo Suplicy — Só depois que pude constatar pelo terminal do Prodasen.

O SR. NEY MARANHÃO — Claro, Senador. Mas isso que V. Ex^a está dizendo não é prova conclusiva. Penso que tem que haver uma clareza muito grande nisso, porque está em risco, nobre Senador, no meu entender, a credibilidade do Ministro Ricardo Fiúza. Então, está sendo criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito. V. Ex^a terá a oportunidade de, com relação a esses argumentos que acaba de dizer no seu aparte — e que não me convencem —, transparentemente, como esperado por V. Ex^a, na Comissão Parlamentar de Inquérito, provar isso. Uma coisa V. Ex^a tem que reconhecer: numa Comissão de Orçamento que vem há vários anos nessa situação, ou seja, não dando uma boa imagem ao Congresso Nacional, o Deputado Ricardo Fiúza pega uma comissão no meio do caminho, no fim do ano... V. Ex^a mesmo acaba de citar milhares e milhares de emendas... Então, pode acontecer algum erro. Claro O ex-Deputado não é um computador, apenas tentou consertar um erro que já vinha há anos — como ocorreu com a Previdência que foi furtada por 30 anos. Só agora foi descoberto, e os bandidos, os de "colarinho branco", estão na cadeia.

Temos de reconhecer a qualidade e a luta que o Deputado e Ministro Ricardo Fiúza teve, o patriotismo de enfrentar e assumir a responsabilidade em ser o Relator da Comissão de Orçamentos para solucionar esse problema, não digo perfeito, mas para dar uma solução mais ou menos para que agora as coisas comecem a entrar nos trilhos.

V. Ex^a deve reconhecer essa qualidade e a responsabilidade que o Deputado Ricardo Fiúza teve ao enfrentar uma situação dessa natureza.

Portanto, Senador Eduardo Suplicy, estou defendendo o meu amigo, o Deputado Ricardo Fiúza, pela posição que ocupou, a responsabilidade que tomou em seus ombros e agora está pagando esse ônus.

Vou dar um exemplo a V. Ex^a: não tive ocasião de dizer ao Senador Pedro Simon quando falou hoje da tribuna. Foi denunciado um diretor ao presidente do Incra sob a acusação de que havia assinado um projeto do qual se beneficiaria. Mentira, mentira, Senador. Esse homem está sendo hoje prejudicado na sua honorabilidade, só por uma notícia da imprensa, esse homem foi afastado, mas foi afastado injustamente. É duro, Senador, o sujeito ter a vida pública limpa. Esse problema do Incra, Senador, tem uma série de documentos, tem uma série de processos para, no final, dar uma solução a um tipo de desapropriação ou outra coisa qualquer, e esse homem foi atacado dessa maneira.

Então, coloco-me no lugar do Deputado Ricardo Fiúza e sinto a mesma revolta que S. Ex^a está sentindo. Podemos até errar, mas V. Ex^a tem que reconhecer que o Deputado Ricardo Fiúza colocou nos seus ombros um peso muito grande para limpar essa mancha, para cumprir a exigência da opinião pública em relação ao Congresso. S. Ex^a assumiu essa responsabilidade, então, temos que reconhecer essas suas qualidades.

O Sr. Eduardo Suplicy — Nobre Senador Ney Maranhão, reconheço qualidades extraordinárias no Deputado Ricardo Fiúza, que foi meu contemporâneo quando fui Deputado Federal, portanto, já o conhecia. Sei como S. Ex^a, com muita garra, procurava defender o governo, por exemplo, quando era da Arena e tínhamos como Ministro do Planejamento o Sr. Antonio Delfim Netto. Na época, procurei averiguar problemas relativos a questões de endividamento externo,

a forma como eram obtidos recursos externos, e, nas questões relativas ao Relatório Saraiva, foi exatamente o Deputado Ricardo Fiúza quem, certa vez, obteve do Diretor do Credit Commercial de France um depoimento onde dizia que não houvera ele, ao contrário do que dizia o depoimento do Coronel Saraiva, pago comissão ao ex-Embaixador, e foi o Deputado Ricardo Fiúza que surgiu com aquele documento.

Lembro-me desse episódio marcante, porque eu era uma das pessoas que estava averiguando aquela questão. Sei da franqueza com que ele fala com as pessoas, muitas vezes de forma aberta, utilizando palavras que poderiam assustar as pessoas se não se conhecesse bem o seu estilo, a sua forma de ser. Sei perfeitamente o peso de se trabalhar com 72 mil emendas, sob a influência forte de Senadores e Deputados aqui no Congresso.

Não aponte, no procedimento que avalio inadequado, qualquer má fé, qualquer ato que não fosse interesse público.

O SR. NEY MARANHÃO — A imprensa deu outra interpretação, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy — V. Ex^a pode averiguar em qualquer das minhas palavras que não houve, nesse episódio, procedimento nesse sentido. No episódio que envolveu o jet ski, disse-lhe que na minha opinião deveria ser devolvido para que não houvesse dúvida sobre o procedimento no interesse público — aliás, ele não devolveu ainda.

O SR. NEY MARANHÃO — Senador, aconselhei o Deputado a não devolver, porque se assim procedesse, no meu entender, estaria reconhecendo o presente recebido do amigo, como se fosse para comprá-lo. E não foi isso que aconteceu. Se fosse comigo, não devolveria e tampouco aceitaria, de maneira alguma, ser prejudicado na minha honorabilidade.

Se necessário, até sairia do ministério, porque uma amizade não troco por nada, principalmente porque o que ele recebeu é uma porcaria, de um amigo de muitos anos, antes mesmo de ele ser Ministro de Estado ou Deputado Federal. Portanto, amizade não se troca, e disse isso a ele. Se devolvesse ou entregasse essa porcaria para uma sociedade de caridade, realmente estaria passando um recibo de que era essa a intenção e não era isso. Esse é o meu ponto de vista, e disse isso a ele.

O Sr. Eduardo Suplicy — Vejo que V. Ex^a teve maior poder de influência do que o próprio Presidente da República e o Ministro Bornhausen, que recomendavam que devolvesse.

O SR. NEY MARANHÃO — Também disse a ele, Senador Eduardo Suplicy, que o Presidente da República não ia lhe dar esse conselho. Conheço muito bem o Presidente da República, muito mais do que o Ministro Ricardo Fiúza. Às vezes digo coisas que Sua Excelência não gosta, porque também tenho autoridade para falar, porque não tenho inspetor de quartel neste Governo. Digo coisas que ele não gostar, mas é porque Sua Excelência sabe que o defendo com convicção.

Disse ao Ministro Ricardo Fiúza que o Presidente da República não tinha dito tal coisa a ele, porque conheço o Presidente. Outras pessoas podem ter dado conselhos, porque conselho é como rapé, toma quem quer. O meu conselho foi dentro dessa linha, porque se tivesse devolvido, ou se tivesse dado para uma instituição de caridade, estaria passando recibo de que queriam comprá-lo, e um amigo, um amigo mesmo, não compra o outro, de jeito nenhum, cabra safado sim, a esse damos o troco, com juros e correção.

Portanto, Senador, com essa atitude de reconhecer as qualidades do Deputado Ricardo Fiúza, tenho certeza de que, ao final, V. Ex^a estará, de boa-fé, prestando um serviço à Nação.

O Sr. Eduardo Suplicy — Então, vamos esclarecer o que significa de boa-fé: significa determinar que o Prodasen faça o levantamento.

O SR. NEY MARANHÃO — Claro. A Comissão Parlamentar de Inquérito vai decidir quem tem ou não razão.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sim. Mas na Câmara dos Deputados, o PFL e outro partido — acho que o PDS — ainda não indicaram.

O SR. NEY MARANHÃO — Mas vão assinar, porque quem não deve, não teme. Portanto, vão assinar.

O Sr. Eduardo Suplicy — E como estão demorando, podemos, em poucos dias, saber e dirimir essa dúvida inteiramente. Ressalto que disse: "Pode ter sido até de boa-fé que o Ministro Ricardo Fiúza, querendo atender a todos as demandas parlamentares, tenha acrescentado emendas". Pode ter sido até de boa-fé que o General Homem de Carvalho tenha mencionado que, do dia 17 para o dia 19 — ele não sabe bem quando — cortaram-se 5% das despesas dos ministérios militares. Quer dizer, para acrescentar-se de um lado, tira-se de outro. Então, por que não se averiguar isso?

O SR. NEY MARANHÃO — Senador, vamos ter essa oportunidade, e se não se formar uma CPI, vamos pensar em outra maneira de se averiguar isso. Com a formação da CPI, tenho certeza de que, ao final, a verdade surgirá.

Senador, com o respeito que tenho por V. Ex^a e a amizade que tenho ao Deputado Ricardo Fiúza, que são dois homens públicos necessários ao País e à democracia, quem sabe não serei o embaixador do entendimento e consiga pôr um fim a esse mal-entendido entre o "Fiúzão", como chamo o meu amigo Ricardo Fiúza, e V. Ex^a.

Acredito que as vencedoras serão a democracia e a verdade.

Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Eduardo Suplicy — Espero que tudo seja esclarecido.

O SR. NEY MARANHÃO — Sr. Presidente, quero pedir desculpas a V. Ex^a pela paciência de Jó que teve no momento desse debate com o Senador Suplicy.

Eu gostaria de pedir a transcrição da entrevista do Senador Mansueto de Lavor e dos documentos que o Ministro Fiúza entregou ao Presidente do Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. NEY MARANHÃO EM SEU DISCURSO:

MANSUETO: FIÚZA NÃO TEM CULPA

E afirma que Suplicy deve fazer uma retratação

Jorge Wamburg

Brasília (Sucursal) — O novo relator-geral do Orçamento da União para 1993, Senador Mansueto de Lavor, do PMDB de Pernambuco, está convencido de que o seu antecessor, deputado e atual Ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, (PFL — PE), não cometeu qualquer irregularidade na elaboração da proposta orçamentária deste ano. Por isso, afirma que o autor das acusações, Senador Eduardo Suplicy (PT

— SP), deve pedir desculpa publicamente a Fiúza, à Comissão de Orçamento e ao Congresso, pelo equívoco que cometeu.

Após analisar as explicações apresentadas ao presidente do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides (PMDB — CE), pelo ministro Ricardo Fiúza, contestando as denúncias de que teria introduzido 65 novas emendas ao projeto depois de sua aprovação final do plenário, o Senador Mansueto de Lavor disse que não apenas ele, mas "a maioria dos senadores" considerou convincentes os argumentos e acha que Suplicy não tem mais o direito de exigir nada, "pois se não está satisfeito, cabe-lhe apresentar provas das acusações que faz".

Relatório aberto — Já no ano passado, o Senador Mansueto de Lavor era um dos representantes de Pernambuco na Comissão Mista do Orçamento do Congresso, formada por deputados e senadores. Conhecedor profundo da mecânica de discussão e votação do projeto orçamentário que o Governo encaminha anualmente ao Congresso, o Senador do PMDB participou diretamente desse trabalho ao lado de Ricardo Fiúza e do próprio Suplicy, e confirma as informações, que o ministro encaminhou ao Senador Mauro Benevides. E esclarece o que ocorreu.

— As acusações de Suplicy se baseiam, como afirma Fiúza, num relatório ou esboço dele submetido à Comissão de Orçamento no dia 17 de dezembro, enquanto que a votação final só ocorreu na madrugada do dia 19. E nessa votação final, as emendas ou destaques a que se refere Suplicy já haviam sido incluídas no projeto. Assim, Suplicy e os deputados do PT que agora fazem as denúncias (Eduardo Jorge e Jaques Wagner) poderiam protestar só contra a concentração de emendas em determinados parlamentares. Mas não o fizeram porque o relatório foi elaborado em aberto e o PT tinha representantes na comissão. A abertura permitiu que às vezes os debates fossem feitos sem a presença do Relator-Geral. Por isso, a assessoria do Senador Eduardo Suplicy está cometendo um equívoco lamentável, pois se baseou em dados que não representam a matéria votada pela comissão no dia 19 e pelo Congresso no dia 20 de dezembro —, disse.

O Senador Mansueto de Lavor confirma as declarações do ministro Ricardo Fiúza a respeito do que se passou nos dias 19 e 20 de dezembro, durante a votação do relatório final do orçamento. Já era madrugada do dia 19 e restavam 24 horas para que o trabalho fosse encerrado, pois o Presidente Mauro Benevides já prorrogara as atividades do Congresso por cinco dias e era impossível abrir nove prazo, devido ao Natal.

Senhor Presidente:

Para os fins de direito apresento a V. Ex^a as explicações a seguir, a propósito do expediente encaminhado pelos Senhores Senador Eduardo Suplicy e Deputado Eduardo Jorge, apontando supostas irregularidades na redação final da Lei Orçamentária para o exercício de 1992.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que o citado documento está baseado em premissas absolutamente falsas.

A primeira refere-se ao âmbito da delegação concedida pela Comissão Mista de Orçamento ao Relator-Geral, na reunião de votação final, iniciada no dia 17-12-91. Já no início da discussão do Parecer Final, manifestei a minha preocupação com o tempo limitadíssimo, para apreciação da matéria, a ensejar futuras alegações de má fé, como esta que estamos analisando, essencialmente, idêntica às que ocorreram em anos anteriores. Disse naquela ocasião, profeticamente:

"Devo ressaltar, para amanhã não haver maledicências, que esse trabalho não foi conferido porque não houve tempo. Ele poderá ser modificado somente se houver erro material e se for comunicado à Comissão qual o erro. No final já pegamos dois erros."

Ocorre, Senhor Presidente, que a reunião teve o seu início no dia 17 de dezembro de 1991, mas o processo de votação só foi encerrado, na Comissão, na madrugada de 19-12-91. Foram apresentados inúmeros destaques, que se fossem colocados em votação não apenas consumiriam um tempo imprevisível para a conclusão dos trabalhos na Comissão, como retardariam a votação da matéria no plenário do Congresso Nacional, fato que era motivo de preocupação de V. Exª e de muitos outros parlamentares, que se manifestaram naquela reunião.

Sendo inteiramente impossível votar, ao longo do tempo disponível, mais de 1.200 destaques, buscou-se uma fórmula que permitisse concluir o trabalho na Comissão, sem cerceamento do direito inalienável do Parlamentar de alocar recursos para aqueles projetos que considerasse prioritários. O assunto foi discutido pelos representantes designados pelos Partidos, sem a participação do Relator-Geral, o que significa dizer que a este caberia apenas cumprir as determinações da Comissão.

A decisão das lideranças foi a seguinte:

Todos os autores de Destaque retirariam os seus requerimentos, ficando o Relator-Geral autorizado a proceder a três tipos de alteração:

- 1) correção do que considerasse erros materiais;
- 2) desdobramento do valor da Emenda aprovada por outros do mesmo autor, sempre a requerimento deste, sem aumento do valor total já aprovado para aquele Parlamentar;
- 3) acolhimento de Destaques, desde que considerasse possível o remanejamento de recursos, sem prejuízo dos aspectos técnicos.

Os termos e limites da delegação recebida podem ser confirmados tanto pela Mesa da Comissão, como pelos integrantes daquele Colégio de Líderes e pelas notas taquigráficas da reunião de 19-12-91.

Essa delegação ocorreu na reunião de votação do dia 19-12-91 e não na do dia 17-12-91, como erradamente afirmam os Senhores Senador Suplicy e Deputado Eduardo Jorge.

A propósito, gostaria de transcrever partes da manifestação do Senhor Senador Eduardo Suplicy na referida reunião, para demonstrar, de forma clara e meridiana, que S. Exª participou de todo o processo que ora recrimina de forma tão contundente que nos permite considerar como um equívoco de sua diligente assessoria, pois se assim não fosse, estaria S. Exª procedendo de forma incompatível com os mais comensuráveis princípios da ética e da lealdade e, por que não dizer, da própria honestidade, que a todos cabe preservar:

"Sr. Senador Eduardo Suplicy — Senhor Presidente Senhor Relator, Srs. Deputados e Srs. Senadores, gostaria de ressaltar, em primeiro lugar, que considero extremamente louvável o empenho do Sr. Relator no sentido de procurar realizar um trabalho, o mais aberto e transparente possível, segundo suas próprias palavras. Inclusive, S. Exª em seu relatório propõe procedimentos e critérios, os mais abertos, adequados, racionais, no sentido de procurar democratizar o processo de definição de verbas, segundo as possibilidades de cada Parlamentar deste País..."

Mais adiante:

"... entretanto por razões que se faz necessário explicar, e seria importante que o Relator Deputado Ricardo Fiuza nos explicasse agora, há parlamentares com gigantesco poder de definir dotações orçamentárias. O teto que antes se imaginava que era de 500 milhões de cruzeiros foi grandemente ultrapassado, inclusive na área do Ministério da Ação Social. Por exemplo, ao próprio Relator-Geral — sei que S. Exª tem razões para procurar coordenar todas as possíveis contradições, critérios etc. — no caso do Ministério da Ação Social, coube 28 bilhões e 700 milhões.

Concluindo, Senhor Presidente, seria muito importante que nos pudéssemos aproximar ao máximo de critérios, como sempre mencionou o Relator-Geral, os mais transparentes possíveis, critérios que possam ser explicados a cada um dos Senadores e Deputados. Já que não foi possível neste ano, que no próximo, no máximo, seja dado um passo na direção da recomendação do próprio Relator-Geral, Deputado Ricardo Fiuza...

Quero salientar que o Relator-Geral procurou ser sensível às reivindicações, pelo menos às de diversas regiões do País. Eu próprio sou testemunha das importantes reivindicações da Prefeitura de São Paulo, por exemplo, de 5 bilhões de cruzeiros para a compra de ônibus. Isso foi devidamente considerado em emenda por ele apresentada."

Respondendo na ocasião ao referido Senador Suplicy, afirmei:

"Acho que o Senador Eduardo Suplicy fez muito bem em levantar essa questão. Esse é um ponto que sempre tem sido foco de questões da Comissão, muitas vezes levando a um entendimento distorcido. É preciso que se esclareça. Em primeiro lugar quero dizer à Comissão que nas emendas do Relator-Geral há somente uma emenda do Relator (de seu interesse) de 50 milhões de cruzeiros, para a Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Buíque, Município de Pernambuco, que tem um hospital com trinta ou quarenta anos de existência. Em todos os orçamentos anteriores eu ajudei.

Nas emendas de Relator será retirada qualquer emenda pessoal do Relator Deputado Ricardo Fiuza. Gostaria de deixar bem claro à Comissão que todas as emendas que o Relator-Geral teve que juntar e compatibilizar, atendendo aos pleitos de última hora, neste Relatório, todas saem como emendas do Relator-Geral. Posso assegurar a V. Exª que em todas as emendas citadas tenho apenas uma de 50 milhões de cruzeiros. Adotei um critério que a Comissão poderá modificar a qualquer momento. Devo afirmar ao Senador Eduardo Suplicy, mais uma vez, e a todos os companheiros da Comissão, que acredito que haja, neste Relatório, muitos erros materiais e, seguramente, deve haver alguns equívocos. Fico gratíssimo quando eu tiver que corrigir um defeito, se a Comissão detectar."

É importante destacar que isso ocorreu na reunião do dia 19-12-91.

Embora não caiba nessa oportunidade transcrever toda a reunião, permito-me destacar ainda a manifestação do Sr. Deputado Flávio Palmier da Veiga:

"Deputado Flávio Palmier da Veiga: A minha proposta é a seguinte: tendo em vista o adiantado da hora e considerando as concessões oferecidas pelo Relator-Geral para atender às diversas demandas de Parlamentares da Comissão de Orçamento, considerando também que já o Deputado José Geraldo solucionou, pela sua proposta — se aprovada — a maioria dos destaques apresentados e tendo em vista principalmente que o Relator-Geral foi um homem aberto, acessível — ele ouviu todos os partidos, ficou acima das ideologias e ainda está oferecendo condições de melhorar o atendimento dos Deputados — oferecemos um crédito de confiança ao Relator: aprovaremos em bloco todos esses destaques, para que o Relator-Geral, dialogando com os Deputados interessados, possa, amanhã, até o meio dia, resolver esse problema. (palmas). Esta é a minha sugestão. Os destacados até o momento seriam aprovados em bloco."

Na oportunidade tive a feliz cautela, quase a premonição, de responder conforme as Notas Taquigráficas:

"Sr. Presidente, eu agradeço a manifestação do Deputado Flávio Palmier da Veiga, mas creio que S. Ex^a transfere uma responsabilidade exagerada para mim, que não a quero porque amanhã vão dizer que eu modifiquei coisas. Agradeço a S. Ex^a mas não aceito essa responsabilidade. Fico gratíssimo, mas amanhã a maledicência, o interesse contrariado vai levantar suspeições sobre o nosso relatório... Agradeço ao Deputado Flávio Palmier da Veiga, mas já ouvi muitas maledicências, inclusive hoje. Não aceito o arbítrio, porque depois vou pagar um preço caro. Por mais esforço que eu tenha que fazer eu o farei com seriedade. Obrigado V. Ex^a."

Veja V. Ex^a que, de certa forma, eu já esperava que um processo difamatório pudesse ocorrer posteriormente, por interesse contrariado e imediatamente após a votação da matéria, mas não quase seis meses depois e por razões eleitoreiras, como para a campanha municipal à prefeitura paulistana. Creio mesmo que o dito Senador candidato teria bandeiras mais nobres para a procura de votos, sem necessitar atingir gratuitamente a honra de seus pares e da própria instituição que deveria honrar por pertencer a ela.

E também da reunião do dia 19-12-91 a seguinte manifestação do Deputado Eduardo Jorge, hoje Líder do PT e signatário do documento ora analisado:

"Deputado Eduardo Jorge — Então é importante saber que ainda estamos trabalhando com material precário, que correções serão necessárias. Hoje de manhã tentamos ver se era possível fazer uma análise até no micro, mas não era possível. Provavelmente vai-se continuar analisando, discutindo e descobrindo erros até no ano que vem."

Pela importância que tem para estes esclarecimentos, não podemos deixar de registrar o momento em que, pela palavra do Deputado Paulo Hartung, foi feita a proposta dos partidos para o procedimento a ser adotado na conclusão da elaboração orçamentária. Estávamos já no dia 19-12-91.

"Deputado Paulo Hartung — Senhor Presidente, sem prejuízo das inscrições e usando o tempo cedido pelo Senador Valmir Campelo, queria apresentar uma

proposta que não é minha, mas do conjunto dos partidos políticos que têm assento nesta Comissão. Evidentemente que essa proposta deve ser apreciada por todos os colegas da Comissão e só ir à frente, adiante, se houver concordância. São quase três e meia da manhã e pelo que nos foi informado, temos seiscentos destaques registrados na Mesa. A mesa corrige que são 1.240. Por isso precisamos dar racionalidade a esse processo. Os companheiros separaram os destaques relativos ao texto e propuseram um acordo ao Relator, sobre o qual o Relator pode agora se posicionar, no sentido de suprimir o inciso II do art. 5º, que trata especificamente de adequar a execução da despesa, suprimir a letra c do inciso I do art. 8º. Sendo aceitas essas três modificações na lei, a proposta é no sentido de que os destaques, que estão sendo submetidos à Mesa, sejam transformados em indicação ao Relator e que amanhã às 9h quando for aberta a sessão o Relator peça um prazo pelo menos até as 16 horas ao presidente do Congresso a fim de consolidar o processo e apresentar um trabalho final em plenário. Isso dá racionalidade ao processo, monta um calendário e nos permite chegar ao final do trabalho quase exaustivo que esta Comissão fez. Digo isso não em nome próprio, mas em nome de um conjunto de partidos políticos que tenta montar uma estrutura para que possamos terminar esse trabalho."

Logo, Senhor Presidente, é inteiramente equivocada a menção apenas aos debates realizados em 17-12-91. Data em que apresentei o Parecer Final, posto que as decisões sobre o processo de votação foram adotadas na reunião iniciada aos 33 minutos do dia 19-12-91.

Por isso, é falso, inteiramente falso, querer considerar uma listagem emitida em 17-12 como votação final do Congresso Nacional sobre orçamento, pelas razões seguintes:

1) a listagem, apresentada com o Parecer, estava sujeita a correções de erros materiais, como declarei naquela oportunidade. Tanto isto era verdadeiro que no dia 18-12, antes de iniciada a votação, foi distribuída uma outra listagem, disponível na CMO, já contendo várias correções;

2) as listagens, tanto a de 17-12, quanto a de 18-12, foram emitidas antes da votação na CMO, por isso não incorporam nenhuma das providências decorrentes da delegação a mim conferida e dos Deputados apresentados.

Não se pode, portanto, classificar qualquer alteração posterior — estritamente dentro dos limites estabelecidos pela Comissão — como sendo fraude, adulteração, erro ou qualquer outro termo, inclusive porque tudo foi feito com absoluta transparência e com o acompanhamento de todo que desejaram fazê-lo, nas dependências do Prodasen.

Nunca é demais reafirmar que considerar aquela listagem no dia 17-12-91 como resultado final da votação é, no mínimo, inexplicável, precipitação, principalmente em se tratando de pessoas que estiveram presentes ao processo. Como poderiam considerá-la votação final, se aquela listagem foi modificada pela própria Comissão que só concluiu o seu trabalho na madrugada do dia 19-12-91 e, assim mesmo, atribuindo ao Relator o encargo de proceder a novas alterações, inclusive pelo acolhimento de até 1.240 destaques, já que o prazo para recebimento dos destaques foi estendido para até o final daquela reunião de 19-12-91?

A segunda premissa, a exemplo da primeira, também, é inteiramente falsa ao considerar aquela listagem, do dia 17-12-91, como redação final.

Na realidade, o resultado da votação em Plenário está consubstanciando na redação final, publicada pela Mesa do Congresso Nacional, conforme Diário do Congresso Nacional, e amplamente divulgada. Esse é documento oficial da votação, o documento que há de ser comparado com o orçamento afinal sancionado. Qualquer outro, para tal efeito, é um nada jurídico.

Senhor Presidente, fizemos um esforço hercúleo para apresentar ao Plenário do Congresso o trabalho final, já contendo as correções, na sessão do próprio dia 19-12-91, à noite, o que permitiu inclusive a votação da Redação Final, conforme consta da Ata publicada no Diário do Congresso.

Por esta razão, apresento anexa comparação da redação final com a Lei de Meios, como deveriam ter feito os signatários da pseudo-denúncia — se quisessem ser levados a sério —, indicando inclusive o número da Emenda, classificação do projeto, página da redação final, valor da emenda e valor descrito na lei.

Assim, pode verificar V. Ex^a que todas as emendas questionadas foram aprovadas no Plenário e, por isso, constam da redação final, o que torna absolutamente improcedente a irresponsável acusação.

Quanto à não-composição da Comissão de Acompanhamento, a que se referem os Senhores Senador Eduardo Suplicy

e Deputado Eduardo Jorge, devo considerar como um reconhecimento, de ambos, da sua própria omissão, eis que — afirmo sem receio de contestação — que houve total acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no Prodase, tanto pelos representantes dos partidos como de parte dos parlamentares que foram àquele órgão técnico, os quais puderam constatar a transparência e a lisura das nossas atividades. O não-exercício de um direito não pode ser alegado como cerceamento de fazê-lo, a não ser quando se deseja agir de má fé, como lamentavelmente o fizeram utilizando documento sabidamente sem valor, para ofender, os autores desta pseudo-denúncia, a dignidade dessa Casa e denegrir a honra alheia.

Finalmente, desejo manifestar a minha estranheza pelo comportamento do referido Senador, que, ao invés de apresentar os fatos à Mesa do Congresso, preliminarmente procurou o jornal *O Globo*, numa demonstração inequívoca de que, em verdade, buscava as luzes da ribalta, através de procedimento sem grandeza, simples jogada político-eleitoreira de quem não se peja de pretextar a defesa do interesse público e da imagem do Congresso Nacional, para alcançar objetivos não confessáveis.

Esses, Senhor Presidente, são os esclarecimentos que julguei necessário prestar, em respeito à sociedade e em especial a essa Casa.

Na oportunidade renovo os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Ricardo Fluzza, Ministro da Ação Social.

IDENTIFICAÇÃO DAS EMENDAS QUESTIONADAS, NA REDAÇÃO FINAL

26/11/92

Nº EMENDA	AUTOR	PARTIDO/ ESTADO	FOLHA DOC. DO SEN. SUPLENTE	PÁG/VOLUME REDAÇÃO FINAL	CLASSIFICAÇÃO	TÍTULO	Valores em Cr\$ 1.000,00		
							VALOR EMENDA (2)	VALOR LEI (2) x 9,224	
334970-4	José Santana de Vasconcelos	Bloco/MG	05	646-I	13.076.0323.1345.1770	Infra-estrutura Urbana em Fronteira dos Vales/MG	20.000	184.480	
334973-9	José Santana de Vasconcelos	Bloco/MG	07	646-I	13.076.0323.1345.1771	Infra-estrutura Urbana em Guaraciaba/MG	20.000	184.480	
334989-5	José Santana de Vasconcelos	Bloco/MG	09	646-I	13.076.0323.1345.1773	Infra-estrutura Urbana em Salto da Divina/MG	20.000	184.480	
357770-7	Paulo Romano	PFL/MG	11	653-I	13.076.0447.1347.0296	Abastecimento d'Água em Pedralva/MG	25.000	230.600	
057776-6	Paulo Romano	PFL/MG	13	653-I	13.076.0447.1347.0289	Abastecimento d'Água em Ouro Fino/MG	25.000	230.600	
060718-5	Paulo Romano	PFL/MG	15	653-I	13.076.0447.1347.0295	Abastecimento d'Água em Conceição das Pedras/MG	15.000	138.360	
057895-9	Fetter Júnior	PDS/RS	17	654-I	13.076.0447.1347.0318	Abastecimento d'Água no Núcleo Rural de São Lourenço do Sul/RS	12.000	110.688	
057904-1	Fetter Júnior	PDS/RS	19	654-I	13.076.0447.1347.0326	Perfuratriz para Poços Artesianos em São Lourenço do Sul/RS	11.200	103.309	
005058-0	Basílio Villani	BLOCO/PR	21	647-I	13.076.0323.1345.1792	Infra-estrutura Urbana do Município de Inácio Martins/PR	20.000	184.480	
005216-7	Basílio Villani	BLOCO/PR	23	647-I	13.076.0323.1345.1793	Infra-estrutura Urbana no Município de Joaquim Távora/PR	20.000	184.480	
005405-4	Basílio Villani	BLOCO/PR	25	647-I	13.076.0323.1345.1794	Infra-estrutura Urbana no Município de Pitanga/PR	20.000	184.480	

406/17

05536-1	Basílio Villani	BLOCO/PR	27	647-I	13.076.0323.1345.1796	Infra-estrutura Urbana no Município de Santana do Itararé/PE	20.000	184.480
35705-3	Basílio Villani	BLOCO/PR	29	647-I	13.076.0323.1345.1798	Infra-estrutura Urbana no Município de Wenceslau Braz/PR	20.000	184.480
12374-9	Pedro Valadares	BLOCO/SE	31	647-I	13.076.0323.1345.1790	Infra-estrutura Urbana em Poço Verde/SE	50.000	461.200
112393-5	Pedro Valadares	BLOCO/SE	33	646-I	13.076.0323.1345.1769	Infra-estrutura Urbana em Itaporanga d'Ajuda/SE	50.000	461.200
110039-1	Wagner Nascimento	BLOCO/MG	35	646-I	13.076.0323.1345.1787	Infra-estrutura Urbana em Monte Carmelo/MG	125.000	1.153.000
10046-3	Wagner Nascimento	BLOCO/MG	37	646-I	13.076.0323.1345.1788	Infra-estrutura Urbana em Carmo do Paranaíba/MG	125.000	1.153.000
16389-9	Eraldo Tinoco	BLOCO/BA	39	607-I	13.040.0183.3272.0003	Infra-estrutura Hídrica em Mirante/BA	50.000	461.200
120065-4	Eraldo Tinoco	BLOCO/BA	41	607-I	13.040.0183.3272.0002	Infra-estrutura Hídrica em Campo Formoso/BA	50.000	461.200
120123-5	Eraldo Tinoco	BLOCO/BA	43	607-I	13.040.0183.3272.0006	Construção de Adutora em Licínio de Almeida/BA	40.000	368.960
120131-6	Eraldo Tinoco	BLOCO/BA	46	644-I	13.076.0323.1345.1713	Infra-estrutura Urbana em Ibiassucê	30.000	276.720
100632-8	Relator-Geral	BLOCO/PE	48	645-I	13.076.0323.1345.1741	Infra-estrutura Urbana em Cardeal da Silva/BA	100.000	922.400
100697-2	Relator-Geral	BLOCO/PE	50	595-I	10.057.0316.1330.0424	Apoio à Habitação Popular em Couto de Magalhães de Minas/MG	25.000	230.600
100698-1	Relator-Geral	BLOCO/PE	52	596-1	10.057.0316.1330.0426	Apoio à Habitação Popular em Felício dos Santos/MG	25.000	230.600
100699-9	Relator-Geral	BLOCO/PE	54	595-I	10.057.0316.1330.0422	Apoio à Habitação Popular em Jequeri/MG	50.000	461.200

106118

000700-6	Relator-Geral	BLOCO/PE	-	596-I	10.057.0316.1330.0427	Apoio à Habitação Popular em Cássia/MG	25.000	230.600
000701-4	Relator-Geral	BLOCO/PE	-	595-I	10.057.0316.1330.0425	Apoio à Habitação Popular em Carmo de Cajuru/MG	10.000	92.240
000702-2	Relator-Geral	BLOCO/PE	-	645-I	13.076.0323.1345.1759	Infra-estrutura Urbana em Taiobeiras/MG	35.000	322.840
000704-9	Relator-Geral	BLOCO/PE	-	646-I	13.076.0323.1345.1763	Infra-estrutura Urbana em Senador Modestino Gonçalves/MG	50.000	461.200
000705-7	Relator-Geral	BLOCO/PE	-	645-I	13.076.0323.1345.1760	Infra-estrutura Urbana em Rio Pardo de Minas/MG	50.000	461.200
000706-5	Relator-Geral	BLOCO/PE	-	645-I	13.076.0323.1345.1757	Infra-estrutura Urbana em Pedra do Anta/MG	25.000	230.600
000707-3	Relator-Geral	BLOCO/PE	-	646-I	13.076.0323.1345.1762	Infra-estrutura Urbana em Cássia/MG	40.000	368.960
000708-1	Relator-Geral	BLOCO/PE	-	646-I	13.076.0323.1345.1761	Infra-estrutura Urbana em Bom Despacho/MG	50.000	461.200
000703-1	Relator-Geral	BLOCO/PE	-	645-I	13.076.0323.1345.1758	Infra-estrutura Urbana em Santa Bárbara/MG	50.000	461.200
000789-8	Relator-Geral	BLOCO/PE	-	644-I	13.076.0323.1345.1721	Infra-estrutura Urbana em Nova Redenção/BA	20.000	184.480
055282-8	Eden Pedrosa	POT/RS	-	653-I	13.076.0447.1347.0293	Abastecimento d'Água de Pequenas Localidades em São Jerônimo/RS	40.000	368.960
055286-1	Eden Pedrosa	POT/RS	-	653-I	13.076.0447.1347.0292	Abastecimento d'Água de Pequenas Localidades em Constantino/RS	40.000	368.960
055306-9	Eden Pedrosa	POT/RS	-	653-I	13.076.0447.1347.0291	Abastecimento d'Água de Pequenas Localidades em Sarandi/RS	40.000	368.960
055309-3	Eden Pedrosa	POT/RS	-	653-I	13.076.0447.1347.0290	Abastecimento d'Água de Pequenas Localidades em Alto Alegre/RS	40.000	368.960

106/19

334983-6	José Santana de Vasconcelos	BLOCO/MG	-	646-I	13.076.0323.1345.1772	Infra-estrutura Urbana em Serra Azul de Minas/MG	15.000	138.360
335.033-1	José Santana de Vasconcelos	BLOCO/MG	-	646-I	13.076.0323.1345.1779	Infra-estrutura Urbana em Carangola/MG	30.000	276.720
304313-3	Pedro Tassis	PMOB/MG	-	646-I	13.076.0323.1345.1775	Infra-estrutura Urbana em Carbonita/MG	70.000	645.680
004314-1	Pedro Tassis	PMOB/MG	-	646-I	13.076.0323.1345.1774	Infra-estrutura Urbana em Itabirinha de Mantena/MG	70.000	645.680
021043-9	Simão Sessim	BLOCO/RJ	-	646-I	13.076.0323.1345.1780	Infra-estrutura Urbana em Teresópolis/RJ	40.000	368.960
021044-7	Simão Sessim	BLOCO/RJ	-	646-I	13.076.0323.1345.1785	Infra-estrutura Urbana em Nilópolis/RJ	100.000	922.400
004362-1	José Geraldo	PMOB/MG	-	645-I	13.076.0323.1345.1755	Infra-estrutura Urbana na Via Leste-Oeste na Grande Belo Horizonte/MG	300.000	2.767.200

Obs.: Todas as emendas se referem ao Ministério da Ação Social

Durante o discurso do Sr. Ney Maranhão o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rachid Saldanha Derzi, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN — AM. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é minha intenção ocupar a tribuna por um tempo tão longo, principalmente porque a Casa se encontra novamente repleta de "Senadores azuis". E discursar a esses Senadores é quase um ato de espiritualidade. A minha intenção é de que as palavras, que irei proferir, sejam ouvidas pelo maior número de pessoas, mas tenho a certeza de que, nos gabinetes e através do sistema eletrônico da Casa, alguma coisa se há de ouvir.

Sr. Presidente, quero, antes de entrar no assunto que me trouxe à tribuna, congratular-me com a eleição do nosso Presidente da Casa, Senador Mauro Benevides, para a Academia de Letras do Estado do Ceará, fato este que enobrece o próprio Senado e destaca de forma justa e grandiloquente as qualidades intelectuais do nosso companheiro, que, através do vernáculo e da sua inteligência candente, tem nos dado demonstrações sobejas do quanto é merecida a escolha dos acadêmicos cearenses. Sendo eu da Academia de Letras de Brasília, quero me regozijar por esse evento e apresentar a Mauro Benevides, em meu nome e — creio — em nome de todos que o admiram e estimam, um abraço de sinceros parabéns.

Sr. Presidente, fui impulsionado a vir à tribuna do Senado quando vi há dias uma cena em televisão. A televisão, hoje em dia, é o veículo maior da comunicação, em que as pessoas se encontram numa espécie de denominador comum para coligar fatos, saber de eventos e acontecidos, e afinal, ter uma idéia do mundo e do País onde estamos.

Sr. Presidente, a publicidade em todos os órgãos de comunicação a respeito do chamado RIO-92, que anteriormente se chamava ECO-92, tem sido grande e intensa. Já se nota que a economia deste evento se derrama para que ele seja atentado por todas as instituições e pelos países do mundo inteiro e para que convirjam para ele as atenções de todas as pessoas. E a expectativa em que ficamos, aqueles que esperam esse acontecimento no Rio de Janeiro, venha a se tornar alguma coisa de marcante e histórico, é que haja uma predominância na maneira pela qual será executado, na forma pela qual será conduzido e que deve ser exatamente a de justiça, de equilíbrio, de exposição certa e condizente com aquilo que aguardamos e desejamos. Vi, entretanto, como disse, na televisão, antecipando já algo do que será feito no RIO-92, uma dança de uma bailarina brasileiro enfocando a Amazônia. Nessa dança, com cenário que, por certo, será o mesmo da RIO-92, que significava um deserto que procurava mostrar a terra calcinada e ensolarada, abandonada pelos homens e sofrida por natureza. Abandonada depois de destruída, depois de ter aquilo que ali vicejava, ou seja, as árvores, a vegetação, completamente destruída pela sanha e pela falta de consciência de parte dos depredadores.

Ora, Sr. Presidente, apresentavam eles um deserto, dizendo que seria a Amazônia, apresentavam aquilo como um foro de verdade, que será depois mostrado e exibido no

RIO-92. Como se fosse algo acontecido, um fato que se houvesse praticado na extrema região do Norte.

Sr. Presidente, a Floresta Amazônica, se em todo o curso das devastações que ali tem acontecido, a Floresta propriamente dita, tiver 5% de destruição será muito, porque, de fato, ninguém tem interesse em destruir a Amazônia. E a parte florestada é suficientemente luxuriante para que tão logo desapareça um pedaço, já no dia seguinte comecem a brotar o verde e a vida que são peculiares àquelas áreas.

Não há derrubada de árvores antigas, a não ser dentro de um critério de profunda e perfeita racionalidade. Não há, Sr. Presidente, nada daquilo que, pelo que estou vendo, já se pretende impingir aos presidentes do mundo inteiro como sendo a verdade e dando como consequência, sem dúvida, talvez a ação desses homens, dessas personalidades, desses países no sentido de prevenir e até de castigar os amazônidas por essas incursões que de fato não existem.

Por isso, Sr. Presidente, julguei-me impulsionado e obrigado a vir a esta Tribuna para, desde o início, protestar contra essa "macaqueação" que se está pretendendo impingir aos componentes do Rio-92. Mais uma vez, a mentira é erguida como um estandarte enquanto a verdade se encolhe nos escaninhos e nas moitas para que delas não se tenha consideração ou conhecimento.

Protesto, Sr. Presidente, contra esse pre-anúncio que já se faz através dos principais órgãos de televisão!

Protesto, Sr. Presidente! Se há um País e uma área onde exista realmente a justiça social, a democracia perfeita, é no Brasil, cuja miscigenação racial produza a maior variedade de tipos físicos que coabitam, atuam e exercitam a sua vida na maior harmonia e no maior equilíbrio. Não aceitaremos, Sr. Presidente, que a Conferência Rio-92, de tão significativa importância, venha a ser modificada pelo aleive, pela mentira e pela falta de justiça.

Concluo, Sr. Presidente, até porque não há número para prosseguirmos a sessão, a menos que vissemos, quem sabe, a reencarnação de espirituais Senadores de outrora que, invisíveis aos nossos olhos, estejam sentados sobre essas cadeiras azuis, que são os senadores azuis, aos quais eu e V. Ex^a, de vez em quando, temos oportunidade de referir, para escutar as nossas palavras. Resguardo-me para, em outra oportunidade, prosseguir essas considerações, que englobam, inclusive, aquele trabalho de verdadeiro *apartheid*, iniciado nos Estados Unidos, quando se está querendo destruir todas as figuras de liderança negra que ali surgem, a começar pelo campeão mundial de boxe Mike Tyson, levado para uma enxovia. O mesmo foi feito antes com Cassius Clay, outro negro que se destacou.

Portanto, Sr. Presidente, encerro as minhas palavras, antecipando o meu protesto, pedindo que os organizadores da RIO-92 não venham de borzequias ao leito, porque serão repetidos à altura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Aureo Mello o Sr. Rachid Saldanha Derzi, 3º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, no dia 12 de março próximo passado, o Presidente Collor

anunciou o pacote agrícola que prevê medidas de apoio à comercialização da produção, recursos para a safra de inverno e preparação da safra 92/93.

Para que não houvesse interrupção do plantio da safra anterior, 91/92, os agricultores fizeram uma prorrogação provisória dos seus débitos, assumindo sozinhos o ônus financeiro dessa prorrogação, o que não nos parece justo.

Essa prorrogação, Sr. Presidente, ocorreu por culpa exclusiva do Governo Federal, que não subsidiou a agricultura nos últimos anos, quando sabemos que na maioria dos países, inclusive e principalmente do Primeiro Mundo, ela é subsidiada e tem uma tributação baixíssima, o que não ocorre no nosso País.

Os equívocos do Governo, na formulação e implementação da sua política agrícola, no Plano Collor I, fizeram com que os débitos dos agricultores fossem corrigidos em 74%, quando o justo seria corrigi-los apenas em 0,5%.

No Plano Collor II, novamente foram congelados os preços mínimos, e os débitos foram corrigidos pela Taxa de Referência, o que provocou uma grande distorção de preços e inviabilizou o crédito agrícola.

Há necessidade de se rever imediatamente o indexador aplicado aos débitos na agricultura, pois a TR está sempre acima da inflação e, dessa forma, os agricultores nunca vão conseguir saldar os seus débitos, com produtos que são sempre corrigidos abaixo do índice inflacionário.

O agricultor brasileiro para pagar esse débito indevido terá que trabalhar durante cinco safras, ter boa produtividade, bom clima e bons preços, sem qualquer expectativa de lucro.

Precisamos devolver a dignidade ao homem do campo, fazendo com que o Governo Federal assuma os seus erros e absorva uma dívida que lhe pertence, sem sacrificar mais o homem do campo, esse herói anônimo que tem contribuído decisivamente para o desenvolvimento brasileiro.

Não podemos nos omitir e devemos cobrar do Governo Federal, e principalmente do Ministro da Agricultura, uma solução definitiva e urgente para o problema, pois só assim poderemos devolver a tranquilidade ao nosso agricultor, resgatar a credibilidade do Governo e duplicar a produção de alimentos.

Faço um apelo ao Presidente da República, Fernando Collor de Mello, e ao Ministro da Agricultura, Antônio Mano Cabrera, para que sejam sensíveis às reivindicações dos nossos agricultores, e, com competência e agilidade, apontem uma saída para a crise que ameaça o setor, garantindo-lhes condições mínimas de sobrevivência, e preservando, assim, a agricultura brasileira.

Sr. presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi, com data de 27 de março deste ano, carta subscrita pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária, Sr. Reinaldo Fischer, tratando de dois temas de grande interesse nacional: a participação do sistema ferroviário nos recursos provenientes da cobrança do novo imposto sobre distribuição de combustíveis, proposto pelo Governo ao Congresso, e a necessidade de manter-se, até mesmo de elevar-se, os recursos mobilizados no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para reforçar nossa malha ferroviária.

A carta do dirigente daquela entidade refere-se naturalmente à Mensagem nº 523 do Poder Executivo, já tramitando no Congresso, como parte integrante do denominado "Emenda". A proposta do Governo trata da criação de um imposto sobre combustíveis líquidos e gasosos, cuja receita se desti-

naria à construção, conservação e melhoria das rodovias federais. Os Exm^{os} Srs. Deputados Munhoz da Rocha e Antônio Britto — refere-se o missivista — apresentaram emenda incluindo também as ferrovias na partilha dos referidos recursos, provenientes da cobrança do tributo.

Sustenta o Sr. Reinaldo Fischer que "a criação de um imposto para a manutenção somente das rodovias tornará ainda maior a desigualdade de tratamento entre esses modais, em prejuízo da economia do País. Enquanto em muitos países adiantados a ferrovia participa entre 40% a 70% do total do transporte de carga e o rodoviário com 30% a 40% no Brasil, país de dimensões continentais, a ferrovia responde com somente 20% enquanto o transporte rodoviário é responsável por 60% aproximadamente".

Sublinha o missivista, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que "esta inadequada matriz de transportes afeta negativamente a economia nacional, pois o custo do transporte ferroviário é 2,3 vezes inferior ao rodoviário, sem considerar o custo indireto da sociedade com a manutenção das rodovias, a fundo perdido". O missivista adverte que, além desses inconvenientes, a distorção "agrava, também, a matriz energética com importações demasiadas de petróleo ou diesel, pois o rendimento da tonelada-quilômetro/barril de petróleo no transporte ferroviário é de 14.780 contra, apenas, 2.630 no rodoviário. Resulta, portanto, que se a participação do transporte ferroviário fosse de 40% ao invés dos 20% atuais, geraria uma economia anual de 2 bilhões de dólares no custo dos transportes brasileiros, somente no combustível".

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os enormes prejuízos que sofre o Brasil com uma matriz de transportes erroneamente formulada, por erro histórico dos nossos governos. O presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária acrescenta, a propósito desse tema de indiscutível relevância nacional:

"É de se ressaltar, também, que a ferrovia participava, juntamente com a rodovia, no Fundo anteriormente existente com base no Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos, extinto pela atual Constituição. Por tudo isso, a destinação desses recursos também para a ferrovia é de fundamental importância para a economia nacional. Pedimos, portanto, seu apoio à aprovação da Emenda dos Srs. Deputados Munhoz da Rocha e Antônio Britto".

Dispensável é acentuar que a referida Proposta de Emenda Constitucional contará com o meu apoio entusiástico. Releva acrescentar o óbvio, ou seja, que nenhuma Nação com grande território descurou da contribuição majoritária do sistema de transporte ferroviário em sua matriz de transportes. Aí estão os Estados Unidos, rasgado de norte a sul, de leste a oeste, por ferrovias cuja construção constituiu a epopéia que o brilhante cineasta John Ford tratou de popularizar nas telas dos cinemas.

Estados Unidos, União Soviética, Alemanha, França e Inglaterra, para citar apenas alguns países, promoveram o seu desenvolvimento em cima principalmente dos trilhos das ferrovias. No Brasil, ficamos com a malha que foi, toda ela praticamente, implantada no Império e na República Velha, a maior parte tecnologicamente defasada, porque de bitola estreita.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, este é um problema que o Governo e a elite política deveriam incluir entre as prioridades nacionais, mobilizando, em horizonte de longo prazo,

a massa de recursos necessária para ampliar o sistema ferroviário de nosso País. Nossas safras agrícolas recordistas enfrentam graves dificuldades de transporte por falta de uma malha ferroviária que efetivamente corresponda, em sua extensão e profundidade, às dimensões continentais do Brasil. Nem desenvolvemos as ferrovias e nem aproveitamos as grandes estradas líquidas que o Brasil possui, a exemplo de que fazem os países mais desenvolvidos do mundo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Nelson Carneiro, o Sr. Jutahy Magalhães deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rachid Saldanha Derzi, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, vez por outra volto ao tema do discurso que pronunciarei hoje, desta tribuna.

Trata-se do desinteresse, da indiferença, por que não dizer do menosprezo com que a Câmara dos Deputados simplesmente posterga, até não mais poder, o exame dos projetos que são aprovados no Senado e para lá encaminhados.

Não compreendo esse descaso, essa forma que, antes de ser descortês, é irresponsável. Se razões há para isso, que as deem. Mas, duvido que haja justificações razoáveis.

A situação — tenho certeza — atinge todos os Senadores que tiveram seus projetos aqui aprovados. Nossa paciência é muito grande, mas nossa capacidade de resignação tem limites. Por que não protestar publicamente? Para não melindrar nossos companheiros do Congresso Nacional e, com isto, não incitá-los a maior lentidão ainda no trato de nossas proposições? Se nós, no Senado, imprimimos toda a celeridade possível à tramitação das matérias que nos chegam da outra Casa, por que não recebemos igual tratamento dos Deputados?

Argumentar com o volume de projetos de iniciativa da própria Câmara, proporcionalmente bem maior, que eventualmente possa tumultuar a celeridade dos trabalhos daquela Casa, isto não convence. Primeiro, porque o número de parlamentares, sendo bem superior lá, permite uma divisão do trabalho proporcionalmente até mais fácil, cômoda e desafiada do que no nosso caso. Segundo, porque o volume de matéria examinada no Senado é, de igual modo, maximamente sobrecarregada de projetos lá aprovados e que nos chegam em proporção bem superior ao que aprovamos de nossa iniciativa.

E reparem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não me refiro às matérias em regime de urgência recebidas da Câmara, após exaustivas discussões e refletida deliberação, para nossa chancela revisora. Quer dizer: vêm para aprovação incondicional, prescindindo de prévio conhecimento, discussões etc.

Sobre isso, já me bato há muito tempo.

Mas, volto à questão principal de que estou tratando neste pronunciamento. É preciso fazer alguma coisa. Se não há esperanças de que pelas vias normais de inter-relacionamento dos órgãos diretivos das duas Casas, ou das lideranças partidárias respectivas, se obtenha uma solução política de entendimento, com vistas à maior rapidez do processo legislativo, que ao menos, de vez em quando, manifestemos nosso inconformismo com essa situação, chamando aos brios os que sejam responsáveis por ela.

Cito dois exemplos de projetos meus, até hoje sem apreciação definitiva na Câmara dos Deputados. Um, o PLS nº 109/89, que "regulamenta o inciso II do art. 37 da Constituição Federal". Outro, o PLS nº 113/89, que "regulamenta o § 2º do art. 37 da Constituição Federal". O primeiro deles ficou sete meses na Comissão de Constituição, Justiça e Redação; um ano na Comissão de Educação, Cultura e Desporto (sem que para esta tivesse sido distribuído no despacho inicial). Saiu dessa Comissão sem parecer, provavelmente porque concluíram que a Comissão não era competente e nem a ela a matéria fora distribuída. Apenas, por equívoco, o Projeto foi dar na Comissão. Levaram um ano para verificar isso. Recentemente, foi para a Comissão de Serviço Público.

O segundo Projeto a que me referi, foi remetido à Câmara dos Deputados no dia 24 de agosto de 1989. No dia 1º de setembro daquele ano, foi despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação. No dia 4 de outubro de 1989, foi distribuído ao Relator, com quem está até hoje!

É lamentável que, enquanto o Senado delibera sobre as matérias que vêm da Câmara, as proposições originárias desta Casa, aqui aprovadas e remetidas para a outra Casa, fiquem lá engavetadas, simplesmente esquecidas. Os Deputados não aprovam, não rejeitam, não aperfeiçoam. Apenas silenciam. Omitem-se, até que os projetos venham a ser arquivados por falta de apreciação ou seja, por inação.

Essa omissão, esse silêncio, esse abandono é muito mais grave do que a rejeição pura e simples.

Não se deseja ver um projeto aprovado. Deseja-se que ele seja apreciado.

Uma das mais ferrenhas críticas feitas ao Congresso nos últimos anos é a de este não ter regulamentado a Constituição.

A crítica é injusta, se considerarmos o número de projetos apresentados para esse fim. Mas, ela é justa se verificarmos a quantidade dos projetos de iniciativa do Senado, aqui aprovados, conquanto paralisados na Câmara dos Deputados.

Os projetos mencionados aqui, de minha autoria, têm essa finalidade, vale dizer, destinam-se a regulamentar dois dispositivos constitucionais da maior importância. Um (o PLS nº 109/89) dispõe sobre a investidura em cargo ou emprego público, na forma do previsto no inciso II do art. 37 da Constituição Federal. O outro (PLS nº 113/89) dispõe sobre os efeitos da não-observância do estatuído nesse inciso II do art. 37, conforme previsto no seu § 2º.

Vou concluir, Sr. Presidente, apelando aos Srs. Deputados para que tomem as providências a seu alcance, no sentido de imprimirem maior rapidez à tramitação das matérias sob sua reponsabilidade, com um tratamento de recíproca atenção, à altura do que o Senado dispensa aos projetos oriundos da outra Casa.

Essa providência é imprescindível para que o prestígio do Congresso não decline de forma irreversível.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JUTAHY MAGALHÃES EM SEU DISCURSO:

SERVIÇO DE SINOPSE

Resultado da tramitação dos Projetos de Lei de Autoria do Senador Jutahy Magalhães, que foram remetidos à Câmara:

- 1) Remetidos à Câmara: 39
- 2) Aprovados e transformados em norma jurídica: 2
- 3) Arquivados na Câmara: 4
- 4) Tramitando na Câmara: 33

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores; maior empresa estatal do Sul do Brasil — a Eletrosul — está mudando seu perfil, disposta a provar que as empresas públicas podem ser eficientes. Para atingir essa meta, optou por enxugar o quadro de pessoal, demitindo sob o pretexto de modernizar, apesar da decisão judicial que garante estabilidade por um ano aos funcionários da Eletrobrás. E, para coibir quaisquer manifestações de desprezo a iniciativas que encerram a prática do abuso de poder, decidiu incrementar uma acirrada campanha contra a APROSUL — Associação de Profissionais da Eletrosul.

A Centrais Elétricas do Sul do Brasil — ELETROSUL — é uma empresa do Sistema Eletrobrás que reúne as concessionárias estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Criada pela "Lei de Itaipu", no Governo Médici, é a empresa que possui a menor dívida, real e proporcional, no contexto dos débitos do Sistema Eletrobrás, embora tenha tido suas contas bloqueadas em fevereiro deste ano, por falta de pagamento de dívidas externas.

As mudanças que estão ocorrendo no setor elétrico — Eletrobrás e suas controladas — incluem corte de pessoal, redução de custos e aumento de produtividade, e são parte de uma estratégia governamental de saneamento das empresas e de implantação de um novo modelo que prevê o fim da reserva de mercado e a associação dos investimentos públicos a capitais privados.

A Aprosul — Associação de Profissionais da Eletrosul —, com sede em Florianópolis — SC, é uma entidade civil que exerce atividades em toda a região abrangida pela Eletrosul, e que tem como propósito obstruir atividades corporativistas e exercer o controle e a fiscalização de atos e práticas referentes à Eletrosul. Recentemente, a Aprosul apresentou um projeto para a reformulação do modelo do setor elétrico nacional, com dispositivos para o efetivo controle pela sociedade sobre as empresas do setor.

Na medida em que a atuação dessa entidade de classe colide com os interesses da Eletrosul, a presidência da empresa tem adotado medidas repressivas, com o objetivo de neutralizar as ações da Aprosul, ou mesmo de extingui-la. Dessa forma, a atual presidência da Eletrosul tem perpetrado contra a APROSUL uma política ofensiva, no sentido de travar ou impossibilitar o funcionamento da entidade, imobilizando seus dirigentes ou ameaçando veladamente seus associados.

Uma dessas medidas foi a proibição, desde abril de 1991, do desconto de contribuições para a Aprosul na folha de pagamento dos empregados da Eletrosul. A justificativa apresentada para tal procedimento foi o corte de todos os descontos em folha não previstos constitucionalmente. Embora a APROSUL se dispusesse a custear ou reembolsar as despesas inerentes ao processo, a Eletrosul não reconsiderou a proposta e suprimiu da folha de pagamento as contribuições destinadas à Aprosul, sem contudo estender essa medida a outros descontos igualmente não obrigatórios pela Constituição.

Além de demonstrar um caráter evidentemente discriminatório, esse posicionamento da presidência da Eletrosul veio dificultar a cobrança das mensalidades de seus associados — cerca de 2.000, em 4 Estados, 20 municípios —, que passou a ser efetuada diretamente, através de instituições bancárias.

Em dezembro de 1991, foi negada aos empregados da Eletrosul que integram o Conselho de Delegados da Aprosul a autorização para comparecerem à Reunião Plenária de Delegados; essa proibição acabou provocando o cancelamento da reunião programada. No mesmo mês, a presidência da Eletrosul impôs ao Presidente da Aprosul o seu retorno ao trabalho, do qual estava liberado para exercer cargo eletivo. Essa perseguição ferrenha não provém do comando da Eletrobrás, que, a bem da verdade, tem liberado seus empregados para exercerem seus cargos como dirigentes da Associação.

A partir deste ano, a situação se agravou. Começaram as demissões de empregados que participam ativamente da Aprosul. Demissões sem justa causa e advertências de caráter punitivo, com o intuito de enfraquecer a instituição, assim como repressão formal a representantes sindicais que comunicavam aos colegas a realização de reunião do Sindicato para tratarem de acordo coletivo de trabalho. Da mesma forma, a Eletrosul se recusou a fornecer à Aprosul certidões de atos administrativos requeridos com base jurídica.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é óbvio que a atuação da Aprosul tem incomodado a Eletrosul. Os fatos que relatamos se entrosam, se encaixam, se completam e se constituem em elos de uma só corrente, porquanto todos têm a mesma conotação, a mesma origem e a mesma finalidade. A estratégia da Eletrosul tem objetivos bem definidos. Em primeiro lugar, travar, impossibilitar o funcionamento da Aprosul. Para isso, procura manter os dirigentes da Associação em completa imobilidade ou ocupados em se livrarem das perseguições que lhes são sistematicamente desfechadas. Em segundo lugar, fechar o cerco, no sentido de estabelecer férreo estado de ameaça contra os associados da Aprosul, sustentando um clima de medo e insegurança que impeça aos empregados da Eletrosul candidatarem-se aos cargos de direção da entidade.

Isso é terrorismo, é abuso de poder, é repressão, é coerção, é tudo — menos democracia. Porém, para bem compreendermos o que se passa no âmago dessa disputa de poder, é preciso conhecermos um pouco mais sobre o assunto. As grandes lutas encetadas pela Aprosul deram-se, principalmente, em ocasiões de fundações de partidos políticos e de pleitos político-eleitorais. Nessas ocasiões, a Eletrosul tornou-se tradicionalmente vítima de extraordinárias práticas de corrupção, de malversação de dinheiros públicos, de danosas contratações de empreiteiros e fornecedores, de favorecimentos ilícitos.

A Aprosul denunciou essas práticas lesivas, ergueu sua voz para fazer cessar a corrupção, frustrando interesses escusos e negociatas oportunistas. E agora, novamente, o País encontra-se às vésperas de realizar eleições em todo o seu território, e em pleno processo de arrumação das hostes partidárias, das coligações e alianças partidárias. Estamos, portanto, em um período do mesmo feito daqueles em que a Eletrosul se viu debaixo de extraordinária corrupção, enquanto a Aprosul atuava com o estandarte de reserva de moralidade e de combate à aplicação indevida dos dinheiros públicos.

Eis aí, Sr. Presidente, Srs. Senadores, as razões pelas quais assumimos a defesa da Aprosul. A Aprosul não pode continuar sofrendo essa guerra de destruição que lhe move a presidência da Eletrosul. É de suma importância que os dirigentes da Aprosul não sejam acuada, imobilizados, ameaçados, tolhidos, para que possam continuar exercendo a função de efetivo controle e de combate à corrupção, garantindo uma administração voltada para o interesse público.

Em um regime democrático, as associações de classe e entidades representativas exercem um papel fiscalizador e con-

trolador das empresas públicas e particulares. Esse papel é fundamental, para evitar o abuso de poder, a adoção de medidas que promovam benefícios pessoais, em detrimento do bem comum, assim como o desvio de recursos públicos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, as denúncias que recebemos por parte da Associação de Profissionais da Eletrosul — Aprosul, e que foram encaminhadas por aquele órgão ao Presidente da República, são graves e merecem a nossa atenção. Por isso, trouxemos aqui, hoje, tais fatos, para que sejam do conhecimento deste Plenário e de toda a população brasileira, e tantas vezes o faremos quantas forem necessárias, pois não nos calaremos jamais diante da opressão e do abuso de poder. Estaremos sempre erguendo a nossa voz em defesa da democracia.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Nelson Wedekin, o Sr. Rachid Saldanha Derzi, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18h15min, destinada à apreciação do Requerimento nº 242, de 1992.

ORDEM DO DIA

— 1 —

REQUERIMENTO Nº 242, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 242, de 1992, de autoria do Senador Mauro Benevides, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da "Carta de Fortaleza" como conclusão do XXV Congresso Nacional dos jornalistas, realizado em Fortaleza, Ceará, no período de 29 de abril a 3 de maio do corrente ano.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1991, que dispõe sobre a coordenação do programa nacional destinado às comemorações do centenário de nascimento do escritor Graciliano Ramos.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h13minutos.)

Ata da 76ª Sessão, em 12 de maio de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Alexandre Costa

ÀS 18 HORAS E 15 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Amazonino Mendes — Amíl Lando — Aureo Mello — Carlos De'Carli — Carlos Patrocinio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dirceu Carneiro — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Fincas Faria — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekél Freitas — Iram Saralva — Iracuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Jutahy Magalhães — Lavoisier Mala — Levy Dias — Lourenberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tiito — Ruy Bacelar — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 1992

Altera dispositivos, referentes à ação penal privada subsidiária, com vistas a adequá-los ao disposto no art. 5º inciso LIX, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 28 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 28. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao Procurador-Geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Minis-

tério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento.

§ 1º Persistindo a improcedência das razões invocadas, o ofendido será notificado da insistência do Ministério Público no pedido de arquivamento para, querendo, intentar a ação penal privada subsidiária.

§ 2º O prazo para que o ofendido intente a ação penal subsidiária será de 1 (um) ano, contado do dia em que recebeu a notificação a que se refere o § 1º

Art. 2º O art. 103 da Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 103. Salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime.

Parágrafo único. No caso do § 3º, do art. 100 deste código, o prazo é de 1 (um) ano, contado na forma prevista no § 2º do art. 26 do Código de Processo Penal.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Ao se insculpir no texto da Carta de 1988 a possibilidade de se propor ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, conferiu o legislador constituinte a esse instituto o alcance de verdadeira garantia individual.

Para que se implemente tal direito, de índole eminentemente democrática, é imperioso processar mudanças na legislação ordinária que informa a matéria em foco.

Mais precisamente no caso do art. 28 do Código de Processo Penal, existe verdadeira restrição ao exercício da ação penal privada subsidiária, quando estabelece, *in fine*, que o juiz estará obrigado a atender o pedido de arquivamento, quando houver insistência do Ministério Público.

Ademais, é citada, como jurisprudência pacífica, a impossibilidade de se intentar recurso da “decisão que, a requerimento do Ministério Público, determina arquivamento de inquérito policial”.

Nesse particular, cumpre esclarecer que, havendo convicção do juiz em relação à exclusão de criminalidade, como por exemplo, ter o autor agido em legítima defesa, não seria adequado permitir, mesmo assim, a insistência na persecução penal.

Todavia, ocorrendo a hipótese de o juiz não estar convencido, embora haja a insistência do Ministério Público no pedido de arquivamento do inquérito policial ou de peças de informação, deverá aquela autoridade, nos termos do § 1º, do art. 1º, deste projeto, notificar o ofendido para, conforme a sua conveniência ajuizar a ação penal privada subsidiária.

Evita-se, destarte, o entendimento de que, uma vez “arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, o requerimento do Ministério Público, não cabe ação penal privada subsidiária da pública”.

A rigor, reconhecendo o juiz a precaridade dos elementos factuais disponíveis, para que se processe o arquivamento do inquérito policial, abrir-se-á, mediante notificação o espaço

para que seja, então proposta a competente ação privada, em consonância com a garantia expressa no art. 5º, inciso LIX, da Carta de 1988.

Além disso, estendeu-se o prazo para que tal ação seja intentada. Atualmente, conforme o art. 103 do Código Penal, o prazo é de 6 (seis) meses, “contado do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia”. Efetivamente, tal lapso de tempo, *data venia*, é curto e, por isso mesmo, pode impedir, não raro, o exercício da prerrogativa que se apresenta ao ofendido. Ao estender o prazo para um ano, contado da data em que o ofendido é notificado, o projeto em apreço (§ 2º do art. 1º) tem por objetivo sanar, em definitivo, esta dificuldade.

Com esses reparos na legislação em vigor, acreditamos contribuir para que a implementação de tão relevante instituto adquira, integralmente, sua operacionalidade jurídico-processual.

Por fim, conclamamos os Senhores Parlamentares para que reconhecendo o mérito desta iniciativa, aquiesçam com sua célere tramitação, com vistas a viabilizar, *in totum*, tão relevante garantia individual.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1992. — Márcio Lacerda.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I — homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II — ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III — ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV — é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V — é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI — é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias;

VII — é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII — ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo

se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

L — às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LI — nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito, de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII — não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

LIII — ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV — ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV — aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

LVI — são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos;

LVII — ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII — o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

LIX — será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX — a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

LXI — ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

LXII — a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

LXIII — o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

Código de Processo Penal

DECRETO-LEI Nº 3.689
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Art. 28. Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral, e este oferecerá a denúncia, designará outro órgão do Ministério Público para oferecê-la, ou insistirá no pedido de arquivamento, ao qual só então estará o juiz obrigado a atender.

LEI Nº 7.209, DE 11 DE JULHO DE 1984

TÍTULO VII

Da Ação Penal

Ação Pública e de Iniciativa Privada

Art. 100. A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.

— Artigo com redação determinada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.

— Vide Código de Processo Penal, art. 27 e segs.

§ 1º A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.

§ 2º A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.

— § 2º Com redação determinada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.

— Vide Código, de Processo Penal, arts. 30 a 33.

§ 3º A ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se o Ministério Público não oferece denúncia no prazo legal.

— § 3º Com redação determinada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.

— Vide art. 103.

§ 4º No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

— § 4º Com redação determinada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.

— Vide Código de Processo Penal, art. 24, parágrafo único.

Art. 103. Salvo disposição expressa em contrário, ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 deste código, do dia em que se esgota o prazo para o oferecimento da denúncia.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — O projeto lido será publicado e remetido à comissão competente. Sobre a mesa, requerimentos de urgência que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 256, DE 1992

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1992 (nº 1.445/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de juntas de conciliação e julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdição e dá outras providências.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1992. — Maurício Corrêa — Chagas Rodrigues — Esperidião Amin — Marco Maciel — Humberto Lucena.

REQUERIMENTO Nº 257, DE 1992

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1992.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1992. — **Humberto Lucena** — **Jutahy Magalhães** — **Ney Maranhão** — **Élcio Álvares**.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Os requerimentos lidos serão votados após a Ordem do Dia, nos termos do art. 340, II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 242, de 1992, de autoria do Senador Mauro Benevides, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da "Carta de Fortaleza" como conclusão do XXV Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Fortaleza, Ceará, no período de 29 de abril a 3 de maio do corrente ano.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É a seguinte a transcrição solicitada.

CARTA DE FORTALEZA

Nós, jornalista brasileiros reunidos no XXV Congresso Nacional da categoria em Fortaleza, Ceará, de 29 de abril a 3 de maio de 1992, preocupados com as constantes violências cometidas contra profissionais de imprensa, com o sistemático desrespeito à cidadania e com a defesa da livre expressão das idéias e a circulação de informações, deliberamos sobre alternativas e soluções a serem seguidas.

A humanidade vive o drama de uma crise de civilização, defrontada com problemas cada vez mais globais. A necessidade de uma nova ordem econômica internacional associa-se à busca de respostas para os problemas da miséria absoluta, do meio ambiente, do narcotráfico, do desrespeito à autonomia das nações e da intolerância com as diferenças étnicas e culturais.

Nesse contexto, o Brasil é um país sem projeto. O governo Collor mostra-se incapaz de solucionar os problemas estruturais da Nação e o modelo neoliberal adotado agrava a miséria e impossibilita o acesso a serviços, como saúde e educação. Sofremos, assim como a esmagadora maioria da população, os efeitos de uma política econômica recessiva que gera crise e desemprego. Nesse sentido, apoiamos e participamos dos movimentos que visam modificar o quadro atual.

Reconhecemos que o sindicalismo brasileiro enfrenta dificuldade para produzir alternativas, superar o corporativismo e avançar na luta econômica para a luta política. Defendemos o sindicato como "Escola de Cidadania", capaz de valorizar a contribuição dos trabalhadores em cada atividade profissional e vinculá-las efetivamente às grandes demandas sociais.

Com estes objetivos, implementamos alterações na estrutura da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e decidi-

mos somente manter nossa filiação à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação (CONTOP) se forem realizadas eleições diretas para sua direção.

Deliberamos continuar defendendo a manutenção da exigência de habilitação em curso superior de jornalismo, base de nossa regulamentação profissional, convictos de que esta não é uma questão "meramente corporativista". Trata-se de uma condição para assegurar um processo de formação regulado na esfera pública e não em âmbito privado. Além de ser imperativo para favorecer uma atuação ética e comprometida com a verdade e a democracia.

No Brasil, cerca de 90% de tudo o que se lê, ouve ou vê é controlado por apenas nove famílias que detêm a propriedade dos conglomerados de comunicação, beneficiados por práticas governamentais que negligenciam os direitos básicos dos cidadãos. Entendemos, por isso que os sistemas de comunicação de massa devem ser submetidos a formas de controle da sociedade civil.

É inadmissível que sistemas tão poderosos na determinação da cultura, das relações políticas e dos valores sejam impermeáveis à opinião e à vontade da Nação. É imprescindível um novo ordenamento para a Comunicação, começando com a aprovação de uma nova Lei de Imprensa e a efetiva implantação do Conselho de Comunicação Social que refletem as aspirações, não só dos jornalistas, mas de amplos segmentos da sociedade.

A informação não pode ser reduzida a mercadoria: é um direito do cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se à votação do Requerimento de Urgência nº 256, de 1992, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1992.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que se refere o requerimento será incluída na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se à votação do Requerimento de urgência, nº 257, de 1992, lido no Expediente, para o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1992.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria figurará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se à apreciação do Requerimento nº 253/92, lido em sessão anterior.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Ante a deliberação do Plenário, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para exame das emendas.

O projeto voltará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para apreciação terminativa, nos termos do art. 49 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcio Lacerda.

O SR. MARCIO LACERDA (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, Rui Barbosa, comemorando escritos de Platão sobre a justiça, afirmava que o critério fundamental para julgar certas democracias era a prática da justiça. E concluiu dizendo que a "justiça é a essência do Estado".

Sr. Presidente, faço esse apelo à justiça, para lembrar, desta tribuna, o lamentável acontecimento que atingiu a honra de um servidor público, o Sr. Ney de Souza Beixiga, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, desde 1989, Diretor Regional da Empresa em Goiás e Tocantins.

Atingido pela denúncia do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Correio que teria cometido fraude na venda de cupons na promoção "Goleada de Prêmios", uma iniciativa da ECT, com aprovação da direção central e com a participação ativa de todas as gerências da Diretoria Regional da região de Goiás e Tocantins, responde a processo administrativo.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o tempo e o elenco de serviços prestados por Ney de Souza Beixiga à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos é muito extenso, pois desempenhou funções de responsabilidade em São Paulo, em Rondônia e, ultimamente, em Goiás e Tocantins, administrando, construindo, operacionalizando e disseminando a capilaridade da Empresa.

Sr. Presidente, o objetivo da minha breve intervenção é apelar para agilização da conclusão dos trabalhos daquela Comissão de Sindicância e que, num breve espaço de tempo, faça-se justiça. Em caso de absolvição do funcionário Ney de Souza Beixiga, que se proceda a sua imediata recondução ao posto.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 18h40 min, com a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 166, de 1992, de autoria do Senador Mansueto de Lavor, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo publicado no jornal *Correio Braziliense*, de autoria de Dom Aparecido José Dias, sob o título "Violência contra os índios", edição de 12 de abril de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

Ata da 77ª Sessão, em 12 de maio de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência do Sr. Alexandre Costa

ÀS 18 HORAS E 40 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Albano Franco — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Amazonino Mendes — Amir Lando — Auro Mello — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Dirceu Carneiro — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Êneas Faria — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekel Pretas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — A lista de presença acusa o comparecimento de 67 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 258, DE 1992

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1992, de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1992. — Humberto Lucena — Marco Maciel — Ney Maranhão — José Eduardo — Esperidião Amin — Chagas Rodrigues — Maurício Corrêa.

REQUERIMENTO Nº 259, DE 1992

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea c, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara

nº 38, de 1992 (nº 2.671/92, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria o Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1992. — **Humberto Lucena** — **Ney Maranhão** — **Jutahy Magalhães** — **Eduardo Suplicy** — **Maurício Corrêa** — **Marco Maciel**.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Os requerimentos que acabam de ser lidos serão votados após a Ordem do Dia, nos termos do art. 340, II, do Regimento Interno.

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 166, de 1992, de autoria do Senador Mansueto de Lavor, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo publicado no jornal *Correio Braziliense*, de autoria de Dom Aparecido José Dias, sob o título "Violência contra os índios", edição de 12 de abril de 1992.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será feita a transcrição solicitada.

É a seguinte a matéria cuja transcrição é solicitada:

VIOLÊNCIA CONTRA OS ÍNDIOS

Dom Aparecido José Dias

No intuito de compartilhar solidariamente as angústias dos povos indígenas do Brasil, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), organismo anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), divulgou recentemente os resultados do levantamento sobre a violência contra os índios, no decorrer de 1991. Os dados foram coletados pelos próprios missionários atuantes nas diversas Áreas e caracterizam a existência de verdadeiro clima de violência.

Crescente desde 1988, quando se fez a primeira pesquisa sobre o assunto, esta violência provocou, somente no ano passado, 269 mortes. Foram 27 assassinatos, 21 suicídios, 206 óbitos causados por epidemias, além de outros 15 por razões diversas. A isto se somam nove tentativas de suicídios, 14 ameaças de morte, 14 prisões ilegais, 30 agressões físicas, nove constrangimentos ilegais, 6 invasões praticadas por garimpeiros, 16 por madeireiros, fazendeiros e posseiros.

Em 1991 foram assassinados 27 índios, 14 a mais do que no ano anterior. Alguns assassinatos ocorreram com requinte de crueldade. O corpo do makuxi Geraldo Mendes foi encontrado amarrado nas águas do rio Maú, onde garimpava, com marcas de tiro na testa, abaixo do ouvido e na garganta. Os makuxis vivem em Roraima, próximos à fronteira do Brasil com a Guiana Inglesa, é o povo que mais agressão sofreu no ano passado. Mas foi no Maranhão onde ocorreram mais assassinatos, exatamente oito. Conflitos fundiários foram as principais causas desse tipo de violência. Vinte e um assassinatos tiveram envolvimento direto dos invasores das terras indígenas, especialmente fazendeiros, e quatro garimpeiros.

Os suicídios continuam sendo uma ameaça particularmente aos guaranis kaiowás. Em 1991 foram registrados 21,

contra 31 no ano anterior. Além de menor, o número ainda é extremamente preocupante, pois só neste ano seis guaranis kaiowás já suicidaram-se. A situação é tão desesperadora que os próprios guaranis têm dado mostras de que já não é tão importante continuar vivendo.

Dos 21 suicídios, 17 ocorreram entre os guaranis, três entre os ticunas, e um entre os makuxis. A maioria entre jovens por enforcamento. Um rapaz makuxi suicidou-se para não ser levado preso uma segunda vez. Acusado de roubo, ele tinha sido detido e levado à Penitenciária de Boa Vista, capital de Roraima, onde foi seviciado por outros presos e por policiais. Foi solto para que pudesse trabalhar numa fazenda com o pai. Os dois mataram uma galinha do fazendeiro e foram denunciados à polícia, além de terem sido obrigados a comer os ossos da ave. A possibilidade de ser novamente preso deixou-o deprimido. Ele não resistiu e se matou.

É gravíssima a situação sócio-econômica entre os guaranis, especialmente pela falta de terra, o que os impede de exercerem plenamente a cultura tradicional. Povo essencialmente religioso, os guaranis são hoje vítimas do alcoolismo, da interferência de várias seitas religiosas e da exploração da mão-de-obra em condições semi-escravas em plantações de cana-de-açúcar e em usinas de álcool. E enquanto não for solucionado o problema da terra não será resolvido o problema dos suicídios.

O Cimi registrou a ocorrência de 38 surtos de epidemias, envolvendo 26 povos indígenas. A malária foi a doença que provocou o número maior de surtos, exatamente dez atingindo mais de sete mil índios. Só entre os ianomamis foram registrados seis mil 788 casos da doença, que levaram à morte 79 índios, de janeiro a outubro. Há o registro da morte de 206 índios devido a algum surto.

Só a malária, sozinha ou acompanhada de outra doença, foi responsável por 121 óbitos. Os ianomamis tiveram mais surtos que qualquer outro povo, causados quase sempre pelos garimpeiros invasores do território indígena.

Mas, também, a falta de assistência médica às comunidades indígenas foi responsável pelo aparecimento de surtos. Muitos deles poderiam ter sido evitados com simples campanhas de vacinação ou tratamentos preventivos. Mas são poucos os povos indígenas que contam com assistência de um profissional de saúde e sempre faltam medicamentos essenciais nas aldeias.

Para o Cimi, a solução desses conflitos exige a demarcação de todas as terras ocupadas tradicionalmente pelos povos indígenas, como determina a Constituição brasileira. Mas somente a demarcação não basta. É necessário também que o Governo brasileiro promova a retirada de todos os invasores, os responsáveis diretos pelas agressões cotidianamente praticadas contra os povos indígenas. No Brasil, terra demarcada nunca significa terra livre de invasores. E a retirada desses ocupantes ilegais só será possível quando o atual governo definir uma política em relação aos povos indígenas, o que até agora não ocorreu. Problemas ligados à terra também foram o motivo mais importante das tentativas de homicídio e ameaças de morte.

A impunidade é outra causa de tantos assassinatos. Dos 27 ocorridos, o Cimi possui informações sobre algum tipo de providência em, relação a onze casos. Mas apenas os envolvidos em dois assassinatos foram detidos.

O levantamento sobre a violência contra os povos indígenas será entregue à Procuradoria-Geral da República, ao ministro da Justiça e a parlamentares. O Cimi considera funda-

mental que as informações desse tipo sejam fornecidas aos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo para que providências sejam tomadas. Se nada for feito, o cotidiano dos povos indígenas no Brasil continuará sendo marcado pela violência.

Os missionários que reconhecem nas feições concretíssimas dos índios brasileiros, vítimas de tanta violência e vivendo em condições desumanas, o rosto sofredor do próprio Cristo, questionam, e interpelam a si à sociedade: até quando se manterá, devido à natureza dos nossos corações, este clima de violência contra nossos irmãos índios?

Dom Aparecido José Dias é presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se à apreciação do Requerimento nº 258/92, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei nº 37/92.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Passa-se agora à apreciação do Requerimento nº 259/92, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Lei nº 38, de 1992.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, a matéria a que se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1991-Complementar (nº 60/89, na Casa de origem), que disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal.

PARECERES, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho.

— 1º pronunciamento: favorável ao Projeto;

— 2º pronunciamento: favorável à Emenda de Plenário.

(Dependendo de parecer sobre as emendas apresentadas perante a Comissão de Assuntos Econômicos.)

(Dependendo da votação do Requerimento nº 245, de 1992, de extinção da urgência.)

— 2 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 173, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

(Tramitação em conjunto com os projetos de Lei do Senado nº 56 e 145, de 1991.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1991, de autoria do Senador Josaphat Marinho, que dispõe sobre a liberdade de imprensa, de opinião e de informação, disciplina a responsabilidade dos meios de comunicação e dá outras providências, tendo

PARECERES:

— da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs 10 e 116, de 1992: 1º pronunciamento: favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas de Plenário): favorável às emendas de nºs 9, 11, 13 a 15, 18, 19, 20, 25, 26; parcialmente à de nº 11 (quanto aos §§ 4º e 5º); favorável, nos termos de Subemendas às de nºs 2, 4 e 16; contrário às de nºs 3, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 17, 21 a 24, 27.

— Proferido em Plenário, pelo Senador José Paulo Bisol, em virtude da aprovação do Requerimento nº 746, de 1991, que solicitou fosse ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas de Plenário.)

— 3 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 145, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 56 e 173, de 1991.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1991, de autoria do Senador Marcio Lacerda, que regula o direito de resposta para os efeitos do inciso V, do art. 5º, da Constituição Federal, tendo

PARECERES:

a— da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs 10 e 116, de 1992: 1º pronunciamento: favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas de Plenário): favorável às emendas de nºs 9, 11, 13 a 15, 18, 19, 20, 25, 26; parcialmente à de nº 11 (quanto aos §§ 4º e 5º) favorável, nos termos de Subemendas às de nºs 2, 4 e 16; contrário às de nºs 3, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 17, 21 a 24, 27.

— Proferido em Plenário, pelo Senador José Paulo Bisol, em virtude da aprovação do Requerimento nº 746, de 1991, que solicitou fosse ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas de Plenário.)

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 56, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

(Tramitação em conjunto com os projetos de Lei do Senado nºs 145 e 173, de 1991.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que revoga o § 3º do art. 20 da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informações, e o inciso II do § 3º do art. 138, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, tendo

PARECERES:

— da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs 10 e 116, de 1992: 1º pronunciamento: favorável ao Projeto, nos termos do Substitutivo que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas de Plenário): favorável às emendas de nºs 9, 11, 13 a 15, 18, 20, 25, 26; parcialmente à de nº 11 (quanto aos parágrafos 4º e 5º); favorável, nos termos de Subemendas às de nºs 2, 4 e 16; contrário às de nºs 3, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 17, 21 a 24, 27.

— Proferido em Plenário, pelo Senador José Paulo Bisol, em virtude da aprovação do Requerimento nº 746, de 1991,

que solicitou fosse ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas de Plenário.)

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 272, DE 191

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

De autoria da Senadora Marluce Pinto, que autoriza as pessoas físicas a abaterem em suas declarações de renda os gastos com empregados domésticos e dá outras providências. (Dependendo de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

MESA

Presidente

Mauro Benevides – PMDB – CE

1º Vice-Presidente

Alexandre Costa – PFL – MA

2º Vice-Presidente

Carlos De'Carli – PTB – AM

1º Secretário

Dirceu Carneiro – PSDB – SC

2º Secretário

Márcio Lacerda – PMDB – MT

3º Secretário

Rachid Saldanha Derzi – PRN – MS

4º Secretário

Iram Saraiva – PDT – GO

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia – PDT – RN

Meira Filho – PFL – DF

Lucídio Portella – PDS – PI

Beni Veras – PSDB – CE

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Marco Maciel

Vice-Líderes

Ney Maranhão

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Humberto Lucena

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho

Continho Jorge

Garibaldi Alves Filho

José Fogaça

Ronaldo Aragão

Mansueto de Lavor

Pedro Simon

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes

Chagas Rodrigues

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares

Odacir Soares

LIDERANÇA DO PTB

Líder

José Eduardo

Vice-Líderes

Lourenberg Nunes Rocha

Jonas Pinheiro

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Maurício Corrêa

Vice-Líder

Nelson Wedekin

LIDERANÇA DO PRN

Líder

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Esperidião Amin

Vice-Líder

LIDERANÇA DO PDC

Líder

Amazonino Mendes

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Maurício Corrêa

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando
Antônio Mariz
Cid Sabóia de Carvalho
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Nelson Carneiro
Pedro Simon

Wilson Martins
Aluizio Bezerra
César Dias
Garibaldi Alves Filho
Divaldo Suruagy
Nabor Júnior
Ronaldo Aragão

PFL

Josaphat Marinho
Francisco Rollemberg
Carlos Patrocínio
Odacir Soares
Elcio Alves

Henrique Almeida
Hydekel Freitas
Júlio Campos
Lourival Baptista
Meira Filho

PSDB

Chagas Rodrigues
Jutahy Magalhães
Wilson Martins

Fernando Henrique Cardoso
Teotônio Vilela Filho
Almir Gabriel

PTB

José Eduardo
Valmir Campelo

Afonso Camargo
Louremberg Nunes Rocha

PDT

Maurício Corrêa
Magno Bacelar

Lavoisier Maia
Nelson Wedekin

PRN

Júlia Marise

Aureo Mello

PDC

Amazonino Mendes

Moisés Abrão

PDS

Esperidião Amin

Jarbas Passarinho

PSB + PT

José Paulo Bisol

Eduardo Suplicy

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes - Ramais 3972 e 3987

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa
- Anexo das Comissões - Ramal 4315

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CCJ

De assessoramento da Presidência em casos que envolvam a necessidade de ação que vise a preservar a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria Instituição Parlamentar.

Senadores

Cid Sabóia de Carvalho
Elcio Álvares
Jutahy Magalhães
Valmir Campelo
Magno Bacelar

Assistente: Vera Lúcia Lacerda Nunes - ramal 3972

Reuniões: Quartas-feiras, às 10h

Local: Sala nº 3, Ala Senador Alexandre Costa - ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Almir Gabriel

Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando
Antônio Mariz

Alfredo Campos
Telmo Vieira

César Dias
Cid Sabóia de Carvalho
Divaldo Suruagy
Garibaldi Alves Filho
Wilson Martins
João Calmon
Ronaldo Aragão

PFL

João Rocha
Guilherme Palmeira
Odacir Soares
Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio
Francisco Rollemberg

PSDB

Almir Gabriel
Beni Veras
Jutahy Magalhães
Vago

PTB

Marluce Pinto
Afonso Camargo
Jonas Pinheiro

PDT

Nelson Wedekin
Lavoisier Maia

PRN

Ney Maranhão
Aureo Mello

PDC

Epitácio Cafeteira

PDS

Lucídio Portella

PSB + PT

José Paulo Bisol

Irapuan Costa Júnior
José Fogaça
Mansueto de Lavor
Nabor Júnior
Nelson Carneiro
Onofre Quinan
Pedro Simon

Dario Pereira
Hugo Napoleão
Marco Maciel
Meira Filho
Lourival Baptista
Elcio Alvares

José Richa
Mário Covas
Teotônio Vilela Filho
Chagas Rodrigues

Valmir Campelo
José Eduardo
Levy Dias

Vago
Albano Franco

Amazonino Mendes

(vago)

Eduardo Suplicy

Assistente: Luiz Cláudio de Brito - ramal 3515/16

Reuniões: Quartas-feiras, às 17h

Local: Sala nº 9, Ala Senador Alexandre Costa - ramal 3652

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Raimundo Lira

Vice-Presidente: Ruy Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Alfredo Campos
Aluizio Bezerra
César Dias
Coutinho Jorge
Nabor Júnior
José Fogaça
Ronan Tito
Ruy Bacelar

Amir Lando
Antônio Mariz
Cid Sabóia de Carvalho
Divaldo Suruagy
Wilson Martins
João Calmon
Onofre Quinan
Pedro Simon

PFL

Guilherme Palmeira
Meira Filho
Raimundo Lira
Henrique Almeida
Dario Pereira
Marco Maciel

Odacir Soares
João Rocha
Júlio Campos
Hugo Napoleão
Elcio Alvares
Josaphat Marinho

Mário Covas José Richa Beni Veras	PSDB	Vago Almir Gabriel Chagas Rodrigues
José Eduardo Valmir Campelo Levy Dias	PTB	Lourenberg Nunes Rocha Jonas Pinheiro Marluce Pinto
Nelson Wedekin Maurício Corrêa	PDT	Darcy Ribeiro Lavoisier Maia
Júnia Marise Albano Franco	PRN	Vago Ney Maranhão
Moisés Abrão	PDC	Gerson Camata
Esperidião Amim	PDS	Jarbas Passarinho
Eduardo Suplicy	PSB + PT	José Paulo Bisol

Assistente: Dirceu Vieira Machado Filho – ramais: 3515/3516/4354/3341.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10h
Local: Sala nº 19, Ala Senador Alexandre Costa – ramal 4344

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Irapuan Costa Júnior
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares		Suplentes
Aluizio Bezerra Irapuan Costa Júnior Nelson Carneiro Pedro Simon Ronaldo Aragão Ronan Tito	PMDB	Antônio Mariz Telmo Vieira João Calmon José Fogaça Nabor Júnior Ruy Bacelar
Marco Maciel Guilherme Palmeira Lourival Baptista Hugo Napoleão	PFL	Francisco Rollemberg Josaphat Marinho Raimundo Lira Hydekel Freitas
José Richa Chagas Rodrigues	PSDB	Jutahy Magalhães Fernando H. Cardoso
Jonas Pinheiro Marluce Pinto	PTB	Levy Dias Valmir Campelo
Darcy Ribeiro	PDT	Nelson Wedekin
Albano Franco	PRN	Júnia Marise

Moisés Abrão	PDC	Epitácio Cafeteira
Jarbas Passarinho	PDS	Lucídio Portella
José Paulo Bisol	PDB + PT	Eduardo Suplicy

Assistente: Marcos Santos Parente – ramais 3496 e 3497
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30hs
Local: Sala nº 7, Ala Senador Alexandre Costa – ramal 3546

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Júlio Campos
Vice-Presidente: Mário Covas

Titulares		Suplentes
Telmo Vieira Humberto Lucena Irapuan Costa Júnior Nabor Júnior Onofre Quinan Divaldo Suruagy Ruy Bacelar	PMDB	Amir Lando César Dias Coutinho Jorge Garibaldi Alves Filho Mansueto de Lavor Ronaldo Aragão Ronan Tito
Dario Pereira Henrique Almeida Lourival Baptista Júlio Campos Hydekel Freitas	PFL	Raimundo Lira Elcio Alvares Josaphat Marinho Odacir Soares Meira Filho
Teotônio Vilela Filho Mário Covas Fernando H. Cardoso	PSDB	Beni Veras Jutahy Magalhães José Richa
Lourenberg Nunes Rocha Marluce Pinto	PTB	Afonso Camargo Levy Dias
Maurício Corrêa Magno Bacelar	PDT	Lavoisier Maia Darcy Ribeiro
Ney Maranhão	PRN	Áureo Mello
Gerson Camata	PDC	Epitácio Cafeteira
Oziel Carneiro	PDS	(vago)
Eduardo Suplicy	PSB + PT	José Paulo Bisol

Assistente: Paulo Roberto Almeida Campos – ramais 3515 e 3516
Reuniões: Terças-feiras, às 17h
Local: Sala nº 13, Ala Senador Alexandre Costa – ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Lourenberg Nunes Rocha
Vice-Presidente: Coutinho Jorge

Titulares

Suplentes

PMDB

Alfredo Campos
Amir Lando
Coutinho Jorge
Telmo Vieira
Garibaldi Alves Filho
João Calmon
José Fogaça
Mansueto de Lavour

Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho
Irapuan Costa Júnior
Nelson Carneiro
Wilson Martins
Ronaldo Aragão
Ronan Tito
Ruy Bacelar

PFL

Josaphat Marinho
João Rocha
Meira Filho
Hugo Napoleão
Júlio Campos
Marco Maciel

Dario Pereira
Odacir Soares
Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira
Carlos Patrocínio
Henrique Almeida

PSDB

Almir Gabriel
Teotônio Vilela Filho
Fernando H. Cardoso

Mário Covas
Beni Veras
Vago

PTB

Lourenberg Nunes Rocha
Jonas Pinheiro
Levy Dias

José Eduardo
Marluce Pinto
Afonso Camargo

PDT

Darcy Ribeiro
Lavoisier Maia

Maurício Corrêa
Nelson Wedekin

PRN

Aureo Mello
Júnia Marise

Ney Maranhão
Albano Franco

PDC

Amazonino Mendes

Gerson Camata

PDS

Jarbas Passarinho

Esperidião Amin

PSB + PT

Eduardo Suplicy

José Paulo Bisol

Assistente: Maria Olímpia Jimenez de Almeida - ramal 3497

Reuniões: Terças-feiras, às 17h

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - ramal 3121

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

Número avulso Cr\$ 500,00 até 31-3-92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

ESTATUTO DA CRIANÇA E E DO ADOLESCENTE

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:
Dispõe sobre o Estatuto da Criança
e do Adolescente, e dá outras
providências. (D.O. de 16-7-90)

Legislação correlata

Convenção sobre os direitos da criança
(DCN, Seção II, de 18-9-90)

Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

A venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar -
Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília,
DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 _ NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho – *Edivaldo M. Boaventura*
Afonso Arinos – *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro – *Letacio Jansen*
O planejamento na economia brasileira – *Clovis V. do Couto e Silva*
Os valores e a Constituição de 1988 – *Eduardo Silva Costa*
A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas – *Ana Lucia de Lyra Tavares*
Inovações constitucionais – *Silveira Neto*
O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 – *Silvio Dobrowolski*
A segurança pública na Constituição – *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
A Constituição Federal de 1988 e o mandado de segurança contra ato judicial – *Alvaro Lazzarini*
A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito no processo de extradição. Indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição – *Negi Calixto*
Cinco temas controvertidos do Direito Penal – *Edilson Pereira Nobre Júnior*
O Direito Internacional e os Direitos dos Povos – *Pedro Pinto Leite*
O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay sobre

o Direito do Mar – *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa – *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura de hermenêutica na Teoria Pura do Direito – *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci – *Ronaldo Polatti*
A filiação ilegítima e a Constituição de 1988 – *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança – *Arnoldo Wald*
Proteção jurídica das embalagens – *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento – *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente – *Hugo Nigro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? – *José Pitas*

A arte e o obsceno – *Everaldo da Cunha Luna*
A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 – *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! – *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn – *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal, Anexo I, 22º andar – Praça dos Três Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF – Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS